



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO**

---

UFRJ

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS E HUMANAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

THAYARA CRISTINE SILVA DE LIMA

**ENSINO DE HISTÓRIA FORJADO NA LUTA**

**A Cultura de Luta Antirracista e seu potencial educador**

Rio de Janeiro

2022

THAYARA CRISTINE SILVA DE LIMA

**ENSINO DE HISTÓRIA FORJADO NA LUTA**  
**A Cultura de Luta Antirracista e seu potencial educador**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação

Orientador: Prof. Dr Amilcar Araújo Pereira

Rio de Janeiro

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

C958e Cristine Silva de Lima, Thayara  
Ensino de História forjado na luta: a cultura de  
luta antirracista e seu potencial educador /  
Thayara Cristine Silva de Lima. -- Rio de Janeiro,  
2022.  
199 f.

Orientador: Amilcar Araujo Pereira.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós  
Graduação em Educação, 2022.

1. Educação Antirracista. 2. Movimento negro. 3.  
Cultura de luta antirracista. 4. lei 10639/03. 5.  
Formação de professores. I. Araujo Pereira, Amilcar  
, orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

Aos 8 dias do mês de julho de 2022, às 13:30 h, com base na Resolução CEPG nº 01/2020, reuniu-se em sessão remota e que foi gravada a Banca Examinadora da Tese intitulada **"Ensino de História forjado na luta: a cultura de luta antirracista e seu potencial educador"**, de autoria da doutoranda **Thayara Cristine Silva de Lima** (participação por videoconferência), turma **2018** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo Professor **Amilcar Araujo Pereira**, orientador, pela Profa. Dra. **Graça Regina Franco da Silva Reis** (UFRJ - participação por videoconferência), pela Profa. Dra. **Martha Campos Abreu** (UFF - participação por videoconferência), pela Profa. Dra. **Iris Verena Oliveira** (UNEB - participação por videoconferência) e pela Profa. Dra. **Ynaê Lopes dos Santos** (UFF - participação por videoconferência), considerou o trabalho:

(  ) Aprovado(a)                      (     ) Aprovado(a) com recomendações de reformulação  
(     ) Reprovado(a)

A banca destaca a qualidade da escrita e da pesquisa. A banca valoriza a abordagem epistemológica adotada e a densidade da proposta, audaciosa, de pensar conceitualmente elementos que embasam a luta antirracista e seus impactos no ensino e na formação de professores. A banca também recomenda a publicação da tese e sua indicação para concorrer a prêmios de teses das áreas de Educação e História.

Eu, Amilcar Araujo Pereira, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada no verso, representando todos os membros da Banca Examinadora e a candidata.

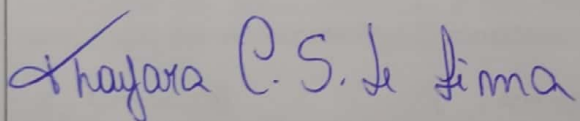
Continuação da Ata de defesa de tese de doutorado da estudante **Thayara Cristine Silva de Lima**, realizada em 8 de julho de 2022.

Profa. Dra. **Graça Regina Franco da Silva Reis** (UFRJ)

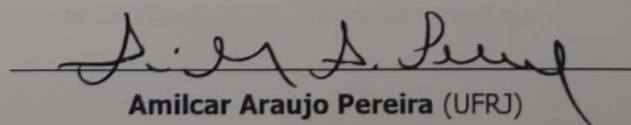
Profa. Dra. **Martha Campos Abreu** (UFF)

Profa. Dra. **Iris Verena Oliveira** (UNEB)

Profa. Dra. **Ynaê Lopes dos Santos** (UFF)



**Thayara Cristine Silva de Lima** – estudante



**Amilcar Araujo Pereira** (UFRJ)

Presidente da Banca

*Para Alicia, minha maior parceria nessa terra.  
É finalmente tempo de acender uma fogueira e encher o céu de balão!*

## **Agradecimentos**

É tempo de encerrar um ciclo que se iniciou a mais de onze anos, quando eu chegava na UFRJ, vinda de Campo Grande, com grandes sonhos e chances bem pequenas. Nessa universidade vivi todos os sonhos e realizei todos os planos que aquela menina de 20 anos conseguiu imaginar sozinha. Só cheguei até aqui porque perseguei esses sonhos e planos coletivamente. É quase tempo de começar a perseguir os novos planos e sonhos que já comecei a imaginar, mas antes é preciso agradecer.

Começo agradecendo a CAPES, pela bolsa concedida no Brasil durante o período do doutorado e pela oportunidade de vivenciar a experiência de pesquisa em Nova York, na NYU, através da bolsa CAPES – Print. Espero poder retribuir à sociedade por esse investimento feito em mim.

Agradeço a cada entrevistada e entrevistado que topou compartilhar conosco suas histórias, memórias, lutas, afetos e projetos de futuro. Sem essas mulheres e homens negras e negros que lutam cotidianamente pelo fim do racismo, não haveria tese e certamente também não haveria futuro. Aproveito para agradecer à equipe do projeto “Movimento Negro na Atualidade” sem a qual essa experiência não teria sido tão transformadora; e ao Baobá – Fundo para a Equidade Racial, pelo financiamento das viagens pelo Brasil.

Agradeço por todos os companheiros que encontrei nessa trajetória que sempre foi coletiva. Primeiro aos amigos da Gipoia, um grupo de desajustados como eu, que dei a sorte de encontrar desde o início e que me fez sentir em casa. Aos amigos do PET, por terem cruzado comigo aquele momento de descobertas, incertezas e grandes desafios que foi a graduação; e finalmente às amigas e amigos do AYA – Gepear, pelas trocas, pela cumplicidade, pelas experiências, transformações, tatuagens e eventos que vivemos juntos.

Esse agradecimento não estaria completo sem Amilcar, meu orientador nesses últimos onze anos, minha principal referência na vida acadêmica e a pessoa mais generosa que conheço. Obrigada por chegar antes e disputar por espaços onde a permanência de jovens negras e negros, como eu, fosse possível. Obrigada por ter expectativas!

Agradeço à minha mãe, Maria Lúcia, por todos os cafés quentinhos nos horários mais inadequados e pelas lições de resistência ao longo da vida.

Agradeço a minha irmã, Thaynara, por me salvar dos surtos, por ser a minha pessoa nesse mundo difícil e pelos docinhos quando eu mais precisei.

Agradeço a Alicia, minha filha. Uma criança sensível e doce, que encarou esses onze anos entre graduação, mestrado e doutorado, comigo, todos os dias, do início ao fim. Obrigada pela sua paciência, pelo seu carinho e por ser um raio de sol na minha vida.

Por fim, agradeço ao Pedro, meu companheiro. De todas as bilhões de pessoas no mundo a gente escolhe uma única pra cruzar a vida com a gente. Uma pessoa pra estar tão perto, tão perto, que vai conhecer o que temos de mais lindo e o que temos de pior. Agradeço ao universo por essa pessoa ser você. Mergulhamos juntos no sonho de Nova York e no pesadelo que foi a COVID-19. Não importa em que circunstâncias, se nas melhores ou nas piores, você sempre esteve comigo nesses 10 anos de parceria. A vida é imprevisível, como foi nesse período do doutorado. Obrigada por encará-la comigo!



*Escrevo essas linhas sem medo de como você pode interpretar  
Um chamado, tá tudo acordado  
O bonde tá forte, nós veio cobrar  
Do ouro ao conhecimento  
Não vai ter lamento e eu vou te mostrar*

*Minha história é contada oralmente  
Não adiantou cê querer apagar  
De boca a boca nós vamo contando um levante e armando para dominar  
Seus livros, seus filmes, sua casa  
Seus filhos e a televisão que cê vê no seu lar*

*Mexendo com gentes  
Plantando sementes, germinando mentes, logo vai brotar  
Vai virar floresta  
Não vou deixar fresta pra minha história você contestar*

*Entrei nas escolas e nas faculdades  
Igrejas não vão mais me silenciar  
Aqui não é teu culto nem congregação  
Nessa mata fechada cê não vai entrar*

*Fazendo esse alarde pois não sou covarde  
Não vai nem dar tempo, o plano tá em ação  
É ação direta, sai da minha reta  
É mais do que só gritar revolução*

*Sou psicopreta, tomei sua caneta  
Sou bem mais que teta, bunda e corpão  
Sou mente afiada, festa tá armada  
Fogos de artifício, segura o rojão  
Plow!*

*Um Chamado – Bia Ferreira*

## Resumo

O principal objetivo deste trabalho foi compreender como a cultura de luta antirracista tem afetado a formação de professores de História, nesse século 21. Para tanto, analisei a produção intelectual de sujeitos engajados nas lutas por libertação, construindo a categoria de *cultura de luta antirracista* a partir da concepção de cultura que emerge da luta anticolonial. Uma vez estabelecida a importância dessa cultura para a afetação de sujeitos e produção de novos imaginários me dediquei a compreender, a partir entrevistas de História Oral realizadas com sujeitos engajados na luta antirracista nas cinco regiões brasileiras, algumas características específicas da cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro no século 21. Por fim, me debrucei mais especificamente sobre a Licenciatura em História da UFRJ, na busca de compreender as interfaces entre a cultura de luta antirracista e o currículo da disciplina Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos, oferecida no Período Letivo Especial, no ano de 2020.

## Abstract

The main objective of this work was to understand how the culture of anti-racist struggle has affected the formation of History teachers in this 21st century. To do so, I analyzed the intellectual production of subjects engaged in struggles for liberation, building the category of culture of anti-racist struggle from the conception of culture that emerges from the anti-colonial struggle. Once established the importance of this culture for the affectation of subjects and the production of new imaginaries I dedicated myself to understanding, from Oral History interviews carried out with subjects engaged in the anti-racist struggle in the five Brazilian regions, some specific characteristics of the culture of anti-racist struggle produced by the black movement in Brazil. At 21st century. Finally, I focused more specifically on the Degree in History at UFRJ, in an attempt to understand the interfaces between the culture of anti-racist struggle and the curriculum of the Ethnic Racial Relations and Human Rights discipline, offered in the Special Academic Period, in the year of 2020.

## Lista de imagens

Figura 1 - Gráfico correspondente às respostas ao formulário de pesquisa “Movimento Negro na atualidade” (2018) – Quantidade de pessoas ligadas à instituição/entidade.

Figura 2 - Gráfico correspondente às respostas ao formulário de pesquisa “Movimento Negro na atualidade” (2018) – Estrutura da instituição/entidade.

Figura 3 - Mapa das referências indicadas pelos entrevistados (2018).

Figura 4 - Print da atividade desenvolvida pela aluna G.A., referente à aula 11 e publicada em rede social pessoal.

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Disciplinas cursadas na formação em História da UFRJ, entre os anos de 2011 e 2016.

## Lista de abreviaturas e siglas

ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)

CAPES/PRINT - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/  
Programa Institucional de Internacionalização

CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão

CECUN – Centro de Estudos da Cultura Negra no Espírito Santo

CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra

CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

CLA – Cultura de Luta Antirracista

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

COJIRA - Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CULTNE – Acervo de Cultura Negras

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FNB – Frente Negra Brasileira

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GEPEAR – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista

IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

MNA – Projeto Movimento Negro na Atualidade

MNU – Movimento Negro Unificado

MPELA - Movimento Popular de Libertação de Angola

ONG – Organização Não-Governamental

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PET – Programa de Educação Tutorial

PLE – Período Letivo Especial

RAP – Rede de Afro Profissionais

RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNB – Universidade de Brasília

UNEAFRO – União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora

UNEGRO – União de Negras e Negros Pela Igualdade

UNICEUB – Centro Universitário de Brasília

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

## Sumário

<b>O entrelaçar dos caminhos.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1 – A Cultura de Luta Antirracista.....</b>	<b>24</b>
1.1 - Novas e antigas formas de fazer movimento negro.....	22
1.1.1 – Afrofuturismo.....	32
1.1.2 - A produção de imaginários e sua potência política.....	37
1.1.3 Retomando a questão inicial.....	42
1.2 - A construção de futuros e a luta contra o colonialismo – notas sobre cultura, na luta por libertação.....	46
1.2.1 - O papel da cultura.....	46
1.2.2 - Cultura de Luta anticolonial.....	50
1.2.3 – A questão das temporalidades.....	54
1.2.4 - Posicionalidades da cultura.....	57
1.2.5 - Cultura de Luta Antirracista.....	61
1.2.6 - Racismo e antirracismo no século 21.....	65
1.2.7 - Retomando o que ficou para trás.....	68
<b>Capítulo 2 – Movimento negro do século 21. ....</b>	<b>70</b>
2.1 – “Eu não me sinto parte do movimento negro justamente por não conseguir entender o que ele é hoje”. ....	72
2.2 – O século 21 e suas transformações.....	80
2.2.1 – Fragmentação, capilarização e a descentralização do movimento negro.....	80
2.2.2 – Aceleração das tecnologias e a cultura de luta antirracista.....	94
2.2.3 – Mulheres Negras reeducando a sociedade.....	111
2.3 – Caminhando para a formação de professores.....	129
<b>Capítulo 3 – Ensino de História forjado na luta.....</b>	<b>130</b>
3.1 - Currículo é a experiência de tornar-se sujeito em meio a um emaranhado de conversas complicadas.....	130
3.2 - Um emaranhado de conversas complicadas.....	138
3.2.1 - A UFRJ faz 100 anos.....	140
3.2.1.1 - Eugenia e projeto colonial.....	140
3.2.1.2 - O movimento negro como complicador da conversa.....	149
3.3 - Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos.....	157
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>176</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>180</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>184</b>



## O entrelaçar dos caminhos

O interesse que desenvolvi pelas relações entre o movimento negro e a educação, impulso inicial para a pesquisa que lhes apresento aqui, encontra solo fértil para se desenvolver na trajetória que percorri na universidade. No ano de 2011, iniciei meus estudos no curso de graduação em História na UFRJ. Naquela época não havia diferenciação na entrada para Licenciatura e Bacharelado. Neste mesmo ano iniciei também minhas atividades no grupo PET/Conexões de Saberes – Diversidade. Esse grupo, que recebia alunos da Pedagogia, da História e das Ciências Sociais, era coordenado pelo Profº Drº Amilcar Araújo Pereira, da Faculdade de Educação da UFRJ.

Em sua proposta o grupo aliava o acompanhamento da vida acadêmica de estudantes universitários de origem popular às atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas relações raciais no Brasil, voltando suas atividades, mais especificamente, para a implementação da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica em todo o país. Foi no âmbito desse programa, ainda no ano de 2011 e depois novamente em 2015, que foram desenvolvidas entrevistas com professoras e professores de História das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro, acerca do processo de implementação da lei.<sup>1</sup>

A realização e análise dessas entrevistas foram fundamentais no meu processo de formação, tanto pelo primeiro contato com a metodologia da História Oral, que segue sendo parte importante do meu exercício enquanto pesquisadora, quanto pelos incômodos e desestabilizações ali produzidos e que mais tarde viriam a se tornar questões. A partir de algumas narrativas docentes, como a da professora Sandra Regina Coutinho dos Santos, tive o primeiro contato com a ideia de que para implementar a lei, de maneira potente, é preciso que o professor já traga consigo algum tipo de compromisso prévio.

Toda proposta pedagógica tem uma visão de mundo. Ela reflete o que você pensa desse mundo, o que você espera desse mundo e tem gente que não vê a questão da diferença: ‘sempre foi assim e assim será’, ‘porque eu tenho que valorizar os negros? Eles não estavam tão bem ali no lugar deles?’, (...) ‘se sempre foi contado que não teve a participação deles, porque eu tenho que mostrar que é diferente agora?’. Não é a lei que garante isso. Eu compreendo, na educação pública, que você tem lá o conteúdo, mas se você não valoriza, se você não se identifica com aquela luta ali, ele passa como outro conteúdo. O objetivo da lei é o quê?

---

<sup>1</sup> Parte dos resultados dessa pesquisa podem ser encontrados no livro “Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história.” PENNA, F. D. A., GABRIEL, C., MONTEIRO, A. M., & MARTINS, M. p.107 – 128. (2016).

É o reconhecimento, é garantir a identidade, a valorização dessa cultura, mostrar como formação desse povo, mas para ele tanto faz. [A lei] é um passo, mas a questão do fazer pedagógico vai caber ao profissional. Por exemplo, tem colega que conta piada que você sabe que é uma piada racista. Agora, a partir do momento em que eu digo que eu estou querendo, que tenho esse desejo profissional de contribuir para a lei prevaleça, para que essa lei tenha o seu valor, garanta o seu objetivo, essa é uma escolha minha”<sup>2</sup>

No ano de 2015, tive a oportunidade de participar do projeto “Memórias do Baobá”, que tinha como objetivo a produção de memória do processo de criação do Fundo Baobá para Equidade Racial. Esse fundo consolidou-se a partir da colaboração crítica entre lideranças do movimento negro brasileiro e a Fundação Kellogg, uma entidade filantrópica estadunidense que no início dos anos 2000 começava a preparar o encerramento de suas atividades no Brasil. Nesse momento de encerramento, com a intenção de promover algo sólido como “legado” para os movimentos sociais brasileiros, em função de todos os anos de atividades precedentes, a fundação buscou contato com os militantes do movimento negro e o diálogo teve início.

Durante esse projeto tive a oportunidade de entrevistar algumas lideranças históricas do movimento negro no Brasil, como por exemplo, Hélio Santos<sup>3</sup>, Luiza Bairros<sup>4</sup> e Sueli Carneiro<sup>5</sup>. Embora o objetivo central dessas entrevistas não tenha sido a implementação da Lei 10.639/2003, a educação foi um dos temas abordados. Tendo como catalizadora a análise de todo esse material, surgiram as inquietações que me levaram a elaboração da minha dissertação. Seu principal objetivo foi o de compreender as

---

<sup>2</sup> Entrevista com a professora Sandra Regina Coutinho dos Santos, em 18 de março de 2015, no âmbito do projeto PET/Conexões – Diversidade, por Thayara de Lima, Paula Farias e Jorge Maia, na Escola Municipal Roraima, em Cordovil, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Hélio Santos - Único negro a fazer parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, mais conhecida como “Comissão Afonso Arinos”, criada no âmbito do Ministério da Justiça para elaborar um anteprojeto que subsidiasse o trabalho dos futuros parlamentares na elaboração da Constituição de 1988. Para mais informações: <https://baoba.org.br/wp-content/uploads/2016/06/web-MEMORIAS-DO-BAOBA.pdf>

<sup>4</sup>Luiza Bairros - Integrante da Coordenação de Ações Interagenciais e de Projetos no processo de preparação e acompanhamento na III Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001 em Durban, na África do Sul. Ex-Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do governo Dilma Rousseff (2011-2014). Para mais informações: <https://baoba.org.br/wp-content/uploads/2016/06/web-MEMORIAS-DO-BAOBA.pdf>

<sup>5</sup>Sueli Carneiro – Coordenou o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, atuou como conselheira e secretária geral do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, além de, juntamente com outras mulheres negras, ser fundadora do Geledés, Instituto da Mulher Negra em 1988. Para mais informações: <https://baoba.org.br/wp-content/uploads/2016/06/web-MEMORIAS-DO-BAOBA.pdf>

potencialidades do diálogo entre o movimento negro e os professores de História, com vistas à consolidação de uma educação antirracista, através da implementação potente da Lei 10.639/03.

É daquele trabalho, na dissertação, que emergiu o conceito de *cultura de luta antirracista*, que foi, naquele momento, utilizado na tentativa de compreender como os professores são afetados no contato direto com o movimento negro, como isso influi no tal “compromisso prévio” e por tanto, como isso pode afetar suas práticas pedagógicas. Por conta do reduzido tempo de elaboração disponível para uma dissertação, delimitarei as reflexões acerca da *cultura de luta antirracista* apenas à discussão teórica. Ali, o principal ponto de virada foi perceber que o movimento negro não era um ator social que se restringia à luta pela educação, embora seu papel nessa luta seja de extrema importância, mas foi compreender também que pensar sobre a *cultura de luta antirracista* abria um caminho para entender como o movimento negro reeduca a sociedade.

Nesse ciclo não há como desconsiderar nenhum dos pontos. No Brasil, o movimento de resistência negra se articula desde muito tempo e tão longa quanto sua articulação é a centralidade da educação em sua luta. Mesmo antes da promulgação da Lei do Ventre Livre, a educação de crianças negras já era tema de grandes debates na sociedade. Pelo menos desde meados do século XIX temos notícias de movimentos que faziam suas reivindicações e traziam suas demandas para a complexificação desse debate na sociedade. Conforme nos contam Adriana Maria Paulo Silva<sup>6</sup> e Higor Figueira Ferreira<sup>7</sup> em suas dissertações de mestrado, em 1853 se deu a criação de uma escola de primeiras letras por Pretextato dos Passos e Silva, um professor declarado preto, para atender um público de meninos pretos e pardos na Freguesia de Santíssimo Sacramento, freguesia urbana do Rio de Janeiro. Tal criação teria resultado da ação dos pais desses meninos em prol de uma educação que atendesse efetivamente seus filhos, conforme Adriana Silva evidencia em seu título, na busca por “Aprender com perfeição e sem coação”. Higor Ferreira indica que esse cuidado poderia estar buscando, na realidade “constituir, através do seu currículo, algumas especificidades que poderiam tornar aquela

---

<sup>6</sup> SILVA, Adriana Maria Paulo. Aprender com perfeição e sem coação. Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Série Passado/ Presente. Brasília: Editora Plano, 2000.

<sup>7</sup> FERREIRA, Higor. F. “A construção do currículo em uma experiência escolar para meninos pretos e pardos na Corte em meados do século XIX”. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

experiência escolar mais potente, melhor provida de sentido e mais eficaz para os meninos que a ela frequentavam” (FERREIRA, 2013, p. 26). Já no século 20, surgido em 1924, O Clarim da Alvorada se ocupava em denunciar o abandono com que fora tratada a população negra em relação a escolarização ao mesmo tempo em que estimulava essa mesma população a se instruir: “‘Patrícios, meus’ Mandae vossos filhos às escolas, depois, procura coloca-los em uma officina para especializarem-se num oficio... Este apelo, quem o faz, aos patrícios de cor é o último dos pretos brasileiros que almeja o progresso e a grandeza de sua raça”<sup>8</sup>. Mais tarde, nas décadas de 1930 e 1940 a Frente Negra Brasileira construía escolas e o Teatro Experimental do Negro protagonizava, entre muitas outras iniciativas, campanhas de alfabetização da população negra. Na década de 1970 despontava na sociedade o Movimento Negro Unificado (MNU). Já em sua carta de princípios essa organização manifestava como parte de suas metas lutar por maiores oportunidades de educação e “pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil” (PEREIRA, 2012, p. 113). Seguindo por este caminho, num esforço pela reavaliação do papel do negro na história, surgiam iniciativas como a do Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN, que na década de 1980, numa parceria com a Secretaria de Educação, produzia cartilhas para informar alunos e professores a respeito de uma outra forma de participação dos negros na história do Brasil, que não as já largamente difundidas e que se remetiam apenas a história da escravidão. Mundinha Araújo, fundadora e presidenta do CCN entre os anos de 1982 e 1984, nos conta sobre essa experiência:

“Nós achávamos que a luta era dentro das escolas, era fazendo parcerias. Em 1982 nós fizemos um convênio com a Secretaria de Educação porque nós queríamos a participação dos professores. Eles colocaram os professores à disposição para participarem da Semana do Negro. A gente fazia assim: ‘Vamos para o bairro do João Paulo’. Todos os professores das escolas que ficavam no bairro do João Paulo e adjacências iam para o mesmo local. E nós distribuíamos o material que a Secretaria de Educação também ajudou a rodar, deu o papel e tudo.” (PEREIRA, 2012b, p. 114).

Em 2001, com a preparação e a realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata realizada em Durban, na África do Sul, o movimento negro, através de sua maciça mobilização e participação, começa a obter conquistas institucionais, principalmente na área da educação.

---

<sup>8</sup> O Clarim da Alvorada, n.18, 24 de janeiro de 1926, “Cuidemos da educação dos nossos filhos”

Fundamentada e solidificada no decorrer de toda a mobilização de luta e resistência negra no Brasil, tivemos no ano de 2003 a sanção da lei 10.639/03, um projeto protagonizado pelo movimento negro, que sempre esteve à frente na construção de iniciativas por uma educação menos racista. A 10.639/03 foi sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país. Tal legislação indicava a inclusão de “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil [...] no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”<sup>9</sup>, além de incluir o 20 de novembro como dia nacional da Consciência Negra.

Para regulamentar tal legislação, no ano seguinte em março, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) o parecer e a resolução que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A partir da aprovação desse documento tornou-se possível compreender de maneira mais esmiuçada o espírito da referida lei. Segundo o próprio relatório a ideia é promover:

“... o direito dos negros de [se] reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. [Promover] o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas (...) Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.” (BRASIL, 2004, p.10).

---

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de set. 2017.

Nesse sentido o propósito é transpor a integração física que apenas tolera a presença dos negros nas salas de aula que epistemologicamente continuam sendo brancas. Aqui a atuação dos professores é estratégica e por isso sua formação passa a ser o foco de minha atenção. Para a conformação de uma educação antirracista, não é suficiente apenas a inserção dos conteúdos que se referem a história e a cultura da população negra nos currículos na formação desses professores. É preciso, na realidade, pensar o currículo a partir de suas mais distintas dimensões, onde a cultura de luta antirracista tem o potencial de afetá-los.

Partindo dessa questão a minha pesquisa do doutoramento iniciou-se em 2018 e contou com dois momentos principais de trabalho de campo. O primeiro deles, e que mais aciona a metodologia da História Oral, foi realizado ainda no ano de 2018 e conta com um largo grupo de fontes produzidas. Essa produção se deu a partir da atuação do GEPEAR – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista, da UFRJ, no projeto “Movimento negro na atualidade”<sup>10</sup>. A intenção desse projeto pode ser vista no convite, veiculado em plataformas digitais, para preenchimento do formulário inicial.

Em cada momento da história do Brasil no século 20, de acordo com as diferentes conjunturas sócio-históricas e com as possibilidades de atuação construídas, o movimento social negro organizado possuía características distintas. Com o objetivo de compreender as características do movimento negro em atuação neste momento histórico, diante das lutas e contingências em evidência na segunda década do século 21, no Brasil, convidamos você a contribuir para a nossa pesquisa com informações sobre sua atuação e/ou de sua instituição/entidade na luta antirracista em nosso país. Agradecemos desde já pela sua participação em nossa pesquisa!<sup>11</sup>

Contando com duas fases distintas, utilizamos um método combinado. A primeira fase de recolhimento de dados consistiu na aplicação do formulário digital intitulado “Movimento Negro na Atualidade”, com o intuito de compreender o estado da arte desse movimento, de maneira nacional. Sua circulação se deu por e-mail, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Como resultado obtivemos 261 respostas de pessoas inseridas na luta antirracista em todas as regiões do país.

---

<sup>10</sup> O projeto em questão recebeu financiamento do Fundo Baobá para a equidade racial, para seu desenvolvimento. Gostaria de agradecer aos companheiros de projeto: Amilcar Araújo Pereira, Amauri Mendes Pereira e Jorge Lucas Maia, que atravessaram comigo esse processo e em constante diálogo contribuíram para o amadurecimento de toda a reflexão posterior.

<sup>11</sup> Mensagem de introdução ao formulário “Movimento Negro na Atualidade”.

A segunda fase consistiu na realização de entrevistas de História Oral, nas cinco regiões do país. A metodologia da História Oral nos permite compreender as ações, as expectativas e as percepções dos atores envolvidos sem, no entanto, deixar de lado todo o rigor metodológico necessário para o trato com as fontes. Conforme evidencia Verena Alberti no artigo: “O que documenta a fonte oral: A ação da memória” sobre as especificidades dessa metodologia: “sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre o nosso entendimento do passado” (ALBERTI, 2004, p.42.). Dessa maneira, tal metodologia se mostrou profícua no trabalho de memória que buscávamos empreender durante o projeto.

Fomos ao campo para a realização das entrevistas no período entre os dias 6 de junho e 20 de julho, de 2018. Nesse período foram realizadas um total de 26 entrevistas, somando 30 pessoas entrevistadas, e 40 horas e 44 minutos de gravação, em áudio e vídeo. Isso significa uma amostragem de cerca de 10% do número de formulários preenchidos que recebemos de todo o país. Para fins dessa tese, por conta de questões logísticas que influenciaram duas dessas entrevistas, optei por trabalhar com um grupo de 24 entrevistas, totalizando 26 entrevistados. Passamos por 7 estados brasileiros, conversando com militantes das 5 regiões do país. Esse grupo foi selecionado a partir da análise dos formulários recebidos, seguindo os seguintes critérios:

- 1) O grau de consistência/coerência nas respostas às questões discursivas.
- 2) A diversidade de perfis e tipos de atuação em organizações/redes/coletivos na militância antirracista.
- 3) A organização e logística para a realização das entrevistas em pelo menos uma capital de estado de cada uma das cinco regiões do Brasil, no período de apenas dois meses, entre junho e julho de 2018.

O primeiro critério utilizado referia-se a coerência e a consistência nas respostas para as seguintes questões discursivas: “O que você entende por ‘movimento negro’, em poucas palavras?”; “Indique quais são as estratégias e ações desenvolvidas pela entidade/por você?”; “Como se deu a construção da(s) entidade(s) de que faz parte?”; “Cite três das principais instituições/personalidades que inspiram você/sua instituição na luta contra o racismo”. Compreendemos que respostas mais estruturadas tinham potencial de indicar ações mais consolidadas na luta antirracista.

O segundo critério referia-se à nossa necessidade de compreender o movimento negro atual na sua diversidade. Nesse sentido, tivemos especial cuidado para selecionar pessoas que trouxessem para a pesquisa experiências geracionais distintas, diferentes áreas de atuação e que tivessem diferentes estruturas organizacionais. Respeitando a diversidade do movimento, alcançamos grupos com características bastante diversas, tais como redes de ciberativismo e de afroempreendedorismo, coletivos universitários, grupos de estudos ligados a institucionalidade universitária, clubes negros, ONGs, entre outros.

Por fim, nosso último critério referiu-se à logística para a organização e realização das entrevistas. Buscando compreender o movimento em sua pluralidade, nossa intenção era a de realizar entrevistas nas 5 regiões brasileiras, privilegiando as capitais de estado, por compreender que nessas áreas teríamos condições de, em poucos dias, encontrar um número maior de possíveis entrevistados. Ao fim da aplicação desses critérios acabamos por selecionar as seguintes capitais: Porto Alegre, Belém do Pará, Distrito Federal, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. As duas últimas regiões, Nordeste e Sudeste, tiveram duas capitais selecionadas, cada, pelo fato de que foram as regiões de onde vieram o maior número de formulários respondidos.

Para as entrevistas trabalhamos com roteiros semiestruturados que giraram em torno de 3 eixos temáticos principais. O primeiro deles referia-se às histórias de vida de nossos entrevistados. Nesse eixo favorecíamos o contato com as trajetórias familiares, a infância, a formação escolar e os caminhos pelos quais as questões raciais ganharam destaque na vida desses sujeitos. O segundo eixo girava em torno da atuação mais específica dos indivíduos ou de seus respectivos grupos no movimento negro. Nesse eixo valorizávamos questões acerca das redes/coletivos/organizações que as pessoas entrevistadas compunham, das estratégias por elas desenvolvidas, da estrutura e da manutenção financeira de suas ações ou das próprias organizações. Por fim, o último eixo girava em torno das percepções desses sujeitos sobre o movimento negro e a luta antirracista no Brasil, de forma geral. Aqui incorporavam-se questões acerca do estado da arte do movimento negro na atualidade e realizava-se um aprofundamento de questões presentes no formulário preenchido por cada pessoa entrevistada.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Além da tese que apresento, temos coletivamente socializado nossas pesquisas e reflexões acerca desse projeto. Entre os trabalhos já publicados estão: Lima, Thayara. C. S. & Pereira, Amílcar A. (2019). Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. Revista Brasileira de Estudos da Presença, 9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbep/a/KVxs4GMXNYmSLKsnFZxcgvF/?lang=pt&format=html> e Pereira, Amílcar.



O segundo momento de trabalho de campo se deu no ano de 2020 e, imagino que como muitos outros trabalhos realizados nesse período, passou por uma série de percalços. O plano inicial envolvia experienciar espaços distintos de formação de professores de História, no Brasil e nos Estados Unidos, mais especificamente em Nova York, onde iniciei um doutorado sanduíche com apoio da bolsa CAPES/PRINT. No entanto, diante da pandemia mundial de COVID-19 e de todas as transformações que esse momento *sui generis* provocou, impossibilitando contatos físicos e transformando subitamente a própria noção de sociabilidade, a vivência planejada para esse momento na intenção de experienciar a circulação da cultura de luta antirracista em espaços de formação de professores, foi afetada. Com o retorno adiantado do doutorado sanduíche e as incertezas acerca do retorno às aulas nas universidades brasileiras, fiz a opção de realizar o trabalho de campo na disciplina de Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos, oferecida, pela primeira vez em 100 anos de UFRJ, com status de disciplina obrigatória na Licenciatura em História, de maneira completamente remota. Minha atuação nessa disciplina compreendeu não apenas a observação das aulas em si, mas também a participação na produção do programa da disciplina, a condução de algumas aulas, a análise de questionários acerca das expectativas discentes e da experiência do curso, além de considerar também toda a produção discente no decorrer da disciplina.

A realização de um doutorado é um processo longo. São quatro anos inteiros ao sabor das imprevisibilidades da vida. Pode parecer pouco, mas nesse caminho minha vida mudou algumas vezes. O projeto “Movimento negro na atualidade”, em 2018, alimentou a pesquisa que apresento a vocês, mas foi também um projeto que me transformou inteira. Foi um processo imersivo e de mudanças profundas onde fui afetada pela cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro do século 21, e aprendi na pele que é com o corpo inteiro que produzimos cultura de luta. Em 2020, mais uma vez, minha vida mudou completamente graças a COVID-19, agora, experienciando esse processo que apesar de ter sido vivido coletivamente naquela sala de aula específica do Google Meet e pelo mundo inteiro, também radicalizou sentimentos de isolamento.

O que trago para vocês é fruto dessas vivências, porque pesquisadora e pesquisa são indissociáveis, mas é também fruto dessas contradições. Se aprendi no campo,

---

A., Maia, Jorge. L., & Lima, Thayara. C. S. (2020). Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 162-183. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/n5t36tkzLX7YvFc3PThcr9m/abstract/?lang=pt>

viajando por todas as regiões desse Brasil, que a experiência de estar junto é transformadora, pude viver, na sala de aula, isolada, que mesmo que não estejamos fisicamente perto, a cultura de luta antirracista, produzida pelo movimento negro é capaz de afetar sujeitos e potencializar travessias para um ensino de História forjado na luta.

## Capítulo 1 – A Cultura de Luta Antirracista

### 1.1 - Novas e antigas formas de fazer movimento negro.

Um trabalho que carrega em seu título: “Cultura de Luta Antirracista” precisa inicialmente se preocupar em tornar explícitos seus pressupostos acerca da cultura. Neste capítulo percorrerei debates no interior do movimento negro brasileiro acerca dessa categoria, passarei à uma análise da compreensão que os sujeitos implicados na luta anticolonial tinham sobre cultura, para enfim iniciar o caminho pelos possíveis usos estratégicos da cultura no século 21.

Nas discussões gerais que envolvem o campo da História e da Antropologia é perceptível que as noções acerca do que vem a ser cultura estão longe de um consenso.

Alguns enxergam a cultura decomposta em cultura popular/cultura erudita, o que é questionado por Roger Chartier, que argumenta sobre a impossibilidade de se estabelecer uma distinção radical entre as mesmas, assinalando a existência de circulações fluidas, práticas partilhadas e diferenças imbricadas entre o erudito e o popular. Nesse sentido cabe igualmente lembrar E.P. Thompson ao contrapor-se a percepção de Clifford Geertz, que entende a cultura como teia de significados compartilhados, compondo um sistema. Thompson alerta sobre os cuidados quanto a generalizações como “cultura popular”, a qual se configura como arena de elementos conflitantes, e acentua que o termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.” (SOIHET, BICALHO e GOUVÊA, 2005, p.9).

Quando nos debruçamos sobre os debates dentro do movimento negro brasileiro, a questão da cultura se complexifica ainda um pouco mais. Os movimentos negros de cada época são fortemente influenciados pelos contextos sócio-históricos nos quais se conformam, dessa maneira, apesar de terem sempre como constante a luta pelo fim do racismo no Brasil, esses movimentos incorporam continuidades e descontinuidades entre si através do tempo, mas também características específicas que conversam com as questões e contextos de seus próprios tempos.

Em seu livro “‘O Mundo Negro’: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”<sup>13</sup>, Amílcar Araújo Pereira nos apresenta, a partir de

---

<sup>13</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2020.

entrevistas de história oral, a percepção de importantes lideranças do movimento negro contemporâneo, acerca de suas próprias trajetórias. Apesar de ter sido reconhecido como “contemporâneo” - esse é o risco de categorizações que se baseiam numa perspectiva temporal - o que era contemporâneo, já não é mais. Da mesma maneira, iniciei este trabalho de pesquisa categorizando o “movimento negro da atualidade”, logo percebi que a noção de “atualidade” era insuficiente para qualificar o grupo social específico que é sujeito dessa pesquisa, optei assim, pelo uso de “movimento negro do século 21”, entendendo evidentemente que este século ainda tem muito a percorrer. Pereira, por sua vez, delimita temporalmente sua análise sobre a constituição do movimento negro contemporâneo entre os anos 1970 e 1995. Acatando esse marco temporal o autor indica como processos significativos que influenciaram o contexto sócio-histórico no qual este movimento negro está inserido, a luta contra a ditadura civil-militar estabelecida no Brasil e a Marcha Zumbi dos Palmares<sup>14</sup>, no ano de 1995.

Uma das características importantes do movimento daquele período, ressaltada pelo autor, era uma evidente tensão entre cultura e política. Conforme evidencia Pereira:

Os debates sobre política e cultura no movimento negro contemporâneo brasileiro foram muito intensos **até recentemente**. Havia, principalmente no final da década de 1970 e início dos anos 1980, grupos do movimento que se autodenominavam como grupos estritamente políticos e avessos a muitas práticas chamadas por eles de "culturais" ou "culturalistas" Talvez o melhor exemplo, nesse sentido, seja o Movimento Negro Unificado, que radicalizaria o discurso político no final da década de 1970, muito em função de haver, entre suas principais lideranças, pessoas ligadas a organizações radicais de esquerda, como a Convergência Socialista por exemplo. Da mesma forma, havia também muitos outros grupos que utilizam até os dias de hoje práticas culturais diversas como elementos importantes para a mobilização política de setores da população negra. Talvez o exemplo mais emblemático nesse sentido seja o primeiro bloco afro, o Ilê Aiyê, criado em Salvador em 1974. (PEREIRA, 2013, p.222.) [grifo meu]

Apesar da indicação de que esse debate era intenso **até recentemente**, contribuindo para a ideia de que no momento da escrita esse seria um assunto em vias de resolução, defendo aqui que diante das demandas, características e contingências do

---

<sup>14</sup> Marcha Zumbi dos Palmares – Essa marcha ocorreu em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, no ano de 1995 em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi. Através da forte articulação do movimento negro foram mobilizadas mais de 30 mil pessoas, para demonstrar indignação em relação ao mito da democracia racial e denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/>, com último acesso em 01/05/2021, às 03:52, horário de Brasília.

século 21, essa tensão figura como uma das continuidades intergeracionais implicadas na luta antirracista, ainda que se encontre em novas roupagens.

Das entrevistas realizadas com militantes do movimento negro contemporâneo, Pereira destaca um exemplo emblemático dessa tensão entre cultura e política, a partir de dois pontos de vista distintos. Antônio Carlos dos Santos, o Vovô, fundador do Ilê Aiyê<sup>15</sup> diz o seguinte:

Nós já fomos chamados de “falso africano” e de “tocador de tambor” pelo próprio pessoal do movimento negro. Essas pessoas achavam que tinha que ser pelo político e não pelo cultural. Só que nós mostramos ao pessoal que só o fato de a gente criar um bloco desses já é um ato político. E você faz o político junto com o cultural. Porque você fazia aqui reuniões de movimento negro e só iam os mesmos. Às vezes tinha mais brancos do que negros nas reuniões, nos seminários onde tinha pesquisadores. **E no bloco afro, você faz na rua. Você tem o apelo popular, e ali você passa todas as informações.**” (PEREIRA, 2020, p.222, 223.) [grifo meu]

Gilberto Leal, liderança do MNU da Bahia, desde 1979, sobre o mesmo processo, apresenta sua percepção:

Eu sei que muita gente fala: ‘Nós temos um movimento cultural que também se desenvolveu no período.’ Mas não enfrentava a ditadura militar e não era um movimento de contestação política. **Era um movimento de ocupação de espaço estético** e era real, ainda é até hoje. Mas quem começou com o processo na Bahia de movimento político contestatório enfrentando os poderes constituídos foi o movimento negro organizado. (PEREIRA, 2020, p.223)

Então quando alguém quer dizer: “Ah! Mas o Ilê começou o Movimento Negro Baiano”, isso não é uma verdade! Agora, começou a performance cultural, é uma referência importantíssima do ponto de vista do resgate cultural, da autoestima, é importante, mas agora, **do ponto de vista dos postulados políticos jamais.** Aí eu tenho que ser verdadeiro porque se eu estiver negando isto, estou negando a minha própria história, o quanto eu vivi na ditadura militar. <sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Ilê Aiyê - O Ilê Aiyê é considerado o primeiro bloco afro do Brasil. Criado em 1974 no bairro da Liberdade, em Salvador, firma-se como polo de protesto contra o racismo, difundindo um sistema positivo de representação do negro e enaltecendo as raízes africanas da cultura nacional. Produz sua arte com música, dança, ilustração e vestuário e desenvolve, em paralelo, projetos de extensão pedagógica. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo636197/ile-aiye#:~:text=O%20Il%C3%AA%20Aiy%C3%AA%20%C3%A9%20considerado,ra%C3%ADzes%20africanas%20da%20cultura%20nacional.> , com último acesso em 01/05/2021, às 07:10, horário de Brasília.

<sup>16</sup> A entrevista completa está disponível para acesso no Portal do CPDOC - [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

Compreender a historicidade da tensão que envolve a cultura, no movimento negro brasileiro, nos ajuda a perceber as rupturas e continuidades que atravessam geracionalmente essa luta. Pensar sobre a abertura de um espaço popular onde “você passa todas as informações” ou sobre a oposição direta do “espaço estético” aos “postulados políticos” ajuda, por exemplo, a perceber certas continuidades. A concepção de que o espaço estético é substancialmente apolítico, manifestada por Gilberto Leal, em entrevista realizada no ano de 2006, permeia, ainda hoje, as relações entre grupos e indivíduos engajados na luta antirracista. Não podemos caminhar adiante, portanto, sem ao menos uma noção sobre percepções de estética, já que esse tema permanece no centro do debate.

Em seu artigo: “As políticas dos cabelos negros, entre mulheres: estética, relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro”<sup>17</sup>, apesar de tratar, de maneira mais específica, de uma estética corporal, Mylene Mizrahi, a partir da percepção de diversos autores, nos ajuda a complexificar essa visão acerca do que seria estética. A autora inicia flexibilizando nosso entendimento da arte, indicando que, segundo Alfred Gell (1998), arte “não diz respeito ao belo, ao agradável, mas é definida por suas capacidades transformativas, provocativas, por suas potências de captura.” (MIZRAHI, 2019, p.457.). Podemos começar a considerar a partir daqui, que o que é marcadamente visual, não é superficial. Essa visão se aprofunda quando a autora apresenta a percepção de Susan Buck-Morss (2012), sugerindo que:

A despeito das armadilhas que os usos do termo estética podem colocar, o que parece potente não é abandoná-lo, mas voltar a seu significado primeiro, primordial que (...) tem menos a ver com a arte, como a conhecemos no Ocidente, e mais com um vivenciar dos sentidos, um vivenciar feito fundamentalmente pelo corpo. Pensar em uma politização da estética torna-se possível assim, a partir de um corpo que conhece através dos sentidos, em contraposição a uma estetização da política, na qual a estética resultaria de uma anestesia à recepção dos estímulos externos que o mundo traz. Significa, portanto, escapar de uma *anestésica*, uma estética como prazer desinteressado, esvaziado de sentido ético, de compromisso com aquela realidade mesma que descrevemos, atitude presente na própria raiz da noção de estetização. (MIZRAHI, 2019, p.459.).

Podemos perceber aí a legítima possibilidade de uma leitura politizada da estética mediatizada por um corpo que vivencia o mundo em oposição a estetização da política,

---

<sup>17</sup> MIZRAHI, Mylene. As políticas dos cabelos negros, entre mulheres: estética, relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro. *Mana*, v. 25, nº 2, p. 457-488, 2019.

que, ao contrário, rompe a ligação entre a ética e a estética, centrando-se na ideia de um corpo que se desinteressa da realidade. Sendo a estética o produto de uma cognição exercida pelo corpo, conforme Buck-Morss, Mizrahi indica que cada um dos estilos de cabelo apresentados ao longo de seu artigo referir-se-ão a formas distintas “de o corpo sentir, conhecer e responder política e criativamente às imagens cristalizadas e racializadas produzidas sobre a negritude.”<sup>18</sup> Concordo com Mizrahi quando ela sugere que ao ser apresentado a diferentes formas de opressão racial - que se reatualizam a depender dos contextos - sujeitos negros criam universos estéticos distintos de maneira a responder politicamente em dimensões que não são alcançadas por uma forma tradicional de produzir narrativas.

Ainda que não haja mais uma crítica tão contundente ao que convencionou-se chamar de “culturalismo”, no contexto da produção de conhecimento e da luta antirracista das décadas de 70 e 80, ainda hoje muitos desses universos estéticos imaginados e criados pela população negra para fazer frente ao racismo acabam em uma balança que tenta medir quais atitudes e práticas podem ser consideradas políticas e quais não podem. Os diferentes universos estéticos, mesmo que venham ocupando um lugar de grande importância, tanto na década de 70, quanto para a juventude negra do século 21, recorrentemente, ainda hoje, são compreendidos como futilidade, e apontados, até mesmo em alguns setores do próprio movimento, a partir de seu suposto esvaziamento político. Movimentos como a geração tombamento<sup>19</sup> e o afrofuturismo<sup>20</sup>, por exemplo, que possuem forte apelo estético, são comumente apreendidos fora de um contexto de “corpo que vivencia o mundo”, e, portanto, produz impactos no mesmo; mas dentro de uma ideia de apreciação do “belo” e do “agradável”, mas etéreo e fora de sua relação com a realidade.

Para fins de pesquisa de campo dessa tese, tive a oportunidade de vivenciar a experiência na primeira turma de Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos do curso de Licenciatura em História da UFRJ, disciplina essa que consta como obrigatória no mais recente currículo do curso, implementado a partir de 2019-2. Essa experiência será

---

<sup>18</sup> MIZRAHI, 2019, P.462.

<sup>19</sup> Geração tombamento - Termo utilizado para designar uma juventude negra urbana que se apropriando da moda, da arte e da música, usam a estética como arma de combate ao racismo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lacrao-empoderamento-e-luta-conheca-geracao-tombamento/> , com último acesso em 13/05/2021, às 14:05, horário de Brasília.

<sup>20</sup> Que será explicado mais adiante.

analisada mais detidamente adiante, no entanto, me interessa aqui uma questão colocada no formulário de início do curso. Este formulário foi uma peça muito importante para o trabalho de campo, uma vez que experimentávamos pela primeira vez a dinâmica das aulas não presenciais. Minha intenção era compreender algumas percepções dos alunos sobre questões centrais que povoam o imaginário acerca da questão racial no Brasil e assim, ter possibilidades de construir estratégias no sentido de afetar tais discentes. A questão colocada era a seguinte: “Marque se você considera essas expressões positivas: humanos direitos, alta cultura, política, geração tombamento, cotas” e continuava “Porque você considera essas expressões positivas? Porque considera as demais negativas?”. Obtive de alunos de História e Pedagogia, que participaram da disciplina, respostas como as seguintes:

“[Política e cotas foram marcadas] As outras expressões considero negativas pois suas origens têm base em opiniões diretamente relacionadas à direita política e a aspectos fúteis empregados pela geração que mais utiliza as redes sociais.”

“[Política e cotas foram marcadas] Geração tombamento: a mim me parece uma proposta de tomada de posição muito esvaziada de conteúdo, que tem por finalidade "causar", espantar, e não destruir o modelo desigual de sociedade.”

“[Política e cotas foram marcadas] Geração Tombamento se refere à um grupo de jovens, geralmente negros, que estão mais preocupados em chamar muita atenção na internet sobre temas polêmicos, muita das vezes, temas de cunho racial, sem uma reflexão mais aprofundada desses temas.”<sup>21</sup>

Em artigo denominado “Performance e estética nas lutas do movimento negro brasileiro para reeducar a sociedade”<sup>22</sup>, Amilcar Pereira e eu discutimos o papel de algumas práticas performativas e estéticas, como importantes ferramentas políticas do movimento negro. O fizemos a partir do diálogo entre algumas entrevistas do projeto “Movimento negro na Atualidade” (MNA), do qual esta tese resulta, com algumas entrevistas do já mencionado projeto “Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC”.

---

<sup>21</sup>Respostas ao formulário de início de curso da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, realizada no ano de 2020.

<sup>22</sup> PEREIRA, Amilcar Araujo; LIMA, Thayara C. Silva de. Performance e estética nas lutas do movimento negro brasileiro para reeducar a sociedade. Rev. Bras. Estud. Presença, Porto Alegre, v. 9, n. 4, 2019.



Em entrevista realizada em 2018, para o projeto MNA, Joana Machado<sup>23</sup>, militante do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará <sup>24</sup>(CEDENPA), nos falou sobre algumas de suas percepções acerca da estética:

“Eu ainda percebo uma certa fragilidade nessa estética, porque virou muito estética. [...] Eu não vejo esses blacks dentro do DCE. A gente tem 50% desses blacks em cada curso aqui dentro e a gente não consegue arrancar uma consolidação. [...] É contraditório esse black todo dentro da universidade, essa estética, esses negros na universidade, mas a gente está só na estética” (PEREIRA e LIMA, 2019, p.22.).

A entrevistada, ainda que não evidencie diretamente o conflito cultura *versus* política, em sua fala, permanece elencando fazeres políticos *stricto sensu*, como por exemplo a participação no DCE (Diretório Central dos Estudantes) - mesmo em um cenário de sensível fortalecimento da organização estudantil em formatos alternativos a esse modelo, como é o caso dos coletivos negros universitários. Essa agregação em torno de um modelo institucionalizado e tradicional de reivindicação estudantil seria, então, o parâmetro utilizado para considerar sujeitos negros, portadores de uma determinada estética, enquanto politizados.

Tatiana Nascimento<sup>25</sup>, doutora em Estudos da Tradução (UFSC), cantora, compositora, tradutora e poeta brasileira, torna evidente sua perspectiva de que pensar política antirracista, no século 21, unicamente a partir de uma estrutura institucionalizada é, no mínimo, limitante.

A gente fez a primeira edição da mostra e foi grandiosa, maior do que a gente esperava (...) e acabou virando uma plataforma muito interessante desse ativismo no qual eu estou mais conectada hoje, que é a frente da cultura. Pensar de que formas a gente tem atuado nesse espaço de produção de imaginários, que é muito precioso e que é muito contaminado e dominado pelos discursos coloniais. (...) Aí eu acho que eu saí da militância mais dura, mais formal, essa militância de coletivo lésbico, entidades negras, para esse espaço de produção de imaginários que para mim é muito interessante. Eu fico vendo, talvez vocês reparem

---

<sup>23</sup> Entrevista com a professora Joana Carmen do Nascimento Machado, militante do CEDENPA, em 28 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, na Universidade Federal do Para (UFPA), na cidade de Belém, estado do Pará.

<sup>24</sup> CEDENPA – Organização criada em Belém, no ano de 1980. Tem entre suas fundadoras Nilma Bentes e Zélia Amador de Deus

<sup>25</sup> Entrevista com Tatiana Nascimento dos Santos, doutora em Estudos da Tradução, cantora, compositora, poeta, tradutora, realizadora experimental em audiovisual, organizadora da Palavra Preta - Mostra Nacional de Negras Autoras e Editora-Fundadora da Padê Editorial, em 7 de julho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, na residência de Tatiana, em Brasília, Distrito Federal.

isso também, quem tem mais de 35 anos consegue reparar isso com muita nitidez. Se antes você entrava no ônibus e 70% das pessoas eram mulheres negras, 90% [dessas] tinha o cabelo chapado. Hoje você entra no ônibus e vai ter um monte de mina com o cabelão cabuloso. (...) É outro lugar. A produção imagética, estética, artística, cultural está em um lugar de afirmação e de multiplicidade que alimenta um outro olhar.

Indo no mesmo sentido da fala de Tatiana Nascimento, Ana Flávia Magalhães Pinto, também brasiliense, professora da UNB, militante do movimento negro e que participava, na época, da organização do Festival Latinidades<sup>26</sup>, é questionada acerca das potencialidades do festival em afetar os sujeitos:

**A gente estava conversando sobre como popularizar as possibilidades de afetação dessas outras narrativas. O Latinidades vai muito nesse sentido, não é?**

Vai, não por minha responsabilidade. A responsabilidade disso está em Jaqueline Fernandes<sup>27</sup> e Chaia<sup>28</sup>, ela é uma pessoa não convencional. Ela tem esse espírito afrofuturista e o mais louco é que ela fala “vamos!”, eu digo “deixa eu cuidar só dos livros” e ela: “não! Bora”, então eu digo “tá bom! Vamos”. A gente precisa disso. Eu não posso passar a minha vida com aquela experiência do EnegreSer<sup>29</sup>, que apesar de muito dinâmico era muito informado por estratégias já tradicionais de fazer movimento negro.<sup>30</sup>

A partir do contato com o Festival Latinidades o afrofuturismo emerge do campo como uma possibilidade de ocupação do espaço estético, enquanto reação produzida pela população negra às distintas dimensões de opressões sofridas pela mesma. Notem que, se diante das características específicas de um contexto sócio-histórico marcado pela

---

<sup>26</sup> Criado em 2008, o Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, Latinidades, consolidou-se como o maior festival de mulheres negras da América Latina. Com 12 edições realizadas o projeto tem sido um grande encontro da cultura negra produzida em África e diáspora e também uma plataforma de impulsionamento de trajetórias de mulheres negras nos mais diversos campos de atuação. Disponível em: <http://afrolatinas.com.br/sobre-o-festival/>, com último acesso em 14/05/2021, às 19:55, horário de Brasília.

<sup>27</sup> Jaqueline Fernandes - Fundadora do Instituto Afrolatinas e do Festival Latinidades. Jornalista, pesquisadora, produtora e gestora cultural. De 2015 a 2016 foi Subsecretária de Cidadania e Diversidade Cultural, na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, onde desenvolveu políticas, programas e projetos estratégicos voltados para a proteção e promoção da cidadania e da diversidade das expressões culturais, tendo como foco grupos historicamente excluídos e em situação de vulnerabilidade.

<sup>28</sup> Chaia Dechen – Videomaker, fundadora da Griô Produções e idealizadora do Festival Latinidades.

<sup>29</sup> O EnegreSer foi um coletivo de estudantes negros, de diversos cursos da UNB. Este coletivo engajou-se e teve importante participação na luta pelas cotas raciais nesta instituição.

<sup>30</sup> Entrevista com a professora Ana Flávia Magalhães Pinto, articuladora da Rede de HistoriadorXs NegrXs e, na época da entrevista, organizadora do Festival Latinidades. Realizada em 5 de julho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, Em sua sala na Universidade Federal de Brasília, em Brasília, Distrito Federal.

ditadura militar, criava-se no movimento negro contemporâneo (1970-1995) uma tensão expressa entre cultura e política, correspondendo às características sócio-históricas específicas do século 21, marcado por novas tecnologias e uma profunda aceleração da circulação de informações e de narrativas, Ana Flávia Magalhães Pinto traz à baila a tensão, já antes apresentada por Tatiana Nascimento, entre as “formas tradicionais” e as “formas não-convencionais” de fazer movimento negro. Diante da aparente oposição entre “tradicional” e “não-convencional”, discutir acerca do movimento afrofuturista me parece um caminho frutífero para evidenciar a continuidade das tensões entre o que é político e o que não é, e as potencialidades que residem nas composições estéticas no sentido da produção de imaginários descolonizados.

### 1.1.1 - Afrofuturismo

A expressão “afrofuturismo” é cunhada, pela primeira vez, na década de 90 por Mark Dery, crítico cultural, ensaísta e autor branco, estadunidense num artigo chamado “Black to the future” que compunha o livro *Flame Wars: the discourse of cyberculture*<sup>31</sup>. Nesse artigo, a partir de entrevista com três artistas e intelectuais negros: Samuel R. Delany, autor de ficção científica; Tricia Rose, socióloga focada em discussões sobre Hip Hop; e Greg Tate, músico, produtor e crítico cultural; Dery demonstrava sua preocupação acerca da presença de afro-americanos na literatura de ficção científica, gênero em destaque no período.

Muito embora o conceito tenha sido elaborado apenas na década de 90, outros autores afrofuturistas, como Alondra Nelson, por exemplo, chamam a atenção para o fato de que o movimento afrofuturista não se inicia no artigo de Dery<sup>32</sup>. Tal artigo teria apenas dado o nome a uma tradição já anteriormente existente, a exemplo da obra de Sun Rá<sup>33</sup> e

---

<sup>31</sup> DERY, Mark. *Black to the future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose in Flame wars. The discourse of cyberculture*. Durham and London: Duke University Press, 1994.

<sup>32</sup> NELSON, Alondra. “Introduction”, *Future Texts*. Social Text, 2002.

<sup>33</sup> Sun Rá – Foi um compositor de jazz, poeta e um dos pilares musicais do afrofuturismo, conhecido por sua filosofia cósmica e por suas composições musicais e performances. O filme *Space Is The Place* é bem representativo de sua filosofia cósmica. O filme de John Coney, conta a história “oficial”, tal como escrita por Sun Ra, que assina o argumento. Realizado em 1974, começou a ser feito numa fase em que Sun Ra dava palestras em Berkeley sobre os negros e o cosmos. A convivência com estudantes universitários e intelectuais da contra cultura criou as condições para fazer o filme e nele Sun Ra, desaparecido desde 1969, mas a viver noutro planeta com a sua Arkestra, regressa a Chicago em 1943 e provoca um motim que dá origem a um jogo de cartas em que se decide o futuro da raça negra. Disponível em:

do conto “The Comet”, de W.E.B. Dubois<sup>34</sup>, que foram revisitadas e redefinidas enquanto afrofuturistas.

A definição inicial de Dery para o que seria o afrofuturismo é a seguinte: “ficção especulativa que trata temas sobre afro-americanos e aborda preocupações de afro-americanos no contexto da tecnocultura do século 20” (DERY, 1994, p. 180, apud Souza, 2019, p.32). Acontece que como um conceito/movimento vivo e em franco desenvolvimento o afrofuturismo tem sido debatido, reimaginado, reconstruído e redefinido ao longo do tempo. Outros autores, pensando a partir de suas questões e de suas realidades elaboraram definições diversas. Para Ytasha L. Womack:

“Tanto uma estética artística quanto uma estrutura para uma teoria crítica, o Afrofuturismo combina elementos da ficção científica, ficção histórica, ficção especulativa, fantasia, afrocentricidade e realismo mágico com crenças não ocidentais. Em alguns casos, uma **reelaboração total do passado e uma especulação do futuro** repleta de críticas culturais [...], uma interseção entre a **imaginação**, a tecnologia, o **futuro** e a **liberação**”. (WOMACK, 2015, p.30.) [grifo meu]

Lisa Yaszec fala um pouco mais acerca da posicionalidade do afrofuturismo indicando que trata-se de “ficção especulativa ou ficção científica escrita por autores afrodiáspóricos e africanos. É um movimento estético global que abrange arte, cinema, literatura, música e pesquisas acadêmicas” (YASZEK, 2013, p.1.). Enquanto isso, Fábio Kabral fala, a partir de uma perspectiva do afrofuturismo literário brasileiro, do qual é um dos expoentes:

“Africanfuturism is this movement of **recreating the past, transforming the present and projecting a new future through our own perspective.** (...) se me solicitassem uma definição mais concreta, poderia dizer que africanfuturism seria a mescla entre mitologias e tradições africanas com narrativas de fantasia e ficção científica, com o necessário protagonismo de personagens e autores negros e negras.” (KABRAL, 2019, p.106.)

A partir das diversas definições de afrofuturismo apresentadas até aqui, avisto alguns encontros. Início com aquele que se relaciona com a questão do tempo. Em seu livro: “Pele Negra, Máscaras Brancas”<sup>35</sup>, Frantz Fanon debate sobre as marcas produzidas

---

<https://maquinadeescrever.org/2015/06/29/sun-ra-jazz-extraterrestres-e-afrofuturismo/> , com último acesso em 20/05/2021, às 21:25, horário de Brasília.

<sup>34</sup> DU BOIS, W.E.B. Darkwater: Voices from within the Veil. New York: Harcourt, Brace and Company: 1920.

<sup>35</sup> FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

na psiquê do sujeito negro a partir da psicogênese, mas também da sociogênese do racismo. Nesse contexto o autor nos apresenta, não de maneira fatalista, mas buscando visibilizar as entranhas do processo de colonização, a ideia de que, tanto psicológica como socialmente, numa sociedade colonizada e racista “...para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.” (FANON, 2008, p.28), nesse futuro, especulado a partir da realidade política do momento, as projeções seriam ainda racistas e coloniais.

Samuel R. Delany, um dos três intelectuais entrevistados por Dery, apontara em sua entrevista, no ano de 1994, uma importante questão acerca das temporalidades: como uma população que passou por um processo de destruição sistemática de seu passado, enquanto projeto nacional, consegue projetar perspectivas de futuro baseadas na ontologia de seu próprio ser? (DERY, 1994, p.190-191). É importante destacar que, ainda que Delany se referisse especificamente à população negra estadunidense, essa realidade é perfeitamente válida para outras populações negras em diáspora, que tiveram o embranquecimento cultural, por vezes até físico, como política de estado, como é o caso do Brasil, por exemplo.

Ao refletir sobre as reelaborações do afrofuturismo ao longo do tempo, pensando justamente acerca dessa questão colocada por Delany e Dery, Kênia Freitas, importante pesquisadora no campo do afrofuturismo, no Brasil, apresenta o seguinte:

Uma primeira reelaboração importante para o conceito está não em um texto, mas no documentário ensaístico *Last angel of history* (John Akomfrah, 1996). O filme segue um ladrão de dados que vem de um futuro indeterminado e inicia uma escavação arqueológica na cultura negra do século 20 em busca de respostas para a sua própria existência. Coletadas pelo ladrão de dados estão imagens de arquivo, diversas das tecnologias negras (africanas e diaspóricas) e entrevistas com teóricos e artistas negros construtores do movimento afrofuturista. O título inspirado em Walter Benjamin aponta para um anjo que olha fixamente o passado em ruínas, ao mesmo tempo em que o progresso o empurra ininterruptamente para frente. Essa apropriação benjaminiana feita por Akomfrah resume imagetivamente uma das questões centrais que perpassam desde o texto inaugural de Mark Dery o debate afrofuturista: como a comunidade negra diaspórica que teve deliberadamente o nosso passado roubado e apagado pela escravidão consegue, sem esse acervo de imagens, vislumbrar futuros? (FREITAS, 2018, p.406.)

Kodwo Eshun, se debruçando mais detidamente nessa questão, em seu texto “Mais considerações sobre o afrofuturismo”<sup>36</sup>, de 2003, apresenta a importância vanguardista de autores como Fanon e Benjamin, no sentido de lidar com o acesso aos acervos históricos de modo a possibilitar novos futuros: “Na era colonial do começo à metade do século 20, vanguardistas, de Walter Benjamin a Frantz Fanon, se revoltaram em nome do futuro, contra uma estrutura de poder que se baseava no controle e na representação do arquivo histórico.” (ESHUN, 2015, p.46).

Nesse texto, afrofuturista que é, Eshun desenvolve uma narrativa que condensa autores pós-coloniais como Hommi Bhabha, Paul Gilroy e sua categoria de *Atlântico negro*, com a construção de um futuro especulativamente imaginado, que intervém na narrativa no sentido de provocar reflexão. Eshun inicia sua explanação sugerindo um caminho pelo qual uma ficção científica, no presente, poderia tocar e influenciar o futuro.

A ficção científica pode ser melhor compreendida, nas palavras de Samuel R. Delany, como algo que oferece “uma distorção significativa do presente” (Last Angel of History, 1995). Para ser mais preciso, a ficção científica não está olhando para o futuro e nem é utópica. Antes disso, na expressão de William Gibson, a ficção científica é um meio pelo qual se pré-programa o presente (citado em Eshun, 1998). Olhando para trás, dentro do gênero, fica aparente que a ficção científica nunca esteve preocupada com o futuro, mas sim em articular trocas entre seu futuro preferido e seu devir presente. (ESHUN, 2015, p.47 e 48).

Dessa maneira, se o futuro desenhado hoje é um futuro predatório, racista e colonizado/colonial, a intervenção na produção e na distribuição dessa dimensão temporal constitui, para o autor, um ato cronopolítico. A cronopolítica seria, assim, uma percepção politizada do tempo ou ainda, uma ação política que busca intervir no tempo para criar outros futuros possíveis.

Criando complicações temporais e episódios anacrônicos que perturbam o tempo linear do progresso, esses futuros ajustam a lógica temporal que condena sujeitos negros à pré-história. Falando cronopoliticamente, essas historicidades revisionistas podem ser entendidas como uma série de poderosos futuros competindo entre si, que infiltram o presente em taxas diferentes.” (ESHUN, 2015, p.55.).

É importante perceber que a todo tempo, trato aqui não de uma construção direta da realidade, mas da produção de imaginários que tem o potencial de promover desestabilizações políticas nessa realidade. Se o monopólio colonial desse arquivo

---

<sup>36</sup> ESHUN, Kodwo. Mais considerações sobre o afrofuturismo in FREITAS, Kênia (org.) AFROFUTURISMO. Cinema e música em uma diáspora intergaláctica. Tradução de André Duchiede. São Paulo: Caixa Cultural. 2015, p.97.

histórico provocou, no presente, realidades ainda coloniais e ainda racistas, concordo com o autor que a partir do resgate de experiências que foram silenciadas:

o Afrofuturismo pode ser caracterizado como um programa para a recuperação das histórias de contra-futuros criadas em um século hostil à projeção afrodiaspórica e também como um espaço no qual o trabalho crítico de produzir ferramentas capazes de intervir no atual regime político pode ser levado a cabo. A produção, migração e mutação de conceitos nos campos do teórico e do ficcional, do digital e do sônico, do visual e do arquitetural exemplificam o campo expandido do Afrofuturismo, considerado como um projeto multimídia distribuído através dos nós, centros, anéis e estrelas do Atlântico Negro. (ESHUN, 2015, p.59 e 60.).

Assim como o ladrão de dados que voltara ao passado em busca de respostas na alegoria criada por Jonh Akomfrah, a população negra tem inventado criativamente suas próprias “máquinas do tempo”, formas de “retorno ao passado” a partir de onde consigam elaborar um futuro. Não podemos assim, imaginar o afrofuturismo, enquanto um fenômeno no Brasil, fora da cena literária afro-brasileira, apresentada por Conceição Evaristo na Conferência de abertura do XIII Encontro Regional Sudeste de História Oral: Narrativas de (re)existências:

A busca do passado histórico pelos povos subjugados, ontem e hoje, tem sido um movimento marcante e de cunho emancipador. Como tal passado não se escreveu na história elaborada pelos dominadores, sofrendo um processo de apagamento - ou quando escrito, foi violentamente deturpado - o fenômeno literário surgido a partir desses sujeitos históricos vem de uma veia subterrânea na qual estão inscritos. História que aflora desafiando, questionando e transgredindo os relatos instituídos, oficializados por uma cultura hegemônica. Observa-se, pois, uma história e uma ficção que se volta para o interior de uma realidade própria circundando mundos específicos, trazendo um discurso próprio que revela a voz dos que, até então foram silenciados. Nesse sentido, pode se afirmar que a apropriação que os afro-brasileiros fazem do passado conflita com o registro da História oficial e **tem servido como orientação para uma práxis política vivida através de várias modalidades da arte.** Reunindo elementos culturais de matrizes africanas como forma de resistência e com isso buscando novas formas de intervenção no social, os afro-brasileiros promovem arte e política a partir da condição de subalternidade experimentada por eles. (EVARISTO, 2021, p.25) [grifo meu].

Ao contar sobre o impacto da obra literária de Conceição Evaristo em sua própria poesia, Tatiana Nascimento ressalta a possibilidade de aprender ali sobre a diáspora e reforça a própria afirmação da autora acima, quando demonstra que esse aprendizado através da obra de Conceição Evaristo, a influencia não apenas a falar, mas a construir “imagneticamente, literariamente, ficcionalmente” num exercício de práxis política, um

mundo que, embora ainda não exista, já começa a ser desenhado. Através da própria Tatiana Nascimento:

...a literatura, pra mim é muito fundamental. Para mim, ler Conceição Evaristo é aprender sobre a diáspora, pensar a confusão existencial de um monte de gente junta em Becos da Memória. A pessoa está fazendo comida para alguém que ela não sabe se vai voltar, porque [essa pessoa] foi decidir se a terra vai ter um metro a mais ou a menos. Isso é uma disputa cabulosa. Até hoje as pessoas morrem muito no campo [por isso], e as pessoas pretas morrem mais. E é como a gente está falando, não é só reclamar do mundo que a gente está vivendo, que está ruim. Como a gente está construindo imageticamente, literariamente, ficcionalmente, o mundo em que a gente quer viver?<sup>37</sup>

A afirmação presente na obra de Fanon de que “...para o negro há apenas um destino. E ele é branco” se encontra com o título do artigo de Kênia Freitas “O futuro será negro ou não será”. Ambos são, à primeira leitura, enganosamente opostos, no entanto, pós-coloniais e afrofuturistas, autores de literatura e articuladores da luta de libertação, muitas vezes poetas e revolucionários em uma mesma pessoa, se abraçam no empreendimento de construir um futuro possível “utópico, ou ao menos positivo” para a população negra. (FREITAS;MESSIAS, 2018, p.409.)

### **1.1.2 - A produção de imaginários e sua potência política**

Parto deste ponto para pensar acerca daquelas tensões, já antes mencionadas, sobre o que seria político e o que não. No que diz respeito ao próprio exercício de criar ficções em função da conformação de uma realidade político-social, essa não é exatamente uma novidade na história do mundo, nem ao menos o é na história das relações raciais. Narrativas ficcionais são usadas desde muito tempo no intuito de moldar imaginários com intenções políticas.

Aimé Césaire foi um dramaturgo, poeta, ensaísta e político além de um dos grandes combatentes do colonialismo, especialmente o francês, do qual a Martinica, seu país natal, era colônia. Em seu texto “Discurso sobre o Colonialismo”, publicado pela primeira vez em 1955, Césaire nos diz seguinte:

Não se pode dizer que o pequeno-burguês não tenha lido nada. Pelo contrário, ele leu tudo, devorou tudo. Acontece que seu cérebro funciona com alguns dispositivos digestivos do tipo elementar. Filtra. E o filtro deixa passar apenas o que pode alimentar a boa consciência burguesa.

---

<sup>37</sup> Entrevista com a poeta Tatiana Nascimento dos Santos, organizadora da Palavra Preta - Mostra Nacional de Negras Autoras, em 7 de julho de 2018. Brasília, DF.



Os vietnamitas, antes da chegada dos franceses em seu país, eram pessoas de cultura antiga, requintada e refinada. Esse lembrete aborrece o Banco da Indochina. Façam a máquina de esquecimento funcionar!

Esses melgaxes, hoje torturados, eram, há menos de um século, poetas, artistas, administradores? Silêncio! Boca costurada! E o silêncio é profundo como um cofre forte!

Felizmente restam os negros. Ah, os negros! Vamos falar sobre os negros!

Bem, sim, vamos falar disso.

Impérios sudaneses? Bronzes do Benin? Escultura Shongo? Ótimo, será a oportunidade para escapar das tantas quinquilharias sensacionais que adornam capitais europeias. Música africana? Por que não?

E o que disse(...) Frobenius? E vamos ler juntos:

“Civilizados até a medula dos ossos! A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.”

O pequeno-burguês não quer ouvir mais nada. Com um movimento de orelhas ele afugenta a ideia.

A ideia, a mosca inoportuna

Então, camarada, perceba – de maneira ativa, lúcida e consistente – como teus inimigos não [são] apenas os governadores sádicos e prefeitos torturadores, não apenas os colonos flageladores e banqueiros gananciosos, não apenas pomposos políticos lambendo cheques e magistrados a venda, mas, da mesma forma e da mesma maneira, jornalistas venenosos, etnógrafos metafísicos e dogonados, teólogos excêntricos e belgas, intelectuais tagarelas (...) os amantes do exotismo, (...) os mistificadores. (CÉSAIRE, 2020, p. 38 e 39.)

Observem que em seu texto mais famoso, acerca do colonialismo e da luta contra o mesmo, Césaire evidencia que os inimigos a serem combatidos não são apenas personagens políticos evidentes, de uma política *stricto sensu*, mas também os construtores de imaginário, os que fortaleceram o racismo científico e criaram narrativas perversas sobre raça. A este fenômeno apresentado por Césaire, Achille Mbembe denomina *fabulação*.

Na maneira de pensar, imaginar e classificar os mundos distantes o discurso europeu, tanto o erudito como o popular com frequência recorreu a procedimentos de fabulação. Ao apresentar como reais, certos e exatos fatos muitas vezes inventados, escapou-lhe justamente o objeto que buscava apreender, mantendo com ele uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando a sua pretensão era desenvolver saberes destinados a apreendê-los objetivamente (...) os procedimentos graças aos quais o trabalho de fabulação pôde ganhar corpo, assim como seus efeitos violentos, são hoje bem conhecidos (...) se existe um objeto e um lugar onde essa relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta se dão a ver do modo mais brutal, distinto e manifesto, é exatamente esse signo que chamam

de negro e, por tabela, o aparente não lugar que chamamos de África”. (MBEMBE, 2018, p.31.)

Diante das persistentes consequências políticas da *fabulação* levada adiante pela empresa colonial europeia, precisamos estar atentos à luta que se trava no campo do imaginário. A chamada luta política *stricto sensu* e a subestimada “dimensão cultural”, capaz de produzir imaginários, não são concorrentes, nenhuma delas é menor. Ambas caminham juntas, tão profundamente complementares que me incomoda a necessidade do uso de duas expressões distintas para comunicar a mesma ideia. A destruição do racismo, estrutural na nossa sociedade, passa pelo seu expurgo em todas as dimensões. No século 21, assim como na luta contra o colonialismo – uma experiência transnacional, compartilhada, na qual o movimento negro brasileiro tem se inspirado de longa data - todas as ferramentas devem ser utilizadas no sentido de descolonizar, por dentro e por fora. Uma dimensão necessariamente depende da outra.

O afrofuturismo, movimento reconhecidamente estético, mas que nem por isso deixa de ser político - assim como tantas outras *narrativas do movimento negro*<sup>38</sup>- é, portanto, uma potente ferramenta na luta antirracista. Para Waldson Gomes de Souza, se Mbembe afirma que o discurso eurocêntrico sobre raça é uma ficção a serviço da branquitude, - acrescente-se aí: uma ficção que produz realidades - o autor entende o afrofuturismo como uma forma de utilizar a própria ficção para se opor a esse discurso dominante. (SOUZA, 2019, p.42).

Em 2015, Walidah Imarisha, lançou, em parceria com Adrienne Maree Brown,<sup>39</sup> o livro “Octavias Brood: Science Fiction Stories from social justice movements”<sup>40</sup>. Este livro, nomeado em homenagem a Octavia Butler, importante autora afroamericana afrofuturista, é uma coletânea de ficção científica radical composta por textos produzidos por articuladoras, lideranças políticas, transformadoras sociais e visionárias. Ao falar

---

<sup>38</sup> Essa categoria será explicada mais adiante, no capítulo 2.

<sup>39</sup> Adrienne Maree Brown vive em Detroit. Ela é redatora residente no Emergent Strategy Ideation Institute, e autora de Holding Change: “The Way of Emergent Strategy Facilitation and Mediation”, “We Will Not Cancel Us and Other Dreams of Transformative Justice”, “Pleasure Activism: The Politics of Feeling Good”, “Emergent Strategy: Shaping Change”, “Changing Worlds” e co-editora de “Octavia’s Brood: Science Fiction from Social Justice Movements” e “How to Get Stupid White Men Out of Office”. Ela é copresentadora dos podcasts: “How to Survive the End of the World”, “Octavia’s Parables” e “Emergent Strategy”.

<sup>40</sup> IMARISHA, Walidah; BROWN, Adriene M. Octavia's Brood: Science Fiction Stories from Social Justice Movements. California: Oakland, AKPress: 2015.

sobre a organização do livro e de suas crenças acerca das potencialidades do afrofuturismo, Imarisha indica o seguinte:

Nós começamos a antologia com a crença de que toda articulação política é ficção científica. Quando falamos sobre um mundo sem prisões; um mundo sem violência policial; um mundo onde todo mundo tem comida, roupas, abrigo, educação de qualidade; um mundo livre da supremacia branca, patriarcado, capitalismo, heterossexismo; estamos falando sobre um mundo que não existe atualmente. E sonhá-lo coletivamente significa que podemos começar a trabalhar para fazê-lo existir. (IMARISHA,2020, p.255.)

No trecho a seguir, este que já compõe a obra acima citada, a autora localiza a importância do que ela chama de *visionary fiction* para a descolonização do imaginário. Destrinchando as possibilidades de uso da “ficção visionária” Imarisha ressalta que:

A ficção visionária oferece aos movimentos por justiça social um processo por meio do qual explorar a criação de novos mundos (embora não seja em si uma solução - e é aí que entra o trabalho prolongado de organização comunitária). Eu propus o termo “ficção visionária” (*visionary fiction*) para abranger os modos de criação entre gêneros literários fantásticos que nos ajudam a elaborar esses novos mundos. Esse termo nos lembra de sermos completamente irrealistas em nossas organizações, porque é somente por meio da imaginação acerca do assim chamado impossível que podemos começar a concretamente construí-lo. Quando liberamos nossas imaginações, questionamos tudo. Reconhecemos que nada disto é fixo, que é tudo poeira estelar, e que nós temos a força para moldá-lo do modo que o fizermos. Para parafrasear Arundhati Roy: outros mundos não apenas são possíveis, mas estão vindo - e já podemos ouvi-los respirar. É por isso que a descolonização da imaginação é o mais perigoso e subversivo de todos os processos de descolonização. (IMARISHA,2020, p.255 e 257.)

Um exemplo de exercício especulativo que potencializa a descolonização do imaginário, pode ser vista em “The Comet”<sup>41</sup>, conto afrofuturista escrito em 1920 pelo importante ativista pelos direitos civis afro-americanos W.E.B du Bois. O que nos interessa aqui é perceber como a luta política *stricto sensu* e a luta no campo da construção do imaginário caminham juntas. Conforme descrito por Waldson Gomes de Souza:

...o conto “The comet” [O cometa], de W. E. B. Du Bois, foi publicado originalmente em 1920 e descreve uma catástrofe resultante da colisão de um cometa com a Terra. A princípio, Jim,

---

<sup>41</sup> O conto “The Comet” foi originalmente publicado como decimo capítulo do livro “Darkwater”, de Du Bois, cuja referência pode ser vista a seguir. DU BOIS, W.E.B. Darkwater: Voices from within the Veil. New York: Harcourt, Brace and Company: 1920.

um homem negro, pensa ser o único sobrevivente conforme vai andando por uma Nova York completamente destruída, deserta e repleta de corpos. Depois de um tempo vagando e lidando com o sentimento de estar sozinho no mundo, ele acaba encontrando uma mulher branca chamada Julia. O encontro dos dois é instantaneamente marcado por uma tensão racial e de classe causada pelo contraste entre a cor de suas peles e entre as roupas que usam. Julia jamais imaginou que justo um homem negro a salvaria, e Jim estava certo de que antes da catástrofe ela jamais o olharia duas vezes. Julia pensa nele como pertencente a outro mundo, quase um alienígena. “Não que ele não fosse humano, mas habitava um mundo tão distante do dela, tão infinitamente distante, que ele raramente entrava nos pensamentos dela. No entanto, quando ela olhou para ele com curiosidade, ele parecia bastante comum e habitual” (DU BOIS, 2000 [1920], p. 9, tradução minha). Julia é forçada a olhar para Jim, realmente olhar, como nunca havia olhado outro negro antes, e apenas porque não existe outro ser humano para ser visto. Após um tempo juntos, ela se dá conta de que está acompanhada por um estranho, e o que é pior, um estranho em termos de sangue e cultura. Temendo os pensamentos que Jim pode ter, ela foge. Mas foge só por tempo suficiente para perceber que estar completamente sozinha é pior do que estar com Jim. Então ela desiste da ideia e retorna. A situação obriga Julia a permanecer com Jim, afinal são os últimos sobreviventes, o mundo todo foi destruído. No desenrolar da história, eles ficam mais próximos, raça e classe não importam mais, Jim passa a ser visto como humano. Eles são apenas homem e mulher, quase Adão e Eva, mas sem Éden. Não há paraíso, apenas destruição. Até esse momento é possível imaginar a humanidade sendo reconstruída pelos dois e se perguntar se existiria racismo nas gerações futuras. Entretanto, o conto elimina essa pergunta quando se encaminha para o desfecho e Jim e Julia descobrem que apenas Nova York foi destruída, não o mundo inteiro como haviam pensado. O pai de Julia e outros homens aparecem, um deles automaticamente perguntando se Jim fez algum mal a ela. No instante em que outros seres humanos aparecem, a raça de Jim volta a ser importante, ele passa a ser só mais um negro. Conforme relatos do acontecimento se espalham, há espanto no fato de apenas uma mulher branca e um homem negro terem sobrevivido em toda Nova York. E muitos duvidam que Jim cuidou de Julia e a manteve salva. (SOUZA, 2019, p.36-37.)

Podemos perceber através da descrição analítica anterior, a grande capacidade de Du Bois de, através de um exercício especulativo, criar uma alegoria capaz de representar uma experiência subjetiva da população negra estadunidense diante do regime de segregação racial – conhecido como Jim Crown - de maneira a torná-la palpável e inteligível para sujeitos que se encontravam fora de seu espectro de ação convencionalmente política. O Afrofuturista Du Bois, faz aqui uso do estranhamento,

inerente à ficção científica, para gerar estranheza também dentro do panorama político sócio racial. Kodwo Eshun nos lembra que no começo do século 20 o intelectual Du Bois:

denominou a condição de alienação estrutural e psicológica como “dupla consciência”. [para Eshun] A condição da alienação, entendida em seu sentido mais geral, é uma inevitabilidade psicossocial **que toda a arte afrodiáspórica** usa em sua própria vantagem, por meio da criação de contextos que encorajam um processo de desalienação. (ESHUN, 2015, p.56.)

Imaginar mundos, especular possibilidades e sonhar novos caminhos pode parecer muito poético, lúdico ou não tradicional: “Interessante, mas acientífico; interessante, mas subjetivo; interessante, mas pessoal, emocional, parcial” (KILOMBA, 2019, p.55.), conforme critica Grada Kilomba ao refletir sobre a produção de conhecimento na relação *margem / centro* e o mito da neutralidade. No entanto, projetos teórico-políticos profundamente relacionados a experiências sociais de luta por descolonização, nos incentivam na direção de radicalizar nossa imaginação para produzir futuros e criar novos mundos descolonizados. Como afirma Kilomba:

A margem se configura como um "espaço de abertura radical" (hooks, 1989, p. 149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como "raça", gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. Nesse espaço crítico, "podemos imaginar perguntas que não poderiam ter sido imaginadas antes; podemos fazer perguntas que talvez não fossem feitas antes" (Mirza, 1997, p. 4), perguntas que desafiam a autoridade colonial do centro e os discursos hegemônicos dentro dele. Assim, a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos. (...) Como escrevi na Introdução, é preciso criar novos papéis fora dessa ordem colonial. Isso é o que Malcolm X chamou de "descolonização de nossas mentes e imaginações: aprender a pensar e ver tudo com "novos olhos", a fim de entrar na luta como sujeitos e não como. (KILOMBA, 2019, p.68-69.)

### 1.1.3 - Retomando a questão inicial...

O Festival Latinidades, evocado por Ana Flávia Magalhães Pinto em nossa entrevista na UNB, partindo do tema “Utopias negras”, em sua 13ª edição realizada no ano de 2020, carregou o seguinte lema: “*Se não imaginarmos alternativas, não haverá nenhuma*”<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Instituto Afrolatinas. Afrolatinas Mulheres Negras, 2021. Festival Latinidades. Disponível em: <http://afrolatinas.com.br/tema/> , com último acesso em 01/06/2021, às 17:08, horário de Brasília.

Em 2017, ano em que o Festival completara seus 10 anos, ele abraçou o tema: “Horizontes de liberdade: afrofuturismo nas asas da Sankofa”, trazendo os seguintes questionamentos:

...como a arte e os saberes de mulheres negras, assim como suas lutas históricas e contemporâneas por direitos e por liberdade, incidem no presente? Como podem orientar a pensar e a criar o futuro dessas mulheres? O conceito de Sankofa, dos povos Akan, ensina que tudo aquilo que foi perdido, esquecido, renunciado ou roubado no passado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou recuperado no presente. “O que queremos resgatar, e o que deixaremos no passado? Que futuro queremos e como vamos construí-lo?”<sup>43</sup>

Já na edição de 2020 ele volta com alguns acúmulos:

Chegamos até aqui porque as que vieram antes não abriram mão daquilo que parecia inalcançável: construir e ocupar outros lugares, além dos que foram predeterminados pelo patriarcado e pelo racismo colonial sistêmico. Essas utopias, utopias negras, são tecnologias ancestrais, às quais devemos, mais do que nunca, recorrer como possibilidade de direção agora. Sonhar para combater o absurdo. Conectadas com histórias de resistência que não nos contaram nos livros, aprendemos que a memória é uma disputa constante e avançamos para o futuro, guiadas pelo pássaro Sankofa. Ele olha para a frente, enquanto se move para trás e nos diz: “Se wo were fi na wosankofa a yenkyi – não é tabu voltar para trás e recuperar o que você perdeu”. Vivendo na prática essa herança filosófica, ancestral e não linear, nos tornamos sementes. E, como afirma o provérbio bantu, a semente é mais velha que a árvore. As utopias de nossas mais velhas nos trouxeram até aqui e nos levarão além. (...) Não abriremos mão dos nossos próprios marcos imaginativos, porque já temos um rol de conquistas a partir deles. Utopia para nós é tradição, é fundamento. (...)Somos um festival multilinguagens, que parte do lugar das artes e da cultura para dialogar, disputar narrativas e fortalecer diferentes saberes de mulheres negras: na academia, na rua, em casa, na escola, no chão de fábrica, na comunicação, nos movimentos sociais, na gestão de políticas públicas...na diversidade infinita das nossas potências e possibilidades de produção de conhecimento. (...) Nossa história nasce de muitas utopias, herdadas e construídas. Não vamos parar. Vilma Reis já nos

---

43“Festival Latinidades lança campanha de financiamento coletivo para edição de 2017”. Geledés, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/festival-latinidades-lanca-campanha-de-financiamento-coletivo-para-edicao-de-2017/> com último acesso em 01/06/2021, às 17:09, horário de Brasília.

alertou: “somos a esperança nos escombros”. Então, na mesma lógica do fique em casa<sup>44</sup>, se puder, por favor, sonhe!<sup>45</sup>

Note que em nenhum momento a ideia é se referenciar num passado mítico e estático, muito pelo contrário, ao olhar para o passado o Festival Latinidades remete-se à trajetória e a experiência de luta das mais velhas, suas conquistas, seus aprendizados e às bases erguidas a partir das quais se podem construir possibilidades de futuro.

Apesar de o discurso acerca do dito “culturalismo” ter arrefecido (nestes termos), lidamos, ainda hoje, com a desconfiança acerca de movimentos políticos importantes, como o afrofuturismo, por exemplo, mas que fogem à regra do que seria um movimento político “tradicional”. Colocando em perspectiva sua experiência de participação em dois movimentos distintos, o coletivo EnegreSer e a organização do Festival Latinidades, Ana Flávia reafirma o potencial político de movimentos não tradicionais, para a luta antirracista:

O que o EnegreSer fazia era muito óbvio: ‘estamos aqui para discutir seriamente porque nós somos sérios, muito sérios, raivosos’. No Latinidades ninguém pensa que vai para uma coisa absolutamente séria, e daí a pouco você começa a ver na boca dessas meninas uma série de discussões, uma série de informações que sabe o que é que vai acontecer quando essas meninas tiverem a nossa idade.<sup>46</sup>

Pereira concluiu, em seu trabalho, que a cisão entre cultura e política é insuficiente para analisar as conquistas do movimento negro contemporâneo (1970 – 1995) no Brasil, como pode ser visto no trecho a seguir:

Contudo, observo hoje que algumas das práticas consideradas "culturalistas" por Hanchard no início da década de 1990, como por exemplo a construção do 20 de Novembro e a "glorificação", como diz Hanchard, de Zumbi dos Palmares como símbolo da luta pela liberdade do povo negro no Brasil, tornaram-se importantes para a consolidação do movimento negro contemporâneo e levantaram, nas últimas décadas, intensos debates a respeito da "memória da abolição" e da "reavaliação do papel do negro na história do Brasil" - que inclusive era uma demanda apresentada já em 1978 na Carta de Princípios do MNU. (PEREIRA, 2013, p. 231.)

---

<sup>44</sup> A 13ª edição do Festival Latinidades foi realizada, pela primeira vez em sua história, de modo completamente *online*, em função da pandemia de COVID-19.

<sup>45</sup> Instituto Afrolatinas. Afrolatinas Mulheres Negras, 2021. Festival Latinidades. Disponível em: <http://afrolatinas.com.br/tema/>, com último acesso em 01/06/2021, às 17:10, horário de Brasília.

<sup>46</sup> Entrevista com a professora Ana Flávia Magalhães Pinto organizadora do Festival Latinidades e articuladora da Rede de HistoriadorXs NegrXs, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.

O conflito entre “político” e “cultural” transfigurou-se hoje numa queda de braços entre o que é movimento negro tradicional e o que não é. Nesta disputa, movimentos não convencionais, produzidos a partir do paradigma da descolonização do imaginário, a exemplo de movimentos marcadamente estéticos, como é o caso do afrofuturismo e da “geração tombamento”, entre outros, são costumeiramente criticados dentro de setores do próprio movimento enquanto “esvaziados”, ao passo que são também marginalizados dentro da produção acadêmica acerca dos movimentos sociais, por uma rasa associação ao universo das mídias sociais e da cultura pop - “ambientes” inclusive fortemente relacionados ao contexto sócio-político do Século 21. Concluo essa sessão sugerindo que tal oposição cria uma imensa lacuna nas possibilidades de análise do que é o antirracismo produzido a partir do movimento negro, neste século:

Eu escuto os dinossauros falando desde o século 20: “ah, o movimento negro de massas”, e a gente não conseguia. Tem uma questão que o Brasil tem as suas especificidades, mas quando a gente promove uma alteração na autoidentificação da população, quando a gente vê essa alteração vivenciada nos corpos de pessoas jovens e velhas – não é só a garotada – isso é fruto de um movimento que teve um impacto no seu campo de alcance real. O movimento negro, ainda que você não tenha pessoas institucionalizadas, ele alcançou corações e mentes em escala nacional e a gente não sabe lidar com isso ainda, porque a gente tinha uma expectativa de que isso aconteceria se houvesse um entendimento único. Tanto é que os mais velhos seguem dizendo: ‘o movimento negro precisa construir um projeto político de nação para o Brasil’, aí eu falo ‘precisa. Mas você acha mesmo que vai ser com a cúpula?’, e você acha que esse projeto político de nação já não está, em alguma medida, sendo rascunhado por essa movimentação toda de gente dizendo: ‘não vou ficar no mesmo lugar!’? <sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Entrevista com a professora Ana Flávia Magalhães Pinto organizadora do Festival Latinidades e articuladora da Rede de HistoriadorXs NegrXs, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.



## 1.2 - A construção de futuros e a luta contra o colonialismo – notas sobre cultura, na luta por libertação.

*Quando o milho desponta nos nossos campos,  
é porque previamente preparamos o chão e regamos a semente com  
o suor do nosso próprio trabalho. O futuro é sempre  
construído sobre o trabalho diário das  
nossas mãos e do nosso espírito.*

Mensagem de Ano Novo do Comitê Central aos militantes da FRELIMO, 1968<sup>48</sup>

### 1.2.1 - O papel da cultura

A luta anticolonial empreendida em Guiné-Bissau e Cabo Verde - países dominados por Portugal desde 1915 e que alcançaram o reconhecimento de sua independência em 1974 e 1975 respectivamente – tem como principal liderança Amílcar Cabral, que foi um dos fundadores e esteve à frente do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde). A liderança de Amílcar Cabral, nesse processo, é reconhecidamente marcada pela preocupação com a realidade do povo. Por conta de seu contato muito próximo com os camponeses durante o primeiro recenseamento agrícola da Guiné Bissau, do qual fez parte enquanto agrônomo, Cabral teve a possibilidade de conhecer de perto essa realidade. O “pragmatismo revolucionário” tornou-se marca de seu pensamento político (PEREIRA & VITTORIA, 2012):

(...) o povo não luta por ideias, por coisas que estão na cabeça dos homens. O povo luta e **aceita os sacrifícios exigidos pela luta**, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver sua vida progredir e para garantir o futuro de seus filhos. Libertação nacional, luta contra o colonialismo, construção da paz e do progresso – independência – tudo isso são coisas vazias e sem significado para o povo, se não se traduzem por uma real melhoria das condições de vida. (CABRAL, 1974a, p.46.)

Para o autor/revolucionário, a teoria política não deve se sobrepor ao que é a materialidade das questões que ferem o povo num regime colonial, assim, ele evidencia que é necessário sempre partir da realidade do povo para criar condições para a luta de libertação. No trecho acima, e em muitos outros momentos de sua obra e de sua vida política, são construídas e solidificadas as relações entre a realidade e a luta. Em seu

---

<sup>48</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Tradução de Maria da Graça Forjaz. – Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976. P.251.

texto\discurso “Partir da realidade da terra. Ser realistas”<sup>49</sup>, Cabral discute um importante princípio do PAIGC:

Nós avançamos para a nossa luta seguros da realidade da nossa terra (com os pés fincados na terra). Quer dizer, em nosso entender não é possível fazer uma luta nas nossas condições, não é possível lutar de facto pela independência de um povo, não é possível estabelecer de facto uma luta armada, como a que tivemos que estabelecer na nossa terra, sem conhecermos a sério a nossa realidade e sem partirmos a sério dessa realidade para fazer a luta. (CABRAL, 1974b, p.97.)

Tendo uma percepção tão pragmática da importância da realidade para a produção da luta - inclusive a luta armada - bem sucedida, não é de se surpreender que Cabral tenha uma compreensão que ao mesmo tempo é ampla e minuciosa do que seja realidade. Em seu discurso “Libertação Nacional e Cultura”<sup>50</sup>, proferido em 1972, na Universidade de Siracusa, em função de homenagens prestadas por conta do assassinato de Eduardo Mondlane, liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no ano de 1969, Cabral nos encaminha para uma dimensão específica dessa realidade, como dimensão a ser considerada para a organização da luta: “Convém notar que a análise **da realidade cultural** dá já uma medida das forças e das fraquezas do povo face as exigências da luta e representa, portanto, uma contribuição valiosa para a estratégia e as táticas a seguir, tanto no plano político como militar” (CABRAL, 1980, p.68.). [grifo meu]

Com a atenção à realidade como premissa, compreendendo que o povo não luta apenas pelo que está na cabeça dos homens, havia, no movimento de lutas de libertação nacional – da qual o caso de Guiné Bissau e Cabo Verde é representativo - a necessidade de mobilizar sujeitos para o universo de significados da luta anticolonial, prescindindo dos conceitos teórico-políticos tradicionais. É dessa maneira que podemos perceber que, no caso da luta por libertação de Guiné Bissau e Cabo Verde, mas não apenas nesses processos específicos, a produção de imaginários não apenas é política, como é também mobilizada enquanto uma estratégia de luta, por estas lideranças. Partindo dessa necessidade de afetar sujeitos em dimensões que ultrapassassem a teoria política tradicional, compreendo que a “descolonização do imaginário”, naquele contexto, dava suporte à ação direta revolucionária de libertação nacional. Entendo assim, a dimensão

---

<sup>49</sup> CABRAL, Amilcar. PAIGC: Unidade e Luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974b.

<sup>50</sup> CABRAL, Amilcar. a arma da teoria. Coordenação [de] Carlos Comitini. – Rio de Janeiro: Codecri, 1980. (Coleção Terceiro Mundo; v. n.4)

de produção de imaginários enquanto um dos pilares da luta contra o colonialismo e não como uma concorrente que disputa a atenção do que “verdadeiramente importa”. Cabral indica possíveis influências dos valores culturais na ação do povo, sujeito da luta:

Pode dizer-se que, no início da luta, seja qual for seu grau de preparação, nem a direção do movimento de libertação nem as massas militantes e populares tem consciência nítida do peso da influência dos valores culturais na evolução dessa mesma luta: quais as possibilidades que cria, quais os limites que impõe e, principalmente, como e quanto a cultura é, para o povo, uma fonte inesgotável de coragem, de meios materiais e morais, de energia física e psíquica, que lhe permite aceitar sacrifícios e mesmo fazer “milagres” (CABRAL, 1980, p.68.)

Note que se lá no início Cabral indicava que “o povo não luta (...) por coisas que estão na cabeça dos homens” mas que apenas “aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor” (CABRAL, 1974a, p.46.), neste último trecho ele vai adiante e localiza a cultura enquanto “criadora de possibilidades” de engajamento do povo na luta, permitindo assim que esse povo aceite tais sacrifícios, mobilizado em outras dimensões que não a dos conceitos e estratégias teórico-políticas tradicionais.

A própria produção intelectual deixada por esses sujeitos, protagonistas da luta anticolonial, é testemunha dessa coletividade de narrativas implicadas na produção de um imaginário que mobilizasse para a luta. Sua obra recorrentemente contém textos políticos, discursos, vestígios de suas estratégias diplomáticas, peças teatrais, poesias entre outros. Na coletânea poética de Agostinho Neto<sup>51</sup>, “Sagrada Esperança”<sup>52</sup>, Basil Davidson o descreve em seu trânsito, enquanto poeta e “homem de ação”:

“Este poeta não precisa ser apresentado como homem, pois o seu nome é respeitado em todo o mundo progressista. No entanto, o poeta é respeitado como homem de ação – eis como o mundo

---

<sup>51</sup> Agostinho Neto foi o primeiro presidente de Angola (1975-1979), após sua independência de Portugal. Nasceu em Bengo em meio a uma família metodista – seu pai era pastor e sua mãe professora. Envolveu-se com grupos anticolonialistas quando estudava medicina em Portugal. Em 1951, funda, ainda em Lisboa, em parceria com Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Francisco José Tenreiro, o Centro de Estudos Africanos, orientado para a afirmação da nacionalidade africana. Poeta nacionalista, seus escritos foram proibidos e esteve preso de 1955 a 1957 e outra vez, já em Angola, de 1960 a 1962. Conseguiu fugir para o Marrocos e posteriormente fundou o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, de tendência marxista. Conquistada a independência de Angola em 1975, o novo governo dirigido pelo MPLA, contando com o apoio de Cuba, entrou em choque com grupos de direita, apoiados pelos EUA e pelo governo racista sul-africano. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/agostinho-neto/>, com último acesso em 03/06/2021, às 23:52, horário de Brasília.

<sup>52</sup> NETO, Agostinho; Sagrada Esperança. São Paulo: Editora Ática S.A. 1985, p.126.

conhece Agostinho Neto, tanto o mundo progressista como o outro. Como porta-voz de um povo que luta pela liberdade, tornou-se figura simultaneamente amada e temida. É amado ou temido como chefe de uma luta pelo futuro, luta que tem de ser empreendida por todos os homens de todos os tempos e lugares, e também por todas as mulheres, repellido o passado e transformando o presente. O poeta é todas essas coisas, com uma pureza de objetivos e uma coragem que são inseparáveis do homem que foi e em que veio a transformar-se (...) é na sua poesia, como acontece com a poesia de outros como ele, que encontramos as chaves para todo o resto.” (DAVIDSON, 1985, p. 4-5)

Sua poesia, descrita por Davidson como “chave para todo o resto”, contribui para a produção de imaginários na luta anticolonial, como poderemos observar a seguir. Seja no estímulo à criação de futuros através da luta, seja no fortalecimento de uma “fonte inesgotável de coragem” ao escrever que “uma nova onda se levanta para a luta”, direto da cadeia de Aljube, onde estava preso em setembro de 1960:

CRIAR<sup>53</sup>

Criar Criar  
criar no espírito criar no músculo criar no nervo

Criar no homem criar na massa  
criar  
criar com os olhos secos

Criar criar  
sobre a profanação da floresta  
sobre a fortaleza impudica do chicote  
criar sobre o perfume dos troncos serrados  
criar  
criar com os olhos secos

Criar criar  
gargalhadas sobre o escárnio da palmatória  
coragem nas pontas das botas do roceiro  
força no esfrangalhado das portas violentadas  
firmeza no vermelho sangue da insegurança  
criar  
criar com os olhos secos

Criar criar  
estrelas sobre o camartelo guerreiro  
paz sobre o choro das crianças  
paz sobre o suor sobre a lágrima do contrato  
paz sobre o ódio  
criar  
criar paz com os olhos secos

Criar criar  
criar liberdade nas estradas escravas

---

<sup>53</sup> NETO, 1985, p. 100 -101

algemas de amor nos caminhos paganizados do amor  
sons festivos sobre o balanceio dos corpos em forcas simuladas

criar  
criar amor com os olhos secos

LUTA<sup>54</sup>

Violência  
vozes de aço ao sol  
incendeiam a paisagem já quente

E os sonhos  
se desfazem  
contra uma muralha de baionetas

Nova onda se levanta  
e os anseios se desfazem  
sobre corpos insepultos

E nova onda se levanta para a luta  
e ainda outra e outra  
até que da violência  
apenas reste o nosso perdão

Cadeia do Aljube, Setembro de 1960

### 1.2.2 - *Cultura de Luta anticolonial*

Se a cultura é um fator tão importante para a mobilização do povo para a luta anticolonial, como demonstrou-se anteriormente, não é de se estranhar que a alienação cultural tenha sido utilizada, naquele contexto, enquanto importante estratégia de dominação colonizadora.

A história ensina-nos que, em determinadas circunstâncias é fácil ao estrangeiro impor o seu domínio a um povo. Mas ensina-se igualmente que, sejam quais forem os aspectos materiais desse domínio, ele só se pode manter com uma repressão permanente e organizada da vida cultural desse mesmo povo, não podendo garantir definitivamente a sua implantação a não ser pela liquidação física de parte significativa da população dominada.

**Com efeito, pegar em armas para dominar um povo é, acima de tudo, pegar em armas para destruir ou pelo menos, para neutralizar e paralisar a sua vida cultural.** (CABRAL, 1980, p.55.)  
[grifo meu]

Cabral compreende que apesar de o estabelecimento do domínio colonial ser possível a partir da força, o exercício perene dessa dominação seria possível apenas a

---

<sup>54</sup> NETO, 1985, p. 105.

partir da paralização da vida cultural de um povo. Algumas estratégias nesse sentido, foram colocadas em prática em processos distintos de dominação colonial. Ao nos contar sobre a biografia de Frantz Fanon – um dos autores revolucionários que mais se dedicou a refletir acerca dos danos que o colonialismo\racismo causou nas mentes colonizadas – no prefácio à edição brasileira de “Por uma revolução africana: textos políticos”<sup>55</sup>, Deivison Faustino conta que enquanto sujeito:

“Nascido na Martinica, então colônia francesa no Caribe, Frantz Fanon recebeu uma educação assimilacionista: de um lado, o colonialismo francês apostava no apagamento ou estigmatização das diferenças culturais afro-caribenhas em benefício da imposição dos pressupostos culturais metropolitanos; de outro lado, criava a ilusão de que o colonizado seria considerado parte da comunidade e da cidadania francesas, deixando assim de ser colonizado, caso assimilasse esses valores” (FANON, 2021, p.10.)

No caso de Fanon e da Martinica falo sobre a colonização francesa, no entanto, a mesma estratégia assimilacionista é utilizada no caso de Moçambique, país colonizado por Portugal, conforme nos relata Eduardo Mondlane em seu livro “Lutar por Moçambique”<sup>56</sup>:

Os poucos africanos e mulatos que conseguiram chegar à escola secundária fizeram-no com muita dificuldade. Nas escolas, de frequência predominantemente branca, eram constantemente sujeitos à discriminação. Ainda por cima, as escolas tentavam separá-los de seu ambiente tradicional, aniquilar os valores em que tinham sido criados e fazer deles ‘portugueses’ em consciência, embora não em direitos (MONDLANE, 1976, p.120.)

Nos dois casos torna-se evidente a semelhança na tentativa colonial em forjar um sentimento de pertencimento metropolitano aproximando assim os sujeitos colonizados dos códigos culturais europeus, afastando-os dos códigos culturais de seu próprio povo numa tentativa de paralisar sua cultura. Cabral demonstra os danos criados por esse processo de assimilação/alienação cultural no seio da classe intelectual, conforme veremos a seguir:

Como resultado desse processo de divisão ou de aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a ‘pequena burguesia’ urbana ou campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais

---

<sup>55</sup> FANON, Frantz. Por uma revolução africana: textos políticos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

<sup>56</sup> MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. Tradução de Maria da Graça Forjaz. – Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976. P.251.

ignora ou despreza. Esta situação, característica da maioria dos intelectuais colonizados, vai cristalizando à medida que aumentam os privilégios sociais do grupo assimilado ou alienado, tendo implicações diretas no comportamento dos indivíduos desse grupo perante o movimento de libertação. (CABRAL, 1980, p.55.)

Diante de tais estratégias coloniais Cabral sugere que a própria dominação imperialista traz consigo uma impossibilidade, processo ao qual o autor chama de dilema da resistência cultural.

É que, enquanto existir uma parte do povo que possa ter uma vida cultural o domínio estrangeiro não poderá estar seguro de sua perpetuação. Num determinado momento, que depende dos fatores internos e externos que determinam a evolução da sociedade em questão, a resistência cultural (indestrutível) poderá assumir formas novas (políticas, econômicas e armadas) para contestar com vigor o domínio estrangeiro.” (CABRAL, 1980, p.55.)

Mondlane elucida o dilema apresentado por Cabral ao refletir sobre as intenções portuguesas em implantar sua cultura em território moçambicano:

O desejo português de implantar a sua cultura através de todo o território, mesmo que fosse bem intencionado, era completamente destituído de realismo por causa da relação numérica existente. Sendo os Portugueses 2% da população, não podiam esperar dar a todos os africanos sequer a oportunidade de observar o estilo de vida português, e muito menos ter íntimo contacto que lhes permitisse assimilá-lo. Como muitas nações, também calcularam mal o entusiasmo dos ‘pobres selvagens’ pela ‘civilização’. Visto que a maioria dos africanos só encontravam os Portugueses no momento de pagar impostos, quando eram contratados para trabalho forçado ou quando lhes apreendiam as terras, não é para admirar que tivessem uma impressão desfavorável da cultura portuguesa. Esta repulsa é muitas vezes expressa em cantigas, danças, mesmo em trabalhos de madeira esculpida - formas tradicionais de expressão que o colonizador não compreende, e através das quais ele pode ser secretamente ridicularizado, denunciado e ameaçado (...) Em áreas específicas e em tempos específicos, essas **atitudes**, enraizadas na cultura popular, cristalizaram em ações de um tipo ou outro. (MONDLANE, 1976, p.109 e 110.)

Ora, se a paralização cultural, necessária para a realização completa da dominação, é impossível uma vez que a resistência cultural é entendida enquanto indestrutível, tal resistência permanecerá sempre como um entrave nos planos colonizadores. Se a dominação colonial tem como base a imposição dos pressupostos culturais metropolitanos, Cabral, partindo de sua realidade, lança mão de estratégia que reposicione a resistência cultural nascida do povo, de forma que essa faça frente a empresa colonial, não apenas do ponto de vista econômico e político, mas do ponto de vista da

descolonização dos imaginários e da mobilização dos sujeitos na direção da luta anticolonial.

Revela-se assim indispensável uma reconversão dos espíritos – das mentalidades – para sua verdadeira integração no movimento de libertação. Essa reconversão – reafrikanização, no nosso caso – pode verificar-se antes da luta, mas só se completa no decurso desta, no contato cotidiano com as massas populares e na comunhão de sacrifícios que a luta exige. (CABRAL, 1980, p.61.)

Note que ao invocar a estratégia da reafrikanização o líder revolucionário não se remete à invocação de uma África paralisada num tempo “essencial”, anterior à colonização e por isso “original”. Cabral caminha num sentido de compreender essa cultura em seu movimento, cultura como um processo. Neste caso, ao defender o uso dessa cultura nacional para uma “reconversão”, Cabral aponta para a cultura que se forjou e se forja tanto no processo de resistência, anterior à luta, quanto no decurso da mesma, a partir do contato com o povo e na comunhão de sacrifícios que a luta exige. Assumo aqui, portanto, a existência de uma cultura, surgida a partir do processo de luta anticolonial, responsável pela descolonização dos imaginários e por tanto pela mudança de comportamento dos sujeitos em relação à luta. A chamarei de *cultura de luta* anticolonial. O próprio Cabral indica que:

A luta armada de libertação, desencadeada como resposta à agressão do opressor colonialista, revela-se como um instrumento doloroso mas eficaz para o desenvolvimento do nível cultural, tanto das camadas dirigentes do movimento de libertação como das diversas categorias sociais que participam da luta”. (CABRAL, 1980, p.68.)

Não creio que “nível cultural”, neste caso, se relacione com noções e definições de cultura advindas de outros paradigmas, como por exemplo, cultura enquanto educação escolar formal, ou cultura enquanto apreciação de bens culturais relacionados à grupos sociais abastados e brancos. Me refiro aqui a “nível cultural” partindo do paradigma de cultura proposto por Cabral, nessa teoria da cultura presente em seus escritos, ou seja, o “nível cultural” remete-se assim ao grau de contato das camadas dirigentes e dos outros grupos sociais com a *cultura de luta* anticolonial.

Diante do exposto, torna-se mais compreensível a descrição que a liderança do PAIGC faz de seu colega revolucionário Eduardo Mondlane:

...prestamos homenagem ao homem político, ao combatente da liberdade e, especialmente, ao homem de cultura. Não apenas da cultura adquirida no decurso da sua vida pessoal e nos bancos da



universidade, mas principalmente no seio do seu povo, no quadro da luta de libertação do seu povo” (CABRAL, 1980, p.71.)

### 1.2.3 – A questão das temporalidades

Para compreender tal *cultura de luta*, precisamos estar atentos à sua relação com a questão das temporalidades, questão essa que perpassa o afrofuturismo, onde começamos esse trabalho, e o próprio campo do Ensino de História, para onde caminhamos. De uma forma ou de outra é preciso enfrentar a questão do tempo.

Durval Muniz, em texto sobre os regimes de historicidade, cita o francês François Hartog indicando que este:

...elaborou o conceito de regimes de historicidade para nomear as maneiras como dadas sociedades em dados momentos perceberam, pensaram e se relacionaram com o tempo; para indicar como elaboraram e articularam, através de suas narrativas, as categorias de passado, presente e futuro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p.21)

A própria elaboração do conceito de regime de historicidade, abre os nossos olhos no sentido de que o tempo, que nos parece hoje muito “natural”, é na realidade, socialmente construído e se assim o é, pode ser construído a partir de distintos paradigmas. Mignolo e Pinto argumentam que a modernidade é sustentada por discursos baseados em experiências locais ocidentais que cumprem pretensões de universalização:

Ao longo dos tempos, os diferentes agrupamentos humanos têm articulado discursos a partir das próprias histórias locais, formas de interação e comunicação, crenças, ciências e instituições. (...) Nunca, entretanto, qualquer outro discurso chegou a atingir caráter tão universalista e totalitário como o articulado pelos europeus ocidentais a partir do século 16. (MIGNOLO e PINTO, 2015, p. 386).

O caráter totalitário e universalista descrito acima apresenta-se também na própria forma legitimada de experienciar o tempo, medi-lo, organizá-lo e refletir sobre ele. Um modelo criado a partir de uma experiência local, conforme exemplifica Muniz Sodré a seguir, mas que suprimiu outras experiências de vivenciar e pensar sobre o tempo.

Os gregos partiam realmente da cosmologia ou dos movimentos do mundo para entender o tempo. Este, no pensamento de Aristóteles, é “o número do movimento segundo o antes e o depois”, portanto, a passagem do passado ao presente: o tempo só surge no presente como algo que já passou. O passado detém, assim, o primado na sua determinação. Para existir, o “agora” (...)

tem de não estar mais aí, posto que algo se realizou ou se perfez para que se possa “temporalizá-lo”, isto é, para que se possa inscrevê-lo numa duração. A cada agora surge um presente (nascido já velho, por ser dado pelo que passou), que escorre linear e continuamente numa única dimensão. Um continuum pontual, infinito e quantificado é a síntese da representação ocidental do tempo. (SODRÉ, 2017, p.182.)

É advogando justamente em defesa de um outro modo de pensar e vivenciar o tempo, que rompa com a hegemonia do tempo ocidental, que Simas e Rufino nos indicam o seguinte caminho:

Recorremos a Orunmilá e Exu, sabedorias praticadas milenarmente, para confrontar as questões seguintes. O colonialismo europeu-ocidental como um projeto totalitário, produtor de um padrão discursivo que investe controle no tempo e nas experiências, propaga a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Assim, a totalização da linguagem referente a esse sistema de dominação produz a presença de saberes, instituições e sociedades em detrimento da descredibilidade, esquecimento e aniquilação de outras formas. (SIMAS e RUFINO, 2019, p. 39.)

A própria relação entre os textos de Mignolo, Pinto, Simas e Rufino é curiosa uma vez que os primeiros, apesar de um olhar tão certo para a questão da localidade\universalidade no que diz respeito às experiências europeia-ocidentais, apostam numa total desterritorialização, ao referirem-se à população negra em diáspora, chegando a indicar que estes “nenhuma memória tem para invocar senão a da violência física e simbólica a que foram e são até hoje submetidos” (MIGNOLO e PINTO, 2015, p.386). Ao passo que Simas e Rufino, concordando com a ideia de que o projeto colonial europeu ocidental é totalizador, trazem à baila uma outra alternativa de relação com o tempo fundada a partir de sabedorias praticadas por esses negros em diáspora, aqui especificamente afro-brasileiros, evidenciando assim que nenhum projeto de desterritorialização completa é possível.

É nessa tensão que reside a necessidade de compreender a questão da temporalidade. Ao mobilizar presente, passado e futuro, neste trabalho, não o faço a partir de uma percepção corrente, moderna e totalizante de tempo, como indica Durval Muniz: “...o tempo do historicismo. O tempo como linha, como um varal em que se vão pendurando os eventos até que eles terminem de preencher todas as lacunas e saturar essa linha” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p.36). Se o fizesse correria o risco de, ao indicar um uso radical do passado, de modo a agir no presente e criar um futuro, incorrer numa visão determinista de tempo. Numa perspectiva de tempo moderna em que a

linearidade continua sendo a regra, o que temos como resultado é que essa noção de tempo congela o passado como memória e o futuro como projeção, roubando o presente que fica preso entre um eterno “o que já foi” e um “o que virá”, reforçando a máxima de que este presente não existe. Sodré ratifica a crítica a esse “sequestro do presente” e vai adiante:

Para esta linha de reflexão, de um modo geral, o tempo efetivamente existente é o tempo pensado, portanto, o passado e o futuro, já que o presente, o mesmo de que se ocupa o senso comum - é um constante vir a ser e ter sido: o que acontece aqui e agora era antes um vir a ser que, enquanto é, deixa de ser para transformar-se em ter sido. Na física e na filosofia, não existe o presente: o passado e o futuro são os objetos concretos para o pensamento ocidental, embora ilusórios. A tripartição - passado, presente e futuro - é uma abstração que separa tempo de espaço quando, na realidade, as três dimensões, espacialmente convergentes, são inseparáveis. (SODRÉ, 2017, p.184).

Ora, se a única forma de entender o tempo for uma linha reta, evidentemente, quando nos voltarmos para o passado se configurará um ciclo no qual estaremos presos. É nesse sentido que Sodré sugere que, ao invés de uma linha reta, passado presente e futuro são, na realidade, convergentes e inseparáveis. Diante da supressão do presente em função do passado e do futuro, Simas e Rufino também indicam sua opção para pensar a temporalidade. Opção esta que, inclusive, justifica o próprio título de seu livro “Flecha no tempo”<sup>57</sup>:

Cabe reivindicar Orunmilá e Exu como princípios explicativos e disponibilidades conceituais para a problematização do cárcere temporal imposto pelo regime colonial. Orunmilá é aquele que atravessa os tempos/espacos e é capaz de orientar os seres acerca da sorte. Ele testemunhou a criação, testemunhará a destruição e estará presente em novos recomeços. (...) Precisamos alargar o presente, apostar nas outras formas possíveis, navegar na espiral do tempo em que Exu serpenteia praticando suas estripulias em forma de acontecimentos. Como ensina uma das narrativas de Ifá<sup>58</sup>, Elegbara<sup>59</sup> é aquele que tomou o tempo para si para reparar as injustiças cometidas. É aquele que acertou o alvo com a flecha ainda não atirada. (...) Nessa perspectiva, trazendo Orunmilá e Exu como disponibilidades filosóficas, confrontamos o cárcere temporal

---

<sup>57</sup> SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. Flecha no tempo. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

<sup>58</sup> “A palavra ‘IFÁ’ é um signo que comporta diferentes noções e uma confluência de vozes. Na cultura lorubá e nos cursos da sua dispersão pelo mundo, principalmente nas Américas e no Caribe, a palavra designa a divindade de Orunmilá, o sistema poético que guarda as narrativas explicativas de mundo e o meio/fazer oracular que versa sobre as existências, interações e alterações. Assim, podemos pensar o Ifá como um princípio/potência múltiplo, que opera em diferentes tempos/espacos sendo pluriversal, plurilinguista e polirracional”. Ver mais em: SIMAS e RUFINO, 2019, p.37.

<sup>59</sup> Uma das denominações de Exu.

edificado pelo colonialismo do ocidente europeu para projetar ações de transgressão” (SIMAS e RUFINO, 2019, p. 40-41).

Aqui minha opção para pensar o tempo se torna um pouco mais explícita. Ao invés de uma linha reta, o penso a partir da convergência entre passado, presente e futuro. A relação entre eles deixa de se estabelecer a partir da causalidade necessária que caminha num sentido de progresso, para considerar a expansão do momento presente a partir de onde as temporalidades e o inventário de memórias que as compõe, podem ser mobilizadas.

...o *presente* ou o *agora* funda o tempo (temporaliza) por meio da ação/acontecimento (...) e assim pode coexistir com o passado – pode tornar simultâneo o que não é contemporâneo. Com Exu, não há começo nem fim porque tudo é processo e, ao se constituir, cada realidade afeta a outra para além do espaço tempo. Em termos cíclicos ou solares, o nascente coexiste com o poente por causa da força do *agora*. (SODRÉ, 2017, p.187)

Para Cabral: “A **luta** pela libertação não é apenas um **facto cultural**, mas também um **fator de cultura**” (CABRAL, 1974a, p.137). O autor conecta, assim, as duas sentenças, mas também as temporalidades que representam, expandindo seu presente e fundando o tempo a partir da experiência da luta anticolonial em curso. Dessa forma a *cultura de luta* está profundamente relacionada à libertação, também, das temporalidades.

#### 1.2.4 - Posicionalidades da cultura

Estão embutidos nos escritos de Cabral ao menos duas posicionalidades para a cultura. A primeira delas, a luta como um **fato cultural**, tem a ver com uma acepção mais estrutural. Para o autor:

**Cultura** é a síntese dinâmica, o plano da consciência individual ou coletiva, da realidade histórica, material e espiritual de uma sociedade ou de um grupo humano, síntese que abarca tanto as relações homem natureza como as relações entre os homens e as categorias sociais. (CABRAL, 1974a, p.134 e 135). [grifo meu]

Ao apresentar a cultura como uma síntese dinâmica, Cabral caminha num sentido mais geral e nos remete à uma amalgama, uma espécie de repositório de experiências do grupo social em questão, em sua relação com o ambiente e entre si, evidenciando que, como tais relações estão sempre a mudar, essa síntese também é dinâmica e se transforma.

A Cultura é a resultante mais ou menos conscientizada das atividades econômicas e políticas, a expressão mais ou menos

dinâmica do tipo de relações que prevalecem no seio dessa sociedade, por um lado, entre o homem, (considerado individual ou coletivamente), e a natureza, e por outro, entre os indivíduos, os grupos de indivíduos, as camadas sociais ou as classes. (CABRAL, 1980, p.102).

Aqui uma rápida digressão para pensarmos Cabral, esse sujeito forjado no entre-lugar produzido entre a luta anticolonial e uma educação formal na metrópole, a mesma trajetória de tantas das lideranças revolucionárias africanas. Como intelectual imerso em certas redes, o autor mobiliza algumas categorias teórico-políticas que à luz da percepção de modernidade aqui mobilizada, soam absolutamente discrepantes, como é o caso de “evolução” e “progresso” no trecho a seguir. No entanto, na conta de seu pragmatismo revolucionário, não perco de vista que apesar de seu vocabulário influenciado por teorias fabuladas pela Europa, o autor age sempre de acordo com a realidade de sua terra, assim, o mesmo compreende a cultura – fato cultural – enquanto um repositório das experiências vividas de uma sociedade e não como um retrato, rígido, essencial e congelado em algum ponto de um tempo linear. Ele trata ainda de localizar essa acepção de cultura no panorama da luta, dos conflitos e de suas resoluções:

Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (econômicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso. (CABRAL, 1980, p.58).

Já a segunda posicionalidade da cultura, importante para o pensamento de Cabral, a luta como um **fator de cultura**, coloca em destaque as manifestações culturais e sua capacidade de transformação de imaginários.

O estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das **manifestações culturais**, que se concretizam progressivamente por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado como ato de negação da cultura do opressor. Sejam quais forem as condições de sujeição de um povo ao domínio estrangeiro e a influência dos fatores econômicos, políticos e sociais na prática desse domínio, é em geral no fato cultural que se situa o germe da contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação. (CABRAL, 1980, p.58).

Notem que há aqui uma certa retroalimentação. As manifestações culturais - fatores de cultura - alimentam-se do fato cultural – síntese dinâmica das experiências

vividas da sociedade - e da mesma forma contribuem com a mobilização de indivíduos para a luta anticolonial em seu presente em questão. Essa luta contribui para a transformação daquela síntese dinâmica em outra coisa, já impactada pelos frutos da luta.

Fanon, produziu uma obra que mobilizou sujeitos, por todo o mundo, à ação. Se em seu trabalho mais conhecido ele buscava compreender a realidade conclamando à reflexão todos os “condenados da terra”, esses mesmos sujeitos, ao redor do mundo, inspiraram-se em sua obra para criar para si mesmos futuros possíveis nas mais diversas frentes de ação. Fanon, acerca das manifestações culturais, disse o seguinte:

“Também poderíamos procurar e encontrar, na dança, no canto melódico, nos ritos, nas cerimônias tradicionais o mesmo impulso, detectar as mesmas mutações, a mesma impaciência. Bem antes da fase política ou armada da luta nacional, um leitor atento pode pois sentir, e ver manifestar-se o vigor novo, o combate próximo. Formas de expressão desacostumadas, temas inéditos e dotados de um poder não mais de invocação, mas de reunião, de convocação “para”. Tudo concorre para despertar a sensibilidade do colonizado, para tornar inatuais, inaceitáveis as atitudes contemplativas ou derrotistas. Porque renova as intenções e a dinâmica do artesanato, da dança e da música, da literatura e da epopeia oral, o colonizado reestrutura a sua percepção. O mundo perde o seu caráter maldito. Estão reunidas as condições para o inevitável confronto.” (FANON, 1979, p.278 e 279).

Essa dança entre fato cultural e fator de cultura implica, necessariamente, na produção de uma *cultura de luta* que se espalha pela sociedade afetando sujeitos a partir de “narrativas” como as descritas por Fanon. É importante ressaltar que embora me refira aqui a uma *cultura de luta* anticolonial, ou seja, uma *cultura de luta* surgida a partir das lutas de libertação, a produção dessa cultura é possível também a partir de outras lutas sociais.

Ao remeter-se ao fato cultural e ao fator de cultura, Cabral acaba por nos direcionar também às noções de tempo/ação que não se ancoram numa prisão entre o passado e o futuro, mas sim potencializam o presente a partir da ação da luta. Não se trata do passado enquanto uma memória fixa, um retrato de um tempo, mas do fato cultural, um repositório de experiências. Não se trata de um futuro como projeção, teleológico, estanque das outras temporalidades, mas atado a elas pela flagrante ação no presente. A capacidade mobilizadora de transformação da luta é que cria a possibilidade de nos remetermos à uma ancestralidade na busca da construção de um futuro, sem cair no essencialismo. Conforme vimos com Sodré, a ação no presente é temporalizante e traz

consigo simultaneamente possibilidades de mobilização de passado e de futuro. Entre o fato cultural e o fator de cultura há a luta social no agora. Esse agora, expandido - onde a transformação é possível – é o que se sobressai nas relações com o tempo, na *cultura de luta*.

Aimé Césaire nos apresenta no “Discurso sobre o Colonialismo”<sup>60</sup> sua proposta para a construção de uma sociedade nova:

Nós não somos os homens do << ou isto ou aquilo >>. Para nós, o problema não é de uma utópica e estéril tentativa de reduplicação, mas de uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos fazer reviver. Deixamos isso aos amadores de exotismo. Não é tão-pouco a sociedade colonial actual que queremos prolongar, a carne mais imunda que jamais apodreceu debaixo do sol. É uma sociedade nova que precisamos criar, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, rica de toda a potência produtiva moderna, cálida de toda a fraternidade antiga. (CÉSAIRE, 2020, p.38).

Em seu discurso Césaire torna evidente a proposição da luta anticolonialista de agir a partir de um passado comum, não estático, como que para trazê-lo de volta, mas refletindo sobre e inspirando-se nele, a luz das questões postas em seu presente, de maneira a construir um futuro. Cabral, demonstra-nos em seu discurso “Partir da Realidade da Terra. Ser Realistas” – em que falava aos seus companheiros de partido sobre os principais pontos do programa - a importância de considerar a experiência vivida de outros, para construção desse futuro:

A realidade dos outros tem interesse para nós, portanto. A experiência dos outros também. Se eu souber que um de vocês saiu por um dado caminho, tropeçou por todos os lados, magoou-se, e chegou todo quebrado, e se eu tiver de ir pelo mesmo caminho, tenho que ter cuidado, porque alguém já conhece a realidade desse caminho e eu conheço a sua experiência. Se houver outro caminho melhor eu procuro segui-lo mas se não houver, então tenho de apalpar com todo o cuidado, arrastando no chão se for preciso. A experiência dos outros tem grande importância para quem faz uma experiência qualquer. A realidade dos outros tem grande importância para a realidade de cada um. Muita gente não entende isso, pega na sua realidade com a mania de que vão inventar tudo: “Eu não quero fazer o mesmo que os outros fizeram, nada que os outros fizeram”. Isso é uma prova de grande ignorância. Se queremos fazer uma coisa na realidade, temos que ver quem é que já fez igual, quem fez parecido, quem fez ao contrário, para podermos adquirir alguma

---

<sup>60</sup> CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcello D’Sallette. Cronologia de Rogério de Campos. – São Paulo: Veneta, 2020.

coisa da sua experiência. Não é para copiar totalmente, porque cada realidade tem os seus problemas próprios e a solução própria para esses problemas. (CABRAL, 1974b, p.35)

Quando Cabral fala de realidade, aqui, sua fala não tem apenas uma dimensão literal. Ele refere-se de maneira bem didática a experiência individual de um sujeito, mas sua fala é também uma alegoria que representa a necessidade de compreender experiências distintas de luta contra o colonialismo. Cabral valoriza não uma imagem estática, mas a experiência vivida de todo um processo de luta. Aqui, desenha-se de maneira evidente o mesmo sentido encontrado em Césaire, aprender com o que já foi realizado, agir no presente a partir de suas questões específicas, de maneira a transformar esse presente, criando condições mais favoráveis a existência da população negra em um futuro.

### **1.2.5 - Cultura de Luta Antirracista**

A percepção até aqui levantada acerca da cultura e de seu papel na luta anticolonial guarda significados compartilhados em distintas experiências de resistência. Frantz Fanon, por exemplo, indica o seguinte:

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para reestabelecer a soberania da nação constitui a **manifestação mais plenamente cultural** que exista. Não é unicamente o sucesso da luta que dá, posteriormente, validade e vigor a cultura, não há hibernação da cultura durante o combate. **A própria luta**, no seu desenrolar, no seu processo interno, **desenvolve as diferentes direções da cultura e esboça novas orientações** (FANON, 1979, p.281).[grifo meu]

Fanon inicia com a ideia de que a luta é a manifestação mais plenamente cultural que existe e segue indicando que essa luta, em seu decorrer, desenvolve as direções da cultura, o que para Cabral significaria dizer que a luta produz cultura. É nesse movimento que Stuart Hall entra no diálogo. Para o autor:

O que denominamos "nossas identidades" poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos "viver", como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p.26).



Depois de tanto debate sobre a luta produzindo cultura, o que torna o argumento de Hall, de que as identidades são formadas culturalmente, tão importante para o trabalho aqui proposto é que a partir dele poderemos compreender como as lideranças implicadas na luta anticolonial, que precisavam prescindir dos argumentos teórico-políticos tradicionais, afetavam os sujeitos mobilizando-os para a luta.

Cabral, numa perspectiva que se assemelha a que vai ser mais tarde construída por Hall, informa sobre a existência de diferentes “níveis de cultura”. O que podemos observar aqui é que ao indicar o “nível de cultura” como fundamental para a mobilização da sociedade o que Cabral indicava era a centralidade da cultura no processo de mobilização para a luta anticolonial. Quanto maior a exposição à *cultura de luta*, pensando num mesmo grupo social, maior a propensão ao movimento de libertação:

A atitude e o comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo em relação a luta e ao seu desenvolvimento dependem, sem dúvida, de seus interesses econômicos, mas também são profundamente influenciados pela sua cultura. Pode-se até afirmar que o que explica as diferenças de comportamento dos indivíduos de uma mesma categoria social em relação ao movimento de libertação é a existência de diferentes níveis de cultura dentro dessa categoria”.(CABRAL, 1974, p. 136)

Se as identidades e subjetividades são moldadas culturalmente, o grande passo aqui é perceber que são as ações sociais que produzem esses sistemas ou códigos de significado, as culturas, que dão sentido as ações humanas. Nesse sentido é preciso retomar uma vez mais os “níveis de cultura” de Cabral. Olhando a partir das lentes de Hall percebemos que a exposição do sujeito aos códigos de significados produzidos na luta anticolonial dá sentido às suas ações. Segundo Stuart Hall:

... falamos da "cultura" das corporações, de uma "cultura" do trabalho, do crescimento de uma "cultura" da empresa nas organizações públicas e privadas (du Gay, 1997), de uma "cultura" da masculinidade (Nixon, 1997), das "culturas" da maternidade e da família (Woodward, 1997b), de uma "cultura" da decoração e das compras (Miller, 1997), de uma "cultura" da desregulamentação (nesta obra), até mesmo de uma "cultura" do em forma, e - ainda mais desconcertante - de uma "cultura" da magreza (Benson, 1997). O que isto sugere é que **cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas - sua própria cultura.**” (HALL, 1997, p.32.) [grifo meu]

Compreendo aqui, como afirmava Cabral, a luta – essa atividade social – como produtora de uma série de novos códigos de significados e práticas, ou seja, de uma nova cultura, uma *cultura de luta*. Se Cabral insistia na importância da cultura adquirida no

“seio do seu povo, no quadro da luta de libertação do seu povo” (CABRAL, 1980, p. 71), ou ainda que “...a reconversão – reafrikanização (...) pode verificar-se antes da luta, mas só se completa no decurso desta, no contato quotidiano com as massas populares e na comunhão de sacrifícios que a luta exige” (CABRAL, 1980, p. 61), me parece que ele não se referia a cultura de maneira ingênua, mas sim ao que venho chamando aqui de *cultura de luta*, aquela capaz de mobilizar os sujeitos para a luta anticolonial. Bhabha diz que:

As diferenças sociais não são simplesmente dadas a experiência através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto – ao mesmo tempo uma visão e uma construção - que leva alguém para além de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às condições políticas do presente” (BHABHA, 1998, p.21-22.)

Assim, mesmo que o processo de reafrikanização proposto por Cabral como estratégia de desalienação, pudesse ser iniciado antes da luta, ele só poderia se completar no decurso da mesma, diante dos signos produzidos na emergência de uma comunidade concebida como um projeto, no caso, um projeto de nação guineense e caboverdiana livres do colonizador, gerando e requerendo um universo próprio de significados e práticas. Apenas a partir do contato com esse universo é que o processo se completa. Não se trata de uma cultura essencializada, mas sim, de cultura como um movimento que vai afetando na mesma medida em que vai se transformando.

A *cultura de luta* é um processo e pôde ser utilizada, na luta anticolonial, como uma estratégia, justamente por seu potencial de circulação e geração de “instabilidade produtiva de mudança cultural” (BHABHA, .1998. p.68). Hall exemplifica a potencial mudança cultural gerada a partir da produção de novos códigos, por determinada ação:

Por que, na verdade, aconselhamos nossos amigos que estão com problemas, senão pela expectativa de que o que dissermos realmente mude suas atitudes, e que esta "mudança de cultura" mude seu comportamento, e que eles conduzam suas práticas sociais de forma diferente, conforme um novo conjunto de normas e significados culturais? (HALL, 1997, p. 40-41)

Para compreender tal capacidade da *cultura de luta* de circular, se alastrar e fazer com que mais sujeitos conduzam suas práticas no sentido de um projeto comum, é preciso ajustar a lente e olhar mais de perto esse processo. René Green, ao falar de sua obra *Sites of Genealogy*, diz o seguinte:

Usei a arquitetura literalmente como referência, usando o sótão, o compartimento da caldeira e o poço da escada para fazer associações entre certas divisões binárias como superior e inferior, céu e inferno. O poço da escada tornou-se um espaço liminar, uma passagem entre as áreas superior e inferior, sendo que cada uma delas recebeu placas referentes ao negro e ao branco.”<sup>61</sup>

Sobre essa obra, Homi Bhabha segue:

O poço da escada como espaço liminar, situado no meio das designações de identidade, transforma-se no processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco. O ir e vir do poço da escada, o movimento temporal e a passagem que ele propicia, evita que as identidades a cada extremidade dele se estabeleçam em polaridades primordiais. Essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural. (BHABHA, 1998, p.22)

Essa representação “gráfica” da escada como um espaço liminar entre as designações da identidade, desenhando um espaço que permite a interação simbólica, é bastante significativa. É nesse espaço liminar que se tornam possíveis os entre-lugares. Como Bhabha indica adiante, é ali que as trocas se tornam possíveis e portanto, é ali que existe a possibilidade de pôr em movimento identidades e subjetividades originárias. Assim, sujeitos são afetados pela *cultura de luta* e essa interação possibilita que eles voltem suas ações para o projeto de transformação social em questão. Conforme Bhabha:

o que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p.20)

De maneira sintética compreendo nesse processo a existência de uma demanda, um objetivo concreto, que se transforma numa luta. Tal luta cria a exigência e as condições necessárias para a ocorrência de transformações de determinados códigos, conforme Hall nos indicou anteriormente, a luta “gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas” (HALL, 1997, p.32). Essas transformações consolidam uma *cultura de luta* no decorrer deste processo. Para que a libertação de fato se consolide

---

<sup>61</sup> Renee Green, em conversa com Donna Haraway, Curadora de Arte Contemporânea do Worcester Museum, apud. BHABHA, 1998, p.22.

é preciso que os indivíduos sejam afetados pela *cultura de luta*, ou seja, é preciso que eles sejam expostos às transformações que a luta exige. Nesse sentido, é apenas quando imbuídos dessa *cultura de luta* que os sujeitos passam a guiar todas as suas agências dentro do objetivo concreto que é, no caso da luta anticolonial, a independência de seu país.

Compreender a *cultura de luta* é um ponto crucial para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto, já que tomo como hipótese que a luta antirracista empreendida pelo movimento negro brasileiro, gera novos códigos de significados, e dessa maneira também produz *cultura de luta*, nesse caso, uma *cultura de luta antirracista*. Tal cultura, tem o potencial de afetar as subjetividades, no sentido de mobilização para a luta antirracista.

### 1.2.6 - Racismo e antirracismo no século 21

Entre os anos de 2011 e 2015 participei de um esforço de pesquisa, no âmbito do projeto PET/Conexões de Saberes – Diversidade, na UFRJ, no sentido de compreender a implementação da Lei 10.639/2003, no ensino de História do Rio de Janeiro. Durante o processo de entrevistas alguns professores evidenciaram que por se tratar de um campo muito mais subjetivo da ação e não apenas do domínio de um conteúdo, a legislação não garantiria a efetiva atuação do professor no sentido de uma educação antirracista. Essa questão, que me foi apresentada ainda durante a graduação, é eficiente em exemplificar a importância de compreender a *cultura de luta antirracista*. Hall chama nossa atenção para a importância de entendermos como a cultura é modelada, controlada e regulada:

[a] razão pela qual é importante sabermos como a cultura é modelada, controlada e regulada é que a cultura, por sua vez, nos governa - "regula" nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla. Mas o que isto significa? Como a cultura "regula" as práticas sociais? Como a cultura faz para governar? (HALL, 1997, p. 26)

Essas respostas são importantes porque, compreendendo melhor o processo de produção e circulação de *cultura de luta antirracista* torna-se possível mobilizá-la de maneira estratégica, na formação do professor de História.

Silvio Almeida, que começa seu livro “Racismo Estrutural”<sup>62</sup>, citando o poeta Amílcar Cabral, fala acerca de três concepções de racismo: a concepção individualista, a concepção institucional e a concepção estrutural. É importante evidenciar que as concepções apresentadas não são substitutivas umas das outras, antes, elas são complementares. A concepção estrutural não apaga a dimensão institucional do racismo, assim como as duas anteriores não apagam também sua dimensão individual. A ideia é, em realidade, complexificar nossa capacidade de olhar para esse fenômeno social e compreendê-lo de forma mais profunda.

Ao apresentar a concepção institucional do racismo, Silvio Almeida demonstra a íntima relação entre as instituições e a cultura, sugerindo ainda que “Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam *sujeitos*, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social.” (ALMEIDA, 2020, p. 38 e 39). No decorrer de seu texto Almeida dá outros exemplos que podem nos ajudar a localizar essas instituições, são eles: o legislativo, o judiciário, o ministério público e reitorias de universidades. Um dos exemplos mencionados por Silvio Almeida e que particularmente nos interessa aqui é a escola.

Jerry Dávila, mostra em seu livro: “Diploma de Brancura: Política Social e racial no Brasil – 1917-1945”<sup>63</sup>, como essa instituição se estrutura em torno de um conjunto de significados compartilhados pela estrutura social naquele momento, para organizar o que se tornou modelo de educação no Brasil, até hoje. Segundo Dávila, a grande questão que se colocava era a construção de uma identidade nacional que espelhasse as ideias e ambições de modernidade que se almejava para a nação. ‘Construir’ um homem brasileiro modelo, tornou-se uma missão das escolas. Segundo diz o autor:

Os dirigentes da educação pública no Brasil na primeira metade do século 20 não impediram alunos de cor de frequentarem suas escolas. Ao contrário, entre 1917 e 1945, eles se empenharam em uma série de expansões do sistema escolar e em projetos de reforma que visavam a tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não brancos que, na virada do século, eram, em sua ampla maioria, excluídos da escola. Esses educadores buscavam ‘aperfeiçoar a raça’ – criar uma ‘raça brasileira’ saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista (...) A tarefa em mãos, então, era encontrar

---

<sup>62</sup> ALMEIDA S. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.

<sup>63</sup> DÁVILLA, Jerry W.. “Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil – 1917-1945”. Tradução Cláudia Sant’Ana Martins. – São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p

novas formas de criar branquidade. Assim, dotados da incumbência de forjar um Brasil mais europeu e presos a um senso de modernidade vinculado à branquidade, esses educadores construíram escolas em que quase toda ação e prática estabelecia normas racializadas e concedia ou negava recompensas com base nelas. (DÁVILLA, 2003, p. 21 e 25.)

Pudemos perceber, a partir desse exemplo específico sobre a instituição escola, que existe uma cultura racista que vem balizando as normas nesse ambiente, desde as mais simples e, portanto, conformando subjetividades baseadas numa cultura racista.

Em seu texto “Por uma autêntica democracia racial”<sup>64</sup>, citando João José Reis e Flávio Gomes, Pereira chama atenção para o seguinte:

Assim como o sistema escravista abrangeu todo o território nacional, as lutas contra a escravidão também se espalharam por todo o país, na medida em que, como dizem João José Reis e Flávio Gomes, “onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos”. Se o sistema escravista teve alguma importância para a estruturação do que conhecemos como o Brasil no século XIX, e se onde houve escravidão também houve a luta contra a escravidão, então a luta contra a escravidão também foi um elemento estruturante, que contribuiu, portanto, para a formação de nossa sociedade. Essa resistência, de que falam João Reis e Flávio Gomes, as lutas travadas de diferentes formas, (...)foram importantes para a formação de nossa sociedade. (PEREIRA, 2012b, p.119)

A partir do exposto o autor segue indicando a importância, diante disso, de apresentar dentro da disciplina História, as lutas do movimento negro brasileiro, criando possibilidades de mostrar que se o racismo estrutura a sociedade hoje, o antirracismo a estrutura também. A ação social produz cultura. A luta social antirracista protagonizada pelo movimento negro produz *cultura de luta antirracista*. Se tomamos como certo o argumento de que as lutas contra a escravidão conformaram a sociedade brasileira, conseqüentemente, as lutas contra o racismo também a conformam. Retomando Hall, com quem iniciamos esse tópico, é preciso compreender a cultura, e em nosso caso a *cultura de luta antirracista*, produzida pelo movimento negro brasileiro do século 21, para que ela possa ser mobilizada enquanto uma arma, estratégia, assim como foi a *cultura de luta anticolonial*, na luta contra o colonialismo.

Se as instituições são, conforme afirma Silvio Almeida, crivadas dos códigos de significados racistas produzidos na sociedade, e por isso produzem sujeitos que reproduzem tais códigos, compreendamos que ao trazer pra esse diálogo o potencial da

---

<sup>64</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. Por uma autêntica democracia racial! Os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. Revista História Hoje, v. 1, p. 111-128.

*cultura de luta antirracista*, planto nesse quadro explicativo a semente de um outro modelo de cultura capaz de possibilitar sujeitos que reproduzam os códigos da *cultura de luta antirracista*. A circulação dessa cultura é capaz de desestabilizar sujeitos individualmente, instituições e a própria estrutura social, uma vez que não é possível desconectar os indivíduos afetados de sua atuação em sociedade. Conhecer a *cultura de luta antirracista*, como ela surge, como afeta sujeitos e como circula é importante diante da cultura racista que estrutura nossa sociedade.

Afetando sujeitos a partir de seus códigos, o contato com a *cultura de luta antirracista* promove a interação simbólica na fronteira com a cultura racista com que disputa. É nessa conversa que podem se desenvolver esforços e agências individuais e coletivas para transformar a realidade em um futuro imaginado. No que se refere ao objetivo principal deste trabalho, estou atenta, sobretudo, as possibilidades criadas pela *cultura de luta antirracista* na formação de professores de História.

O programa da primeira turma da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, onde fiz o trabalho de campo para essa pesquisa, inicia-se da seguinte maneira: "...a pluralidade de passados torna plausível a pluralidade de futuros."<sup>65</sup>.

### **1.2.7 - Retomando o que ficou para trás**

Para encerrar esse capítulo retornemos a falsa oposição que nos trouxe até aqui. De um lado encontraríamos o “jeito tradicional de fazer movimento negro”, do outro, as questionadas formas de expressão política comumente relacionadas à juventude negra. Ambas, manifestações políticas absolutamente imbuídas de *cultura de luta antirracista* e como tal, aptas a circular essa cultura, afetar novos sujeitos e produzir novos imaginários. Manifestações, tais como o afrofuturismo, trabalhado mais profundamente aqui, mas também outras como a elaboração da estética corporal, já trabalhada em artigo anterior<sup>66</sup>, precisam ser interpretadas a luz do que nos diz Homi Bhabha:

o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou

---

<sup>65</sup> Octavio Paz, em Os filhos de Barro- Trecho retirado da epígrafe da ementa do curso Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos – Período Letivo Especial – UFRJ.

<sup>66</sup> PEREIRA, Amilcar Araujo; LIMA, Thayara C. Silva de. Performance e estética nas lutas do movimento negro brasileiro para reeducar a sociedade. Rev. Bras. Estud. Presença, Porto Alegre, v. 9, n. 4, 2019.

precedente estético ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugar" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 1998, p.27)

Me propus até aqui a trabalhar com um repositório de experiências vividas de um processo de luta contra o regime colonial, a partir dos escritos de algumas de suas principais lideranças políticas, compreendendo sua influência de maneira transnacional e compartilhada. A partir disso, busco agir no presente construindo ferramentas, como a categoria de *cultura de luta antirracista*, que possibilitem compreender melhor nosso contexto, inovando, interrompendo a ação do presente em curso, e portanto, contribuindo para a abertura das novas vias para um futuro plural, onde existam pessoas, experiências e representações positivas da população negra.



## Capítulo 2 – Movimento negro do século 21.

*Eu sempre brinco pensando em uma coisa:  
ser uma espécie de canivete suíço, se desdobrar em mil,  
é uma característica do nosso povo.  
Dar amplitude a essa característica,  
é uma característica do nosso tempo*

(Emicida no *podcast Angu de grilo* nº100, com Flávia Oliveira e Isabela Oliveira)<sup>67</sup>

Iniciei o capítulo anterior explicitando o que venho compreendendo enquanto cultura, ancorada naqueles sujeitos que com armas nas mãos defenderam suas revoluções por libertação do colonialismo. Cabe agora refletir sobre o movimento negro no período em que vivemos, o século 21, e sobre como a perspectiva de cultura estabelecida, ajuda a compreender as características e a conformação do movimento negro neste século.

A tensão entre rupturas e continuidades na luta antirracista é uma marca característica deste capítulo, que trata de distinguir o movimento negro em atuação no século 21, daquele que veio antes. A própria tensão tem paralelo com outros momentos desse movimento, como podemos perceber na análise sobre o filme “Frente Negra Brasileira: a história de uma luta (1985)”<sup>68</sup>, um registro audiovisual feito por Amauri Pereira e Yedo Ferreira e produzido pela Enugarajó. A gravação guarda memórias de um encontro realizado no Aristocrata Clube, em São Paulo, entre militantes fundadores da Frente Negra Brasileira, organização da década de 1930, com militantes do movimento negro da década de 1970. Ao analisar o vídeo os autores Afonso Gonçalves, Amílcar Pereira, Douglas Gonçalves e Odara Dias Philomena destacam o seguinte:

Nesse filme de 1985, em específico, chama atenção o fato de que ainda que a luta da população negra seja o elemento unificador das diferentes gerações que ali se encontravam, fica evidente uma divergência quanto à percepção que diferentes sujeitos apresentavam sobre a questão da continuidade ou não da luta contra o racismo na sociedade brasileira nos anos de 1980. Os membros da Frente Negra pareciam acreditar que o movimento negro dos anos de 1980 não tinha uma ligação com aquilo que fora feito na primeira metade do século 20 pela FNB; enquanto os jovens militantes acreditavam que sim, havia uma importante ligação com o passado, tratava-se de uma continuidade da luta

<sup>67</sup>

Disponível

em:

[https://open.spotify.com/episode/4f7tmX5Ccc4CTHGdje3Wue?si=jDxZoCFmTd6YEhvc2wk-LQ&utm\\_source=copy-link](https://open.spotify.com/episode/4f7tmX5Ccc4CTHGdje3Wue?si=jDxZoCFmTd6YEhvc2wk-LQ&utm_source=copy-link), com último acesso em 01/04/2022, às 09:32, horário de Brasília.

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QAvhNbPADnk>, com último acesso em 02/04/2022, às 02:29, horário de Brasília.

antirracista no Brasil.” (GONÇALVES, PEREIRA, GONÇALVES e PHILOMENA, 2021, p.54)

Os autores seguem apresentando a fala de Milton Barbosa<sup>69</sup>, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado, reafirmando sua posição de que o movimento da década de 70 e 80 representava a continuidade da luta que os precedera, sugerindo a importância do levantamento da “memória da população negra” para que fosse possível perceber essa continuidade; e apresentando a “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” como uma das demandas fundamentais deste movimento (GONÇALVES, PEREIRA, GONÇALVES e PHILOMENA, 2021, p.55). Como estratégia de luta por essa memória, indica-se que o material audiovisual, como o próprio vídeo mencionado acima, teve grande importância, por sua possibilidade de alcançar um público maior do que apenas aquele que frequentava as escolas. Se lá nas décadas de 1970 e 80 a intenção era aumentar o alcance do público em geral para essa “memória da população negra”, no século 21 a capacidade de afetação das narrativas produzidas pelo movimento negro para esse fim se expande exponencialmente, alcançando novos níveis de circulação. Mencionando as fontes utilizadas para a elaboração do trabalho, os autores indicam que:

A disponibilização de vídeos que abarcam a temática das lutas negras e antirracistas é uma iniciativa do CULTNE – Acervo da Cultura Negra, que desde 2009 mantém o site no ar com o objetivo de promover estes conteúdos, com a ideia de que ‘a informação é disseminadora’, vinda dos Panteras Negras estadunidenses. O CULTNE possui também um canal no Youtube (<http://www.cultne.com.br/>) como forma de distribuir seu acervo de mais de quarenta anos de vídeo do que chama de ‘universo afro imaginário’. (GONÇALVES, PEREIRA, GONÇALVES e PHILOMENA, 2021, p.56).

Conforme indica Emicida na epígrafe desse capítulo, “se desdobrar em mil, é uma característica do nosso povo”, seja com a Frente Negra Brasileira, o MNU, o Enugbarajó ou outras tantas narrativas produzidas pelo movimento negro com a intenção de afetar sujeitos a partir da cultura de luta antirracista. Dar amplidão a toda essa história, fazendo circular essa cultura de luta, afetando sujeitos em espaços cada vez mais distantes das

---

<sup>69</sup> Milton Barbosa - Nascido em 1948 na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, ingressou como estudante de Economia na USP, curso que não concluiu. Militou em oposição à ditadura civil-militar na Liga Operária (LO), participou de atividades sindicais junto à categoria dos metroviários, Foi um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do Partido dos Trabalhadores (PT) e um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), no ano de 1978. Ver mais: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/milton-barbosa/>

instituições propriamente ditas, conforme a ação do CULTNE em 2009 ao disponibilizar esse gigante acervo produzido através da internet, é uma característica do nosso tempo.

## **2.1 – “Eu não me sinto parte do movimento negro justamente por não conseguir entender o que ele é hoje”.**

Dando sequência às tensões entre rupturas e continuidades que permanecem ainda hoje, há uma confusão bastante compreensível, entre o que o movimento negro é e o que se convencionou representar acerca do que ele seria. Para compreender essa posição dúbia ocupada pelo movimento negro no imaginário atual, precisamos compreender, ainda que superficialmente, as relações entre signo, significante e significado.

O signo linguístico é uma relação que se estabelece entre um significante e um significado, nunca de maneira fixa no tempo ou no espaço, compreendendo que essas relações podem mudar. De acordo com Saussure:

O signo, soma, sema, etc. Só se pode, verdadeiramente, dominar o signo, segui-lo como um balão no ar, com certeza de reavê-lo, depois de entender completamente a sua natureza, natureza dupla que não consiste nem no envoltório e também não no espírito, no ar hidrogênio que insufla e que nada valeria sem o envoltório. O balão é o sema e o envoltório o soma, mas isso está longe da concepção que diz que o envoltório é o signo, e o hidrogênio a significação, sendo que o balão, por sua vez, nada é. Ele é tudo para o aerosteiro, assim como o sema é tudo para o linguista. (SAUSSURE, 2002, p. 102-103).

No caso do movimento negro, enquanto signo que tento alcançar aqui, é preciso refletir acerca da relação entre seu significante e seu significado. O significante é a “imagem acústica” de uma palavra, o que Saussure chamou de “envoltório”, nesse caso, o significante aqui em questão é “movimento negro”. Já o significado é o conceito por trás da palavra, o “ar hidrogênio que insufla” aquele significante, o conteúdo ao qual nos remetemos ao usá-lo. A compreensão se dá quando significante e significado se encontram, dando um sentido ao signo, no interior de determinada linguagem.

Durante a pesquisa “movimento negro na atualidade” perseguimos esse signo “movimento negro” e o que ele poderia querer dizer no século 21, já que significante e significado podem mudar a depender do tempo e do espaço. Na primeira fase nossos respondentes preenchiaram de maneira individual, online e sem a presença dos entrevistadores, um formulário previamente preparado, tendo como única interlocução possível a intencionalidade aplicada na produção das questões ali colocadas. A segunda

fase foi de entrevistas de história oral, realizadas com uma parcela selecionada entre aqueles que responderam ao formulário. Nesse contexto já existia a interlocução com os entrevistadores, o que punha em jogo uma série de visões de mundo, produções de memória e subjetividades. Esse duplo movimento me permitiu explorar com maior complexidade a percepção desses sujeitos acerca do signo movimento negro, seu significante e significado.

Para o exercício a seguir, no qual analiso mais de perto as respostas preenchidas na primeira fase em relação a questão: “O que você entende por movimento negro, em poucas palavras?”, é importante ressaltar que não se trata de uma tentativa de categorizar de maneira fixa e bem delimitada diferentes “níveis” de movimento negro. Os grupos de respostas foram categorizados de acordo com sua coerência interna, com base em ideias chave que lhes eram recorrentes, suas aproximações e afastamentos. O que busco demonstrar aqui é que de maneira geral, quando perguntados sobre o movimento negro os sujeitos acionam uma pluralidade de significados para definir esse ator social. Alguns significados são intercambiáveis, alguns dialogam e alguns conflitam.

1<sup>a</sup> No primeiro grupo de respostas tivemos aqui a recorrência de ações antirracistas a partir de indivíduos que direcionam suas ações para a coletividade negra: “Negros que lutam em prol da ascensão política e econômica da comunidade.” ou ainda “Atuar. Conscientizar, combater, nas relações diárias, o racismo estrutural que existe em nosso país”. Nessa categoria, que foi a mais recorrente, obtivemos pelo menos 91 respostas.<sup>70</sup>

2<sup>a</sup> Neste segundo grupo, com 51 respostas, foi possível perceber o entendimento de “movimento negro” enquanto uma reunião desses indivíduos da categoria anterior, nesse grupo o entendimento parte da agência individual para a coletiva. Alguns dos usos recorrentes para definir as coletividades em questão foram: conjunto, grupo, reunião, movimento de encontro, agrupamento e coletivo. Um exemplo de resposta extraída do formulário é a seguinte: “Conjunto de pessoas, ideias e práticas que promovem a dignidade do povo negro em todas as esferas da vida em sociedade”.

---

<sup>70</sup> É bom lembrar que como as perguntas discursivas não eram obrigatórias, nem todos os respondentes que preencheram os formulários, responderam a essa questão especificamente. Para análise proposta nesse exercício isso significa dizer que a soma da recorrência de respostas não será igual a quantidade total de respondentes da pesquisa (261).

- 3<sup>a</sup> A ideia chave que reúne esse terceiro grupo com 31 respostas é o recorrente uso do termo “movimento”. O foco é diferente do tópico anterior. Se antes havia de maneira expressa uma noção de coletivização de indivíduos e suas agências, aqui o movimento negro já é percebido e narrado a partir do coletivo no papel que desempenha enquanto ator social influenciando nas dinâmicas de poder. Alguns exemplos são: “movimento de reparação e respeito ao negro e à sua cultura”, “Movimento em prol da restauração da justiça social” e “Movimento que luta pela emancipação de um povo que forma a maior parte da classe trabalhadora, que teve sua história e seus heróis negados e que precisa passar por esse processo de libertação pra construir uma nova sociedade.”.
- 4<sup>a</sup> O quarto grupo de respostas é caracterizado principalmente por seu maior grau de institucionalização. Além do uso recorrente do termo “organização” para descrever sua estrutura, o que difere esse grupo dos demais é a) uma noção mais estruturada do que seja movimento negro, indicando, por exemplo, organizações não governamentais enquanto a expressão da luta coletiva: “Conjunto de ONGs que atuam na luta antirracista bem como no acesso a cidadania.” e b) suas pautas remetem-se à disputas mais institucionais como a produção e manutenção de políticas públicas: “Movimento social organizado com a finalidade de combater o racismo e empoderar os militantes para promover ações que viabilizem a implantação do Estatuto de Promoção de Igualdade Racial”. Nas 33 respostas categorizadas nesse grupo pudemos perceber também uma ideia recorrente de movimento negro enquanto um aglutinador de entidades e instituições.
- 5<sup>a</sup> Por fim, neste último grupo que contou com 19 respostas, encontramos sujeitos que identificam o movimento negro de maneira ampla, enquanto quaisquer ação antirracista, seja individual ou coletiva, desde que tenham como direcionamento o fim do racismo na sociedade. Por exemplo: “Antigas organizações negras (quilombos e irmandades), grupos e indivíduos negros que combatam o racismo, e (re)criação das expressões culturais e de defesa da gente negra” ou ainda “Dinâmica de intervenção cotidiana, baseada na perspectiva da individualidade e da coletividade negra, com ênfase na valorização da ascendência negra em todos os contextos sociais”.

A partir da análise das respostas do formulário, apresentada acima, já é possível observar que o que se entende por movimento negro no imaginário dos próprios sujeitos engajados na luta antirracista é plural em termos de estrutura. Quando me proponho a observar mais de perto, a partir das entrevistas de história oral, que necessariamente põe subjetividades em diálogo, o que percebo é um novo movimento para além dessa pluralidade estrutural já observada. O que encontro é um certo descompasso entre o signifiante e o significado de movimento negro, que provoca nossos entrevistados ao ponto de que, em alguns casos, mesmo entendendo-se enquanto sujeitos engajados na luta antirracista no Brasil, não conseguem definir-se claramente enquanto parte do movimento negro.

A produção da “memória do movimento negro” e a pauta da “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, mencionadas anteriormente na fala de Milton Barbosa<sup>71</sup>, são dois projetos bastante bem sucedidos do movimento negro contemporâneo<sup>72</sup>. Apesar da lacuna ainda existente diante do extenso projeto de apagamento da história da população negra no Brasil, é inegável a percepção de que hoje temos maior acesso a trajetória e a memória de diversos sujeitos e processos importantes da luta antirracista neste país. A própria Lei 10639/03, fruto de muita luta e articulação política desse movimento, leva adiante o exercício contínuo da reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Hoje, seja lá que tipo de luta antirracista esteja sendo levada a cabo, não é possível desconectá-la das outras gerações de movimento negro, como continuidade de sua luta, mas diante de um racismo que sempre se atualiza.

A própria centralidade que a imagem do Movimento Negro Unificado ocupa no imaginário acerca dessas lutas das décadas de 70 e 80, é fruto do projeto bem sucedido de produção de memória, com o qual aquele movimento se preocupava. Pereira indica em seu livro acerca da constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil o seguinte:

“É importante ressaltar que o surgimento do MNU em 1978 é considerado, tanto pelos próprios militantes quanto por muitos pesquisadores, como o principal marco na formação do movimento negro contemporâneo no Brasil na década de 1970”.  
(PEREIRA, 2020, p.132)

---

<sup>71</sup> GONÇALVES, PEREIRA, GONÇALVES e PHILOMENA, 2021, p. 54 e 55.

<sup>72</sup> Uso neste trabalho o termo “movimento negro contemporâneo” como uma categoria que se remete a um contexto sócio-histórico específico de luta antirracista, que compreende os anos entre 1970 e 1995.

Ou seja, apesar da existência de vários grupos voltados para a transformação da sociedade em direção ao fim do racismo desde o início da década de 1970 e que compõe o que se convencionou chamar de movimento negro contemporâneo, o MNU é reconhecido por militantes e pesquisadores como o principal marco desse movimento.

Sobre o texto em questão, apesar de referir-se ao movimento negro da década de 70 e 80, período considerado naquela pesquisa, a tese é defendida em 2010, lançada como livro no ano de 2013 e reimpressa no ano de 2020, o que de certa maneira demonstra a força da circulação dessa ideia entre os pesquisadores no século 21. Outro exemplo do lugar de centralidade do MNU no processo de produção das memórias, agora no imaginário social em geral, é o documentário “AmarElo: É tudo pra ontem”, do rapper Emicida. Correspondendo a ideia de dar amplidão à luta da população negra, o rapper lança seu documentário no mais popular serviço de streaming de vídeo do país. No documentário o rapper faz um paralelo entre a ocupação das escadarias do municipal em 1978, no ato de fundação do MNU, e a ocupação daquele palco no momento em questão e esse veículo possibilita que a narrativa extrapole a academia e o próprio movimento social. Conforme disse o próprio Emicida em entrevista concedida ao jornal El País:

Não sou o primeiro artista negro, não sou o primeiro representante de um movimento popular a subir naquele palco. Mas conseguimos criar um contexto onde levamos para lá dentro um número imenso de pessoas que passam ao redor do Theatro todos os dias mas não se perguntam: ‘por que a gente nunca entrou nesse teatro?’ Porque nunca nos convidaram a pertencer a ele. Quarenta anos depois do nascimento do Movimento Negro Unificado, em 1978, temos a oportunidade de ocupar esse palco. O mais simbólico e mágico dessa ocupação foi encontrar algumas das pessoas que estavam naquelas escadas lutando por um Brasil mais justo, na criação do MNU, e colocá-los no meio do teatro.

**São três homens e uma mulher que, no meio do concerto, se levantam?**

Sim, isso. O momento em que eles se levantam é muito forte e simbólico porque foram aquelas pessoas que lutaram para que eu estivesse naquele palco. Para que eu sonhasse e acreditasse que poderia ser o Emicida. Essa é a importância de trazer o Theatro Municipal para o centro da história que estamos contando.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-11/emocida-nossos-livros-de-historia-sao-os-discos.html>, com último acesso em 02/04/2022, às 06:45, horário de Brasília.

Longe de qualquer crítica à produção dessa memória, tão importante para que tenhamos contato com a luta antirracista produzida em outros tempos, o que busco reforçar aqui é que o protagonismo do MNU enquanto importante marco na memória coletiva, é uma narrativa que circula com força no século 21. Por se constituir em organização chave nesse processo, Amílcar Pereira sugere inclusive que sua:

...formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento. Vale ressaltar que, segundo Regina Pahim Pinto, o termo “movimento negro” apareceu pela primeira vez ainda em 1934, num texto publicado no jornal A Voz da Raça, que era o órgão de divulgação da Frente Negra Brasileira (FNB). (PINTO, 1993: 213) Entretanto, esse termo passou a ser utilizado recorrentemente pelos militantes que se engajaram na luta contra o racismo durante a década de 1970 ‘para designar o seu conjunto e as suas atividades’. (PEREIRA, 2020, p.87.)

A entidade acabou por influenciar no uso do significante “movimento negro” para designar toda ação coletiva antirracista empreendida no Brasil, a partir daquele momento. Dessa maneira, foi a ação coletiva produzida naquele período, que preencheu esse significante de significado e tornou-se uma marca para o que é imaginado acerca do signo “movimento negro”, no Brasil, até hoje. Vinícius Dias visibiliza essa conexão construída no imaginário entre a categoria “movimento negro” e a instituição:

Eu não sei nem se cabe esse nome...Movimento Negro, não sei. Quando falam em movimento negro isso me remete a 1978, Abdias do Nascimento, a MNU, me remete a isso. E hoje tem isso, mas tem muito mais. Eu não sei qual é o nome, mas eu vejo que é algo muito pulverizado para além daquele movimento negro.<sup>74</sup>

Nesse trecho, ao ser questionado acerca do que é o movimento negro hoje, Vinícius, inicialmente nos permite observar o impacto da instituição MNU na memória coletiva acerca do movimento negro em geral. Em seguida ele nos dá pistas sobre um possível deslocamento do significado da categoria “movimento negro”. O que “movimento negro” representa em seu imaginário descompassa com o que o movimento negro é em sua percepção do cotidiano. Esse desalinhamento não é uma particularidade do depoimento de Vinícius, ele se torna perceptível através das respostas de alguns outros

---

<sup>74</sup> Entrevista com Vinícius Dias, psicólogo, integrante da ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - Distrito Federal, em 6 de julho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade. A entrevista foi realizada por Thayara de Lima, Amílcar Pereira e Jorge Maia, no Hotel Araraquara, em Brasília, Distrito Federal.



entrevistados. No caso de Jéssyca Silveira, por exemplo, apesar de no formulário, a entrevistada indicar participação em uma entidade/instituição/coletivo<sup>75</sup> do movimento negro e se identificar enquanto militante deste movimento<sup>76</sup>, durante a realização da entrevista a depoente parece não se apropriar efetivamente desse lugar, e a mesma sugere que pode ser que isso aconteça justamente por não conseguir “assumir e determinar” o que “movimento negro” significa hoje:

Eu não me vejo necessariamente como parte do movimento negro, justamente por não conseguir assumir e determinar o que ele é hoje. E também por eu acreditar que ele é plural e que está em tantas pequenas coisas. Eu sou parte dele, mas ao mesmo tempo eu estou só fazendo o que eu acho que eu tenho que fazer.<sup>77</sup>

Já Manuel Silva, depois de descrever uma efervescente cena de coletividades antirracistas em Porto Alegre, indica sua falta de convicção em usar o termo movimento negro:

Eu acho que tem uma vitalidade muito bacana... tem um pessoal mais jovem e com uma perspectiva de combate ao racismo muito plural. O pessoal junta o espaço acadêmico com a ação na rua e com o debate. Então tem colegas professores jovens da prefeitura, negros e não negros, negras e não negras, recuperando essa história toda com a sua ação contemporânea. E tem grupos de jovens, um pessoal que está ligado à universidade, que está ligado aos movimentos sociais, que está ligado à essas lutas da periferia também. Eu acho que tem uma dispersão muito bacana, que produz muitas frentes.(...) Eu não consigo falar com tanta convicção assim: “**o movimento negro**”, mas reconheço a existência de uma **luta antirracista** bem importante, com um bom vigor.<sup>78</sup> [grifo meu]

---

<sup>75</sup> Esta afirmação refere-se à resposta de Jéssyca Silveira à seguinte pergunta, constante no formulário “movimento negro na atualidade”: “Você faz parte de alguma entidade/instituição/coletivo do movimento negro?”.

<sup>76</sup> Esta afirmação refere-se à resposta de Jéssyca Silveira à seguinte pergunta, constante no formulário “movimento negro na atualidade”: “Você se identifica enquanto militante do movimento negro?”.

<sup>77</sup> Entrevista com Jéssyca Silveira Souza, historiadora, professora, mestra em História Social e articuladora da RAP – Rede de Afro Profissionais em 8 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade. A entrevista foi realizada por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, no campus do Instituto de História da UFRJ, no Rio de Janeiro.

<sup>78</sup> Entrevista com Manuel José Ávila da Silva, professor de História, integrante do Grupo de Trabalho Antirracista (GTAR) da prefeitura de Porto Alegre e idealizador do projeto “Territórios Negros” que tinha por objetivo principal o resgate da memória e a construção de narrativas históricas em torno de importantes pontos de ocupação marcadamente negra na capital gaúcha. Entrevista realizada no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, em 22 de junho de 2018, por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, na sede do Quilombo do Areal da Baronesa, em Porto Alegre.

Percebam que o entrevistado não contesta a existência de ações antirracistas que segundo ele estão sendo colocadas em prática, o que se coloca em jogo aqui é o deslocamento do termo “movimento negro” para “luta antirracista”, de maneira que ele se sintam mais confortável. Na fala de Patrícia Xavier, também é possível notar a incerteza que se soma a um certo grau de “sacralidade” ou reverência conferida ao uso daquela categoria. É quase como se os coletivos que promovem a luta de hoje, não pudessem ser movimento negro, a luz do “verdadeiro” movimento, que como sabemos, carrega as características específicas de um contexto sócio-histórico:

Eu não me sinto apropriada para dizer “ah, eu pertencço ao movimento negro”, mas eu me sinto uma mulher negra em movimento pela educação, pela justiça e pela igualdade. Eu não consigo dizer: “eu tenho propriedade para isso”. Tenho uma caminhada em torno do movimento negro, em torno da causa negra, mas ainda assim eu não me sinto... parece que as outras pessoas tem uma caminhada de militância muito mais forte que a minha, muito mais destacada. Eu me sinto uma trabalhadora, uma mulher em movimento pela causa, apesar de fazer parte das Atinukés.<sup>79</sup>

Mesmo sendo parte do grupo Atinuké, um coletivo antirracista, inclusive citado por outros entrevistados de Porto Alegre como um dos grupos que movimenta a cena antirracista da cidade, Patrícia demonstra uma relação de estranhamento com o termo. A hesitação aparece na medida em que o entendimento do que seja movimento negro, vem num descompasso da própria prática coletiva antirracista desenvolvida no grupo do qual a entrevistada faz parte.

O que as falas anteriores demonstram é que não se trata de escassez de ações individuais ou coletivas cujas agências sejam direcionadas ao fim do racismo. Trata-se sobretudo de uma questão de signifiante e significado. O que significa ser parte do movimento negro? Mesmo para os sujeitos engajados na luta antirracista o conteúdo dessa categoria encontra-se em uma zona cinzenta.

Ainda hoje convenciamos considerar em nossas análises o movimento negro, esse sujeito social central na história do Brasil, como se ele permanecesse imutável, como se o contexto, os desafios e os marcos geracionais que promovem identificação,

---

<sup>79</sup> Entrevista com Patrícia Helena Xavier dos Santos, servidora pública federal do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da UFRGS e Integrante do Coletivo Atinuké – Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras. Entrevista realizada no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, em 21 de junho de 2018, por Thayara de Lima, Amílcar Pereira e Jorge Maia, no campus da UFRGS, em Porto Alegre.

coletividade e produção de estratégias – que conferem significado ao termo – permanecessem iguais. Se posso oferecer uma metáfora neste momento, imagino um ser cuja casca, que já foi morada, agora lhe aprisiona. Essa casca que utilizamos, a categoria “movimento negro” remetendo necessariamente a um modelo específico de produção de luta, hoje dificulta que possamos olhar para a conjuntura e traçar análises, projeções e estratégias acerca da ação desse movimento no mundo. Reforço que a questão aqui não é, de maneira nenhuma, a de almejar superficialmente a mudança de nome do movimento. O que busco é preencher essa categoria com a experiência vivida da atualidade. Trata-se de compreender que o seu significado já não é mais o mesmo, apesar de guardar ainda algumas continuidades.

Se na década de 1930, numa sociedade tão próxima do fim da escravidão e diante de uma crise econômica tão profunda quanto foi a crise cafeeira, os movimentos se articulavam em torno da integração da população negra na sociedade; e na década de 70 tivemos a virada para um movimento negro que buscava por transformação social, em face de uma realidade de regime ditatorial desde 1964, com o advento do golpe civil-militar; hoje já não é possível ignorar o século 21 e as transformações que este contexto trouxe consigo.

## **2.2 – O século 21 e suas transformações**

### **2.2.1 – Fragmentação, capilarização e a descentralização do movimento negro.**

Para iniciar as reflexões acerca desse século, gostaria de apresentar algumas respostas a uma pergunta que foi central nas nossas entrevistas: “Na sua opinião, como se configura o movimento negro na atualidade?”. Como todas as questões em uma entrevista de história oral, nossos respondentes estavam livres para articular suas próprias experiências e subjetividades ao refletir sobre a questão. No decorrer das entrevistas, duas ideias principais começaram a emergir do campo: a de *fragmentação* e a de *capilarização* do movimento negro.

O depoimento de Ana Luísa Coelho Moreira, militante da ANPSINEP de Brasília, é representativo da ideia de fragmentação. Ela diz o seguinte:

...no movimento negro eu percebo, de uns tempos para cá, muita dispersão e muito, entre aspas, cada um por si, cada grupo por si. Muitos grupos foram criados, foram fazendo

pequenos grupinhos, mas que não conversam muito entre si. A minha leitura do movimento negro na atualidade, é de *fragmentação*.<sup>80</sup>

A perspectiva apresentada por Ana Luísa é complementada pela percepção de Joana Machado, militante do CEDENPA, tradicional organização negra do estado do Pará. Joana indica um movimento de descentralização que se deu em determinadas organizações de movimento negro bastante tradicionais da década de 1970:

Então o movimento negro para mim, hoje, são essas ações. *São ações localizadas*. Se tu fores entrar no site do MNU, ele está desatualizado. Era um site fodástico, potência. Tu vais no do CEDENPA, está desatualizado. Onde nós nos perdemos? Será que a gente conquistou tudo o que a gente queria?<sup>81</sup>

Na articulação desses dois trechos o movimento negro, aquele representativo de um outro tempo, conforme já conversamos, permanece como modelo de atuação e por isso a passagem de instituições mais estruturadas como as apresentadas por Joana, para esses “muitos grupos que foram criados”, conforme a indicação de Ana Luísa, ao invés de compreendida como uma característica do movimento em ação hoje é, antes, recebida com estranhamento. Flávio Carrança, antigo militante do MNU que hoje atua na Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – COJIRA-SP, ao apresentar sua percepção acerca da estruturação desse movimento na atualidade, sugere justamente a perplexidade, a atonização e a ausência de um polo de aglutinação: “Eu acho que a gente vive esse momento de perplexidade, de uma situação de movimento negro um pouco atonizado, talvez. Não tem um polo de aglutinação, como o MNU já teve essa vocação e outros organismos que foram criados.”<sup>82</sup>

O que me parece chamar a atenção nessas perspectivas que compartilham a ideia de fragmentação é a percepção acerca do movimento negro de hoje a partir do paradigma da falta, da ausência, do que se perdeu entre aquilo que o movimento era e o que hoje já

---

<sup>80</sup> Entrevista com Ana Luísa Coelho Moreira, psicóloga, integrante da ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - Distrito Federal, em 6 de julho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade. A entrevista foi realizada por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, no Hotel Araraquara, em Brasília, Distrito Federal.

<sup>81</sup> Entrevista com Joana Carmen do Nascimento Machado, professora, integrante do CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, em 28 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade. A entrevista foi realizada por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, no campus da UFPA, em Belém do Pará.

<sup>82</sup> Entrevista com Flávio Carrança, jornalista, integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA-SP), em 16 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade. A entrevista foi realizada por Thayara de Lima, Amauri Pereira e Jorge Maia, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

não é mais. Joana termina sua colocação se questionando: “onde nós nos perdemos? Será que a gente conquistou tudo o que a gente queria?”. Num esforço de refletir sobre essa questão, apresentando um outro campo de visão acerca da estruturação do movimento negro neste século, repito aqui a observação de Ana Flávia Magalhaes Pinto, que já nos encaminha a uma perspectiva menos centralizada:

O movimento negro, ainda que você não tenha pessoas institucionalizadas, ele alcançou corações e mentes em escala nacional. E a gente não sabe lidar com isso ainda, porque a gente tinha uma expectativa de que isso aconteceria se houvesse um entendimento único, tanto é que os mais velhos seguem dizendo: “o movimento negro precisa construir um projeto político de nação para o Brasil”, aí eu falo “precisa! Mas você acha mesmo que vai ser com a cúpula?”, e você acha que esse projeto político de nação já não está, em alguma medida, sendo rascunhado por essa movimentação toda de gente dizendo: “não vou ficar no mesmo lugar!” ?<sup>83</sup>

O que Ana Flávia oferece é a possibilidade de uma outra visão do que seria o movimento negro. Uma visão que se estabelece por fora do paradigma da ausência, a caminho de compreender as potencialidades do que o movimento negro é, e não se prendendo à falta do que ele deixou de ser. Isso, no entanto, impõe a necessidade de reajuste do olhar diante das expectativas de centralização e institucionalização na produção de lutas, conquistas e afetação de novos sujeitos para o antirracismo, num contexto em que a realidade é de capilarização da cultura de luta antirracista para o alcance de corações e mentes.

Ao pensar em movimento negro contemporâneo (1970-1995) e na formação de suas organizações, é evidente a primazia da circulação de cultura de luta antirracista de maneira centralizada num contato direto. Como indica Zélia Amador de Deus<sup>84</sup>, uma das fundadoras do CEDENPA, “Naquele período você não tinha computador, então era carta e telefone. E você acaba elegendo algumas figuras no país.” (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.102), no caso, Zélia segue indicando como Hélio Santos<sup>85</sup> foi essa figura para ela.

---

<sup>83</sup> Entrevista com a professora Ana Flávia Magalhães Pinto organizadora do Festival Latinidades e articuladora da Rede de HistoriadorXs NegrXs, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.

<sup>84</sup> Zélia Amador de Deus – Nascida em 1951 e doutora em Ciências Sociais pela UFPA, ela é uma das fundadoras do Cedenpa, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, no início da década de 1980. Zélia participou, entre outras coisas, do grupo de trabalho interministerial criado em 1995 pelo Governo Federal; foi uma das oradoras na delegação oficial do Brasil em Durban na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo; e é a proponente do sistema de cotas implantado na Universidade Federal do Pará, onde é professora. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/zelia-amador-de-deus>

<sup>85</sup> Para Hélio Santos, ver nota na página 14.

O relato de Amauri Mendes Pereira<sup>86</sup> é pungente no sentido de evidenciar a forma direta como se dava esse contato:

No início de 1975 já havíamos criado a Sinba, fazíamos reuniões. Aí, ouvimos a notícia de que tinha surgido na Bahia um bloco afro que ia enfrentar a polícia, que ia fazer e acontecer no carnaval. Então nós nos programamos para ir para o carnaval na Bahia. (...) Acabou o carnaval, nós fomos, eu e Denival Barbosa. Sem dinheiro nenhum, de carona na estrada. Mas nós levamos o documento da Sinba para mostrar, para conhecer alguém na Bahia que fizesse isso. Não tínhamos referência nenhuma! Eu tinha um livro de capoeira do Waldeloir Rego, que era de uma biblioteca lá no Teatro Castro Alves. A gente ia lá perguntar por ele e, a partir dele, chegar no Candomblé e chegar no Ilê Aiyê. Era um pouco assim. (...) A gente tinha todo um negócio salvacionista. Disciplina: 'Temos que acordar cedo. É missão!'. A gente queria informação, bibliografia, queria tudo. (...) E na Bahia eu conheci Henrique Cunha Jr. Como? Chegamos lá sem o dinheiro da volta, mas, como o mundo era nosso e a gente estava lá em uma missão, a gente tinha que voltar de avião. Chegando lá, fomos perguntar: 'Como que se faz para voltar de avião para o Rio?', a gente aprendeu que tinha o Correio Aéreo Nacional e que você podia pedir, mas levaria um mês. Dissemos: 'Não, um mês não, tem que ser amanhã.' 'Não tem condição.' E nessa negociação, tinha um outro negão esperto querendo voltar de avião, era o Henrique Cunha Jr. Nós falamos para ele lá: 'nós estamos aqui numa missão do movimento negro.' Ele disse: 'Meu pai é o Henrique Cunha da Frente Negra Brasileira.' 'O que é isso?' Aí nós sentamos e passamos duas noites ali no aeroporto. O Cunha era da nossa "turma" (...) a família dele já vinha de longe. Tinha história. O pai e a mãe são militantes da linha de frente na década de 1930. Então, aquilo para nós foi um escândalo! 'Tem isso tudo em São Paulo?' 'Temos que ir para São Paulo. Vamos voltar para o Rio o mais rápido possível para ir a São Paulo.' Aí começou a articulação com os paulistas. (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.93, 94 e 95)

Esse modelo corpo a corpo de contato, conexão e afetação resulta na produção de entidades mais integradas, que recorrentemente possuem estatutos, grupos formalizados e existência jurídica – modelos de organização bastante característicos das décadas de 1970 e 80. Pereira, indica a formação de uma rede de relacionamentos entre os militantes negros brasileiros que cumpriu importante papel na difusão de informações para a

---

<sup>86</sup> Amauri Mendes Pereira - Nascido em 1951, formou-se em educação física pela UFRJ em 1974. Amauri foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e foi também redator e dirigente do jornal Sinba, publicado pela entidade de mesmo nome entre 1977 e 1980. Participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, em São Paulo, e integrou a direção do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio de Janeiro. Doutor em ciências sociais pela UERJ, hoje atua como professor do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino e do Programa de Pós Graduação em Educação, ambos da UFRJ. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/questao racial/raca-e-racismo/amauri-mendes-1>

organização do movimento negro no país (PEREIRA, 2020, p.129). Percebam que, com seu estatuto, o IPCN<sup>87</sup> influenciou na criação do CCN:

Eu fui para o Rio em mais uma de minha viagens e disse: ‘agora eu vou procurar as entidades que estão lá.’. Falei com o pessoal: ‘Vou pegar estatutos, vou conversar...’(...) E fui para o IPCN, onde encontrei o Amauri, o Yedo e o Orlando, que era o presidente do IPCN. E conversei muito com eles, eles me deram uma cópia do estatuto (...) esse intercâmbio, que vai se prolongar por muitos anos, começa logo aí, antes do CCN estar formalizado”<sup>88</sup>

O CCN, por sua vez, influenciou na criação do Cecun:

Conheci a Mundinha Araújo no Rio, porque ela ficou na casa da Lucila Beato quando teve um encontro na Cândido Mendes, no início da década de 1980. Ah, foi ela quem me deu o modelo de estatuto para criar o Centro de Estudos da Cultura Negra, Cecun, em Vitória.<sup>89</sup>

Desde que há luta antirracista há também a produção e circulação de cultura de luta antirracista. Uma das especificidades do século 21 na relação com essa cultura, advém justamente do fato de que o contato direto entre militantes e entre organizações, deixa de ser sua principal forma de circulação abrindo espaço para outras possibilidades de afetação, menos centralizadas. A percepção de um movimento negro que alcançou corações e mentes, incorre justamente dessa descentralização da circulação de cultura de luta antirracista, o que nos direciona àquela outra ideia que emerge do campo para fornecer um modelo explicativo para a configuração do movimento negro deste século: a *capilarização*.

A trajetória de Maíra de Deus Brito é representativa de como se dá o processo de capilarização da cultura de luta antirracista na sociedade. A entrevistada vai nos apresentando de maneira bastante didática e elucidativa, no decorrer de sua trajetória, os diferentes contatos que teve com esse cultura, circulada a partir da atuação do movimento negro, no entanto, jamais de maneira tão estruturada. Podemos perceber nos trechos a seguir a forma pela qual essa cultura foi lhe influenciando e provocando sua própria

---

<sup>87</sup> IPCN – O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras é uma entidade do movimento negro, fundada em 08 de junho de 1975, no Rio de Janeiro, com sede própria na Av. Mem de Sá nº 208, tem como objetivo principal estudar, pesquisar, denunciar e combater o racismo e todo e qualquer tipo de discriminação racial. Ver: <http://institutodepesquisadasculturasnegras.blogspot.com/>

<sup>88</sup> Trecho de entrevista com Mundinha Araújo, fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Disponível no livro “Histórias do movimento negro no Brasil”. ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.96.

<sup>89</sup> Trecho de entrevista com Luiz Carlos Oliveira, fundador do Centro de Estudos da Cultura Negra, Cecun, em Vitória. Disponível no livro “Histórias do movimento negro no Brasil”. ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.97.

agência nos espaços em que ela ocupava ao longo da vida. Maíra inicia falando sobre sua infância:

Eu lembro que a primeira experiência racista que eu tive foi no que a gente chamava de 1º, 2º ou 3º período, que hoje deve ser Educação Infantil. Eu não lembro, mas meu pai comenta que um belo dia eu não queria mais ir para a escola porque eu estava sendo vítima de ataques racistas.

**Você disse que seu pai é muito envolvido com política. Ele teve uma atuação antirracista?**

Na verdade, ele sempre trabalhou com pessoas que estavam se candidatando. Ele tem um pouquinho de envolvimento, muito pouco, mas a questão do racismo sempre foi debatida dentro da minha casa e logo cedo eu me interessei. (...) o meu pai sempre esteve envolvido, mas não muito, foi sempre uma coisa ali pela beira.<sup>90</sup>

A entrevistada sugere que seu pai não fazia formalmente parte de um grupo de movimento negro, mas sim atuava na política partidária. No entanto, ela não exclui sua participação completamente, ao invés disso, indica um envolvimento “pela beira”. É exatamente o envolvimento “pela beira” que neste caso, possibilita o contato com a cultura de luta antirracista, embora não necessariamente de maneira direta, ativa e deliberada por parte de seu pai. Maíra destaca, por exemplo, a clareza na identificação de que o que lhe acontecia era um “ataque racista” e segue evidenciando que o racismo era debatido em sua casa logo cedo. Esse contato de Maíra com a cultura de luta antirracista que afetara seu pai, a munuiu de ferramentas para que pudesse perceber o racismo no espaço escolar, enquanto ainda era muito jovem:

...sem dúvida uma das experiências racistas mais importantes que eu vivi foi de duas professoras que eu tive. Eu apresentava uma dificuldade com matemática e eu só precisava de alguém para sentar e falar: “vamos juntos”. (...) Era exatamente o oposto que eu tinha nessa escola. Essas professoras não estavam nem aí para mim, me tratavam de uma forma muito absurda e eu não conseguia entender porque eu estava sendo tratada daquela forma. Eu lembro que todo ano tinha um trabalho na escola em que você tinha que indicar coisas que você quer combater: “a fome, a violência...” e eu lembro de sugerir para a turma: “eu

---

<sup>90</sup>Entrevista com Maíra de Deus Brito, jornalista, Mestre e doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela UNB e integrante do Coletivo Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, em 5 de julho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade. A entrevista foi realizada por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, no Hotel Aracoara, em Brasília.



acho que a gente precisa combater o racismo”. Eu tinha 10 anos. Eu entendi que aquilo era racismo.<sup>91</sup>

Maíra segue demonstrando como mais tarde, já no Ensino Médio, a partir da grande movimentação acerca da política de cotas raciais na UNB, promovida pelo EnegreSer<sup>92</sup>, mais uma vez ela fortalece o contato com o debate racial. A entrevistada não passa a fazer parte do grupo em questão, no entanto, seu interesse a fez agir de maneira contundente no espaço em que ela se encontrava naquele momento:

No Ensino Médio acontece uma coisa muito importante que é a questão do EnegreSer. Eu não fiz parte do EnegreSer, mas eu tenho uma prima chamada Lia Maria e ela fazia parte desse grupo, que é um coletivo negro da Universidade de Brasília. Esse grupo fez muito barulho, na época, porque foram implementadas as cotas raciais na UNB. Eu, vendo essa movimentação toda, me interessei. Eu nunca fiz parte do grupo, mas sempre estava por ali e eu lembro de brigar muito na escola que eu estudei. (...) foi um momento muito difícil, porque a branquitude veio sem dó. Eu lembro de ouvir de uma colega branca assim: ‘Maíra, como assim você apoia as cotas? Você é racista?’, e eu fiquei olhando assim: ‘como é que você tem a coragem, a pachorra de olhar para a minha cara e dizer isso?!’. Enfim, eu tive que brigar muito e com muita gente para defender as cotas, já no Ensino Médio.<sup>93</sup>

A primeira coisa a perceber aqui é que Maíra, como seu pai, experencia estar “na beira” de um coletivo negro universitário, engajado num debate público pela implementação das cotas raciais na UNB. Ressalte-se que a entrevistada destaca que o grupo fazia “muito barulho”, o que significa dizer que a luta do coletivo negro produziu cultura de luta antirracista, que afetou Maíra. É a partir dessa afetação que a entrevistada se arma para discutir de maneira contundente a política de cotas raciais em seu Ensino Médio. Maíra não é afetada aqui apenas pela ação do EnegreSer. Todo o debate provocado na escola, quando Maíra indica que “a branquitude veio sem dó”, rompe o véu do silêncio, estratégia de manutenção do *status quo* da branquitude e circula a cultura de luta antirracista, sistematizada na luta do movimento negro por essa política, afetando a sociedade de maneira geral e nesse caso: afetando Maíra, os outros alunos, seus pais, os docentes, a comunidade escolar em geral, e a “branquitude” em questão.

---

<sup>91</sup> Entrevista com a jornalista e escritora Maíra de Deus Brito, integrante do Coletivo Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.

<sup>92</sup> EnegreSer – Este grupo foi durante um bom tempo o principal coletivo negro universitário da UnB. Ele atuava no combate e na denúncia do racismo no ambiente da universidade é principalmente reconhecido pela sua atuação na luta pela implementação da política de cotas raciais nesta universidade.

<sup>93</sup> Entrevista com a jornalista e escritora Maíra de Deus Brito, integrante do Coletivo Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.

Para finalizar esse argumento, gostaria de apresentar um último momento da trajetória de Maíra, agora, já em sua vivência na universidade e em sua atuação profissional.

Eu não faço na UNB, eu faço jornalismo em uma faculdade particular, a UNICEUB. Mas é muito doido, porque o meu contato com as pessoas da UNB [EnegreSer], por agora estar nesse ambiente universitário, só vai consolidando mais o meu discurso antirracista. Na verdade, a faculdade só foi um momento para falar: “ah é. É isso mesmo que eu estou fazendo”. Os meus trabalhos e tudo o que eu escrevia tinham sempre a ver com raça, de alguma forma. Por exemplo, a minha monografia é sobre samba, eu faço uma análise de discurso de sambas enredos da Mangueira e da Portela em três momentos diferentes (...) Eu sempre dou um jeitinho de colocar raça no meio, aí eu vou para o Rio, entrevisto várias pessoas, a maioria delas negras. Eu trabalhei muitos anos no Correio Brasiliense, que é um dos principais jornais aqui de Brasília, e também lá eu sempre dava um jeito de falar sobre raça. Por exemplo, em julho, em Brasília, a gente tem um festival muito importante chamado Latinidades, então eu sempre dava um jeito de ‘vamos fazer umas matérias bacanas, umas matérias grandes, importantes, apresentando o festival e quem são as atrações’, até mesmo artistas aqui da cidade, exemplo, tem uma artista que está lançando um CD que tem toda uma pegada, um discurso racial, então vamos lá. Sempre, sempre falando de raça e também sempre entendendo que isso é uma forma de resistência.<sup>94</sup>

Ao invés de um movimento centralizador, onde os sujeitos são afetados e passam a agir no interior de instituições organizadas acatando um programa de pontos e um estatuto, o que podemos perceber a partir da experiência descrita acima é um movimento descentralizador, de capilarização, onde os sujeitos são afetados pela cultura de luta antirracista e a carregam consigo para os espaços que já estão ocupando na sociedade. Quero lembrar o que já foi evidenciado anteriormente, no capítulo 1, a partir do discurso de Amílcar Cabral, sobre o fato de que quanto maior a exposição à cultura de luta, neste caso a antirracista, maior a possibilidade de que sujeitos passem a direcionar suas agências, em qualquer espaço social que seja, para o antirracismo provocando assim uma espécie de infiltração antirracista. Maíra foi exposta a essa cultura ao longo de sua trajetória e enquanto isso acontecia ela foi, de maneira cada vez mais sistemática, passando a afetar os espaços em que já atuava.

---

<sup>94</sup> Entrevista com a jornalista e escritora Maíra de Deus Brito, integrante do Coletivo Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.

Esse movimento justifica a extensão da análise sobre a trajetória de Maíra e nos faz perceber que enquanto a luta *stricto sensu*, pelo fim do racismo no Brasil, produz conquistas objetivas, como a Lei Federal 10.639/03 e a política de cotas raciais em universidades e cargos públicos, emana desse processo um fluxo de códigos e significados, a cultura de luta antirracista, que circula não apenas a partir da ação direta de um militante, mas encontra vigoroso meio de circulação através das mais diversas narrativas do movimento negro, no Brasil. Esse é o fluxo do alcance de corações e mentes. A partir dele não se produzem unicamente novos quadros da militância institucionalizada. É no contato com a cultura de luta antirracista que emana de todas essas narrativas, que são possibilitadas outras dimensões de reeducação da sociedade. A partir desse contato surgem figuras tais quais Maíra, que contesta o racismo na escola, escreve sobre isso na academia e promove o debate em nível profissional; também como seu pai, que apesar de não ter grande envolvimento com o movimento negro educa seus filhos para conviver melhor com a questão racial, surgem também figuras como a aluna negra na sala de aula que deixa o cabelo natural porque acompanha alguma youtuber negra na internet, o menino que deixa de raspar a cabeça para esconder o cabelo afro, professores que desenvolvem compromisso político com uma educação antirracista, entre muitos outros exemplos.

Podemos perceber o impacto de todo esse processo de capilarização nos resultados obtidos em nosso formulário acerca da quantidade estimada de pessoas ligadas às instituições/entidades e as suas estruturas:

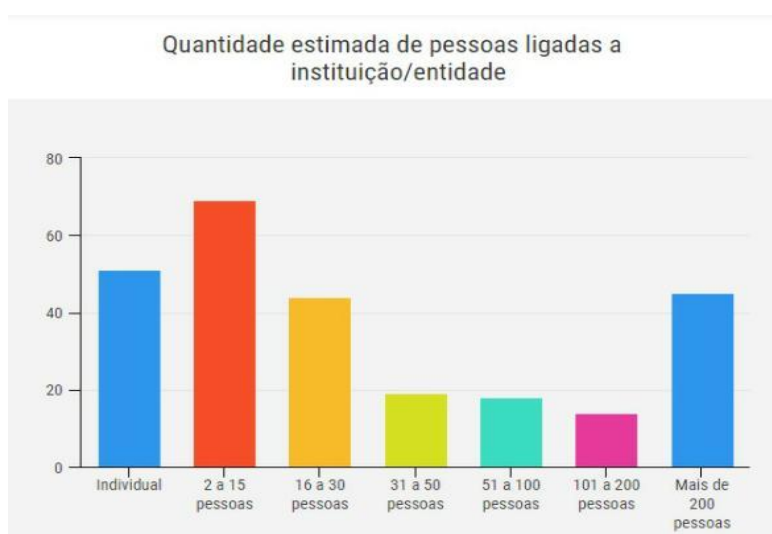


Figura 1 - Gráfico correspondente às respostas ao formulário de pesquisa “Movimento Negro na atualidade”, realizada em 2018.

A descentralização pode ser percebida aqui por conta do grande número de sujeitos que se entende enquanto engajados na luta antirracista, mas que destaca uma ação individual. Trata-se principalmente de professores da educação básica que discutem as relações raciais com seus alunos no cotidiano, produzem projetos, repensam seus currículos e promovem debates; professores e alunos do ensino superior e da pós graduação que discutem e promovem estratégias acerca das ações afirmativas, promovem e participam de atividades de ensino e extensão sobre a temática e participam das disputas epistemológicas travadas no interior da universidade, seja ofertando/pleiteando novas disciplinas ou desenvolvendo pesquisa nessa área. Temos ainda sujeitos que indicam sua atuação na conscientização de vizinhos e colegas de trabalho, que se dispõe a dialogar sobre a questão racial “em todos os locais possíveis” e na participação de manifestações de rua.<sup>95</sup> Percebe-se também, uma maior recorrência de pequenos grupos, com até 30 pessoas, embora seja notável a presença de algumas instituições com mais de 200 sujeitos engajados.

Se na década de 1930, organizações muito vivas na memória do movimento negro como a Frente Negra Brasileira, por exemplo, possuíam “líderes com o poder de controlar o destino da organização”; e posteriormente, na década de 1970, o Movimento Negro Unificado era apenas “mais ou menos descentralizado” (GONZALEZ, 2020, p.119), conforme nos apresenta Lélia Gonzalez, em 1985, acerca da estrutura do MNU:

A criação dos núcleos operacionais básicos, denominados Centros de Luta (CLS), foi proposta no manifesto de 7 de julho de 1978. Esses centros deveriam ser formados por no mínimo cinco pessoas que aceitassem os estatutos e o programa do MNU e promovessem debates, informações, a conscientização e a organização dos negros. (...) Os Comitês Municipais de Coordenação (CMS) são constituídos por representantes de todos os CLS de um município. O papel desses órgãos é puramente organizacional, já que o poder de deliberação pertence às assembleias gerais, constituídas por todos os membros dos CLS. Acima dos Comitês Municipais ou Regionais de Coordenação, foram criados Comitês Estaduais e, finalmente, uma Comissão Executiva Nacional, composta por três membros de cada estado do Brasil. Esta última é responsável, entre outras coisas, pela elaboração do Boletim Interno do MNU e pela representação do movimento em níveis nacional e internacional. Costuma se reunir a cada três meses. (GONZALEZ, 2020, p.118.)

---

<sup>95</sup> Esses dados são referentes ao cruzamento das respostas às seguintes questões presentes no formulário: “Quantidade estimada de pessoas ligadas à sua entidade instituição” e “Indique quais são as estratégias e ações desenvolvidas pela entidade/ por você”.

Nos dias de hoje o que prevalece são as organizações que funcionam de maneira “Horizontal/Colaborativa”, como pode ser percebido na figura 2.



Figura 2 - Gráfico correspondente às respostas ao formulário de pesquisa “Movimento Negro na atualidade”, realizada em 2018.

Para além dos dados recolhidos em nossa pesquisa mais geral, com os formulários preenchidos, é possível observar a percepção acerca desse processo de descentralização e capilarização em boa parte das entrevistas realizadas. Jéssyca Silveira, uma jovem mulher negra, que desenvolve sua ação antirracista no século 21, a frente da RAP - Rede de Afro Profissionais, demonstra sua percepção comparativa acerca do que lhe parece que o movimento negro é hoje e do que fora anteriormente:

Eu vejo hoje o movimento negro muito plural, muito diverso e muito complexo. Eu acho que quando a gente olha para trás, que a gente estuda, a gente pensa em grupos que são mais reduzidos, é quase como se todo mundo se conhecesse (...). Eu pelo menos tenho muito essa ideia da proximidade entre as pessoas quando eu olho para o movimento negro de antes. Quando eu olho para o movimento negro hoje eu identifico muito essas lutas individuais pelo coletivo.<sup>96</sup>

<sup>96</sup> Entrevista com Jéssyca Silveira Souza, historiadora, professora, mestra em História Social e articuladora da RAP – Rede de Afro Profissionais em 8 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, Rio de Janeiro.

Ressaltando essa pluralidade nas ações do movimento negro de hoje, Jéssyca remete ao que eu falava anteriormente: a memória produzida de uma luta mais encadeada, onde a cultura de luta antirracista circula de maneira mais direta, onde “é quase como se todo mundo se conhecesse”, diante da percepção, no presente, de lutas individuais pelo coletivo. A professora Ana Flávia Magalhães Pinto que já indicara, anteriormente, a necessidade de pensar o movimento negro hoje a partir de um novo paradigma, também reforça a multiplicidade de frentes existentes nesse movimento:

O que eu vejo agora é que por força dessas outras várias possibilidades de politização negra que foram sendo desenvolvidas nos últimos anos, são muitas frentes, são muitas experiências que não necessariamente se enquadram naquilo que a gente está acostumado a chamar de movimento negro. Que estão inclusive tensionando espaços onde as vozes negras não eram escutadas. Tem um coletivo de mulheres negras dentro do MST chamado “Comuna Panteras Negras”, que é lá em Planaltina(...) Na minha cidade tem os grafiteiros. (...) Você tem os saraus e tem a questão da experiência periférica. Porque aí a gente está vivendo uma coisa de “como que a gente lida com isso?”. Então você tem um contexto em que está todo mundo falando abertamente sobre racismo, assumindo o racismo, mesmo as organizações que não são exclusivamente negras já tem uma outra postura em relação ao problema racial, que não tinha antes. Você tem esse tipo de iniciativa, muitos slans são assim, a Casa Frida em São Sebastião é outra possibilidade, mas ao mesmo tempo você tem essa articulação de jovens negras feministas que se aglutinam a partir desse guarda-chuva maior, e você vai ter gente em vários pontos. E é uma coisa que é muito desse momento, é difícil entender onde isso vai dar. Eu acho que nem é o momento, acho que não é nem o nosso papel, porque existe uma efervescência negra aqui no Distrito Federal que não está cabendo nas caixinhas. Tem um coletivo, o Afronte, eles fizeram um filme, tem um coletivo de bixas pretas, que é lá para as bandas da Ceilândia, mas que junta gente de Planaltina. (...) E assim, é institucionalizado, tem CNPJ, tem reuniões frequentes? Não. Mas está funcionando. Você chega na rua, no outro dia eu peguei um carro e por uma semana, todo dia eu passava por alguém de black. Eu passei a minha adolescência inteira só encontrando menino de cabeça raspada. É difícil você encontrar um menino em Planaltina hoje, que não está muito tranquilo com seu cabelo crescendo.

O relato bastante vívido de Ana Flávia, em acordo com o gráfico da figura 1, nos indica justamente a existência de pequenos grupos, que estão atuando em frentes bastantes distintas e que mesmo que não se articulem de maneira institucionalizada com CNPJ, por exemplo, tem provocado um outro tipo de afetação da sociedade ao redor. Essa multiplicidade de frentes é fruto direto de um processo de capilarização produzido neste século. Se a cultura de luta antirracista afeta sujeitos que vão atuar onde eles já estão, e

não em uma estrutura centralizada, os debates vão se multiplicando e chegando a espaços que antes não eram alcançados.

Diante dessa capilarização de frentes, que quebra a imagem das grandes estruturas de movimento negro, é necessário resistir ao ímpeto de compreender imediatamente uma formação em pequenos grupos, apenas como despotencialização. Nesse sentido o exemplo de Maíra acerca da riqueza dos coletivos negros universitários existentes na UNB, se torna importante:

Por exemplo, se a gente pensar em um ambiente mais micro, como lá dentro da Universidade de Brasília... Existem vários grupos. Tem o Calunga, que é lá da faculdade de arquitetura, tem a Ubuntu, que é do pessoal da Ciência Política, tem o Calundu, que é um grupo meio parecido com o Maré com pessoas de diversas áreas e que trabalha muito a questão das religiões de matriz afro. Então assim, meio que cada um está fazendo o seu, mas no final das contas a gente está junto. A Ubuntu trabalha muito com as questões políticas, por estar dentro das Ciências Políticas, eles estão muito ali falando da política, quem são os políticos que estão falando de raça. O pessoal da arquitetura está pensando muito na questão de espaço: como é que esses corpos negros estão ocupando os espaços e como esses espaços estão expulsando os corpos negros, por exemplo. Cada um está falando de uma coisa, mas no final está todo mundo falando a mesma coisa, então os nossos discursos acabam se complementando.<sup>97</sup>

A potência vem de perceber que se antes, com um movimento mais centralizado, tínhamos também a centralização de pautas, de debates e de acúmulos, o que inclusive sobrecarregava a militância que precisava se responsabilizar por tudo:

No EnegreSer a gente tentava dar conta de tudo e quase morreu, porque tinha que falar da violência, da educação, da saúde, daquilo outro. Tinha que pagar as contas, tinha que trabalhar e não tinha carro, não tinha nada e era uma coisa... Hoje em dia as pessoas têm a possibilidade de: ‘eu vou me dedicar a isso!’, e quando eu preciso aprender sobre aquilo eu sei que eu tenho alguém para chamar. A gente soma forças. O bom mesmo é juntar muita gente e cada um soma.<sup>98</sup>

Hoje emerge um novo modelo organizacional que apesar de diferente do anterior, não é por isso menos potente. O que emerge é a figura de uma rede que conecta agências

---

<sup>97</sup> Entrevista com Maíra de Deus Brito, jornalista, Mestre e doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela UNB e integrante do Coletivo Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, em 5 de julho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, DF – Brasília.

<sup>98</sup> Entrevista com a professora Ana Flávia Magalhães Pinto organizadora do Festival Latinidades e articuladora da Rede de HistoriadorXs NegrXs, em 5 de julho de 2018. Brasília, DF.

e grupos, e a partir da qual, de maneira horizontal e colaborativa, cada parte dessa rede contribui com o todo a partir de suas especificidades. Esse movimento promove uma espécie de “infiltração antirracista” que possibilita a produção de luta, de afetação e de um debate racial nas mais diversas frentes que um sujeito possa ocupar. Conforme a imagem criada pela entrevistada Nina Fola: “... o movimento negro é uma grande coisa, até disforme. E existem frentes que atacam, porque a gente tem muita coisa para atacar, para debater.”<sup>99</sup>

É importante notar que não se trata da substituição total de um movimento negro institucionalizado, centralizado, com muitos integrantes e estruturas mais verticalizadas por esse novo modelo mais capilarizado que apresento aqui. O que quero ressaltar é a existência de um ecossistema mais complexo do que apenas “o institucional”, “o individual” e “o coletivo”. Quem chama atenção para essa existência de um movimento negro plural, mas que coexiste numa espécie de ecossistema é a entrevistada Luanna Teófilo, de São Paulo.

Eu creio que tem os movimentos organizados que atuam diretamente e trazem benefícios primeiro para a população preta e depois para a população em geral. Porque a gente tem essa característica também, sempre que a gente se desenvolve a gente empurra a sociedade para cima. Cada vez mais eu percebo isso: como o nosso desenvolvimento é o desenvolvimento da sociedade, porque o único plano que tem é o nosso. Então tem esses grandes movimentos: Unegro, Uneafro, o Movimento Negro Unificado e etc., entre outros coletivos que atuam na estrutura. Eles são os que entram com ações judiciais, os que fazem denúncia e etc., o que é muito importante, porque a sociedade é feita de leis e o que muda a sociedade são as leis. E aí, com a internet você tem toda uma militância. Então você tem um primeiro nível de militantes, pessoas como eu que tem os seus coletivos, que tem as suas organizações e que estão atuando real. Estão denunciando, estão indo para cima, estão dando a cara, se levantando, mas que não estão dentro de uma estrutura organizada. Mesmo que eu tenha o coletivo Efigêneas, ainda assim a atuação é muito individualizada, a gente ainda não tem uma estrutura para muitas coisas.

**Essa segunda camada você entende como “militantes”?**

Militantes. Pessoas que estão de fato trabalhando, que participam dos eventos. Aqui em São Paulo é até um grupo bem consistente,

---

<sup>99</sup> Entrevista com Janine Maria Viegas Cunha, cantora, doutoranda em Sociologia na UFRGS e Idealizadora do Coletivo Atinuké – Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras. Entrevista realizada no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, em 21 de junho de 2018, por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, no campus da UFRGS, em Porto Alegre.



you end up knowing the people. They don't make part, they are not from the Unified Black Movement, they don't go to the Unified Black Movement or even to other collectives, but they are there, they strengthen, they work, they participate. In work, sometimes they assume leadership, they make choices, they practice black money. They are people who are engaged, so they have a large mass and it is this mass that is pushing and giving support because the organized movements end up being few. And here you still have a third layer that is a little more diluted, of activists. They are people sympathetic to the cause and that absorb, that take on. Suddenly they don't have a more direct action, but they learn, they consume content and here already there is a better vision to educate the child, or even a professor who manages to have other forms of action. In this part of the bottom there are still many white people who are interested. Many not, but they have another one there that is acting, that is acting.<sup>100</sup>

This ecosystem functions in a way to face different dimensions structured by racism: a group more institutional that debates laws, a group less institutionalized that relies mainly on the internet, where it inserts its own action, besides individual agencies affected by the anti-racist culture.

### **2.2.2 – Aceleração das tecnologias e a cultura de luta antirracista**

The decentralization of the organizations of the black movement is not the only characteristic important to be considered in the turn of the 21st century, nor can it be considered in an isolated way from other transformations that are taking place in society and impact this social movement.

Another of these transformations is the growing acceleration of communication and information technologies, which is restructuring society. This is mainly due to the expansion of internet access and the emergence of social networks, which are gaining an important place in the collective Brazilian dynamic after the year 2000. In this sense, to understand a little better the role of the anti-racist culture in the restructuring of the black movement in the 21st century it is necessary to look at cyberculture, as follows André Lemos:

---

<sup>100</sup> Entrevista com Luanna Teofilo, formada em Direito, mestre em Linguística, empresária, criadora do Coletivo Efigêneas, do blog Efigêneas e do Painel BAP, primeiro painel de consumidores afro-brasileiros do Brasil. Entrevista realizada no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, em 17 de julho de 2018, por Thayara de Lima, Amauri Pereira e Jorge Maia, no hotel La Residence Paulista, em São Paulo - SP.

é o conjunto tecnocultural emergente no final do século 20 impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de tecnologias e processos sociais ditam hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início de século 21. (LEMOS, 2010, p.21 e 22)

Essas novas relações criadas e as novas formas de sociabilidade e comunicação social muito me interessam, principalmente considerando que elas impactam diretamente nas transformações sociais, culturais e políticas no século 21. É nesse lugar que se assenta o movimento negro que busco compreender aqui, aquele que se modificou, a partir, também, dessas novas relações que reestruturaram o espaço e o tempo neste século.

Iniciei a pesquisa que tenho apresentado a vocês, no ano de 2018. O primeiro passo foi a realização das entrevistas no campo, com sujeitos engajados na luta antirracista em todo o país, afim de compreender o que é o movimento negro da atualidade. Ao trazer a internet para o centro deste tópico é importante demarcar que nesses quatro anos que separam o momento inicial das entrevistas da data da defesa da tese, em decorrência da pandemia de COVID-19, experimentamos um regime de conectividade digital sem precedentes cujos impactos ainda serão estudados por muito tempo, em muitas áreas do conhecimento. Para o desenrolar deste trabalho evidencio que apesar de as reflexões acerca dos usos e impactos da internet durante as entrevistas de história oral não terem sido nada tímidas, o processo vivido principalmente nesses últimos dois anos de pandemia foi de uma aceleração tão vertiginosa das tecnologias de comunicação, a ponto de ser capaz de garantir a interconexão de um mundo em distanciamento social.

Lá em 2018, na primeira fase da pesquisa “Movimento Negro na Atualidade”, com um grupo de dados correspondente a respostas de 261 entrevistados, 97,7% destes, indicou que a internet é um veículo importante para as suas estratégias na luta antirracista. Entre os papéis que a internet cumpria, listados na ordem de maior para a de menor ocorrência estavam: a divulgação e mobilização para ações presenciais (88,9%), a divulgação das informações sobre as ações que tem sido desenvolvidas (78,9%), a divulgação de conteúdo de caráter informativo (76,6), a denúncia ao racismo (68,2%), a execução das estratégias desenvolvidas (50,2%) e a busca de financiamento coletivo

(18,8%).<sup>101</sup> Esses papéis previamente elencados pelos elaboradores do formulário, de maneira nenhuma esgotam as possibilidades de atuação via internet. As entrevistas de história oral foram ricas em demonstrar uma série de outras possibilidades que evidenciarão, adiante, a interrelação entre a tecnologia de informação e o movimento negro do século 21.

De lá para cá, nesse curto espaço de tempo que abrigou o decurso do meu doutoramento, experienciamos enquanto sociedade, momentos que demonstram esse aprofundamento caleidoscópico das tecnologias de informação. Os dois exemplos que mencionarei aqui, já eram, de certa maneira, anunciados pelas respostas do formulário à pergunta: “Na sua opinião, qual(ais) a(s) luta(s) mais urgente(s) da população negra na atualidade?”. Com essa pergunta buscávamos compreender o que os militantes respondentes compreendiam como principais arenas de embate deste movimento no século 21. Num formulário que permitia a marcação de mais de uma resposta tivemos em primeiro lugar, com recorrência de 83,1% das respostas “a luta pelo fim da violência policial contra a juventude negra”. Em segundo lugar, com 75,1%, tivemos “a luta pela efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003”. As duas principais arenas de embate, reconhecidas dentre os militantes que responderam nossa pesquisa, foram absolutamente afetadas pela dinâmica das novas tecnologias nesse meio tempo.

O primeiro dos exemplos que evidencia a influência dessa tecnologia tem a ver com as manifestações em função de violentos assassinatos de pessoas negras, durante o período. O primeiro assassinato foi o de George Floyd, que ocorreu nos Estados Unidos, no dia 25 de maio de 2020. Floyd foi brutalmente assassinado pelo policial branco Derek Chauvin, que pressionou o joelho no pescoço de Floyd por 8 minutos e 46 segundos, provocando a sua morte. As imagens do episódio e das manifestações que se seguiram nos Estados Unidos circularam o globo, através da internet. Logo pudemos ver manifestações antirracistas espalhando-se em vários países do mundo<sup>102</sup>, essas manifestações se desdobraram em um movimento de derrubada de estátuas de colonizadores e escravagistas e por fim fomentaram um processo de releitura histórica de

---

<sup>101</sup> Os dados referenciados são relativos ao tópico: “A internet é um veículo importante para as estratégias articuladas por você/pela sua entidade?” constante no formulário “Movimento negro na atualidade”.

<sup>102</sup> Ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/apos-morte-de-george-floyd-onda-de-manifestacoes-contra-racismo-chega-a-espanha-e-a-italia.ghtml> com último acesso em 07/04/2022, às 21:25, horário de Brasília.

personagens que até então vinham sendo celebrados<sup>103</sup>, todo esse processo não seria possível sem o estado de superconectividade proporcionado pelas redes. Refiro-me também às manifestações em função do assassinato de João Alberto, num supermercado da rede Carrefour, um dia antes do 20 de novembro de 2020, data em que se celebra, no Brasil, o Dia Nacional da Consciência Negra. João Alberto foi violentamente espancado e assassinado por asfixia pelos seguranças Magno Braz Borges e Giovane Gaspar da Silva, um ex-militar e um policial militar temporário. Diante do contexto pandêmico e de isolamento social que atravessávamos naquele momento, não é possível e nem recomendável do ponto de vista da análise social, ignorar que tais manifestações foram mobilizadas e organizadas por intermédio da internet.<sup>104</sup>

Quanto a segunda arena de embate, falo da profunda reestruturação pela qual passou a percepção e os usos da internet e do online, na formação de professores de história, para as relações étnico-raciais, campo que também é objeto desta pesquisa. Aqui é onde percebemos de maneira mais evidente a potência dos processos de desterritorialização e re-territorialização possibilitados pelas mídias digitais. As salas de aula como conhecemos foram destituídas de seus territórios físicos e re-territorializadas em espaços online. Essas salas de aula re-territorializadas, avançaram sobre o espaço privado do lar, misturando mundos culturais distintos, gerando novos conflitos e aplacando alguns tantos outros.

Me debruçarei na análise da experiência de campo numa dessas salas de aula re-territorializadas no capítulo a seguir, por enquanto cabe compreender que, se por muito tempo resistimos, no campo dos estudos sobre movimento negro e sobre educação, à importância das tecnologias digitais, agora não é mais possível se furtar dessa questão. No que me cabe, nessa pesquisa, é de fundamental importância compreender o impacto da internet e da aceleração das tecnologias de informação na circulação de cultura de luta antirracista. Um processo, entre outros, que contribuiu para que efetivamente o movimento negro alcançasse corações e mentes, para além de seu corpo e de suas possibilidades físicas. Nesse rearranjo, a partir das entrevistas realizadas, poderemos perceber melhor o caminho pelo qual a cultura de luta antirracista vai tornando-se uma

---

<sup>103</sup> Ver: <https://oglobo.globo.com/mundo/a-praca-publica-nao-lugar-para-exaltar-figuras-que-causaram-tanta-dor-diz-historiador-24477825> com último acesso em 07/04/2022, às 21:25, horário de Brasília.

<sup>104</sup> A internet não é considerada aqui como agente principal da ação social, ela é percebida como uma ferramenta que impacta de maneira significativa e produz novas possibilidades de mobilização e ação na luta contra o racismo.

peça central para compreender o movimento negro do século 21. Se em outros momentos ela circulava fisicamente a partir contato, ou ainda a partir de suas narrativas que tinham um alcance restrito na sociedade, hoje, apontadas no contexto da cibercultura ela passa por um processo de re-territorialização que potencializa a expansão de sua zona de afetação.

A cibercultura, anteriormente anunciada, tem três princípios básicos, interrelacionados, que rearranjam a sociedade em níveis profundos. O primeiro desses princípios é chamado de “liberação dos polos de emissão”. Esse princípio se relaciona a expansão da esfera pública considerando a entrada de polifônicas narrativas no debate público, uma vez que com a internet esse debate se amplia incorporando atores que antes não tiveram espaço. Para André Lemos nesse primeiro princípio:

As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo como o excesso de informação nada mais é do que a emergência de vozes e discursos anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos mass media<sup>105</sup>. A liberação do pólo da emissão está presente nas novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e na opinião e movimentação social da rede. Assim chats, weblogs, sites, listas, novas modalidade midiáticas, e-mails, comunidade virtuais, entre outras formas sociais, podem ser compreendidas” (LEMOS, 2003, p.19)

Em sua reflexão acerca da importância da internet e das redes sociais, Luanna exemplifica a importância do fenômeno da liberação dos polos de emissão para a população negra, que teve e tem que lidar historicamente com o silenciamento:

Eu sou muito ativa na rede social, principalmente no Facebook. (...) Acho muito importante as pessoas escreverem e se expressarem. Nessa nova configuração do movimento você perde um pouco o contato com esses movimentos estruturados, que entram com ações estruturais, para focar na segunda camada<sup>106</sup>, que são as pessoas que estão falando, que escrevem, que tem blog, vlog, que fazem vídeos. Eles utilizam essas mídias, então é muito importante a democratização da voz, as pessoas podem falar. E assim nasce uma série de novos debates que até pouco

---

<sup>105</sup> Mídia de massa – Conjunto de técnicas de difusão de mensagens destinadas ao grande público, tais como a televisão, a rádio, a imprensa. São formas unidirecionais de circulação de informação, o que significa a centralidade de um único pólo de emissão. Ver: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$mass-media](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$mass-media), com último acesso em 08/04/2022, às 00:27, horário de Brasília.

<sup>106</sup> Luanna refere-se aqui ao seu próprio desenho organizacional de um movimento negro em três camadas. 1ª de um movimento negro mais institucional que disputa leis e políticas públicas; 2ª que possui um ativismo de internet com pequenos coletivos, onde insere sua própria atuação. 3ª com simpatizantes da causa, pais que criam melhor seus filhos, professores que implementam a lei 10.639/03 e etc.

tempo não existiam. Não se falava tanto de colorismo, solidão da mulher preta, Black Money, geração tombamento e a rede social acaba sendo esse lugar em que as pessoas estão produzindo conteúdo sobre isso. Essa produção é muito importante, porque o que os nossos antepassados falaram a gente não sabe, mas os nossos descendentes vão saber o que a gente falou, senão os brancos do futuro vão dizer que a gente não falou nada. Eles não vão poder fazer isso. Daí tem essa confusão que são as tretas, as pessoas falam: “mas você não acha que quebra o movimento, ao invés de unir?”, eu digo “cara! Que bom que tem a treta, porque a gente ficou muito tempo sem poder falar nada”, então a gente está discutindo coisas que tinha que ter discutido muito tempo atrás, mas a gente não podia falar. Nesse primeiro momento tem essas confusões, mas é dali também que surgem as grandes redes de apoio, onde as pessoas estão produzindo conteúdo, se educando, compartilhando cultura, novas culturas estão nascendo, culturas antigas também estão renascendo com mais força. A rede social serviu para a gente se unir e ter uma voz, porque a primeira coisa que eles fizeram com a gente foi separar. Sequestravam os nossos antepassados e os dividiam. Faziam questão de não colocar pessoas da mesma etnia, da mesma região, do mesmo tronco linguístico, para impedir que a gente conversasse e se articulasse. Agora a gente está nesse ambiente onde a gente consegue. Tem muita briga, porque são assuntos que a gente não maturou, mas tem muita produção de conteúdo, de educação, muita gente trabalhando para as nossas culturas permanecerem, para a gente conseguir se conectar. Então tudo isso que está acontecendo aqui é porque a gente se conectou através da tecnologia. A tecnologia, para o movimento preto, é essencial porque ela vai dar essa conexão primeira que a gente perdeu de cara, que é poder conversar, e eu acho que é o mais importante.<sup>107</sup>

O alargamento da esfera pública, no caso do movimento negro, é evidenciado pela produção de uma série de novas discussões elencadas por Luanna, que até então não existiam ou eram secundarizadas. Novos sujeitos entram no debate com suas questões, subjetividades e identidades. Entendendo que o silêncio acerca das questões que doem a população negra, colabora para a manutenção do *status quo*, Luanna demonstra uma percepção positiva acerca dessa nova arena de debates possibilitada pela internet. Em acordo com a percepção de Luanna, Tatiana Nascimento ressalta que a “máquina de silenciamento” estruturada pelo racismo está em atividade ainda hoje. Esse é um traço da colonialidade que apesar de combatido, ainda persiste.

Para mim é urgente pensar: “o racismo é uma máquina de silenciamento”. O silenciamento é uma das grandes metáforas racistas... gosta de silenciar, gosta de extinguir, de negar o direito

---

<sup>107</sup> Entrevista com Luanna Teófilo, formada em Direito, mestre em Linguística, empresária, criadora do Coletivo Efigêneas, do blog Efigêneas e do Painel BAP, primeiro painel de consumidores afro-brasileiros do Brasil. Entrevista realizada, em 17 de julho de 2018, São Paulo - SP.

a fala, de fingir que não está ouvindo. E aí para mim é preocupante, porque a gente está num boom de produções, nunca teve tanta editora preta como tem hoje. Tem muitos canais de difusão, as pessoas estão se auto publicando mais, porque a internet permite a auto publicação de uma forma que antes não rolava. Eu sou de uma geração que fazia zine, eu trocava carta. Eu não era blogueira, eu era zineira. Eu fazia zine impresso, xerocado. Hoje você faz um blog e tem 3000 visualizações, enquanto que um zine você fazia 30 cópias, saca? Então a gente está em um momento de publicação muito fortalecido e privilegiado por essa difusão democrática dos meios de comunicação, principalmente a internet. Mas que conteúdos a gente está difundindo sobre a negritude? A gente vai ler os poemas, os relatos dos blogs e a gente está falando muito sobre a dor. Eu acho que a gente tem que falar sobre a dor, porque isso faz parte do processo de cura, mas para quem a gente está falando sobre a nossa dor e de que forma a gente está falando? (...) A gente tem um déficit de 518 anos de produção, feitas por outras pessoas sobre a gente, então a sua perspectiva é a mais importante para o seu projeto de mundo, que nem a minha é a mais importante para o meu projeto de mundo, para a minha vida.<sup>108</sup>

A fala de Tatiana é uma oportunidade que me foi dada, no sentido de apresentar aqui a ideia de *narrativa do movimento negro*. Tenho pensado nessas narrativas enquanto uma miríade de universos produzidos, em face das opressões raciais, de maneira a responder politicamente em dimensões das mais variadas, ao racismo. Trata-se de quaisquer narrativa produzida, mas que fora de alguma forma afetada pela cultura de luta antirracista. Uma narrativa do movimento negro, nesse sentido, dispensa a necessidade da presença física de um militante, ao invés disso, é ela própria que carrega a cultura de luta antirracista, capaz de afetar novos sujeitos.

As narrativas circulam, carregando o potencial de afetação da cultura de luta antirracista, como neste poema de Tatiana Nascimento, que achei em exatos 30 segundos numa busca na internet:

(“I cant breath)

um suspiro que atravessasse  
a pandemia, a distância,  
o medo, o trauma,  
o pânico ancestral do

---

<sup>108</sup> Entrevista com Tatiana Nascimento dos Santos, doutora em Estudos da Tradução, cantora, compositora, poeta, tradutora, realizadora experimental em audiovisual, organizadora da Palavra Preta - Mostra Nacional de Negras Autoras e Editora-Fundadora da Padê Editorial. Realizada em 7 de julho de 2018, em Brasília, Distrito Federal.

pretocídio en tor nan do  
nossos nomes em bandeiras  
hasteadas como Eguns que mais  
não dançam, nem bendizem, só vão  
embora  
emb...  
ê!  
pretidão  
pretidão acesa  
pretidão acesa que eles  
tentam / apagar/am / (m)eu peito  
tem uma chama igualmente es  
cura y brilhante que bebe  
ar no que essa noite  
ilumina  
  
de lua rindo  
frouxo eu  
  
aqueço  
uma vela  
y acendo mais  
um pouco o  
sonho  
  
de que olhos  
tão pretos vivam  
em paz caminhem  
em paz fumem um  
em paz sonhem  
em paz comam  
em paz amem  
  
demais  
  
y durmam  
  
tranquiles...



(nossa paz  
é que eles  
extermina)  
  
y  
  
só  
  
dissipem  
quando for na  
sagrada hora do Orun  
  
(que aqui a  
lei de branco,  
profana sempre,  
  
quer roubar o ar  
que Oyá nos  
concedeu  
  
divina).

[pra marcus, que segue sorrindo]<sup>109</sup>

As narrativas do movimento negro, são, dessa forma, “veículos” que carregam e circulam a cultura de luta antirracista, mesmo que prescindam diretamente de um corpo físico militante, conforme demonstra o próprio universo estético produzido por Tatiana Nascimento, através da poesia, ou o “universo afro imaginário” produzido pelo Enugbarajó, através do audiovisual, mencionado no início do capítulo.

A cultura de luta antirracista circula também aqui, nesses outros poemas de Tatiana: “fréatik”, “beliz”, “alvos”, “pa ojare” e o “pólen púrpura da palavra”. Mas peço que, para serem afetados, vocês busquem pelo livro, assim como eu, que fui ao Distrito Federal e o adquiri pelas mãos da própria Tatiana, durante a entrevista em 2018. O impacto da presença de um corpo físico é enorme. Esses foram poemas que me atravessaram de muitas formas durante a pesquisa e ainda vêm me afetando, mas sua ausência aqui é a fonte que analisamos. O livro que comprei é o de número 192, numa produção de 400, em uma editora independente, há 4 anos atrás. Talvez vocês jamais

---

<sup>109</sup> Disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2020/05/29/i-cant-breath/>, com último acesso em 14/06/2022, às 05:46, horário de Brasília

encontrem o livro físico, talvez jamais comprem, talvez jamais sejam afetados pela cultura de luta antirracista que ali circula. A questão é que quando peço para que adquiram o livro, é possível emular as limitações da circulação da cultura de luta antirracista numa sociedade fora dos marcos da internet e da conectividade digital.<sup>110</sup>

O que o século 21 traz de novidade e que impacta significativamente a posição das narrativas do movimento negro e da cultura de luta antirracista dentro da (re)configuração deste movimento social é o que Tatiana evidencia em sua fala: a questão do alcance. Tatiana permanece poeta nos dois momentos, seja como “zineira”, seja como “blogueira”. O que a internet faz é potencializar o alcance dessa narrativa. Ao invés de distribuir 30 zines, de mão em mão, circulando cultura de luta antirracista nesse contato, a partir da liberação dos polos de emissão provocada pela internet, a poeta passa a publicar suas obras e circular cultura de luta antirracista com um alcance indicado de 3000 leitores. Hoje<sup>111</sup>, a conta de Instagram onde Tatiana compartilha sua poesia (@tatiananascimento), tem o alcance de 34.100 seguidores. A cultura de luta antirracista se espalha por caminhos que antes não seriam afetados.

Um segundo princípio da cibercultura, André Lemos chamou de Lei da Reconfiguração. Segundo esse princípio:

Devemos evitar a lógica da substituição ou do aniquilamento. Em várias expressões da cibercultura trata-se de reconfigurar práticas, modalidades midiáticas, espaços, sem a substituição de seus respectivos antecedentes. (LEMOS, 2003, p.18)

...as formas tradicionais de comunicação são ampliadas, transformadas e reconfiguradas com o advento da cibercultura a exemplo do jornalismo online, das rádios online, das TVs online, das revistas e diversos sites de informação espalhados pelo mundo. Podemos dizer que a Internet não é uma mídia no sentido que entendemos as mídias de massa. Não há fluxo um-todos e as práticas dos utilizadores não são vinculadas à uma ação específica. Por exemplo, quando falo que estou lendo um livro, assistindo TV ou ouvindo rádio, todos sabem o que estou fazendo. Mas quando digo que estou na internet, posso estar fazendo todas essas coisas ao mesmo tempo, além de enviar e-mail, escrever em blogs ou conversar em um chat. Aqui não há vínculo entre o instrumento e a prática. A internet é um ambiente, uma incubadora de instrumentos de comunicação e não uma mídia de massa, no sentido corrente do termo (...) Não se trata, mais uma vez, de substituição de formas estabelecidas de relação

---

<sup>110</sup> Tatiana Nascimento e a Padê Editorial previam que essa seria uma possibilidade e disponibilizaram todo o livro em seu site

[https://palavrapreta.files.wordpress.com/2017/12/lundu\\_tatiananascimento\\_2ed.pdf](https://palavrapreta.files.wordpress.com/2017/12/lundu_tatiananascimento_2ed.pdf)

<sup>111</sup> No dia 14/06/22, quando fui pela última vez checar os números relativos ao alcance.

social (face a face, telefone, correio, espaço público físico), mas do surgimento de novas relações mediadas” (LEMOS, 2003, p.15.)

Acerca dessa reconfiguração característica da cibercultura, que não anula o que veio antes, mas soma para a produção de estratégias com maior capacidade de afeto, Flávia Ribeiro nos conta sobre seu papel enquanto militante do CEDENPA, na organização do primeiro seminário de mulheres negras do Pará, em preparação para a Marcha das Mulheres Negras, que aconteceu em 2015, em Brasília:

...o primeiro seminário daqui para a Marcha, que foi no auditório do Museu, eu mandei a pauta para a imprensa, ninguém deu a pauta. Naquela época eu estava com 10 anos de mercado e ninguém deu a minha pauta. Ninguém! “Seminário de mulheres negras em Belém”, ninguém nem “tchum”. Só que a gente lotou o auditório, como? Evento de Facebook. Eu abri o evento no Facebook: “Primeiro Seminário de Mulheres Negras” e aquilo compartilhou, e compartilhou, e compartilhou, e compartilhou, e compartilhou, e quando a gente viu estava lotado. Ao mesmo tempo, para esse evento, a Malcher<sup>112</sup> falou assim: “Flávia, você separa 20 vagas que é para o pessoal que vem de Bragança”, e eu “não, mas a gente está fazendo formulário online. As pessoas tem que preencher online o formulário”, porque a gente ia dar almoço. (...) Em Bragança era um quilombo e eu disse: “mas eles tem que preencher”, “não Flávia, o pessoal está lá no quilombo. Tu acha que tem internet lá?”, aí eu “olha essa porrada”, peguei uma porrada na cara. Aqui a internet já é muito ruim, imagina o pessoal que está nessas regiões mais afastadas? Então não, não vai rolar, eles não vão preencher o formulário, eles não vão se inscrever, mas eles vão ter vaga. Deixei reservadas as vagas para eles. Como foi que eles mobilizaram? Tem algumas professoras que viajam com essas atividades da secretaria de estado. Não sei qual dessas ia viajar, ia lá no quilombo e ia avisar a liderança para mobilizar a mulherada que no dia tal, na hora tal ia ter o evento. Quando chegou aqui, no evento de Belém, elas vieram e foi lotado com o pessoal daqui de Belém, que soube pelas redes sociais, e também com esse pessoal que soube por alguém que foi lá e falou. (...) A gente tem que saber conversar com todo mundo.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> Maria Albenize Farias Malcher - Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Campus Belém, Licenciada em Geografia e especialista em Educação para Relações Étnicorraciais. Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Pará e Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. É militante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA; Diretora de Relações Institucionais da Associação de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN e Coordenadora do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros/CONNEAB (2020-2022).

<sup>113</sup> Entrevista com Flávia Andrea Sepeda Ribeiro, jornalista; mestranda em Comunicação, cultura e Amazônia; integrante do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); da Rede de Mulheres Negras do Pará; da Rede de Ciberativistas Negras e Rede Fulanas. Realizada em 21 de junho de 2018 por Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia, no Hotel Princesa Louçã, em Belém do Pará, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade.

O que se percebe aqui é que diante da negativa das mídias tradicionais, que tem como características serem unidirecionais e largamente reconhecidas como estruturalmente racistas, Flávia adota como estratégia para divulgar o evento, a circulação através das redes sociais. Na sequência percebemos, enquanto aprendizado naquele contexto, a preocupação do grupo em não eliminar as formas de mobilização corpo a corpo, mas conectar as possíveis formas de mobilização distintas de maneira a afetar o maior número de pessoas possível.

A circulação de cultura de luta sempre esteve relacionada a alcançar novos sujeitos para a luta. Foi assim quando Fanon indicava ser possível encontrar, na dança, no canto melódico, nos ritos, nas cerimônias tradicionais, o vigor novo, dotado de um poder não mais de invocação, mas de reunião, de convocação “para”. Capaz de renovar as intenções e a dinâmica do artesanato, da dança e da música, da literatura e da epopeia oral, reestruturando a percepção do colonizado e reunindo as condições para o inevitável confronto (FANON, 1979, p.278-279). Foi, quando W.E.B Dubois, através de seus contos afrofuturistas, criava alegorias capazes de representar a experiência subjetiva da população negra estadunidense diante do regime de segregação racial, de maneira a afetar sujeitos fora de seu espectro político. Foi, quando de maneira performática, segundo conta Amauri Mendes Pereira, o Sinba ia para os calçadões do subúrbio carioca:

A gente levava uns megafones de latão, com uma boca enorme. (...) E ali era ótimo, porque a gente chegava com uma parafernália de mapas, de cartazes com letras feitas em normógrafo. Por exemplo: pegamos extratos do discurso contra o colonialismo, de Aimé Césaire, frases do Luther King; O Roberto K-zau fez para nós desenhos da Angela Davis, dos Panteras Negras, do Mahatma Gandhi, do Malcon X. A gente colocava aquilo nas praças, levava pregador e pregava nas árvores. Chamávamos de ‘Ação do negro na rua’. A gente chegava lá, botava uma banca, botava os jornais em cima e começava a gritar: ‘O movimento negro! Estamos na Luta!’. O povo achava meio estranho. Aos poucos o pessoal começou a aceitar (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p. 197-198)

Assim como é hoje, quando um movimento de mulheres tão sólido como o Geledés – Instituto da Mulher Negra, com anos de acúmulo e experiência de luta, cria uma plataforma na internet e vira sinônimo de credibilidade sobre questões raciais, evidentemente circulando cultura de luta antirracista, produzida a partir da experiência de luta das mulheres negras. Quando perguntada sobre sua percepção das redes sociais dentro do movimento negro, Rita Vasconcelos nos diz o seguinte:

Eu acho que foi um grande espaço conquistado pelo movimento negro inclusive. Já que a maioria da população negra está lá na camada social que não tem recurso financeiro mesmo, as redes sociais são mais democráticas nesse sentido. Você vai ver um bocado de menina youtuber, tem muitos meninos e meninas negras que são referências hoje, para a juventude negra, seja no slan, seja nos textos. (...) E eu acho que tem espaços tipo Geledés, que já são referências para a gente. Às vezes você não entende muito sobre o assunto e diz: “ah, eu vou pesquisar tal site, tal página”, que para mim já são referências de credibilidade. Eu acho que as redes sociais vieram para democratizar esse acesso, esse lugar de fala que a população negra também não tinha, então eu acho super importante. Claro que como tudo, qualquer assunto dentro das redes sociais, você tem que fazer uma peneira, você vai montando referências e vai aprendendo a usar aquilo ali. Mas eu acho bem democrática a difusão de conhecimento, de ideias, eu acho bem legal.<sup>114</sup>

A internet de maneira nenhuma substitui o contato físico e a circulação de cultura de luta antirracista por essa via, o que ela faz é potencializar narrativas do movimento negro já existentes, como a de Tatiana, ou até mesmo organizações já existentes, como o próprio Geledés. Mas ela funciona também de maneira a produzir novas possibilidades de organização social na luta antirracista como nos exemplos a seguir. O primeiro relato é de Luanna Teófilo, acerca da construção da #tiraisso, em resposta a um episódio de racismo que sofreu no ambiente de trabalho.

Como eu sou uma pessoa de internet, faço páginas, faço produtos digitais, eu criei uma página que chamava: “Tira isso!”, baseada naquela página “Eu, empregada doméstica”, da Joyce, que é a Preta Rara, uma rapper. Hoje em dia ela é minha amiga. Era ela contando histórias de quando ela era empregada doméstica. Eu já era uma executiva de empresa e a página das empregadas domésticas me empoderou enormemente. Ver o que aquelas trabalhadoras estavam passando e falar: ‘eu, enquanto trabalhadora, também passo por humilhações, só que eu estou em uma posição em que eu ainda consigo falar’, porque a mina que mora dentro da casa do patrão, ela não pode falar, ela não vai conseguir falar, ela vai ter que suportar. Então eu criei a página ‘Tira isso!’, era uma #, que foi o que a branca lá falou: ‘Tira isso!’, me objetificando ao extremo. Qual era a ideia? Uma página de relatos. O primeiro relato era o meu: ‘Eu sou a Luanna e aconteceu isso’, não falei o nome da empresa, contei e coloquei uma foto minha. A ideia é que as pessoas comessem a mandar relatos e começou a chover relatos, uma história pior do que a outra. Quando você pensa que você chegou na pior, vem outra pior, vem outra pior e vem outra pior. A página virou um lugar

---

<sup>114</sup> Entrevista com Rita de Cássia P. de Vasconcelos, jornalista, integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde. Realizada em 10 de julho de 2018, por Thayara de Lima e Jorge Maia, no sede da FIOCRUZ - PE, em Pernambuco – Recife, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade.

de escuta, de acolhimento, de documentação dessas denúncias, porque a maioria delas morre com o cara chorando na casa dele, porque ele vai falar para quem? Não tem para quem falar. (...)Eu comecei a divulgar nas minhas outras páginas. Uma dessas meninas [do trabalho] leu e descobriu que era eu. As meninas do trabalho entraram nessa página e começaram a dar nome e aí tem o efeito viral natural. Os trabalhadores e ex-funcionários da empresa começaram a denunciar: ‘aconteceu isso comigo também, me discriminaram’, aí sai do seu controle. O que era uma página que tinha 500 pessoas, em uma semana passa a ter 3000 pessoas e começa a abrir. Daí começam a vir as pessoas que trabalhavam na indústria das relações públicas. Entraram com dois processos contra mim: um era para tirar a página do ar. A juíza deu uma liminar e a página saiu do ar. Eu tenho todo o conteúdo ainda, só que a página está offline, eu não poderia publicar.<sup>115</sup>

A partir da fala de Luanna é possível perceber o impacto que a página “Eu, empregada doméstica”<sup>116</sup> teve sobre sua trajetória. Influenciando inclusive, para que num momento em que se encontrava diante do racismo sua reação não fosse a de silenciar, mas de compartilhar e afetar. Sua página, que era para ser um lugar de escuta, acolhimento e documentação, passou também a ser um espaço mobilizador para que outras pessoas pudessem reconhecer o racismo em suas trajetórias e romper o silenciamento imposto, sendo instados a denunciar esses ocorridos. Conforme a entrevistada indicou, a página foi retirada do ar, no entanto, ao procurar no google, recebi um redirecionamento para a página do blog Efigênias<sup>117</sup>, também gerenciada por Luanna Teófilo, onde é possível acompanhar o andamento de todo o processo relativo a este caso.

Nesse outro relato Jéssyca Silveira nos fala sobre o surgimento da página de Facebook RAP – Rede de Afro Profissionais:

Lá em junho de 2016 começaram a surgir no Facebook umas iniciativas voltadas para a questão de gênero ou para a questão de raça, teve um “boom” nesse sentido. Um desses grupos, que era de contratação de profissionais, cresceu absurdamente e hoje

---

<sup>115</sup> Entrevista com Luanna Teofillo, formada em Direito, mestre em Linguística, empresária, criadora do Coletivo Efigênias, do blog Efigênias e do Painel BAP, primeiro painel de consumidores afro-brasileiros do Brasil. Entrevista realizada, em 17 de julho de 2018, São Paulo - SP.

<sup>116</sup> A página em questão conta hoje com 162.287 curtidas e 164.758 seguidores. Sua mais recente publicação, feita no dia 5 de março de 2022, teve 987 curtidas, 59 comentários e 70 compartilhamentos. No Instagram a página conta com 29.800 seguidores. <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>  
<https://www.instagram.com/euempregadadomestica/> com último acesso em 08/04/2022, às 02:36, horário de Brasília.

<sup>117</sup> Ver: <https://www.efigenias.com.br/2021/06/tiraisso-um-lawfare-racial.html> com último acesso em 08/04/2022, às 02:36, horário de Brasília.

em dia tem umas 100 mil mulheres<sup>118</sup>. Eu via que o padrão de contratação era mulher branca contratando mulher branca e mulher preta contratando gente branca. E eu ficava: “cara! O dinheiro continua circulando só em um grupo”, e aquilo me incomodou por alguns meses. Eu já estava influenciada pela minha pesquisa<sup>119</sup>, eu já estava vendo números, já estava íntima de umas estatísticas que comprovavam que não era nória da minha cabeça, daí eu falei: “quer saber? Vou criar o meu grupo!”. Daí num dia de semana de noite eu criei o “Indique uma preta”. Coloquei a minha irmã junto comigo e era para ser só um grupo de Facebook. As pessoas começaram a se adicionar, se adicionar, se adicionar e em poucos dias já tinha 5 mil mulheres negras. A gente pensou: “Nossa! Que lindo!”, e começou esse ritmo de mulheres negras contratando mulheres negras, a gente circulando algumas informações sobre a importância de fazer o dinheiro circular entre a gente, como o dinheiro é poder, como a gente recebe os piores salários, como está nos subempregos, como não está nos espaços de privilégio. O Facebook promove algumas estatísticas, por exemplo, de 14 mil membras, 9 mil são ativas, isso quer dizer que 9 mil acompanham as postagens, publicam ou interagem de alguma forma. (...) Tem muita gente que está fazendo, muita gente boa envolvida e ninguém sabe. E o movimento negro também não é isso? O que é o movimento negro no fim das contas? São esses movimentos micro, porque eu acho que antes era mais o macro, era você estar em uma instituição, numa organização, numa associação e hoje em dia eu vejo muito mais essa pluralidade. Um grupo de Facebook, porque não? É só um grupo de Facebook? É só um grupo de Facebook, mas é um puta grupo de Facebook e isso significa muita coisa.<sup>120</sup>

Jéssyca identificou um problema e criou, a partir do espaço possível na dinâmica de uma rede social, um mecanismo coletivo de forma a agir em prol da população negra.

Os dois exemplos aqui apresentados de novas formas de atuação antirracista possibilitadas pelas novas tecnologias, evidenciam uma questão muito importante no século 21. Ao passo que a cultura de luta antirracista passa a circular de maneira expandida na sociedade, podemos perceber (no gráfico da figura 1) que muita gente passa a direcionar suas agências individuais para alcançar o objetivo coletivo do fim do racismo. Diante disso, o que eu gostaria de chamar atenção, nos dois exemplos apresentados acima, é para a produção de possibilidades de catalização de agências individuais. Mesmo que os sujeitos que participem dessas formas de ação, não se organizem dentro de um grupo

---

<sup>118</sup> A entrevistada se refere ao grupo “Indique uma mina”.

<sup>119</sup> A pesquisa em questão é referente ao trabalho de conclusão de curso intitulado: “Mulher, negra e doutora: escritas de si de acadêmicas negras na Universidade Federal do Rio de Janeiro.”, com orientação de Giovana Xavier e disponível na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

<sup>120</sup> Entrevista com Jéssyca Silveira Souza, historiadora, professora, mestra em História Social e articuladora da RAP – Rede de Afro Profissionais em 8 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, Rio de Janeiro.

institucionalizado, esse “novo” desenho de rede e através da rede, por meio da qual se reconfigura o movimento negro, é capaz de coletivizar agências individuais.

Retomando a ideia apresentada por Lélia Gonzalez sobre os desenhos organizacionais das diferentes gerações de movimento negro. Se na década de 30, organizações muito vivas na memória do movimento negro como a Frente Negra Brasileira, por exemplo, possuíam “líderes com o poder de controlar o destino da organização”; e posteriormente, na década de 70, o Movimento Negro Unificado, organização que tornou-se uma marco na memória coletiva da luta antirracista, era apenas “mais ou menos descentralizado” (GONZALEZ, 2020, 119), podemos dizer que hoje é a atuação em rede que emerge como desenho para esse movimento no século 21. Essa ideia de movimento negro enquanto uma rede nos leva ao terceiro princípio da cibercultura: o princípio da conectividade generalizada. Segundo Lemos:

As diversas redes socio-técnicas contemporâneas mostram que é possível estar só sem estar isolado. A conectividade generalizada põe em contato direto homens e homens, homens e máquinas mas também máquinas e máquinas que passam a trocar informação de forma autônoma e independente. Nessa era da conexão o tempo reduz-se ao tempo real e o espaço transforma-se em não-espaço. (LEMOS, 2003, p.19).

Pensar nesses princípios da cibercultura torna-se mais fácil após a experiência de superconectividade digital que vivemos nos últimos dois anos. Estar só sem estar isolado foi o praxe da sociabilidade em tempos de distanciamento social, uma vivência que teve como pilar a interação instantânea, mesmo que a distâncias continentais.

Mais cedo Zélia Amador de Deus, uma das fundadoras do CEDENPA, dizia sobre o fato de que não havia comunicação por computadores naquele processo de construção de uma organização negra no Pará, e que, portanto, as conexões eram feitas por carta ou telefone (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.102). Esses artefatos são facilitadores de comunicação, mas mobilizam um outro regime de espaço-tempo, produzindo uma circulação mais restrita da cultura de luta antirracista, influenciando, por consequência, na produção de um outro “modelo estrutural” de movimento. O relato de Flávia Ribeiro evidencia as potencialidades do estado de conectividade generalizada que experimentamos no século 21, um estado que favorece a conexão de mulheres negras a fim de romper o silenciamento imposto sobre a experiência negra amazônica:

A Rede de Ciberativistas Negras surgiu como uma iniciativa da Criola, que é quem coordena. Essa rede é nacional, e o primeiro



encontro foi em janeiro de 2017, no Rio. Estiveram presentes mulheres do Brasil inteiro. Nordeste, Amazônia... Da Amazônia estávamos eu e a Jessica Dandara, que é de Manaus. Boa parte, como sempre, era do Rio e São Paulo, mas tinha algumas meninas do Nordeste também. A partir disso, a gente começou a perceber a necessidade de falar mais das mulheres negras da Amazônia. (...) Criola, queria pegar mulheres negras que usavam a rede para se posicionar politicamente. Qual a força disso? A gente se fez muito forte! A Djamila é um desses exemplos que se fez muito forte por causa das redes sociais, a Winnie Bueno, a Joice Berth, que são mulheres que despontam muito, por causa de redes sociais. Todas essas que eu citei estão na rede, a Eliane, do Preta Acadêmica, está na rede. Então é pegar essas mulheres que usam a internet para a gente se articular. O movimento negro de mulheres está muito nisso de se articular, de fazer redes. (...)É muito de a gente usar a internet em momentos como ano passado, que eu fiz um texto, depois de uma chacina aqui em Belém, para o Jornalistas Livres. Fiz um texto: “gente, ninguém está sabendo que está tendo chacina aqui direto. Os jornais não estão dando, então divulguem”<sup>121</sup>. E uma das pessoas que eu pedi, Djamila, “compartilha isso porque as pessoas tem que saber, a gente tem que ter visibilidade. As pessoas tem que saber o que está acontecendo aqui em Belém. Se ficar só aqui as coisas vão continuar nessa limpeza étnica diariamente e ninguém vai saber. E vai normalizar”. Foi muito nesse sentido de “vamos usar as redes para falar das nossas opressões, das nossas dores, mas também para formar as outras negras, se informar também”, é basicamente isso, para usar como plataforma para a nossa voz. Como diz a Monique Evelle, voz a gente sempre teve, mas eu falava sozinha aqui, a outra falava sozinha ali, aí vem o Facebook, vem o Whatsapp, vem o Telegram, o Instagram, enfim, e a gente consegue fazer essas redes: “Mas eu não estou sozinha, eu posso falar com a Djamila, eu posso contar com a Winnie, posso contar com a Jessika, com Larissa”, e assim vai.<sup>122</sup>

A capacidade de conexão para a ação, representada pela fala de Flávia Ribeiro, em contraposição ao período anterior descrito por Zélia, nos coloca justamente diante das potencialidades da conectividade generalizada na articulação política da luta contra o racismo neste século.

A Rede de Historiadorxs Negrxs é outra experiência de organização negra no século 21, que se vale desse fenômeno da superconectividade digital para circular cultura

---

<sup>121</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/chacina-parem-de-nos-matar/> com último acesso em 08/04/2022, às 03:42, horário de Brasília.

<sup>122</sup> Entrevista com Flávia Andrea Sepeda Ribeiro, jornalista; mestranda em Comunicação, cultura e Amazônia; integrante do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); da Rede de Mulheres Negras do Pará; da Rede de Ciberativistas Negras e Rede Fulanas. Realizada em 21 de junho de 2018, em Belém do Pará.

de luta antirracista para além de sua área física de alcance. Essa rede, que tem entre suas principais articuladoras a professora Ana Flávia Magalhães Pinto, promove sucessivas experiências nesse sentido. Eu poderia citar a coluna Nossas Histórias<sup>123</sup>, no Portal Geledés, onde historiadorxs do país inteiro compartilham em texto e vídeo os resultados de suas pesquisas sobre a população negra e as questões que lhe são caras; poderia citar ainda a histórica e inédita ação de ocupação da imprensa nacional<sup>124</sup>, que marcou a semana da Consciência Negra, em 2021 e por fim, a experiência de realização de exposições virtuais, como por exemplo “1960-1970: Grupo Palmares de Porto Alegre e a afirmação do Dia da Consciência Negra”<sup>125</sup>. A exposição mencionada é uma experiência de afetação multimídia que mistura história, arte e performatividade, nos marcos das novas possibilidades oferecidas pela internet.

Ao caminhar em meio a esses três princípios da cibercultura, com os olhos voltados para o movimento negro, é possível observar o trançado em que se misturam antigas e novas formas de luta política contra o racismo no Brasil - a partir da qual emerge a cultura de luta antirracista - agora potencializada pela liberação dos polos de emissão, pela reconfiguração e pela conectividade generalizada. Aqui retornamos a Emerica, lá na epígrafe desse capítulo, para pensar que diante das transformações da cibercultura em nossa luta contra o racismo *ser uma espécie de canivete suíço, se desdobrar em mil, é uma característica do nosso povo. Dar amplitude a essa característica, é uma característica do nosso tempo.*

### 2.2.3 – Mulheres Negras reeducando a sociedade

Por fim chegamos ao último tópico que considero fundamental para que possamos compreender o movimento negro do século 21. Falo aqui do protagonismo das mulheres negras na luta do movimento negro brasileiro neste século. A percepção desse

---

<sup>123</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/artigos-exclusivos/nossas-historias/>, com último acesso em 14/06/2022, às 7:38, horário de Brasília

<sup>124</sup> Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/reparacao-historica-historiadores-negros-fazem-ocupacao-na-imprensa-nacional>, com último acesso em 14/06/2022, às 7:39, horário de Brasília

<sup>125</sup> Disponível em: <https://artsandculture.google.com/exhibit/1960-1970-grupo-palmares-de-porto-alegre-e-a-afirma%C3%A7%C3%A3o-do-dia-da-consci%C3%Aancia-negra/tgLSJakimcizKA>, com último acesso em 14/06/2022, às 7:40, horário de Brasília

protagonismo despontou em nossa pesquisa, já a partir da análise dos dados do formulário. Nessa primeira fase, alguns números precisam ser considerados.

Cerca de 60% dos respondentes na primeira fase da pesquisa era de mulheres. Nesse primeiro momento, apesar de os número, evidenciarem uma maioria feminina isso não representa ainda uma diferença tão discrepante. Diante de 261 respostas, decidimos estabelecer alguns critérios para a escolha dos sujeitos que seriam entrevistados na segunda fase. Os critérios eram os seguintes:

1. Grau de consistência/coerência nas respostas às questões discursivas;
2. Diversidade de perfis e tipos de atuação em organizações/redes/coletivos na militância antirracista;
3. Organização e logística para a realização das entrevistas em pelo menos uma capital de estado de cada uma das cinco regiões do Brasil, no período de apenas dois meses, entre junho e julho de 2018.

Como é possível perceber, nenhum dos critérios adotados refere-se a questão de gênero, o que torna surpreendente a discrepância da proporção de participantes por gênero, na segunda fase da pesquisa. Das 26 pessoas que participaram das 24 entrevistas, 4 eram homens e 22 eram mulheres, todos eles negros. Isso representa algo em torno de 84% de mulheres entrevistadas.

Um outro dado importante ao qual chegamos a partir do formulário é acerca da posição das mulheres negras nas organizações. Se durante bastante tempo, as mulheres negras foram relegadas a uma posição de subalternidade dentro do próprio movimento negro ao ser recorrentemente responsabilizadas pela cozinha e pelas festas, sendo secundarizadas nos debates políticos *stricto sensu*, quando perguntados se havia mulheres negras na direção ou na liderança de seus grupos/organizações, 72,4% de nossos respondentes indicaram que sim, ao passo que outros 20,7% era de sujeitos que se articulam individualmente, portanto, a pergunta não se aplicava. Ou seja, quase todas as organizações representadas entre os respondentes tinham mulheres à frente ou como parte de sua direção.

Para finalizar os números relevantes nessa primeira fase, quando questionados sobre seu engajamento em outras causas sociais para além da questão racial, 87,7% dos respondentes indicou a articulação entre raça e outras questões em suas atuações. Dentre esses, 85% indicou uma articulação com a luta das mulheres negras.

Nas duas fases da pesquisa, tanto no formulário quanto durante as entrevistas de história oral, solicitamos aos respondentes que indicassem ao menos três personagens ou

organizações como referência para a sua militância na luta antirracista. Nosso objetivo, ao estabelecer essa questão, era o de compreender para onde o movimento negro do século 21 está se voltando quando em busca de inspiração. Evidentemente, apenas conhecer as referências não nos oferece um dado conclusivo. No entanto, se levarmos em consideração que só se toma alguém ou alguma organização como referência com base na aprovação ou admiração em relação às suas posturas, pensamentos e/ ou estratégias, a análise dessas referências mostra-se bastante rica em possibilitar um vislumbre da carga de significados e representações que circulam no imaginário desse movimento negro, na atualidade.

Na primeira fase, que implicava apenas na indicação do nome, sem necessidade de justificativa, as referências a seguir tiveram o maior número de recorrências, em ordem decrescente: Abdias do Nascimento (25), Angela Davis (24), Geledés (24), Movimento Negro Unificado (23), Nelson Mandela (23) e outras referências a luta contra o colonialismo (21), Djamila Ribeiro (18), Sueli Carneiro (17) e Lélia Gonzalez (17), Martin Luther King (16), Malcon X (13), as narrativas produzida pela população negra na música (13), Zumbi dos Palmares (12) e a referência a religiões de matriz africana (11).

Quando passamos para a análise das referências indicadas durante as entrevistas podemos perceber uma relevância maior das mulheres negras por dentro desse movimento. A imagem a seguir representa um mapa de referências<sup>126 127</sup> extraído das entrevistas e a forma como essas referências se relacionam entre si.

---

<sup>126</sup> Algumas informações importantes para a análise do mapa: Os retângulos representam nossos entrevistados, amarelo para mulheres entrevistadas, lilás para homens entrevistados. Os círculos representam as referências elencadas e justificadas durante as entrevistas de história oral: bege para referências femininas ou instituições predominantemente de mulheres, lilás para referências masculinas e instituições mistas ou predominantemente masculinas. A referência central está em vermelho.

<sup>127</sup> Alguns nomes aparecem abreviados no mapa de referência. Isso acontece unicamente por questões de espaço. Seguem os nomes que foram abreviados: "K.C." – Kimberlé Crenshaw, "K.M." – Kabengele Munanga, "G.K." – Grada Kilomba e "R.T." – Roberta Tavares. Quanto aos nomes abreviados: Rita Vasconcelos, Érica Malunguinho, bell hooks, Josiane Clímaco, Nelma Oliveira Soares, Cristiane Gomes, Flávio Carranço, Milton Barbosa, Patrícia Xavier, Nina Fola, Maria Conceição Costa e Jéssyca Silveira.

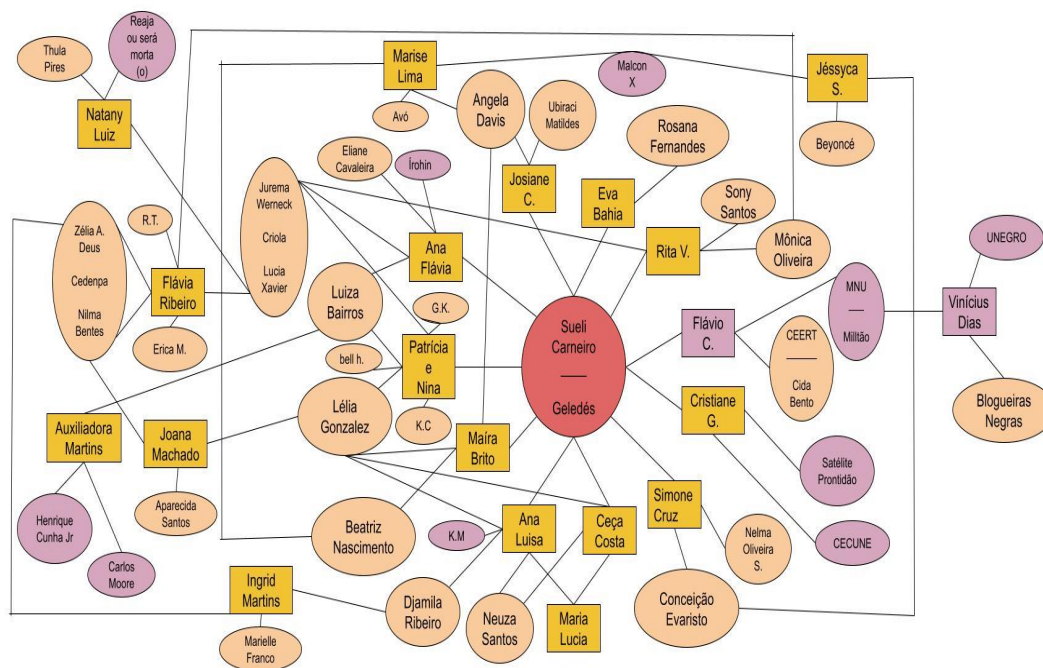


Figura 3 - Mapa de referências indicadas pelos entrevistados.<sup>128 129</sup>

A presença das mulheres negras entre as referências já pode ser sentida com força desde o formulário, no entanto, na sistematização das entrevistas o que pude perceber foi a evidente centralidade de Sueli Carneiro e do Geledés dentro de uma forte rede de referências formada principalmente por mulheres negras. Sueli e o Geledés são referenciados por alguns motivos diferentes. Sueli é referenciada enquanto inspiração de luta no espaço acadêmico, inclusive por sua formação na Filosofia, que foge do estereótipo da ocupação de mulheres negras em áreas que se remetem ao cuidado, e coloca a mulher negra no campo da possibilidade de pensamento e produção de conhecimento. Ela é citada ainda enquanto referência bibliográfica e enquanto parte do processo de letramento racial e fortalecimento da identidade de algumas das entrevistadas. O Geledés, por sua vez, é mencionado pelo que representa enquanto uma instituição forte do movimento negro, capaz de atravessar 30 anos de existência com incidência na sociedade, além de um grande veículo de visibilização de pautas da população negra, plataforma de apoio à formação política e espaço com grande capacidade de afetar. Para além de tudo

<sup>128</sup> Considere-se esses quatro entrevistados que não se conectaram à rede de referências: Leonardo da Rosa, de Porto Alegre, referenciou Oliveira Silveira, a Mocambo - Associação Comunitária Amigos e Moradores do Bairro Cidade Baixa e Arredores e Vera Deyse. Luanna Teófilo, de São Paulo, referenciou a rapper Preta Rara, Maitê Lourenço (Black Rocks) e Patrícia Santos (Empregue Afro). Gabriele Conde, de Recife, Referenciou Solano Trindade, Inaldete Pinheiros, Hélio Santos e Akotirene, representando as mulheres negras. Por fim, Tatiana Nascimento, de Brasília, referenciou Kika Sena, Dione Brand e Audre Lorde.

<sup>129</sup> A imagem consta, em tamanho maior, nos anexos da tese.

isso, tanto Sueli Carneiro como o próprio Geledés são referenciados enquanto parte de um movimento que representa a emergência do protagonismo de mulheres negras na luta antirracista no Brasil. Falando um pouco de sua trajetória e colocando Sueli Carneiro no quadro de suas referências na luta antirracista, Flávio Carrança diz o seguinte:

O Milton eu já contei aqui, foi a primeira pessoa que falou para mim: “você é negro e tem um campo de atuação para trabalhar em relação a questão do racismo”. Não é qualquer coisa. É uma pessoa que vai ficar para sempre marcada na minha memória. (...) Essa é a minha geração do movimento negro, as pessoas que construíram o MNU (...) com essas pessoas eu descobri que existia movimento negro e que isso podia ser um campo específico de atuação. No caso da Sueli, eu acho que é um segundo momento, eu já estava mais velho, em outro momento da vida, mas é essa questão da organização independente, das ONGs, da importância da questão da mulher e do gênero, de culminar essa questão com a discussão da questão racial, o trabalho com a juventude, o cuidar do nosso povo. O Geledés tinha uma multiplicidade de frentes de atuação que era muito rica. Porque o MNU tinha muito aquela coisa de ir para a rua, era esse o momento: “vamos para a rua” (...) esse era o MNU, que deu a partida para essa retomada. O Geledés já é uma segunda fase dessa retomada, onde começam a surgir novos organismos. Basicamente o protagonismo do movimento negro passa a ser das mulheres e o Geledés é a expressão mais acabada desse processo. Eu tive a sorte de estar próximo da Sueli Carneiro, da família Carneiro e das pessoas que construíam e constroem aquela organização.<sup>130</sup>

Rita Vasconcelos também defende o protagonismo feminino nesta geração do movimento negro e para dar suporte a sua ideia ela apresenta seu quadro de referências evidenciando uma esmagadora maioria de mulheres negras:

tem uma questão que é mesmo a liderança das mulheres a frente desse movimento negro, que sempre estiveram na luta, mas eram mais silenciadas. Hoje a minha referência é Sueli Carneiro, minha referência é Jurema Werneck, minha referência é Mônica Oliveira aqui ou foi Sony Santos. Eu não me lembro agora, se você me perguntar, quem é minha referência entre os homens negros, Edson Cardoso que é da antiga geração, mas não lembro nenhum homem hoje, atuante. Então eu acho que o movimento negro hoje é um movimento eminentemente de mulheres. Acho que esse é um grande diferencial: pensar o saber local, pensar a partir das mulheres, das pautas que as mulheres colocam, da visão que as mulheres colocam e das mulheres estarem de fato

---

<sup>130</sup> Entrevista com Flávio Carrança, jornalista, integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA-SP), em 16 de junho de 2018, em São Paulo - SP.

promovendo ações, inclusive na política. Acho que hoje a gente tem inclusive um referencial político feminino.<sup>131</sup>

O mapa de referências construído a partir das entrevistas dá suporte a percepção apresentada por Rita. Há nele um predomínio de mulheres negras referenciadas, mas para além disso percebam que os homens referenciados, raramente estão na interseção entre dois entrevistados, as únicas exceções são Malcon X, referenciado pela radicalidade de seu discurso e sua prática; e Miltão e o MNU, referenciados por seu papel de destaque na retomada da luta antirracista da década de 70. Uma inferência a ser feita a partir dessa constatação é a de que se as referências masculinas raramente estão na interseção, isso implica em dizer que no mapa de referências desta pesquisa os homens não se organizam numa rede. O mapa corrobora também com Flávia Ribeiro, que ao refletir sobre a proposta da ONG Criola para a formação de uma Rede de Ciberativistas, já apresentara sua percepção de que trabalhar em rede é algo muito característico das mulheres negras: “O movimento negro de mulheres está muito nisso de se articular, de fazer redes, de ‘vamos falar’, de ‘vamos fazer um evento’, de saber o que a outra está fazendo e apoiar, dizer: ‘é isso mesmo! Vai lá, faz’.”<sup>132</sup>

Se hoje, conforme já afirmei anteriormente, a estrutura organizacional do movimento negro deixa de ser “mais ou menos descentralizada” para emergir na figura das redes, isso tem bastante a ver com o impacto do protagonismo dessas mulheres negras. Considerando que a luta produz cultura, o que busco evidenciar aqui é que a luta das mulheres negras produziu uma cultura de luta antirracista cada vez mais carregada de seus códigos de significados e foi reeducando não apenas a sociedade, mas o próprio movimento negro.

O referido processo de reeducação protagonizado pelas mulheres negras na sociedade e no próprio movimento negro foi um dado tão forte nessa pesquisa que começou a se apresentar antes mesmo do preenchimento do primeiro formulário. Era a primeira reunião presencial desse projeto, que até então não tinha nome. O grupo era formado por quatro pessoas. Além de mim, tínhamos na equipe Jorge Maia, então

---

<sup>131</sup> Entrevista com Rita de Cássia P. de Vasconcelos, jornalista, integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da RENAFRO – Rede Nacional de Religiões AfroBrasileiras e Saúde. Realizada em 10 de julho de 2018, em Recife - PE.

<sup>132</sup> Entrevista com Flávia Andrea Sepeda Ribeiro, jornalista; mestrande em Comunicação, cultura e Amazônia; integrante do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); da Rede de Mulheres Negras do Pará; da Rede de Ciberativistas Negras e Rede Fulanas. Realizada em 21 de junho de 2018, em Belém do Pará.

mestrando em Educação - nós dois como pesquisadores - Amilcar Pereira como coordenador da pesquisa e Amauri Mendes Pereira como consultor. Eu estava bastante empolgada, porque naquele dia participaria da nossa reunião o Amauri, liderança do movimento negro da década de 70/80, sobretudo no Rio de Janeiro, participante da articulação de algumas das principais instituições de movimento negro que tiveram vida nesse estado. A discussão proposta para aquele dia era a elaboração de um questionário para ser lançado em uma plataforma digital, cujas respostas deveriam nos possibilitar a elaboração de um mapeamento específico sobre o movimento negro na atualidade e deveriam servir de base para a seleção de nossos entrevistados.

Amauri, um homem negro, certamente chegando aos seus 70 anos, cheio de simpatia e de histórias longuíssimas dos seus tempos de militância na juventude. Nada disso fugia a imagem que já existia na minha cabeça, de uma personalidade histórica que viveu experiências fundamentais no movimento negro das décadas de 1970 e 80 e por isso nos ajudaria com um arcabouço de experiência que ninguém mais ali teria. Eu e Jorge apresentamos algumas questões que já havíamos elaborado, para compor o formulário. Amauri, para a minha surpresa, recorrentemente fazia colocações acerca da experiência das mulheres negras dentro do movimento. Em um dos momentos ele me perguntou “Mas Thayara, enquanto única mulher negra presente aqui, o que você acha?”. Eu não estava pronta pra responder aquela indagação, mas foi o suficiente para a pergunta não sair mais da minha cabeça. Ao fim da nossa reunião, uma série de questões, já trabalhadas aqui, foram adicionadas para nos permitir compreender a experiência específica das mulheres negras em nossa pesquisa.

Esse episódio narrado ajuda a perceber que o processo histórico não é uma linha reta em que o passado ocasiona o presente num sentido único, portanto, tampouco o é a história do movimento negro no Brasil. Não corroboro aqui com a ideia de que uma geração anterior, mais velha, necessariamente forjou a geração atual de jovens negros que segue a luta, assim, num sentido único, como se todos estivéssemos presos a uma linha do tempo, que segue inexoravelmente, do passado ao futuro, delimitando a cada ator nesse processo, um espaço fixo. Não se trata de militantes históricos que ficaram no passado enquanto a juventude negra faz a luta do presente. É mais complexo que isso.

A perspectiva de geração aqui adotada, acompanha a noção de tempo já apresentada no capítulo 1. A cultura de luta antirracista expande o presente e nos remete a um tempo em espiral onde, partindo dos códigos produzidos na luta protagonizada por mulheres negras, é possível afetar e reeducar até mesmo sujeitos como Amauri, que se



produziram militantes do movimento negro a partir de outros marcos temporais. O passado não determina o presente numa linha reta pré-moldada. Nilma Lino Gomes inicia seu livro “O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação”<sup>133</sup>, afirmando o seguinte “O Movimento Negro é um educador. Minha trajetória como professora, minhas pesquisas, produções teóricas e ação política se pautam nesse reconhecimento” (GOMES, 2017, p.13), e segue afirmando que “Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais” (GOMES, 2017, p.16). Nesse caso, chamo a atenção para o fato de que, a partir da cultura de luta antirracista - que parte deste paradigma de tempo que diverge do hegemônico - o movimento negro torna-se um educador, que reeduca também a si mesmo. Esse fluxo de cultura de luta antirracista circulando na sociedade, permite aos militantes do movimento negro de outros tempos uma releitura em seu acervo de experiências, elencando novas prioridades a partir do presente.

Quando falo do “movimento negro do século 21” não excluo, portanto, os militantes que se forjaram parte do movimento negro em outras épocas, utilizo essa categoria na realidade para delimitar a ação de sujeitos que foram afetados pela cultura de luta antirracista que circula hoje e que foi forjada a partir das características sócio-históricas desse tempo. Se para o movimento negro contemporâneo a luta contra a ditadura militar foi um marco temporal significativo, tenho defendido até aqui que a emergência do movimento de mulheres negras juntamente com a desestabilização das identidades integradas e da aceleração tecnológica, são marcos geracionais importantes para pensar o movimento negro no século 21.

Para compreender melhor o protagonismo das mulheres negras na circulação da cultura de luta antirracista, precisamos pensar um pouco sobre a luta das mulheres negras que nos precederam. Opto por partir aqui, de um ponto de referência que mesmo não tendo sido escolhido intencionalmente, foi recorrentemente acionado por nossos entrevistados, o MNU. Falando acerca da trajetória do Movimento Negro Unificado, a partir do ponto de vista de militante deste movimento, Lélia Gonzalez nos conta sobre as

---

<sup>133</sup> GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

resoluções tiradas do primeiro congresso da instituição, no ano de 1979. Dentre essas resoluções constava a seguinte:

Outro tema importante discutido no congresso foi a situação da mulher negra. Finalmente aprovamos uma resolução sobre o que se poderia chamar de “dupla militância”. Isso significa que, externamente, nossa prioridade é a luta contra a discriminação racial, nesse nível, as mulheres estão lado a lado com os seus irmãos. Internamente, porém, as atividades das mulheres serão direcionadas à denúncia do machismo de nossos companheiros e ao aprofundamento das discussões sobre nós mesmas. (GONZALEZ, 2020, p.123)

Nesse texto de 1985, uma versão modificada de texto anterior produzido no ano de 1982, Lélia Gonzalez transparece a luta das mulheres negras por uma posição dentro do movimento negro ao indicar que elas “finalmente” aprovaram tal resolução. É sobre essa resolução, considerada como uma conquista naquele momento, que se assenta uma questão cara neste trabalho. Me refiro aqui a questão das identidades em fins do século 20 e início do século 21.

A “dupla militância” apresentada por Lélia Gonzalez evidencia um jogo de posições entre as identidades que compõe um sujeito, a forma como elas se articulam e as lutas sociais que elas representam. Neste caso, Lélia Gonzalez fala de um movimento cuja principal característica é o significante negro, como uma identidade integrada, capaz de representar todas as demandas de sujeitos distintos. Conforme a própria Lélia, no texto original “Movimento negro na última década”, publicado em 1982: “nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis” (GONZALEZ, 1982, p.18), com essa afirmação ela reforça que não há apenas uma forma de ser negro, pelo contrário, existiriam desde valores culturais trazidos por diversos povos africanos, passando por distintas formações de resistência como as irmandades, somando-se aos diversos ciclos econômicos nacionais que produziram diferentes formas de opressão, além das diferenças regionais em jogo, entre outras. Diante de toda essa pluralidade ela defendia o uso de “movimento negro” no singular e não de “movimentos negros” no plural:

Agora, se a gente junta tudo isso (e muito mais), uma pergunta se coloca: será que dá pra falar do Movimento Negro? É claro que, se a gente adota a perspectiva acima delineada, não dá. Como não daria para falar de movimento de mulheres, por exemplo. No entanto a gente fala. Exatamente porque está apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros

movimentos; ou seja, a sua especificidade (...) *o significante negro*. (GONZALEZ, 1982, p.18)

Esse trecho de Gonzalez aponta para duas questões. A primeira é o esforço deliberado do movimento em criar uma unidade, característica reafirmada por Pereira quando indica o uso do termo “movimento negro” no singular em sua pesquisa, em respeito a perspectiva política das lideranças entrevistadas “de busca por alguma ‘unidade’ dentro da pluralidade que é o movimento” (PEREIRA, 2020, p.111), isso nas décadas de 1970 e 80. A segunda é que tanto essa pluralidade que compreendia infinitas experiências de ser negro, quanto a própria unidade estabelecida como projeto por aquele movimento, giram em torno de um único significante estruturante, o significante negro. Importante é ressaltar que o projeto de unidade estabelecido por esse movimento foi muito bem sucedido, principalmente quando percebemos hoje que a imagem produzida no imaginário acerca das organizações antirracistas daquele período é uma imagem de unidade, unificada, íntegra, não fragmentada.

Apesar de ser a base do movimento negro, esse único significante, relacionado por consequência, a essa identidade única e bem estruturada já naquele momento dava sinais de insuficiência. Em 1981, Lélia Gonzalez já denunciava que “ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que está aí” (GONZALEZ, 2020, p.192.), e em 1983 ela expunha que:

“o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2020, p.76.)

Ressalto aqui é o protagonismo das mulheres negras, dentro do movimento negro em perceber, evidenciar e buscar romper com a falha dessa ideia de que uma única identidade bem estruturada em torno do significante negro era suficiente para dar conta de todas as questões relativas a outras identidades existentes em um sujeito. A própria resolução sobre a “dupla militância”, muito embora seja uma brecha por dentro dessa estrutura cujo significante estruturante era a identidade negra, deliberadamente projetada enquanto tal, precisa ser problematizada a luz de algumas questões. Para W.E.B Dubois o estado de dupla consciência referia-se a um dispositivo que obrigava o sujeito negro, nos Estados Unidos a se perceber permanentemente cindido. Ou estadunidense, ou negro,

como se um fosse a antítese do outro, como se não fosse possível que um mesmo sujeito comportasse essas duas identidades (DU BOIS, 2021). Ora, quando observo a fala de Lélia Gonzalez sobre a necessidade de acionar identidades diferentes em espaços diferentes, sou remetida a necessária permanência de uma cisão entre ser mulher e ser negra na luta do movimento negro daquele momento.

A produção de uma identidade negra quase que essencializada fez bastante sentido e produziu conquistas naquele contexto de luta do movimento negro contemporâneo. A conformação dessa identidade cumpriu sua função estratégica diante da luta contra o mito da democracia racial, que invisibilizava as hierarquias de cor, naturalizando as desigualdades raciais no Brasil. Conforme indica Hall, já na década de 90:

...onde estaríamos, conforme bell hooks comentou certa vez, sem um toque de essencialismo ou sem o que Gayatri Spivak chama de essencialismo estratégico, um momento necessário? A questão é se ainda estamos nesse momento, se esse constitui ainda uma base suficiente para as estratégias das novas intervenções. (HALL, 2013, p.382).

Respondendo a própria pergunta acerca da suficiência daquele momento de predominância de uma identidade unificada em torno de um signo “negro” estrategicamente essencializante, Hall apresenta seus argumentos:

Esse momento essencializa as diferenças em vários sentidos. Ele enxerga a diferença como ‘as tradições deles versus as nossas’ – Não de uma forma posicional, mas mutuamente excludente, autônoma e autosuficiente – e é, conseqüentemente incapaz de compreender as estratégias dialógicas e as formas híbridas essenciais à estética diaspórica. Um movimento para além desse essencialismo não se constitui em estratégia crítica ou estética sem uma política cultural, sem uma marcação da diferença. Não é simplesmente a rearticulação e a reapropriação como um fim em si mesmo. O que esse movimento burla é a essencialização da diferença dentro das duas oposições mútuas ou/ou. O que ele faz é deslocar-nos para um novo tipo de posição cultural, uma lógica diferente da diferença, para resumir o que Paul Gilroy tão vividamente pautou na agenda política e cultural da política negra do Reino Unido: os negros da diáspora britânica devem, nesse momento histórico, recusar o binário negro *ou* britânico. Eles devem recusar porque o ‘ou’ permanece o local de contestação constante, quando o propósito da luta deve ser, ao contrário, substituir o ou pela possibilidade de um ‘e’, o que significa a lógica do acoplamento, em lugar da lógica da oposição binária. Você pode ser negro e britânico, negra e britânica, não somente porque esta é uma posição necessária nos anos 90, mas porque mesmo esses dois termos, unidos agora pela conjunção ‘e’, contrariamente à oposição de um ao outro, não esgotam todas

as nossas identidades. Somente algumas delas estão, às vezes, envolvidas nessa luta específica. (HALL, 2013, p.383.)

O que toda essa argumentação baseada na experiência do sujeito negro na Inglaterra nos oferece acerca de nosso próprio contexto aqui no Brasil é a percepção de que o movimento negro não é formado por sujeitos **apenas** negros, seja agora ou em qualquer tempo. O que foi estrategicamente necessário no contexto de luta contra o mito da democracia racial, a centralização em torno desse signo “negro” como forma de articulação política, vai tornando-se cada vez mais insuficiente, diante da emergência dessas identidades descentralizadas, desse ‘e’ ao invés do ‘ou’, de que Hall fala.

As mulheres negras, começam a forçar as margens dos movimentos negro e de mulheres, para pautar uma luta baseada nesses dois signos de identidade. Inicia-se e vai se fortalecendo a luta do movimento de mulheres negras. Em texto de 2003, sobre esse movimento, Sueli Carneiro nos diz o seguinte:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. (CARNEIRO, 2003, p.120).

Esse processo de descentralização de uma identidade monolítica é anunciado dentro do movimento negro brasileiro através do pioneirismo das mulheres negras, mas não se restringe a esse grupo específico. Na esteira das transformações anunciadas por Stuart Hall no/para o final do século 20, compreendemos a necessidade de lidar com esse

processo não apenas do ponto de vista individual, do sujeito, mas principalmente do ponto de vista coletivo. Hall indica que naquele momento:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século 20. Isso está fragmentando as *paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade*, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e *fragmentando o indivíduo moderno*, até aqui visto como um sujeito *unificado*. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p.7)

Ressalto nesse trecho do trabalho de Hall as palavras “unificado” e “fragmentando”, não à toa. De certa maneira essa é uma questão que aparece para mim desde o início dessa pesquisa. Um movimento negro fragmentado *versus* um movimento negro capilarizado é a questão que deu início a toda essa discussão. Estaria o movimento negro fragmentado? Ana Luísa continua a indicar sua perspectiva:

Tem um lado que eu acho que é positivo, porque o movimento negro, assim como outros movimentos, não dá conta das especificidades. Então quando a gente faz um recorte da mulher negra a gente ainda vê muito machismo no movimento negro, se a gente faz um recorte LGBT a gente vê muita homofobia, LGBTfobia. Então eu acho que são necessários esses grupos mais específicos assim como a ANPSINEP, como o Afrobixas e outros. Mas por outro lado, essa conversa enquanto movimento negro, eu acho que ela dispersou muito. É aí que eu falo dessa fragmentação, que é a leitura que eu tenho.”<sup>134</sup>

Minha aposta é que o movimento negro tem se reestruturado a partir de características sócio-históricas específicas do século que foram emergindo em finais do século 20 e ganharam lugar de destaque no século 21, como viemos analisando até aqui. Essas características descompassam com o imaginário acerca de movimento negro, muito ancorado no Movimento Negro **Unificado**, portanto, diante desse modelo imaginado do

---

<sup>134</sup> Entrevista com Ana Luísa Coelho Moreira, psicóloga, integrante da ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - DF, em 6 de julho de 2018, em Brasília, Distrito Federal.

que seja movimento negro, a experiência de hoje desse movimento, parece dispersa e sem sentido.

Luiza Bairros, uma experiente militante do movimento negro da década de 1970, antiga militante do MNU e expoente na luta das mulheres negras no Brasil, uma das intercessões na rede de referências apresentada anteriormente, fala sobre um momento de virada estratégica do movimento negro. Em seu depoimento ela indica a passagem das organizações mais estruturadas e centralizadas para um novo modelo de organização, que se estabelecia na busca por novas estratégias diante do entendimento de que o movimento negro já tinha cumprido seus papéis de denúncia. O marco adotado em sua fala é Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995 e como entendo esse um momento de virada contextual e de estratégias, adoto-o como marco de início do que tenho compreendido como movimento negro do século 21. Segue uma passagem pungente da entrevista que Luiza nos concedeu logo após deixar a SEPPIR, em 2015<sup>135</sup>:

...minha saída do MNU se deu em 1995, porque em 1995 efetivamente se fechou um ciclo da militância no Brasil com a Marcha Zumbi dos Palmares, que aconteceu em Brasília. Naquela ocasião deixaram o Movimento Negro Unificado vários outros militantes que tinham entrado nessa luta mais ou menos na mesma época que eu e a partir disso foi importante que nós nos reinventássemos enquanto militantes tendo como base aquela experiência que foi dada pelo MNU, mas partimos para fazer outras intervenções e outras formas de atuação na luta contra o racismo. Em 95 o que nós dizíamos era que nós já tínhamos, enquanto movimento negro em geral, feito todas as denúncias e que a partir dali cabia ao Estado Brasileiro, reconhecendo a maturidade política do negro brasileiro, assumir a sua parcela de responsabilidade no enfrentamento do racismo no Brasil. Esse foi um ponto de inflexão que eu considero importantíssimo e que nos levou a busca de outros caminhos e outras formas de combate ao racismo, ao lado de outras organizações do movimento negro, que também, a partir desse momento passaram a se proliferar. A própria luta contra o racismo passou a fazer parte da pauta de outras organizações não necessariamente negras, como é o caso do próprio movimento sindical, em muitos sentidos propiciou o aparecimento cada vez mais evidente do movimento das mulheres negras, também é nessa conjuntura que os quilombolas começam a se colocar enquanto atores políticos na cena. A partir disso eu comecei a desenvolver um trabalho mais ligado ao movimento de mulheres negras, no caso aqui na Bahia”

---

<sup>135</sup> Refiro-me aqui a um projeto anterior, de resgate de memórias do Baobá – Fundo para equidade racial. Nesse projeto tive oportunidade de entrevistar figuras históricas do movimento negro, como Sueli Carneiro, Hélio Santos e Luiza Bairros. É a esse acervo que me refiro aqui.

O movimento de descentralização de uma instituição mais “unificada” como o MNU, não é uma falha, é antes a estratégia de um “organismo vivo, reestruturante, que se reinventa em cima das novas configurações de barreiras e bloqueios racistas que nós encontramos”<sup>136</sup>. O que Luiza Bairros demonstra e Eva Bahia chama atenção é para o que viemos repetindo insistentemente. O movimento negro se forja a partir de um contexto sócio-histórico. Se esse contexto muda, o movimento, conseqüentemente muda também. Torna-se possível, não apenas como identificação individual, mas enquanto produção de luta, ser negro e sindicalista, negro e quilombola, negro e gay, negro e mulher. A interseccionalidade torna-se uma demanda cada vez mais comum, partida da necessidade de se sentir representados e de lutar por políticas que afetem mais do que apenas em uma de suas identidades em jogo.

É a partir desse novo momento, do marco estabelecido por Luiza, que poderemos perceber as transformações com as quais viemos trabalhando aqui. Um movimento negro cuja estrutura é mais descentralizada, caminhando cada vez mais para o desenho de uma rede. Um movimento negro cuja cultura de luta antirracista se espalha na sociedade de forma cada vez mais rápida e tecnológica através de redes de comunicação e afeta sujeitos que vão agir não necessariamente a partir de estruturas organizadas, mas a partir dos próprios espaços que frequentam, circulando ali cultura de luta antirracista como numa infiltração. Um movimento descentralizado não apenas por conta das mais variadas frentes a partir das quais atua, mas também descentralizado a partir das variadas identidades em diálogo que hoje contemplam a ideia do “e” ao invés do “ou”, produzindo um movimento negro que apesar de ainda ter como principal o significante negro não se restringe a ele. Por fim, um movimento negro carregado dos códigos de cultura de luta antirracista produzido na luta das mulheres negras e que vai reeducando tanto a si mesmo quanto a sociedade.

Se observarmos a Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado, é possível perceber características daquele momento sócio-histórico, entre elas a forte articulação em torno de uma identidade negra, bastante delimitada a características fenotípicas, de

---

<sup>136</sup> Formada em Administração, Eva Bahia atua no Instituto Búzios, entidade comprometida com equidade de gênero, de raça, justiça social e justiça ambiental. A entrevista foi realizada na Bahia, no dia 20 de julho de 2018, no Hotel Golden Tulip Salvador. Essa entrevista, compõe o arquivo do projeto “Movimento Negro na Atualidade”, as entrevistas foram realizadas por Thayara. C. S. de Lima, Amilcar Araújo Pereira e Jorge Lucas Maia.



maneira estratégica para dar enfrentamento ao mito da democracia racial. Como se pode ver a seguir:

#### CARTA DE PRINCÍPIOS

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembleia Nacional, CONVENCIDOS da existência de:

- \_ discriminação racial
- \_ marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro
- \_ péssimas condições de vida
- \_ desemprego
- \_ subemprego
- \_ discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho
- \_ condições sub humanas de vida dos presídios
- \_ permanente repressão, perseguição e violência policial
- \_ exploração sexual, econômica social da mulher negra
- \_ abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria
- \_ colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura
- \_ mito da democracia racial

RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:

- \_ defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:
- \_ maiores oportunidades de emprego
- \_ melhor assistência à saúde, à educação e à habitação
- \_ reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção
- \_ extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos
- \_ liberdade de organização e de expressão do povo negro

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- \_ nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós
- \_ queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem
- \_ como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
- b) com a luta internacional contra o racismo.

**POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!**

**PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!**

Apesar de convencidos da “exploração sexual, econômica e social da mulher negra”, a carta deixa transparecer que essa era uma discussão ainda embrionária dentro do movimento. Inclusive, apesar do reconhecimento da exploração, não há no documento

nenhum tópico que direcione a luta para demandas específicas de mulheres negras, menos ainda de outras intersecções.

A Coalizão Negra por Direitos é uma rede formada em 2019, por mais de 200 associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições. Entre as coletividades que fazem parte dessa rede encontramos a Atinuké – Coletivo sobre o pensamento de Mulheres Negras – RS, o CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra – RS, o CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, o Coletivo Nuvem Negra – RJ, a CRIOLA – RJ, o Fórum Nacional de Mulheres Negras, o Instituto Afrolatinas – DF responsável pela produção do Festival Latinidades, o Instituto AMMA Psique e Negritude – SP, o Instituto Búzios – BA, a Rede de Historiadorxs Negrxs – Nacional, a Rede de Mulheres Negras – PA, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde – Nacional. Todas essas coletividades aqui nomeadas, foram representadas por entrevistados que fizeram parte dessa pesquisa e todas elas assinaram a Carta de Princípios da Coalizão Negra por Direitos, um documento representativo da cultura de luta antirracista produzida no século 21:

NA PROMOÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS DE  
INCIDÊNCIA POLÍTICA, SÃO PRINCÍPIOS DA COALIZÃO  
NEGRA POR DIREITOS:

1. Lutar por um país justo, com igualdade de direitos e oportunidades que, para se concretizar, exige um longo e profundo processo de reparação histórica à população negra brasileira;
2. combater a discriminação racial, o racismo, a dominação patriarcal, a lesbofobia, a transfobia e o genocídio da população negra;
3. enfrentar as assimetrias e desigualdades raciais, bem como buscar efetivação da justiça social redistributiva e da justiça racial restaurativa;
4. defender o exercício do protagonismo de mulheres negras e homens negros, cis e trans, com especial atenção ao legado de luta de mulheres negras em nossa sociedade; [acho que esse item poderia ser explorado em suas análises...]
5. enfrentar de modo intransigente o feminicídio, a violência doméstica, o machismo, o sexismo e a exploração infantil;
6. lutar pelo direito à cultura como patrimônio, pela valorização de todas as manifestações culturais afro-brasileiras e africanas, reconhecendo-as e as incorporando como método de luta e como canais de preservação de nossa identidade;
7. promover o fortalecimento da sistematização e da disseminação de nossas memórias e história, bem como a defesa

do direito à imaginação negra, como fundamento para a construção de futuro;

8. defender o respeito coletivo à livre orientação sexual, à identidade de gênero, ao direito à vida LGBTQI+, bem como enfrentar a lesbofobia, homofobia e transfobia;

9. lutar pela preservação e proteção de comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais negras, dos rios, das florestas e dos terreiros;

10. combater o racismo e o ódio religioso, enfrentar as violações do direito de culto e crença nas religiões de matriz africana, promover o acolhimento de vítimas e a garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais, em nossa diversidade;

11. atuar em prol do fortalecimento dos coletivos, movimentos e organizações compostas e protagonizadas pela juventude negra e da promoção do diálogo intergeracional;

12. promover o fortalecimento da identidade racial de negras e negros nos bairros, periferias, comunidades, favelas, escolas, universidades e presídios;

13. estimular e valorizar o trabalho de base permanente e a ação comunitária e local, no seio dos territórios atingidos pela barbárie, como elemento fundamental para a legitimidade das ações desta Coalizão, bem como buscar que as lideranças de base que enfrentam o cotidiano das dificuldades e violências, sejam elas próprias, a representação de suas pautas nos diversos espaços de incidência política em nível nacional e internacional;

14. construir alianças transnacionais com movimentos, organizações, entidades, grupos e coletivos negros e não negros aliados, para a promoção eficaz da incidência política em organismos e fóruns internacionais.<sup>137</sup>

Na organização da Coalizão e na elaboração de sua Carta de Princípios podemos perceber a cultura de luta antirracista forjada no contexto sócio histórico do século 21: a formação de uma rede composta por uma série de coletividades distintas, a pluralidade de frentes de ação, a interseccionalidade que compreende a necessidade de representar subjetividades que vão além de uma identidade negra integrada e única, além da grande atenção dispensada a pautas das mulheres negras.

Mas significativo ainda é perceber que o próprio MNU, também é uma das organizações que assina a nova Carta de Princípios, evidenciando que mesmo organizações tão tradicionais do movimento negro brasileiro podem ser afetadas pela

---

<sup>137</sup> Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/> com último acesso no dia 08/04/2022, às 11:01.

cultura de luta antirracista que circula no século 21 e elencar novas prioridades a partir da expansão do presente.

### **2.3 – Caminhando para a formação de professores**

Chegamos até aqui compreendendo que o movimento negro reeduca a sociedade a partir da cultura de luta antirracista que afeta sujeitos. Diante de todo esse processo reeducativo desencadeado, a cultura de luta antirracista emerge como um caminho a ser percorrido no sentido de responder àquela primeira pergunta, que me perturba desde a graduação: “Se os professores precisam levar a cabo um processo de reeducação das relações étnico-raciais em sala de aula, quem reeduca os professores?”. Minha aposta é a seguinte: quem reeduca esses sujeitos é a cultura de luta antirracista produzida no século 21, que adentra os currículos da formação de professores de História. Como esse movimento tem acontecido é o que compreenderemos a seguir.

### Capítulo 3 – Ensino de História forjado na luta<sup>138</sup>.

*Trânsito*

*A gente pensa que ser, é parada  
é lugar de chegada  
pra nós e pro outro.*

*E assusta quando percebe que ser é deslocamento  
é caminho  
é passagem.*

*E assim...  
ser não é o objetivo  
o objetivo é ir.*

*Transformar.*

*Mudar.*

*Virar do avesso... pra no fim  
...deslocar de novo.*

*O combustível é a escuta atenta  
O compartilhar de  
histórias e tempos*

*O trânsito está em nós.<sup>139</sup>*

#### **3.1 - Currículo é a experiência de tornar-se sujeito em meio a um emaranhado de conversas complicadas**

O currículo é, antes de mais nada, uma conversa complicada, como enfatiza Willian Pinar, no seu texto “Currículo: Uma introdução”<sup>140</sup>, que chegou até mim aos 45 do segundo tempo, pra revirar o que era preciso. Quando Pinar abandona e nos insta a abandonar versões mais prescritivas e estruturais do que venha a ser currículo - visão compartilhada por outros autores do campo - ele dialoga diretamente com a importância das experiências e da dimensão do vivido na produção curricular. Vejamos o que diz Pinar:

---

<sup>138</sup> O título dessa tese, que também nomeia este capítulo, é inspirado em um dos discursos de Amílcar Cabral, na luta pela libertação de Guiné Bissau e Cabo Verde, da colonização portuguesa e que posteriormente, em 1974, foi publicado com o título de “Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta”. Assim como Amílcar Cabral, que entendia a cultura como um aspecto importante na produção da luta contra o colonialismo, considero aqui a cultura de luta antirracista como um aspecto importante na luta contra a colonialidade que persiste na formação de professores de História.

<sup>139</sup> Anotações de arquivo pessoal do dia 11 de Julho de 2018 - dia seguinte ao retorno da viagem a Recife.

<sup>140</sup> PINAR, Willian. Currículo: Uma introdução. In LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth.; (Orgs.), Estudos Curriculares: Ensaios selecionados. Rio de Janeiro: Editora Cortez. 2015, p.224.

Currículo é uma conversa complicada. Estruturado por diretrizes, focado em objetivos, excessivamente voltado para resultados, o currículo escolar luta para permanecer conversa. É uma conversa - esforços de entendimento por meio da comunicação - entre alunos e professores, indivíduos que efetivamente existem em determinados lugares e dias, ao mesmo tempo pública e privada. O fato de alunos e professores serem indivíduos complica consideravelmente a conversa, e frequentemente de formas desejáveis, em razão de cada pessoa trazer para o que estiver sendo estudado seu conhecimento prévio, suas circunstâncias atuais, seu interesse e, sim, seu desinteresse. A fala e os textos dos alunos permitem que os professores avaliem em que pé estão as conversas em sala de aula, o que pode acontecer em seguida, o que precisa ser revisto ou as vezes evitado. Acrescente-se a isso o local ou região em que o currículo é vivido, o país (sua história e conjuntura), a situação do planeta expressada específica e globalmente no clima (com mudanças climáticas catastróficas nos ameaçando a todos), e começa-se a perceber como a conversa sobre o currículo escolar é, pode ser e tem que se tornar complicada. (PINAR, 2015, p.19)

Pinar diz que essa é uma conversa complicada e nos enreda em seu texto nas várias dimensões de complicação. Dessa mesma maneira, não posso olhar para o meu campo a não ser entendendo-o como um emaranhado de conversas complicadas, onde novos sujeitos e novos encontros vão, ao longo do tempo, complexificando as conversas de maneira que o currículo seja muito mais do que apenas a prescrição dos conteúdos que serão absorvidos. A conjuntura do planeta, expressada específica e globalmente, por exemplo, é algo que não posso deixar de mencionar. O campo e o currículo vividos se complexificam ainda mais diante da imprevisibilidade da vida.

Meu projeto inicial, que passou pelo primeiro exame de qualificação, tinha como objetivo geral compreender a produção e circulação de cultura de luta antirracista em espaços de formação de Professores de História em perspectiva transnacional - no Brasil e nos Estados Unidos. Lá, a pretensão era vivenciar a experiência principalmente no Schomburg Center for Research in Black Culture<sup>141</sup>. Aqui, a pretensão era acompanhar uma turma de formação de professores de História em que reconhecidamente circulasse a cultura de luta antirracista. De acordo com observações e análises prévias, realizadas tanto durante o mestrado, para a elaboração da dissertação, quanto no Curso de Extensão em Educação Antirracista, oferecido pelo GEPEAR no ano de 2018, eu percebia que uma característica importante para compreender a afetação e circulação de cultura de luta

---

<sup>141</sup> O Schomburg Center for Research in Black Culture, no Harlem, faz parte da rede de Bibliotecas Públicas de Nova York. Ele é uma instituição cultural dedicada à pesquisa, preservação e exibição de materiais focados em afro-americanos, diáspora africana e experiências de formação.

antirracista era que a disciplina a ser vivenciada, fosse um componente curricular obrigatório do curso. Isso porque, em primeiro lugar, no caso da obrigatoriedade, passamos a lidar com professores em formação que não necessariamente possuem um compromisso prévio com uma educação ou mesmo um mundo antirracista. Em segundo lugar porque, a partir da experiência no curso de extensão, percebi que os sujeitos visivelmente mais afetados foram os que não se inscreveram no curso, mas que frequentavam as aulas para acompanhar suas parceiras devido ao horário e localização em que se deu o curso: terças e quintas, na parte da noite, numa área de pouca acessibilidade da cidade do Rio de Janeiro, no Colégio de Aplicação da UFRJ, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Esses sujeitos se envolveram, foram afetados, compartilharam suas experiências e se engajaram ativamente durante a disciplina. Essa experiência me fez perceber as potencialidades de um contato que fosse obrigatório para a formação do professor de História, mas que não necessariamente implicasse no interesse prévio do professor em formação, por esse debate. Nesse sentido, minha intenção era de participar especificamente da disciplina que chamamos na UFRJ de Didática especial + Prática de Ensino de História, mas que poderia assumir outros nomes em diferentes instituições

Cheguei a Nova York no dia 30 de janeiro de 2020, com um plano de trabalho para 6 meses, no entanto, no dia 10 de março de 2020, 5 semanas após minha chegada, as atividades presenciais nos campus da NYU foram suspensas, logo espaços públicos como o Schomburg Center também foram fechados. Com as medidas de distanciamento social já estabelecidas no Brasil e nos Estados Unidos, no dia 20 de março recebi contato da CAPES indicando retorno para o Brasil. Retornei no dia 21 de março, às vésperas do lockdown em Nova York, que a essa altura era o epicentro mundial da pandemia de COVID-19. A pandemia provocou não apenas a interrupção do trabalho iniciado em Nova York, mas a necessidade de rearticulação de todo o projeto de pesquisa, já que a própria possibilidade de realização de um trabalho de campo no Brasil também ficou em suspenso. Foi um período de bastante instabilidade, primeiramente na tentativa de reencontrar sentido num trabalho como esse diante da sensação de fim de mundo que vivíamos, mas também no sentido de compreender que experiência construir, de maneira a dar sentido à pesquisa que já acontecia, uma vez que mesmo na UFRJ a Disciplina de Didática Especial + Prática de Ensino de História, encontrava-se em uma situação ainda mais delicada por conta de seu caráter prático. As notas de campo daquele período transparecem um pouco da minha insegurança:

Essa questão de fazer as duas coisas ao mesmo tempo – O estágio docente com O MEU ORIENTADOR DE TANTOS ANOS, e ao mesmo tempo a pesquisa de campo, me deixa em conflito.

Parece um pouco narcísico que eu analise a prática na disciplina dele. Tínhamos outras ideias, de procurar a Ana Flávia Magalhães Pinto, por exemplo. Mas acontece que com a situação que vivenciamos hoje de pandemia e aulas remotas, por todo transtorno que já teremos na adaptação, pensei que seria melhor estar, pelo menos, num ambiente mesmo que digital, mais seguro, no sentido de que já há uma familiaridade, então no meio do caos existe pelo menos uma constante.<sup>142</sup>

A imprevisibilidade, que não pode, e nem deve ser retirada da jogada, foi acolhida e me trouxe, naquele momento *sui generis* na história do Brasil e do mundo, à disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, ofertada pela primeira vez como disciplina obrigatória exatamente em meio à pandemia de COVID-19, de maneira remota via aplicativo de videoconferência, no PLE (Período Letivo Especial) entre agosto e novembro do ano de 2020, no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A mesma disciplina em que fiz estágio docente.

Pinar segue não nos deixando esquecer que alunos e professores são indivíduos que estão com os pés fincados nessa terra que é o currículo, tentando fazerem-se sujeitos a partir da afetação provocada por todas essas complicações. O autor nos provoca a assumir uma postura diferente: ele propõe pensar o currículo como *currere*, abraçando as transformações que isso produz. Para o autor:

É [n]a experiência vivida do currículo - *currere*, o correr do curso -, em que o currículo é experimentado e vivido. A forma verbal é preferível porque enfatiza o currículo vivido e não o planejado, apesar de as duas coisas virem quase sempre entrelaçadas. O verbo enfatiza a ação, processo e experiência, em contraste com o substantivo, que pode transmitir a ideia de completude. Apesar de todo curso ter um fim, as consequências do estudo são contínuas, por serem sociais e subjetivas. (PINAR, 2015, p.20)

Na substituição do signo mora a necessidade de quebrar a linha reta entre objetivo - conteúdo - avaliação – resultado, inserindo a imprevisibilidade da dimensão do vivido, que sempre complica a conversa e que não termina no alcance de determinadas “skills”,

---

<sup>142</sup> NOTAS DO CAMPO – 01/08/2020: Reflexões ainda durante o momento de escrita do programa da disciplina.



mas no nosso caso, na mobilização de subjetividades a partir da cultura de luta antirracista.

A imprevisibilidade no processo de pesquisa é esse momento potente em que se perde algo de planejado e se vivencia uma experiência desestabilizadora, que traz uma nova perspectiva. Aqui, o que se ganhou é que foi nesse acaso que optei por vivenciar a disciplina em questão. Uma disciplina cujo contexto não pode ser compreendido fora do complexo de lutas, conquistas e contingências que resultaram em sua criação. No ano em que a UFRJ completara 100 anos, 2020, foi também o ano em que pela primeira vez uma disciplina de Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos (ou qualquer uma que aborde a temática das relações raciais no Brasil) foi ofertada no curso de formação de professores de História, de maneira obrigatória. Foi o vivenciar dessa disciplina que abriu as portas para que possamos adentrar nesse emaranhado de conversas complicadas.

Há algo mais que se refere ao desenho dessa pesquisa, ainda relacionado à experiência, que só foi possível nessa situação contingente. Falo da cada vez mais profunda percepção do eu, inserida nesse campo. Diante de todo o trabalho desenvolvido até aqui, mas principalmente neste capítulo, preciso falar do desafio posto na observação, reflexão e análise de contextos muito próximos, que me atravessam. Essa necessidade vem justamente da importância da dimensão da experiência nas reflexões aqui propostas. Estou inserida no contexto dessa pesquisa, tanto temporal quanto espacialmente, mas é mais do que isso. Estar tão próxima do que já fora chamado (mas por vezes ainda entendido) de “objeto de estudo” causa, em geral, desconforto e desconfiança na academia. Entretanto, é uma conquista do movimento negro brasileiro nos seus diversos caminhos de luta por educação, a possibilidade de disputa pela validação de epistemologias antes renegadas e impensáveis neste espaço. A epistemologia feminista negra, com a qual fui posta em intenso diálogo durante o trabalho de campo em 2018, é uma dessas.

Patrícia Hill Collins em seu livro “Pensamento Feminista Negro”<sup>143</sup>, uma das bases para a consolidação dessa epistemologia – originalmente publicado em 1990, mas com um edição em português apenas no ano de 2019 – indica alguns ranços da ciência

---

<sup>143</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo Editorial, 2019.

positivista que ainda hoje, mais de trinta anos depois da escrita, dominam o imaginário acerca da produção científica. Segundo ela:

Em primeiro lugar os métodos de pesquisa geralmente exigem que quem a realiza tenha distanciamento de seu “objeto de estudo”, definindo quem pesquisa como um “sujeito” com plena subjetividade humana e objetificando o “objeto” de estudo. Um segundo requisito é a ausência de emoções no processo de pesquisa. Em terceiro lugar, a ética e os valores são considerados inadequados no processo de pesquisa, seja como motivo da investigação científica, seja como parte do próprio processo de pesquisa (COLLINS, 2019, p.408 e 409).

O pensamento feminista negro fornece toda uma base que subverte a lógica dessa ciência positivista, teoricamente já superada há muito, mas que ainda ronda o meio acadêmico. No modelo epistemológico aqui adotado as experiências vividas são validadas enquanto critério de credibilidade para a produção do conhecimento. (COLLINS, 1990, p 413). Certa de que não há objetividade axiológica e estéril ou mesmo a possibilidade de separar pesquisador e pesquisa em qualquer que seja o contexto, me coloco nesse trabalho a partir da posição de uma jovem mulher negra universitária, com um compromisso político com o antirracismo, com a luta das mulheres negras e principalmente com a educação antirracista. O faço, primeiramente inspirada em Conceição Evaristo, quando acentua que sua escrita é marcada pela condição de mulher negra na sociedade brasileira. (EVARISTO, 2021, p.24) Mas faço também porque muitas entrevistadas que vocês conheceram ao longo da pesquisa, em maior ou menor grau, tem trajetórias e lutas bastante parecidas com as minhas. Caminhar com minha análise nesse contexto implicou necessariamente em me compreender enquanto parte do grupo que é sujeito da minha pesquisa, abraçar suas dores que muitas vezes também eram as minhas, e me encontrar coletivamente em suas lutas. Esse trabalho é fruto de um compromisso ético e político com as mulheres e os homens, negras e negros que conheci.

A conversa com Pinar, com Patrícia Hill Collins e com as muitas mulheres negras que compartilharam comigo suas histórias, foi profundamente formativa. A valorização da experiência nesses contextos me subsidia a compreender que o trabalho de campo dessa pesquisa não precisa se restringir ao que vivi enquanto o microfone estava ligado, em 2018, ou ao que acontecia dentro dos quadradinhos do *google meet*, nesses meses em que acompanhei a disciplina, em 2020. Se aceito que o currículo é, na realidade, o processo de se tornar sujeito, me deparo também, e com certa surpresa, com o fato de que

sou parte, e que minha trajetória de formação está enredada e é fruto nessa produção curricular, que busco compreender.

Enquanto pesquisadora, é difícil corresponder a demanda de viabilizar uma metodologia que evidencie subjetividades mobilizadas numa sala de aula online de formação de professores de História, fugindo da lógica: objetivo – conteúdo – avaliação – resultado. Fugir dessa lógica é uma demanda porque, conforme afirma Maria Luíza Sussekind:

a investigação dos processos de aprender-ensinar-e-aprender, formação profissional e de praticância dos currículos responde pouco à ideia de um currículo como lista de objetivos e conteúdos com resultados medidos em números, pois experimentamos que currículo é uma conversa complicada, um movimento, uma travessia. (SÜSSEKIND, 2019, p.105).

Essa travessia é um processo complexo. De Ensino de História à Ensino de História Forjado na Luta, de professor de História à professor de História comprometido com uma educação antirracista. Quando se trata das subjetividades, o mais importante é compreender que *“ser, [não] é parada e [nem] lugar de chegada. Para nós e[ou] pro outro.”*<sup>144</sup> Percorrer essa travessia implica em necessariamente fugir dos modelos prescritivos de produção científica. Nenhum desenho de pesquisa modelado a priori é capaz de lidar com a imprevisibilidade do currículo, como o correr do curso.

A própria pesquisa se torna uma conversa complicada na formação de professores, sem receita, método ou protocolo. Há pistas, dicas como seguir as pessoas, seguir o enredo e a alegoria como foi dito pela etnografia pós-moderna (MARCUS, 1998). Assim, é importante "pedir permissão para entrar" no cotidiano das escolas (FERRAÇO, 2003, p.33), subvertendo o papel hegemônico e hierárquico do pesquisador positivista. A pesquisa, sob essa abordagem, nada mais é do que "fazer as coisas em conjunto" (BECKER, 1967, p.21; CERTEAU, 1994, p. 58). Todo o trabalho prossegue com a participação voluntária de professores e estudantes. Tal trabalho é sobre estabelecer relacionamentos, compartilhar conhecimentos, construir sabedoria e estar atento à estratificação de vozes (AOKI, 2005). (SÜSSEKIND, 2019, p.109).

Evidentemente há vestígios dessa travessia nos tantos materiais que consideraremos neste capítulo, mas compreendê-la implica também em percorrê-la junto. O que, de repente, me vem à mente é que para além de jovem mulher negra universitária,

---

<sup>144</sup> Anotações de arquivo pessoal do dia 11 de julho de 2018 - dia seguinte ao retorno da viagem a Recife. Trecho do texto que consta na epígrafe do capítulo.

com um compromisso político com o antirracismo e com a educação antirracista, sou também – dentro dessas múltiplas possibilidades de ser que habitam um único indivíduo – uma professora de História, formada nessa mesma universidade, neste mesmo século 21, com a minha própria experiência de atravessar para um Ensino de História Forjado na Luta, uma luta emaranhada no correr do curso da formação que vivi, desde a minha entrada na graduação até hoje, na saída desta universidade.

Se os meus pés estiveram fincados na mesma terra dessas conversas complicadas que teremos e se é nessas conversas que minha formação se torna possível, percebo que posso compartilhar com vocês, mais do que apenas vestígios, posso compartilhar o meu próprio processo de me tornar sujeito a partir desse currículo – vivenciado como o correr do curso – sempre complexificado pelos sujeitos a serem aqui apresentados e principalmente, sempre afetados pela cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro. Esse processo começa com a minha entrada na graduação, em 2011, e encerra-se, para efeitos de análise nessa tese, com a experiência na sala de aula de Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, em 2020.

Peço que não confundam a quantidade de vivência nesse capítulo com um exercício narcísico. As redes de relações se repetem e sujeitos aparecem recorrentemente, porque as conversas e afetações não se dão no vazio de um perfil genérico que vai representar o professor de história que desejamos formar, elas se dão na minha própria experiência, onde os sujeitos tem rosto, tem nome e tem afeto. Ainda refletindo sobre a proximidade com os sujeitos do campo, eu alimentava a transformação do meu olhar sobre o que é “fazer ciência”, rememorando a disciplina “Narrativa, pesquisa e formação: investigar o cotidiano e a experiência educativa”<sup>145</sup>, quando a potência das conversas apareceu para mim, pela primeira vez:

A nossa proximidade, no entanto, é um problema<sup>146</sup>, porque naqueles critérios tradicionais de pesquisa científica fica complicado estabelecer um “distanciamento” com uma pessoa com uma relação de tantos anos. Daí eu lembrei da disciplina do INES, sobretudo da Graça Reis, e de como a minha sensação com a disciplina era o extremo oposto de uma análise cartesiana, mas se aproveitava dos espaços de contato próximo para narrar a

---

<sup>145</sup> A disciplina em questão aconteceu no Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, no ano de 2019. Ela foi oferecida numa parceria interinstitucional por Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Sanches Sampaio (PPGEdu/UNIRIO), Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Graça Reis (PPGE/UFRJ) e Prof. Dr. Tiago Ribeiro (Debasi/INES)

<sup>146</sup> Refiro-me aqui, ainda, ao fato de estabelecer meu trabalho de campo na disciplina de Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos, onde o professor regente foi Amílcar Pereira, meu orientador desde o início da graduação.

experiência. Então pensei que esse tipo de pesquisa poderia ser mais produtiva pra mim. Uma pesquisa que use do contato próximo pra ir, a partir de uma tessitura artesanal, compreendendo aquela experiência”.<sup>147</sup>

É seguindo as pistas, as pessoas reais, fazendo as coisas em conjunto e estabelecendo relacionamentos, compartilhando conhecimentos e circulando e sendo afetada pela cultura de luta antirracista em todo esse processo, que apresento para vocês o caminho percorrido.

### **3.2 – Um emaranhado de conversas complicadas**

Narrando sua própria experiência de “conversas complicadas e implicadas na da com a formação de professores”, em diálogo com Pinar, Maria Luiza Sússekind nos conta sobre o reforço de sua percepção de que:

[c]oncebido como conversa complicada, o currículo é um esforço permanente de comunicação com os outros” (PINAR, 2012, p. 47). Nesse sentido, complicar a conversa curricular é a luta constante pela emancipação social (SANTOS, 2007), é o levante contra as dicotomias, hierarquias e abissalidades (2001, 2007, 2010) na busca permanente por um movimento horizontal, rizomático, dissensuoso que nos impinge olhar, reconhecer e trocar, e não aniquilar a diferença. (SÚSSEKIND, 2019, p.101)

O que de fato me interessa aqui é a percepção da autora de que complicar a conversa curricular é uma luta constante pela emancipação social. Essa é uma percepção com a qual concordo. O esforço de complicar a conversa me parece sempre um esforço político de desestabilização e no caso dessa disciplina, o esforço de tornar mais complicadas as conversas curriculares passa pela luta contra o racismo, pelo movimento negro e pela cultura de luta antirracista. Mas esse esforço passa também por Amílcar Pereira, professor regente da disciplina em questão, que entendo enquanto um sujeito que desestabiliza a universidade a partir da cultura de luta produzida pelo movimento negro da década de 1970 e que por isso mesmo possibilita travessias para um Ensino de História forjado na Luta, como foi a minha própria formação. Nesses trechos ele evidencia, como em dois momentos diferentes ele foi afetado pelo movimento negro, nenhum deles em sua formação inicial:

Eu fui me entender pensando relações raciais, muito mais por uma questão da vida, pelo fato de eu ser filho do Amauri<sup>148</sup> e ter

---

<sup>147</sup> NOTAS DO CAMPO – 01/08/2020: Reflexões ainda durante o momento de escrita do programa da disciplina.

<sup>148</sup> Ver nota sobre Amauri Mendes Pereira na página 82.

a experiência que eu tive. Porque quando eu era pequeno, desde criança, eu ia nos eventos de movimento negro com o meu pai, ele me levava. Então eu cheguei a viajar com ele para o Encontro Nacional de Entidades Negras,<sup>149</sup> foi em 1991, eu era garoto. Fui com ele e passei lá uma semana no Pacaembú [estádio de futebol, em São Paulo], acompanhando tudo. Nas marchas, a Marcha de 88 eu era garoto, estava lá. Na marcha de 84, nas Diretas Já, ele falou no palco, foi representante do movimento negro e falou lá antes do Brizola. Eu estava lá. Eu lembro dessas coisas e isso foi me marcando, a minha forma de entender o mundo, de ler o mundo. Mas na faculdade mesmo, não lembro de nada que tenha me marcado nesse sentido.

Ela [Verena Alberti, pesquisadora no CPDOC/FGV] me convidou para trabalhar com ela, eu era assistente de pesquisa dela. Isso mudou minha vida, mais uma vez. (...) Eu conheci Sueli Carneiro, Flávio Jorge, Milton Barbosa, essas pessoas do movimento negro, nessas primeiras entrevistas que eu e Verena fomos fazer em São Paulo. Logo Sueli Carneiro, Miltão, o Flávio Jorge... São as pessoas que eu lembro que mais me marcaram, e tudo em uma só viagem. (...) fomos reunindo um acervo. Acabamos com 38 entrevistas com lideranças do movimento negro de todo o Brasil. (...) Eu fui lendo e fui aprendendo muito conversando com as pessoas do movimento negro. A minha formação, eu já evidenciei aqui, eu comecei a pensar nessas questões em função do meu pai e outras lideranças do movimento negro que me educaram para as relações raciais. (...) O movimento negro foi me educando, foi me formando para atuar nessa área.<sup>150</sup>

Passa por mim, pesquisadora, professora de História formada pela UFRJ e professora em formação no estágio docente, que tendo atravessado uma formação inicial absolutamente em contato com a cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro da década de 1970, no primeiro ano do doutorado tive a possibilidade de participar

---

<sup>149</sup> Na década de 1980 foi construída uma articulação de organizações negras (CONEN) que culminou no 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 14 e 17 de Novembro de 1991. Foram dez anos de mobilização social e de articulação dos encontros regionais com a participação de milhares de mulheres e homens negros, muitos dos quais se tornaram conhecidas lideranças pelo Brasil afora. Os debates e conclusões do I Enen apontaram para a não presença do negro nos setores mais organizados da classe trabalhadora, dada a sua participação marginal no processo de produção; a prioridade dos setores organizados na “unidade da classe trabalhadora” em detrimento das questões específicas inerentes à sua composição; por fim, a ideologia da democracia racial incorporada por diversos segmentos sociais, conservadores e progressistas, que anestesiou durante muito tempo a consciência e a visibilidade do que seja o negro no Brasil. Ver: <https://www.geledes.org.br/a-perspectiva-de-unidade-na-diversidade-o-i-encontro-nacional-de-entidade-negras/> com último acesso em 03/06/2022, às 10:48, horário de Brasília.

<sup>150</sup> Entrevista com Amílcar Araújo Pereira, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, é professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (Gepear-UFRJ) e Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado – FAPERJ. Realizada em 24 de maio de 2022, no âmbito do projeto Ensino de História Forjado na Luta: A cultura de luta antirracista e seu potencial educador, por Thayara de Lima, através do aplicativo *Google Meet*, Rio de Janeiro.

do projeto “movimento negro na atualidade” e viver uma experiência profunda de afetação pela cultura de luta antirracista no século 21. E passa também pelos alunos da disciplina/professores de História em momento de formação inicial, que diante de um programa elaborado já a partir de tantas conversas, chegam, no correr do curso, com suas múltiplas questões, identidades, interesses e desinteresses, subjetividades e principalmente, com toda a carga de imprevisibilidade que torna o currículo em muito mais do que apenas o plano de curso pré-estabelecido.

É essa luta por uma educação antirracista que nos posiciona, a todos esses sujeitos, como complicadores do currículo, nesse emaranhado de conversas. Não há neutralidade, há antes o compromisso ético em complicá-las, considerando sempre que o currículo é sim produzido por pessoas reais, alunos e professores que, existem em determinados dias e horários, como bem indica Pinar. É por isso que os sujeitos apresentados aqui possuem rosto, nomes e afetos. Eles são complicadores nessa conversa, e acrescentam novas dimensões à experiência que é tornar-se professor de História na UFRJ, neste século 21.

### **3.2.1 – A UFRJ faz 100 anos**

#### **3.2.1.1 – Eugenia e projeto colonial.**

Pensando nas posicionalidades, em onde se produz e que lugares ocupa o currículo entendo que ele vai muito além do que aquilo que se faz no espaço da sala de aula. Lembro que no convite para a minha formatura da graduação em História nós brindávamos “aos espaços difusos de construção de conhecimento”, defendendo que uma universidade “não é feita só de quadros e salas de aula” e afirmando que “grande parte da magia está em seus corredores e nas grandes experiências vividas e compartilhadas”<sup>151</sup>. Ainda nos contando sobre sua conversa com Pinar, Maria Luiza Sussekind evidencia para nós como a noção de currículo por ele defendida também foge ao espaço-tempo delimitado da sala de aula.

Na mesma direção, William Pinar defende que a noção de currículo precisa considerar a conversa que este estabelece entre estudantes e professores e todos os níveis envolvidos na educação, que não se restringe à sala de aula, e dá relevo aos aspectos pessoais/autobiográficos, culturais/alegóricos, sociais e

---

<sup>151</sup> Texto da comissão de formatura, da qual fiz parte, no convite para a celebração de formatura da turma de 2011, de História, no Instituto de História da UFRJ. Realizada em dezembro de 2015 e Janeiro de 2016. Arquivo pessoal.

políticos e também a historicidade do currículo – este visto como um conceito-verbo, mas também como um monte de práticas. (SÜSSEKIND, 2019, p.107)

A complexidade desses espaços de produção curricular nos leva a pensar sobre uma primeira conversa complicada, estabelecida entre a UFRJ e o movimento negro, que é marca na formação dos professores de História da UFRJ, principalmente nessa última década do século 21, portanto, é também flagrante em minha própria formação.

No centenário da instituição, a própria universidade mobilizou-se num grande esforço de se pensar e se compreender. Parte desse esforço foi a produção de uma série de entrevistas com professores da instituição, acerca de sua fundação, seus marcos, seus pressupostos, desafios e seu desenvolvimento durante esses 100 anos que transcorreram. Esse material<sup>152</sup> é valiosíssimo para compreendermos os termos dessa primeira conversa complicada. Que universidade era essa? O quanto dela persiste ainda hoje? Que projetos de mundo ela legitimava? Quanto disso se funda naqueles primeiros pensamentos sobre ciência e modernidade?

A UFRJ, primeira universidade do país, criada por um decreto de Epiácio Pessoa no ano de 1920, completou em 2020 seus 100 anos de idade. Há quem diga, como José Murilo de Carvalho, professor emérito do Instituto de História da UFRJ, que o determinante para a fundação dessa universidade foi a visita do Rei Alberto da Bélgica, que teria desembarcado no Brasil 12 dias após sua fundação. Ao concordar em participar do projeto da produção de memória desses 100 anos da UFRJ, o professor evidencia o seguinte:

Não o faço com espírito celebratório, nem para aderir a tentativa de construir um passado glorioso para a instituição. Interessa-me o presente. A universidade foi criada em 1920 com base em autorização legal de 1915. Resumia-se a reunião de 3 escolas: de medicina, a politécnica e a de direito. Dificilmente se poderia chamar esse conjunto de universidade. Fica evidente a conexão entre sua criação e a presença do Rei Alberto da Bélgica que chegou ao Brasil doze dias depois. O Convite ao Rei tinha sido feito por Epiácio Pessoa, eleito presidente quando ainda estava na Europa representando o Brasil na Conferência de Versalhes. (...) De 1920, vale apenas salvar as palavras do Rei Alberto sobre a universidade, ditas no dia 23 de setembro de 1920 (...) ‘o ano de 1920 será uma data a ser lembrada dos fastos intelectuais de vosso país. Vós tereis, de agora em diante, uma universidade integral que será digna do Brasil e cuja influência será fator

---

<sup>152</sup> Integralmente disponível em <https://100anos.ufrj.br/>



considerável na vida científica de vossa pátria'. Embora a data não tivesse valor, ele lhe emprestou"<sup>153</sup>

O ato de fundação, referente a data que a UFRJ celebrava em 2020, com ou sem titulação *honoris causa*<sup>154</sup>, carrega a marca de um contato próximo entre Epitácio Pessoa e o Rei da Bélgica. “Essa é uma coisa muito pessoal do Epitácio Pessoa. (...) Como presidente eleito ele visitou a Bélgica e o Rei da Bélgica. Para retribuir essa visita foi que o rei decidiu vir ao Brasil”<sup>155</sup>. O que há de não dito nessa informação sobre a vinda do rei e a fundação da Universidade do Rio de Janeiro é sua face colonial. Vale lembrar que a hoje denominada República Democrática do Congo teve um dos processos mais sangrentos de anexação, tendo tornado-se propriedade privada do rei Leopoldo II em 1877, e mais tarde, em 1908, tornado-se colônia da Bélgica. O país tornou-se independente apenas em 30 de junho de 1960, logo, naquele momento, em 1920, quando discursava sobre a fundação da universidade, encontrava-se com as principais instituições científicas do país e era considerado para o título de doutor *honoris causa*, Alberto I reinava sobre sua colônia no Congo.<sup>156</sup> Em 2020, no ano do centenário da UFRJ, o então monarca belga Rei Phillippe enviava uma carta de desculpas ao presidente da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, no dia 30 de junho, 60 anos após a independência do país e pouco mais de um mês depois de o assassinato de George Floyd ter sido um novo catalisador do debate sobre a violência do período colonial no Congo e sobre o papel do rei Leopoldo 2º (1835-1909) na morte de milhões de pessoas na África.<sup>157</sup> Seguindo o fio dos aspectos sociais, culturais, políticos e históricos que fazem parte dessa conversa curricular da UFRJ, Nadja Paraense dos Santos, professora do Instituto de Química evidencia a relação de Vargas com a universidade:

Quando chega o Vargas em 1930, ele tem um projeto de universidade. Toda a fala do Vargas é em cima de criar um novo

---

<sup>153</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/os-100-anos-da-ufrj/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/os-100-anos-da-ufrj/), com último acesso em 03/06/2022, às 16:01, horário de Brasília.

<sup>154</sup> José Murilo de Carvalho indica, em sua entrevista, que uma das intenções na criação da então Universidade do Rio de Janeiro, era justamente a concessão do título de doutor *honoris causa* ao rei Alberto I. O professor Antônio José Barbosa de Oliveira, indica que, apesar desse fato constar em muitos livros, não há comprovação em ata, da titulação do rei, pela Universidade do Rio de Janeiro. Ver.: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-antonio-jose-barbosa-de-oliveira/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-antonio-jose-barbosa-de-oliveira/)

<sup>155</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/os-100-anos-da-ufrj/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/os-100-anos-da-ufrj/), com último acesso em 03/06/2022, às 16:03, horário de Brasília.

<sup>156</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-a-belgica-decepou-maos-bracos-e-matou-mais-de-15-milhoes-na-africa-1s4q005faaje073ntfm4syd0b/>, com último acesso em 03/06/2022, às 16:04, horário de Brasília.

<sup>157</sup> Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/rei-da-b%C3%A9lgica-lamenta-passado-colonial-do-pa%C3%ADs-no-congo/a-53995929>, com último acesso em 03/06/2022, às 16:05, horário de Brasília.

homem para um novo país. Esse novo homem, ele precisava ter uma formação. Com isso então se começa uma discussão sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras, a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 35, a Universidade do Brasil em 37 e a criação da Faculdade Nacional de Filosofia em 39.<sup>158</sup>

Na produção desse novo homem brasileiro, Vargas tinha a parceria de Gustavo Capanema. Jerry Dávila, inicia o primeiro capítulo – “Construindo o homem brasileiro” – de seu livro “Diploma de Brancura”<sup>159</sup>, justamente evidenciando o contato de Capanema com o muito eugenista Oliveira Viana através de carta endereçada a este no dia 30 de agosto de 1937, e sua preocupação com a moldagem do homem brasileiro: “Como será o corpo do homem brasileiro, do futuro homem brasileiro, não do homem vulgar e inferior, mas do melhor exemplar da raça? Qual a sua altura? O seu volume? A sua cor? Como será a sua cabeça? A forma de seu rosto? A sua fisionomia” (DÁVILA, 2006, p.48). O autor inicia seu texto evidenciando como a preocupação de Capanema com a estátua do “Homem Brasileiro” que figuraria a frente do novo Ministério da Educação e Saúde, demonstrada na carta a Oliveira Viana, tinha na realidade mais a ver com seus projetos de nação visando o futuro do Brasil:

Capanema estava preocupado com a aparência dessa escultura porque concebia a nova sede do MES como uma afirmação sobre o futuro do Brasil e o papel do governo em sua moldagem. Os dois temas que expressavam a visão de Capanema não estavam retratados na escultura. Primeiro: o “Homem Brasileiro” deveria simbolizar o produto da engenharia social e racial que era de responsabilidade especial de Capanema. Como explicou a Getúlio Vargas quando encomendou a obra, a escultura teria essa forma “...justamente porque o Ministério de Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o ‘ministério do homem’”. Segundo, a figura degenerada não combinava com o prédio modernista. (DÁVILA, 2006, p.48).

O que podemos encontrar nas entrelinhas dessa ideia de que a então Universidade do Brasil fazia parte do projeto de Vargas de formar “um novo homem para um novo país”, apresentada pela professora Nadja, é que esse novo homem, seria produzido para um país que se pretendia moderno, a partir da perspectiva hegemônica das elites intelectuais brasileiras da época, ou seja, a eugenia.

---

<sup>158</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/100-anos-da-ufrj-nadja-paraense-dos-santos/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/100-anos-da-ufrj-nadja-paraense-dos-santos/), com último acesso em 03/06/2022, às 16:06, horário de Brasília.

<sup>159</sup> DÁVILA, Jerry W.. “Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil – 1917-1945”. Tradução Cláudia Sant’Ana Martins. – São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p

A professora Marieta de Moraes, do Instituto de História, nos apresenta um outro componente importante da narrativa sobre a criação da UFRJ, a fundação da Universidade do Distrito Federal, sob liderança de Anísio Teixeira:

Os embates políticos na década de 30, em torno dos projetos educacionais foram muito intensos. De um lado havia os educadores, os intelectuais ligados a escola nova que tinham uma preocupação com a educação e com o ensino de uma forma muito mais moderna, muito mais sintonizada com os novos tempos e de outro lado havia as demandas da igreja católica. (...) Os elementos ligados à escola nova defendiam uma escola pública, gratuita e laica, que era uma premissa que contrariava efetivamente os desejos e as intenções da igreja católica. Esse embate perpassa toda a década de 30 e nesse contexto se criam duas outras universidades: a Universidade de São Paulo, em 1934 e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, sob a liderança de Anísio Teixeira, que era o responsável pela educação durante a gestão da prefeitura do importante político brasileiro [Pedro Ernesto Baptista], que atuava aqui no Rio de Janeiro. A criação da UDF representou, em certa medida, essa ideia de uma educação preocupada em formar professores, de preparar uma elite intelectual que pudesse de fato trazer uma renovação para a educação de uma maneira geral, e principalmente a UDF efetivava essa premissa de educação pública, laica e gratuita.<sup>160</sup>

A criação da Universidade do Distrito Federal representa uma aproximação do campo específico da formação de professores. A professora Marieta evidencia que, ao chegar a essa posição, Anísio Teixeira já carregava consigo a experiência de ter sido responsável pela educação no Distrito Federal nos anos anteriores. Apesar de não imputar diretamente a Anísio Teixeira a qualidade de eugenista, como faz com outros intelectuais da época, Dávila afirma que em seu tempo de gestão à frente da educação no Rio de Janeiro, essa rede de ensino atraía eugenistas do Brasil inteiro:

A educação continuava local, mas era administrada por uma elite nacional. Por exemplo, foi Monteiro Lobato que garantiu a nomeação de Anísio Teixeira para reformar e dirigir o sistema escolar do Rio de Janeiro em 1931. (...) Eles não só tratavam o sistema escolar do Rio como modelo, usavam-no como um espaço onde podiam desenvolver e refinar as ciências eugênicas e sociais que asseguravam a missão educacional de construir a “raça brasileira” (...) Na época em que Anísio Teixeira foi nomeado diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, a coalizão de cientistas, médicos e cientistas sociais era plenamente devotada ao nacionalismo eugênico. Eles concordavam que a degeneração era adquirida por meio da falta de cultura, saúde e ambiente, assim como que a educação e a saúde públicas poderiam revertê-la. Não obstante, o desafio de

---

<sup>160</sup>Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-marieta-de-moraes-ferreira/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-marieta-de-moraes-ferreira/), com último acesso em 03/06/2022, às 18:17, horário de Brasília.

mapear especificamente em que medida os fatores cultural e ambiental criavam degeneração era algo ainda a ser enfrentado. Teixeira assumiu esse desafio e transformou o sistema escolar do Rio em um laboratório que atraiu os principais eugenistas da nação. Educadores como Roquette Pinto, Arthur Ramos, Lourenço Filho e Afrânio Peixoto foram atraídos para o sistema escolar do Rio a fim de pesquisar a degeneração, desenvolver programas de saúde e educação para tratá-la e aplicar esses programas nas escolas da cidade. O sistema escolar do Rio de Janeiro proporcionava aos eugenistas um meio ambiente perfeito: quase cem mil escolares de todas as raças e condições sociais, com um Departamento de Educação que dava aos eugenistas quase carta branca para estudar as crianças e tratar suas deficiências percebidas. (DÁVILLA, 2006, 60 e 67)

Além da experiência à frente do sistema de educação do Rio de Janeiro, que Anísio Teixeira levou para pensar a formação de professores na UDF, ele levou também o médico baiano Afrânio Peixoto, a quem indicou como primeiro reitor da Instituição. Podemos perceber nessa fala oficial de Afrânio Peixoto, enquanto Deputado Federal pela Bahia, na Câmara dos Deputados, em 1923, onde versa sobre as investidas de imigração de negros estadunidenses para o Brasil, o motivo de seu destaque enquanto um dos principais eugenistas da época:

É nesse momento que a América pretende desembaraçar-se do seu núcleo de 15 milhões de negros no Brasil... Quantos séculos serão precisos para depurar-se todo esse mascavo humano? Teremos albumina o bastante para refinar toda essa escória? Quanto tempo ainda para a redenção de Cam? Não bastou a Libéria, descobriram o Brasil? Pois bem! Ainda com armas na mão, não, não e não! Deus nos acuda se é brasileiro!<sup>161</sup>

É, no mínimo, para se fazer pensar o fato de que, mesmo sujeitos lidos como progressistas pela sua contribuição para uma educação pública, gratuita e laica tenham tido, naquele momento, aproximação tão grande com ideias e personagens reconhecidamente eugenistas. O que podemos perceber é que há a memória que se quer preservar acerca de Anísio Teixeira, uma memória sem ressalvas, produzida tanto na grande recorrência de seu nome durante essas entrevistas, quanto pelas homenagens que lhe são rendidas sem nenhuma nota de pé de página, ainda hoje, na instituição. A professora Marieta de Moraes segue apresentando os reveses políticos sofridos pela UDF e que culminaram com a estruturação da Universidade do Brasil:

A UDF foi profundamente atacada por setores conservadores da sociedade Brasileira de então, especialmente os setores ligados à igreja católica e a situação ainda se complicou mais com a

---

<sup>161</sup> ANAIS DA CÂMARA, Sessão de 27 de dezembro de 1923. P.383 e 384.

revolta comunista de 1935 que amplificou o processo de polarização política que estava em voga. O resultado da polarização e desses embates foi o fechamento da UDF num processo lento e a criação da Universidade do Brasil em 1937.(...) Já existia desde o começo da década de 30 esse desejo e essa necessidade de criação de uma universidade que estivesse ligada ao Ministério da Educação. Principalmente porque nós estamos vivendo um momento de centralização política e de ampliação de um regime autoritário. Então, evidentemente, criar uma universidade que desse as diretrizes para todas as outras universidades brasileiras e a Universidade do Brasil teve esse papel, de funcionar como modelo para outras universidade. (...) Em 39 é a pá de cal na Universidade do Distrito Federal, sendo que seus alunos vão ser incorporados na Faculdade Nacional de Filosofia e parte dos professores que se adequavam as novas orientações também fazem parte dessa nova Faculdade voltada fundamentalmente para a formação de professores em todas as áreas, porque a FNFi incorporava não só a História e as Ciências Sociais, mas Matemática, Física, Química, Biologia. Era uma faculdade com o objetivo bastante amplo e que estava incorporada às outras faculdades que já existiam anteriormente como Medicina, Politécnica, Direito. Esse é o momento fundamental de criação da Universidade do Brasil.<sup>162</sup>

É importante olhar para os processos históricos através de suas diversas camadas de complexidade. A história da educação, de maneira geral, mas principalmente, a história da UFRJ, não é diferente. Dávila, mais uma vez, nos ajuda a compreender uma importante camada de complexidade, escondida pela produção da memória institucional, a saber, a compreensão acerca de raça, que persiste nos processos de elaboração de políticas públicas para a educação no Brasil, mesmo em campos políticos diferentes e opostos. Ao apresentar uma importante premissa de seu trabalho, ele diz o seguinte:

Embora os conflitos entre os reformadores progressistas e os católicos fosse pesado, o auge do autoritarismo reacionário fez pouco para alterar as políticas educacionais de caráter racial aplicadas nas administrações anteriores. Ao contrário, os educadores militares do Estado Novo continuaram e expandiram os programas e as práticas que lidavam mais diretamente com raça. O período do Estado Novo mostra que, apesar das divisões políticas que emergiram na política nacional brasileira depois de 1930 (...), um consenso acrítico sobre os significados de raça e degeneração, com as receitas para tratar essa degeneração, permaneceu intacto”. (DÁVILA, 2006, p.36).

Em sua participação na produção de memórias o professor Luiz Antônio Cunha, da Faculdade de Educação, ao contar sobre os diferentes projetos para a cidade universitária, aprofunda ainda mais as questões em torno de Gustavo Capanema, e não

---

<sup>162</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrij\\_tl\\_video/100-anos-da-ufrij-entrevista-com-marieta-de-moraes-ferreira/](https://100anos.ufrj.br/ufrij_tl_video/100-anos-da-ufrij-entrevista-com-marieta-de-moraes-ferreira/), com último acesso em 03/06/2022, às 18:34, horário de Brasília.

apenas dele, mas também de Francisco Campos, o primeiro a comandar o Ministério de Educação e Saúde:

O estatuto das universidades brasileiras de 1931, ensejou mudanças no estatuto da universidade do Rio de Janeiro. Nesse novo estatuto se falava também de uma recomendação para a criação da futura cidade universitária. O resultado não foi imediato, vários estudos surgiram sobre em que local criar a universidade (...) inclusive um projeto elaborado pelos fascistas. Estou falando de fascismo *stricto sensu*, não estou falando de fascismo adjetivo. Isso porque quem elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras e a reforma do estatuto da Universidade do Rio de Janeiro foi Francisco Campos, o primeiro ministro da educação. Fascista! Na composição política do governo Vargas, o ministério da educação foi sempre entregue aos mineiros e mineiros fascistas. Em primeiro lugar Francisco Campos e em segundo lugar Gustavo Capanema. Em 1931, no mesmo mês em que foi promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras Francisco Campos e Gustavo Capanema promoveram o desfile da Legião Mineira em Belo horizonte, uma organização de caráter fascista.(...) Se você for consultar a lista das pessoas que receberam título de Doutor Honoris Causa da universidade, você encontrará nos anos 40 o Salazar, ditador de Portugal<sup>163</sup>

Se o rei da Bélgica não recebera seu honoris causa lá em 1920, de fato, ao buscar pela documentação indicada pelo professor Luiz Antônio Cunha encontrei o decreto-lei Nº 3.481 de 9 de agosto de 1941, assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, que concede o título, ainda hoje não revogado<sup>164</sup>, a Salazar, ditador de Portugal:

Autoriza o Ministro de Estado de Educação e Saude a conceder ao Senhor Antônio de Oliveira Salazar o título de Doutor "honoris - causa" da Universidade do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, DECRETA:

Artigo único. Fica o Ministro de Estado da Educação e Saude autorizado a conceder ao Senhor Professor da Universidade de Coimbra, Doutor Antonio de Oliveira Salazar, o título de Doutor "honoris-causa" da Universidade do Brasil; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

---

<sup>163</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-luiz-antonio-cunha/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-luiz-antonio-cunha/), com último acesso em 03/06/2022, às 18:38, horário de Brasília.

<sup>164</sup> Lista de Títulos Honoríficos concedidos pela UFRJ, atualizada em 14/04/2022. Disponível em: <https://consuni.ufrj.br/index.php/titulos>, com último acesso em 03/06/2022, às 18:43, horário de Brasília.

Nessas entrevistas com professores da UFRJ, selecionadas para compor o projeto de memória dos 100 anos da instituição<sup>166</sup>, fica evidente um forte conteúdo crítico com relação às interfaces com o Estado Novo, com o Fascismo e com a Ditadura Civil-Militar. O que busquei até aqui, no entanto, foi evidenciar o não dito na história da universidade, mas que se observarmos bem poderemos vislumbrar nas cenas apresentadas pelos professores. Um bom exemplo é o caso desse título concedido e nunca revogado a Antônio de Oliveira Salazar, que representa o reconhecimento e a legitimação, através da Universidade do Brasil, ao projeto colonial, que Salazar levava a cabo em países como Guiné Bissau e Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe.

Apesar do não dito – e em realidade justamente por conta desse não dito – a universidade tenha absorvido tanto dessa cultura eugenista e colonizadora que se entrelaça em sua história. Uma cultura que se torna bastante factível quando observamos que no currículo que vigorou entre os anos de 2011 e 2019 para a formação de professores de História – e que compreendeu o meu próprio período de formação inicial – nenhuma disciplina sobre História da África, ou mesmo das relações raciais no Brasil, era ofertada de maneira obrigatória. A esse ponto é difícil enxergar a linha que separa a metáfora da realidade, na ideia de “educação colonizadora”.

Entendendo as agências e escolhas daqueles sujeitos que buscavam moldar o homem brasileiro através da educação e, portanto, da formação de professores que seria o modelo a ser exportado para o restante do país, é impossível separar suas ações de suas percepções sobre raça, modernidade e futuro. Assim, podemos compreender que a UFRJ já nasceu marcada por uma perspectiva racial que considerava a negritude como passado e a branquira como futuro, mas mais do que isso, foi a partir dessa cultura que, em grande

---

<sup>165</sup> Decreto Lei Nº 3.481, DE 9 DE AGOSTO DE 1941 – Que autoriza o Ministro de Estado de Educação e Saúde a conceder a Antônio de Oliveira Salazar o título de Doutor "honoris - causa" da Universidade do Brasil Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3481-9-agosto-1941-413470-publicacaooriginal-1-pe.html>, com último acesso em 03/06/2022, às 18:46, horário de Brasília.

<sup>166</sup> Me refiro aqui não apenas aos trechos selecionados para esta pesquisa. Aponto para o fato de que, mesmo as entrevistas disponíveis no site comemorativo, passaram por uma edição. Portanto, ao falar sobre a produção de memórias faço, não imputando aos professores a intencionalidade do narrado, mas o faço do ponto de vista institucional, já que em última instância, o que está no ar, representa a imagem que a própria UFRJ quer passar sobre si.

medida, ela manteve a população negra fora da universidade, tanto física quanto epistemologicamente, por quase um século.

### 3.2.1.2 – O movimento negro como complicador da conversa

*Entre as escolas e nas faculdades  
Igrejas não vão mais me silenciar.*<sup>167</sup>

Uma conversa nunca tem um lado só e aqui o complicador dessa conversa é o movimento negro e a cultura de luta antirracista que vai adentrando e afetando a universidade por diferentes caminhos. Se os eugenistas projetaram um futuro que se valeu do não-dito para resistir até o nosso presente, o que Mônica Lima, professora de História da África do Instituto de História, nos mostra é que é na conversa com esse passado-presente que podemos expandir o presente para projetar um novo futuro.

A universidade se constrói nesse passado, nessa história de 100 anos, mas é sempre novo tudo o que ela faz. São todos esses passados presentes na nossa história, eles nos fazem refletir sobre tudo o que aconteceu, sobre essa longa história, mas nos fazem perceber o quanto o tempo presente é promissor.”<sup>168</sup>

Dentre esses mais de 100 anos que separam sua fundação da atualidade, a professora Mônica Lima, que experiencia a UFRJ desde 1979, primeiro como aluna, depois como professora do Colégio de Aplicação e por fim como professora de História da África no Instituto de História, destaca a virada do milênio como um momento importante para a desestabilização dessa muito arraigada cultura racista na instituição.

A UFRJ, no finalzinho dos anos 90, na quase virada do milênio, estava vivendo um período de redemocratização depois da terrível história da intervenção que o ministro Paulo Renato fez na universidade. E retomou com eleições democráticas com respeito à decisão dos colegiados. E o grande marco desse momento democrático, eu diria que foi a eleição do professor Aloísio Teixeira. Eleição aquela que tinha sido abortada quando da intervenção. Então as forças que levaram Aloísio Teixeira à reitoria da UFRJ, cresceram com aquela vitória. E mesmo assim a gente tem que olhar para o mundo em volta. O que estava acontecendo no nosso país naquele período? O ano de 2002 também foi um ano vitorioso, finalmente, das forças de esquerda, das forças vinculadas a uma perspectiva popular e democrática

---

<sup>167</sup> Um chamado – Bia Ferreira

<sup>168</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrij\\_tl\\_video/entrevista-com-monica-lima/](https://100anos.ufrj.br/ufrij_tl_video/entrevista-com-monica-lima/), com último acesso em 03/06/2022, às 18:50, horário de Brasília.



na presidência do Brasil. Finalmente, Luiz Inácio Lula da Silva, depois de diversas tentativas conseguiu consagrar-se presidente do nosso país. O início da Gestão de Aloísio Teixeira se deu junto com essa perspectiva democrática em nível nacional e isso repercutiu diretamente com o que veio a acontecer na universidade nos próximos anos. Estávamos aí sim, com esse marco, iniciando o novo milênio na nossa universidade. A entrada dessa reitoria na UFRJ também animou os movimentos sociais que aqui dentro viviam, que por sua vez também se alimentavam de toda uma movimentação que lá fora crescia. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assina a lei do ensino de história da África e de cultura afro-brasileira para todos os estabelecimentos públicos e privados do Brasil. E o que isso quis dizer? Que uma longa reivindicação do movimento negro estava sendo contemplada. E aquilo teria desdobramentos para a universidade. Essa lei, que pode ser classificada como uma lei de reparação, representava todo um movimento social que reivindicava a democratização do ensino, a democratização da universidade. Indo mais além e contemplando-se todos os historicamente excluídos. Essa lei não veio sozinha, ela veio acompanhada de todo um movimento social que reivindicou a abertura da universidade para as cotas, que reivindicou a abertura da universidade para essa população.<sup>169</sup>

Nessa entrevista, constante do projeto de produção da memória institucional da UFRJ, não é possível ter noção de suas impressões sobre como foi ser formada enquanto professora de História nessa instituição, lá na década de 1980, no entanto, o professor Amílcar Pereira conta um pouco sobre como foi sua formação na década de 1990, período anterior ao marco desestabilizador indicado por Mônica Lima:

Tudo era tão eurocêntrico! Eu lembro que eu fiz uma música para uma querida amiga, também de 97, e outro dia, depois de muitos e muitos anos, lembrando da música eu falei ‘caramba! Como a música era eurocêntrica!’. Ela era uma pessoa muito forte, mas também muito doce e eu lembro que eu brincava assim ‘traz Paris e Esparta também’, que era pra dizer que traz a beleza, a doçura, a formosura, mas também traz a força. E os símbolos que eu acionava eram Paris, Esparta, porque a gente só estudava a história da Europa. Não tinha Oxum, não tinha Xangô, não tinha nada disso. Não tinha Luiz Gama, não tinha Maria Firmina, não tinha nada disso. Todos os referenciais que eram naturalizados cotidianamente eram de história da Europa e a gente não se dava conta porque não tinha outra coisa, não tinham outros referenciais. Eu não fui aluno do Flávio [Gomes], talvez se eu tivesse sido eu teria percebido alguma coisa. A Mônica, que você fala, ela entrou no IFCS em 2011, eu já era professor antes. Não tinha, Thay. Era eurocêntrico e ponto. Não havia nenhuma possibilidade de se questionar isso. Então é até difícil identificar colonialidade, porque era tudo, era naturalizado. (...) O que eu

---

<sup>169</sup>Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/entrevista-com-monica-lima/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/entrevista-com-monica-lima/), com último acesso em 03/06/2022, às 18:51, horário de Brasília.

tenho certeza, que eu me lembro bem é que quando as coisas começam a mudar já é o final da graduação.<sup>170</sup>

Os passados-presentes de que a professora Mônica falara, vem produzindo currículos na UFRJ por muito tempo. Formar-se professor de História na década de 90, por exemplo, na experiência do professor Amilcar, implicou em ser bombardeado de símbolos que conformaram um imaginário onde bonito e forte tinham uma referência europeia. Os anos 2000 trazem consigo um momento de grande circulação de cultura de luta antirracista. A tensão racial produzida pelo debate acerca das cotas raciais na universidade pública, descortina o véu do silêncio e faz com que debates sobre raça e racismo se espalhem pela sociedade. A partir da luta do movimento negro toda a sociedade começa a olhar para as universidades e se questionar sobre a ausência de pessoas negras naquele espaço. Em entrevista no ano de 2004, Carlos Alberto Medeiros, militante do movimento negro, fala desse impacto da discussão sobre ações afirmativas na sociedade:

Acho que a situação atual que está acontecendo, o debate, e eu acho isso importante – acho que não falei antes –, para além de qualquer coisa que a ação afirmativa possa conseguir, que as medidas de ação afirmativa possam conseguir, ela já teve uma vitória muito grande que é a discussão de raça. É fazer o brasileiro discutir raça porque o brasileiro não gosta, é desconfortável, incômodo, causa urticária... e estão tendo que discutir: está todo dia no jornal. Todo dia no jornal questão de raça. E se a gente considerar que você não pode resolver um problema antes que você reconheça a existência dele, então nós estamos caminhando em um sentido positivo, de estudar os problemas, que não vão ser resolvidos com ação afirmativa. Ação afirmativa é um meio de conseguir alguma coisa, de se conseguir um caminho para tirar o aspecto escandinavo que certas instituições brasileiras ainda têm.<sup>171</sup>

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal, vota por unanimidade pela constitucionalidade da política de cotas raciais nas universidades brasileiras. É a partir da confluência de uma série de políticas públicas no campo da educação, que iniciamos a segunda década na universidade. Essa segunda década do século 21, na UFRJ, certamente estilhaça os sonhos mais brancos daqueles eugenistas presentes no contexto de sua fundação e contribui para tirar o aspecto escandinavo de que Medeiros falava. O futuro que outrora fora planejado, ruiu através da luta da população negra por educação, que se faz de longa data e pela cultura de luta antirracista que invade a universidade através de outras vias.

---

<sup>170</sup> Entrevista com Amilcar Pereira, realizada no dia 24 de maio de 2022.

<sup>171</sup> A entrevista completa está disponível para acesso no Portal do CPDOC - [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

A segunda década, já adotando as políticas de ação afirmativa, a universidade tem a experiência da entrada desses estudantes negros, pobres, de áreas populares no seu quadro discente. (...) Esses estudantes estão demandando novas leituras, novas bibliografias nos cursos, novas disciplinas, novas formas de abordagem, uma descolonização dos nossos currículos. Isso tudo que é trazido por esses estudantes. A organização desses estudantes em coletivos que também é uma outra forma de articulação estudantil dentro do próprio movimento estudantil, que não é vivida sem as suas questões, mas que traz para a universidade novos interlocutores. A UFRJ (...) está vivendo um momento de transformação que a meu ver é muito positivo. A universidade está aprofundando o seu diálogo com a sociedade brasileira, ela está conseguindo, é claro que não sem dificuldades, mas eu percebo, com muito mais flexibilidade e eu diria até empenho de muitos docentes, ouvir e processar essas demandas por transformação. Por transformação curricular, pedagógica, de organização e das instituições de deliberação. Essa é uma transformação viva e hoje em dia a gente a percebe pelos corredores da universidade. Nós somos um país com uma maioria, mais de 50 % da população preta ou parda, e autodefinida como negra. Portanto nós não podemos, a UFRJ, Universidade do Brasil, não pode fechar os olhos para isso. Essa entrada não só possibilitou uma democratização interna importante, como ela também começou a parecer mais com a sociedade brasileira. A universidade do Brasil está com mais cara do Brasil.<sup>172</sup>

Esse grupo de sujeitos que adentra a universidade e, conforme diz Mônica Lima, faz com que a Universidade do Brasil tenha mais cara de Brasil, traz consigo novas perguntas, novas demandas, novas formas de pensar e produzir conhecimento e por isso promove uma série de disputas epistemológicas que, ocorrendo no interior dessa instituição, contribuem para a desestabilização do eurocentrismo ainda validado nesse espaço. Esse é um processo que acontece em universidades no Brasil inteiro. Em Brasília, Maíra de Deus Brito nos contara sobre a criação do “Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro”, criado na UNB, em 2015. Esse grupo mantém a disciplina “Direito e Diáspora”, com turmas cheias, sendo ofertado como disciplina optativa. No Pará, Ingrid Martins falou sobre a criação do grupo de estudos e ativismo de mulheres negras amazônidas “Feminismo Negro: A voz que querem calar”, criado na UNAMA, em 2018, o objetivo é de “ter um espaço na universidade que seja capaz de representar e acolher mulheres negras criando formas de resistência capazes de reverberar suas vozes e dar protagonismo a autoras e autores negros que são deixados à margem das

---

<sup>172</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/entrevista-com-monica-lima/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/entrevista-com-monica-lima/), com último acesso em 04/06/2022, às 15:03, horário de Brasília.

grades curriculares dos cursos de graduação”<sup>173</sup>. Já aqui no Rio de Janeiro, Natany Luiz nos fala sobre o surgimento do Coletivo Nuvem Negra, na PUC-RIO, e sobre sua atuação:

As primeiras mobilizações de surgimento do coletivo são em março de 2015, porque acontece um evento do Departamento de Ciências Sociais que é a Semana de Ciências Sociais. O desse ano tinha sido em homenagem à Lélia Gonzalez, que foi diretora do departamento na década de 90. Os alunos estavam lá assistindo, rolou uma homenagem para ela e os alunos se questionaram: “ela não está na bibliografia do curso. Ela foi diretora do departamento e morta não está na bibliografia”. Obviamente [foram] alunos negros que perceberam isso e se juntaram, começaram a pensar: “como isso está acontecendo, o que a gente pode fazer?”. (...) a nossa força motriz foi entender que a gente não tinha a aplicação da 10.639, a gente não tinha intelectuais negros sendo discutidos na maioria dos cursos. Entendendo que grande parte dessa galera que está ali vai para a sala de aula, vai fazer licenciatura, a gente pesa muito nossa ação sobre o departamento de educação e sobre as licenciaturas no geral: “como a gente vai implementar disciplinas obrigatórias nesse departamento que vai formar professores para estarem dentro da sala de aula?”. Então a gente tem isso de ter essa relação institucional, de ir aos departamentos e propor disciplinas. A gente já conseguiu duas disciplinas, mas ainda não obrigatórias, porque eles não vão implementar uma disciplina obrigatória assim, porque eles não querem. Mas já rolou com o departamento de Ciências Sociais, o de RI e o de Direito. A gente foi ao departamento de Educação, mas não teve sucesso, o departamento disse que não tinha necessidade de uma disciplina obrigatória para discutir relações raciais.<sup>174</sup>

Essa questão da não obrigatoriedade, recorrente nas disputas epistemológicas apresentadas pelas entrevistadas, e no caso que narra Natany, ainda mais especificamente em disciplinas de licenciatura, é importante para compreendermos a complexidade dessa segunda década do século 21, para o Ensino de História na UFRJ. O que quero chamar a atenção aqui é, em primeiro lugar, para o fato de que quando eu entrei na Licenciatura em História, em 2011, e no currículo que vigorou durante toda a minha formação, apesar da cultura de luta antirracista que me afetou e me formou, ainda era possível que um professor formado por essa universidade, passasse por todo o processo sem ter contato com disciplinas de História da África, e sem nenhum preparo para compreender as

---

173

Disponível

em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_910\\_9105cc\\_a2dc48c36d.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_910_9105cc_a2dc48c36d.pdf), com último acesso em 04/06/2022, às 15:04, horário de Brasília.

<sup>174</sup> Entrevista com Natany Luiz da Silva, formada em Relações Internacionais e integrante do Coletivo Nuvem Negra, da PUC-Rio, em 6 de junho de 2018, no âmbito do projeto Movimento Negro na Atualidade, por Thayara de Lima e Jorge Maia, na Faculdade de Educação da UFRJ – , no Rio de Janeiro.

camadas de complexidade das relações raciais no Brasil e portanto trabalhar para a reeducação dessas relações.

No entanto, é importante evidenciar que a crítica à colonialidade incrustada na formação da UFRJ, que não fora possível durante a maior parte da formação do professor Amilcar Pereira, por exemplo, já era possível na minha formação. O que posso dizer é que me tornar professora de História na UFRJ, apesar de ainda ser complexo e repleto das marcas da colonialidade, foi também o espaço de disputas, de autoidentificação racial, e de aproximação do movimento negro. Desde o início da graduação tive contato com debates acerca da colonialidade e da eugenia arraigadas na instituição que me formava, além de refletir sobre as marcas desses passados-presentes no meu campo de atuação, a educação. Tive a oportunidade de cursar disciplinas, na UFRJ, que foram fruto desse novo momento de demanda por transformações epistemológicas na universidade, tais como:

Educação e Etnia	Prof. AMILCAR ARAUJO PEREIRA
Colonialismo, Educação e a Pedagogia da Revolução	Prof. AMILCAR ARAUJO PEREIRA e PAOLO VITTÓRIA
Introdução ao Estudo das Sociedades Africanas Pré Coloniais	Prof. MONICA LIMA E SOUZA
História da África Contemporânea I	Prof. MONICA LIMA E SOUZA
Multiculturalismo e Educação	Prof. AMILCAR ARAUJO PEREIRA
A Escravidão nas Américas	Prof. RENATA FIGUEIREDO MORAES <sup>175</sup>
História da África Contemporânea II	Prof. SILVIO DE ALMEIDA CARVALHO FILHO

Tabela 1 – Disciplinas cursadas na formação em História da UFRJ, entre os anos de 2011 e 2016

Considero que a partir dessa segunda década do século 21, o que experienciei foi justamente a travessia para um ensino de história forjado na luta e carregado dessa cultura de luta antirracista, produzida pelas disputas do movimento negro pela Lei 10.639/03, pela política de cotas raciais e por novas epistemologias dentro da universidade. Conforme a professora Monica indica, além da entrada de jovens negros através da política de cotas raciais, entraram também alguns professores através de políticas públicas de expansão da universidade:

A gente sabe [que] foram realizados muitos concursos em governos anteriores ao golpe de 2016 e houve a entrada de

<sup>175</sup> Professora substituta com pesquisa sobre as festas da abolição no Rio de Janeiro (1888-1908).

professores, na universidade, com novas ideias, novos posicionamentos. Novos, no sentido de trazendo essa vivência das mudanças sociais. E esses professores, muitos entraram ou se tornaram aqui cientes de que a ampliação do quadro docente da UFRJ teve a ver com políticas públicas de reforço a universidade.<sup>176</sup>

O professor Amilcar Pereira, além da própria Mônica Lima, foram professores que adentraram o Instituto de História justamente nesse contexto e como é possível perceber na tabela acima, tiveram importante papel na minha formação enquanto uma professora de História comprometida com uma educação antirracista. Amilcar, em entrevista, fala um pouco sobre sua entrada na UFRJ, que se deu justamente em função da expansão da universidade em uma vaga aberta pelo REUNI:

Eu acho que tudo isso é reflexo de um outro Brasil, diferente daquele da época em que eu entrei. A UFRJ estava mudando. (...) Foi um momento de mudança da universidade. Aquilo que eu trazia como pauta de pesquisa, como agenda política, tinha espaço naquele momento. Antes não teria. (...) Eu fiz o concurso todo, era um concurso para o Ensino de História e eu me apresentei o tempo todo, desde o projeto, no próprio currículo, no memorial, em tudo o que eu apresentei na candidatura eu me apresentei como uma pessoa que ia se dedicar ao ensino de história e cultura afro-brasileira, às relações étnico-raciais e etc. Eu fiz a minha candidatura toda voltada para isso e pensei 'é um diferencial', eu arrisquei. Podia não ter dado certo, mas como era um outro momento, a banca era simpática a essa questão e tinha a Lei 10.639/03, que já estava sendo mais conhecida, acabou que eu passei em primeiro. Então quando eu entro, eu já entro para isso, para estudar história e cultura afro-brasileira, relações étnico-raciais. Tanto que quando veio a possibilidade do PET no ano seguinte, em 2010, eu já fiz um projeto. Eu fui franco-atirador ali, no sentido de que era muito disputado. Eu fiz lá o projeto, mandei e acabei conseguindo. Eu era muito novinho na faculdade, é por isso que eu sempre falo: você entrou na faculdade e de certa forma, fomos nos formando juntos, porque eu tinha acabado de entrar na UFRJ em 2010.  
**Thay: E eu não sabia nem quem eu era, direito, ainda.**<sup>177</sup>

A minha trajetória se entrelaça a do professor Amilcar Pereira, logo no início da graduação. Dessa maneira sendo bolsista do PET - Conexões de Saberes/Diversidade, tive a possibilidade de estar em contato com a cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro ao mesmo tempo em que vivia cultura racista estruturalmente arraigada

---

<sup>176</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/entrevista-com-monica-lima/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/entrevista-com-monica-lima/), com último acesso em 04/06/2022, às 16:14, horário de Brasília

<sup>177</sup> Entrevista com Amilcar Pereira, realizada no dia 24 de maio de 2022.

na universidade. Minha própria trajetória de formação e o processo de tornar-me sujeito em meio à essa conversa complicada entre racismo e antirracismo na instituição, forjaram em mim o compromisso de que uma educação verdadeiramente democrática, não pode ser racista. Não existe um “público, laico, gratuito e de qualidade” se a gente não questiona as estruturas raciais.

Ao fazer uma avaliação de sua trajetória enquanto docente na UFRJ, Amilcar Pereira evidencia o caráter político de sua atuação nas disputas por transformações, inclusive curriculares, na universidade.

Tudo o que eu pude fazer, Thay, nessa trajetória, tudo o que apareceu de oportunidade eu “montava no cavalo”. O cavalo passou selado na minha frente, tinha “relações raciais” escrito nele, eu pulava. Guindava lá. Tudo! Tudo o que apareceu, todos os projetos, todas as possibilidades, eu ia para contribuir. Minha intenção sempre foi contribuir para que essas discussões entrassem na agenda política da universidade, entrassem também no currículo. Entrasse de diferentes formas. Eu acho que essa é uma avaliação justa da minha trajetória. Eu tentei contribuir o máximo que eu pude, escrevendo, pesquisando, atuando, como professor, nas comissões. Depois quando surgiu a possibilidade, eu fui convidado para compor a chapa da coordenação da pós, eu fui batalhar por uma distribuição de bolsas que incorporasse... fui batalhar pelas cotas [na pós]. Tudo o que eu tive oportunidade de trabalhar nesse sentido eu fui fazendo. Desde que eu entrei na universidade. É um senso mesmo de necessidade de atuação política. Quando alguém diz que é militância, é militância. Não deixa de ser militância, no sentido de trazer essas questões para o âmbito acadêmico com qualidade.<sup>178</sup>

São essas disputas, entre outras levadas a cabo pelos muitos sujeitos afetados pela cultura de luta antirracista, que invadiram a universidade, que criaram a possibilidade, nessa segunda década do século 21, de um ensino de história forjado na luta. O trabalho que aqui apresento está em acordo com os prognósticos da professora Mônica Lima para esta terceira década que já estamos vivenciando:

Não tem volta para essas conquistas. Ao contrário, nós estamos aí para aprofundar. Estamos aí para discutir: ‘e agora, o que mais podemos fazer para nos aproximarmos mais da sociedade, para estarmos mais em dia não só com essas demandas de transformações curriculares, de descolonização do conhecimento, mas também pensar de que maneira nós podemos dialogar com os movimentos sociais, porque nós também devemos aos movimentos sociais uma boa parte das

---

<sup>178</sup> Entrevista com Amilcar Pereira, realizada no dia 24 de maio de 2022.

transformações que vivemos nos últimos tempos, portanto, a UFRJ estreitar esse contato, essa articulação é fundamental para o caminho que ela vai ter e também para a importância que ela vai ter na sociedade.<sup>179</sup>

A disciplina de Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, que teve sua primeira turma no ano de 2020, é um desses esforços no sentido de aprofundar as conquistas de democratização e descolonização. Inauguramos a terceira década deste século institucionalizando a cultura de luta antirracista nos currículos da formação de professores de história dessa universidade.

### **3.3 – Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos**

Desde o início dos anos 2000 houve intensos debates sobre a reforma do currículo do curso de licenciatura em História na UFRJ. Com algumas tentativas frustradas nesse sentido e após um processo intenso de disputas por sua elaboração, que pode ser vista na dissertação de Luiz Henrique de Carvalho: “Mudanças no currículo da Licenciatura em História da UFRJ: disputas na formação de Professores de História”,<sup>180</sup> a disciplina obrigatória “Relações Étnico-Raciais e Direitos humanos” foi aprovada. O professor Amílcar Pereira nos conta sobre sua participação nesse processo:

Pensando em termos de avaliação da minha trajetória. Quando, em 2017, a diretora do IH fez um pedido (...) à Carmen, que era diretora da Faculdade de Educação, para uma comissão mista: IH, FE e estudantes, eu me voluntariei na hora para participar dessa comissão, para tentar interferir na construção da... com uma intencionalidade aberta e indisfarçada. Era isso mesmo. Eu queria participar e propor a construção de uma disciplina sobre ensino de história e relações étnico-raciais na licenciatura de História. Fui construindo isso com os meus pares primeiro, na Faculdade de Educação, negociando entre as minhas colegas para estabelecer quais seriam as prioridades da nossa representação – que depois fui eu. Mas a gente ainda estava decidindo quem ia representar e quais seriam as prioridades. Eu consegui convencer minhas colegas a estabelecer como uma das prioridades essa disciplina. (...) Foi com essa, perspectiva de atuação política para transformação do curso de licenciatura. A gente tinha que ter alguma disciplina, inclusive porque essa disciplina já existia. Eu fui levantando os argumentos. Ela já existia em várias outras universidades, na UNB, na UFSCAR, já tinha até na Federal

---

<sup>179</sup> Disponível em: [https://100anos.ufrj.br/ufrj\\_tl\\_video/entrevista-com-monica-lima/](https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/entrevista-com-monica-lima/), com último acesso em 04/06/2022, às 16:20, horário de Brasília

<sup>180</sup> CARVALHO, Luiz H. Mudanças no currículo da Licenciatura em História da UFRJ: disputas na formação de Professores de História. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 129. 2021



Rural daqui do Rio. Então eu fui levantando essas universidades e pensei: ‘vou entrar nessa comissão. Eu sei que vai me dar trabalho’, me deu muito trabalho, não foi fácil, mas com esse objetivo muito evidente de construir.<sup>181</sup>

A disciplina, como podemos perceber, se insere também em um processo de abertura e consolidação de um campo de pesquisa, na universidade, que ainda responde àquela demanda provocada pela Lei 10.639, sancionada no ano de 2003, e que Mônica Lima já anunciara que provocaria transformações.

Tive a oportunidade, nesse contexto, de ser a estagiária docente nessa disciplina e contribuir, em 2020, no PLE, para a composição de seu primeiro programa<sup>182</sup>. Sua própria construção foi fruto de uma intensa conversa não apenas entre Amilcar Pereira, professor regente da turma, e eu. Mas uma conversa complexa que envolvia também a própria cultura da universidade marcada pela colonialidade, a cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro e que nos afetara, as contingências impostas pela COVID-19, além do compromisso ético com uma educação antirracista. Foi esse emaranhado de conversas complicadas que criaram a possibilidade de produção de um programa que não fosse uma lista de conteúdos a serem assimilados, mas uma experiência a ser compartilhada e vivida, de modo a criar brechas, tensões, deslocamento e travessia, em quem estivesse presente, mas também na própria instituição.

Essa disciplina, pensada para ser ofertada para turmas de 3º período do novo currículo de Licenciatura em História, teve uma procura tão grande dos estudantes formandos de 2020, que ficou decidido adiantar em 1 período sua execução para contemplar os estudantes que já estavam na rota de saída da universidade. A resposta da aluna F.N., que já estava, naquele momento, no 9º período, quando perguntada sobre suas expectativas acerca do curso, demonstra que, ainda em 2019, era possível que um professor de História saísse formado sem ter tido grande contato com essa temática e justifica a demanda pelo adiantamento da disciplina e a sua abertura para alunos que não estivessem no currículo novo: “Tenho altas expectativas. Espero que o curso me insira em uma temática que tive pouquíssimo contato durante a graduação” (F.N.)<sup>183</sup>

Por conta desse acordo para o adiantamento, mas também por conta das circunstâncias especiais produzidas pela pandemia, a turma acabou tendo uma

---

<sup>181</sup> Entrevista com Amilcar Pereira, realizada no dia 24 de maio de 2022.

<sup>182</sup> Programa completo em anexo

<sup>183</sup> (F.N.) – Aluna auto identificada enquanto branca, cursando o 9º período de História, no currículo 3+1.

composição diversa. Podíamos encontrar ali jovens no 2º ou 3º período da licenciatura em História, já constantes no novo currículo e cursando a disciplina como obrigatória, alunos mais experientes na graduação, entre o 6º e o 11º período, que estavam sob o mesmo currículo que me formou e foi válido entre 2011 e 2019 – mas que escolheram, por diversos motivos, cursar essa disciplina – além de alunos da Pedagogia da UFRJ. Estes últimos 2 perfis, cursaram a disciplina como optativa.

Para efeitos de análise nesse trabalho, vou considerar apenas o material produzido pelos alunos deste curso e que preencheram o formulário final de avaliação, o que significa dizer que estes são – em um período atípico de adaptação onde era possível trancar as disciplinas a qualquer momento – os que conseguiram percorrer todo o caminho conosco. Apesar de termos coletivamente decidido que seus nomes não seriam usados para fins desse trabalho, todos concordaram em partilhar suas experiências e escritas durante o processo. Falamos aqui de um grupo final de 13 alunos. Entre esses, 5 deles já eram do novo currículo, portanto cursavam a disciplina como obrigatória, e 8 deles eram alunos que, como F.N., escolheram cursar a disciplina por diversos motivos, incluindo a questão prática de sua oferta na grade do PLE, em face da necessidade de concluir o curso. Algumas respostas que obtivemos no formulário inicial nos informam sobre as motivações que trouxeram esses alunos ao curso:

Acredito que seja de extrema importância para minha formação docente e pessoal. (F.N.)

Por compreender a relevância da temática para minha formação enquanto pessoa e enquanto profissional. (J.P.)<sup>184</sup>

Mesmo não tendo objetivo de trabalhar com educação, me interessei na disciplina pela necessidade urgente de me aprimorar nos debates étnico-raciais e da educação antirracista. (L.F.)<sup>185</sup>

Esse questionário foi enviado e preenchido na primeira aula, que teve como tema a apresentação do programa construído. Dessa maneira, as respostas por eles apresentadas podem ser consideradas apenas enquanto expectativas. O que chama atenção nessas três respostas compartilhadas acima é que diante do questionamento sobre o que lhes trouxe

---

<sup>184</sup> (J.P.) - Aluna auto identificada enquanto parda, cursando o 11º período de História, no currículo 3+1.

<sup>185</sup> (L.F.) - Aluna auto identificada enquanto preta, cursando o 6º período de História, no currículo 3+1.

até a escolha dessa disciplina, as respostas indicam que as expectativas transcendem a própria formação docente. Indicar a busca por transformar-se “enquanto pessoa”, mesmo sem o objetivo de trabalhar diretamente com a educação, em alguns casos, demonstra que não se trata apenas da demanda por uma lista de conteúdos e conhecimentos, é uma demanda deliberada por passar por um processo de deslocamento.

Em termos de composição racial esses 13 alunos se autodeclararam, nos formulários inicial e final enquanto sendo 7 alunos brancos e 6 alunos negros, considerando negros a junção entre pardos e pretos. Apesar de não ter havido mudança na autodeclaração, a princípio, ainda assim, pude perceber processos de deslocamento, entre um momento e outro, que foram para além da sala de aula e das questões específicas que ocuparam aquele espaço-tempo. Durante o correr do curso, houve muito mais do que apenas o que podia ser contido pelos quadradinhos do *Google Meet*. Alunos chegaram com demandas distintas, resultantes das circunstâncias específicas ocasionadas pela COVID-19, do contexto político nacional e também de certezas e incertezas acerca de sua própria experiência de ser negro no mundo, entre muitas outras. Essa demanda chegou especificamente para mim, não à toa, mas em diálogo com o que falo e com o que o meu corpo, apesar das limitações impostas pelo online, significa nesse mundo:

Eu tinha (até hoje) uma amiga negra retinta. Já tínhamos discutido uma vez pelo fato dela me achar uma chacota por me autodeclarar negra de pele clara. Eu quero entender se realmente faz algum sentido o que ela falou: além do fato dela me chamar de fraude porque me considerar branca, ela disse que a partir do momento que alguém como eu se autodeclara dessa forma, está invalidando a trajetória de pretos retintos que nunca precisaram, segundo ela, de "cursinho de melanina" pra ter a noção de que são de fato pretos. Esse argumento dela faz algum sentido? (G.A.)<sup>186</sup>

Enquanto parte daquele processo, interpelada por uma questão tão pessoal, o que pude fazer foi escutar, acolher e compartilhar um pouco de mim mesma:

Isso é muito comum. E eu acho que isso é muito comum porque existem militâncias negras diferentes, existem movimentos negros pensando de várias maneiras diferentes. Essa é uma crítica que existe para pessoas negras de pele clara e eu acho que sua declaração tem a ver com você, com qual é a sua trajetória, com como você se identifica, com as experiências que você já viveu. Eu, por exemplo, sou uma mulher negra de pele clara e passei

---

<sup>186</sup> (G.A.) - Aluna inicialmente auto identificada enquanto parda, mas que mudou sua autodeclaração para preta. Cursando o 3º período da Licenciatura em História, no currículo válido a partir de 2019.

exatamente por isso. Passei uma vida inteira sem perceber que eu era negra, mas sentindo várias coisas que me diferenciavam de quem era branco nos espaços que eu vivia. É claro que ter a pele mais clara traz alguns privilégios. Isso não quer dizer que não somos negras. Inclusive a Sueli Carneiro tem um texto muito bom, no Geledés, que ela fala sobre isso, sobre a importância de pessoas negras de pele clara se identificarem enquanto negras. (...) A autodeclaração é **autodeclaração** e ela é importante por isso, porque a única pessoa que pode dizer isso sobre você é você mesma, a partir das tuas experiências no mundo. E leva tempo, e muita gente boicota, mas é pensar em para onde você precisa olhar, onde você precisa se referenciar. Tem muita gente que leva a luta a cabo, contribui muito sendo negro de pele clara. E é isso, infelizmente esse era o sonho do colonizador, miscigenar até diluir, dividir para conquistar é uma estratégia de muito tempo. Eu li um texto muito bom, recentemente chamado “Negritude usos e sentidos” do Kabengele Munanga e lá ele fala uma coisa que para mim foi muito importante. Porque a gente não pode articular a nossa luta e a nossa identidade única e exclusivamente na cor da pele? Porque foi uma estratégia de estado, no nosso país, miscigenar a população. Se a gente identifica quem é negro e quem não é, unicamente a partir da cor da pele retinta, a gente está caindo no truque da miscigenação, caindo no truque de quem estabeleceu a política do embranquecimento no Brasil.<sup>187</sup>

Essa conversa aconteceu no dia 7 de setembro de 2020, através de aplicativo de mensagens instantâneas. Apenas três dias depois, tivemos a 3ª aula prevista no programa<sup>188</sup>:

### **3ª aula (10/09): A constituição da ideia de raça no “mundo atlântico”, Raça e Educação no Brasil do séc. 20**

PEREIRA, Amílcar Araujo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013. (Capítulo 1) (texto 2a)

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Introdução) (texto 2b)

#### **Modelo de atividade 2**

Atividade em grupo - A turma será dividida em 5 grupos de trabalho (que existirão no whatsapp – e funcionarão como uma extensão da nossa sala de aula virtual). O texto indicado deverá ser articulado ao episódio do podcast e ao contexto educacional do século 20. Nessa aula, cada grupo terá 10 minutos para apresentar suas reflexões na sala virtual durante o encontro síncrono.

Cada grupo deverá escolher 1 Podcast  
Infiltrados no Cast

---

<sup>187</sup> Minha resposta à demanda da aluna (G.A.), via aplicativo de mensagem instantânea.

<sup>188</sup> O programa completo poderá ser encontrado em anexo

## Especial: Os Maiores Racistas Da História Brasileira

1 - João Batista de Lacerda

2 - Monteiro Lobato

3 - Renato Kehl

4 - Raimundo Nina Rodrigues

Nessa aula tivemos um debate acerca do projeto de embranquecimento, físico e cultural, levado a cabo no Brasil, como projeto de estado. Apesar de um conteúdo pré-estabelecido, essa é uma oportunidade de perceber como as conversas curriculares são mesmo complexas. A implicação de sujeitos distintos, presentes em sala de aula, faz com que o conhecimento ali produzido percorra caminhos e crie sentidos diferentes a depender de muitas variáveis, bem como as próprias questões que interpelam cada sujeito.

A presença dessa aula no programa é herdeira de antigas disciplinas de Educação e Etnia oferecidas pelo professor Amílcar, em outros momentos. A aula foi conduzida no sentido de pensar sobre a construção da ideia de raça e problematizar a política de embranquecimento, além de seus ranços principalmente na educação básica brasileira. Uma reflexão provocada em alguns alunos, que compartilharam conosco suas experiências como foi o caso da aluna J.P:

Eu só me lembrei de uma situação. Eu trabalhei um tempo em uma secretaria escolar e uma das funções era fazer matrícula das crianças. Uma das perguntas para os pais era sobre a cor da pele dos filhos. Eu sinceramente me impressionei com o constrangimento que essa pergunta causava nos pais. Alguns deles estavam acompanhados de seus filhos e a gente dizia: ‘Qual é a cor do seu filho’, aí a pessoa, os pais geralmente... não falavam, mas apontavam “é essa daqui”. A gente dizia: “é autodeclaração. Você pode dizer a cor do seu filho”. É difícil porque a maior parte dos pais, mesmo de crianças negras, diziam: “branco ou pardo”, pouquíssimos... eu fiz muitas matrículas e lembro que dois pais disseram orgulhosamente a cor dos seus filhos como crianças pretas ou crianças negras. Então é só para pensar um pouco que na escola, como esse espaço muitas vezes de negatização, que inibe a própria identidade. E como isso é mesmo alguma coisa que está visceral, que é das nossas relações. Que está nos pais, na maneira como eles olham para os filhos e provavelmente na maneira como os filhos percebem a si mesmos. É uma coisa que está de fato atravessando a nossa construção enquanto sociedade mesmo.<sup>189</sup>

---

<sup>189</sup> Fala da aluna J.P durante a aula.

Já para mim, essa aula produziu sentidos um pouco diferentes. O que construí foi uma relação direta com o questionamento das estruturas da universidade que me formara, e de quanto ainda há desse projeto colonizador e eugenista vigorando hoje. Isso correspondia a uma experiência vivida e compartilhada de ter me formado enquanto professora de História nessa instituição e o resultado de todo esse processo pôde ser visto no início deste capítulo que apresentei a vocês.

Fico imaginando, no entanto, o quanto essa aula, imediatamente posterior a demanda da aluna G.A., conversou com as questões que ela já trazia consigo. O que posso apresentar de vislumbre acerca do produto dessas conversas é que G.A. era uma das alunas mais participativas, mesmo em tempos onde o simples fato de vermos uns aos outros tornou-se desafiador. Além disso, em seu formulário final ela passa a declarar-se enquanto “preta” e não mais enquanto “parda”. Uma transformação que diz menos sobre a composição racial da turma, já que para efeitos políticos é uma conquista do movimento negro da década de 1970 que pretos e pardos sejam considerados enquanto negros, e diz mais sobre as travessias que conseguimos construir coletivamente, nas conversas que compõe esse ensino de história forjado na luta. Ao responder o formulário enviado recentemente, em 2022, no intuito de compreender a percepção geral, posterior, dos alunos que chegaram ao final daquele curso, a aluna G.A. afirma o seguinte: “a experiência da disciplina mudou a minha vida e a minha percepção sobre educação”.

A própria possibilidade de travessias como essa tem a ver também com a construção de currículo não como ficha prescritiva de conteúdos, mas como um conjunto de experiências compartilhadas, de certa maneira até um tanto autobiográficas onde muitos sujeitos estão aplicados e podem se afetar mutuamente. Para Maria Luiza Sussekind:

Em Pinar (1975), Currere é a ideia de que as escritas sobre os currículos são documentos de escavação, deslocamento e reconhecimento de que as pessoas preexistem aos conhecimentos e não vice-versa. Nesse sentido, as produções escritas dos estudantes têm valorizado um esforço de reescrita de si mesmo e autodeclaração identitária. O Currere é, portanto, algo historicizado, pós-escrito, autobiográfico e cosmopolita, ao mesmo tempo também é uma conversa complicada tecida a partir do eu e dos muitos outros que nos habitam. (SÜSSEKIND, 2019, p.102 e 103).

Nesse terreno de conversas complicadas, o que não era possível de prever, nem nos mais distópicos pensamentos, era que a primeira vez que essa disciplina fosse ofertada

de maneira obrigatória, ela teria de ser realizada de maneira completamente remota. Diante dessa necessidade, a produção do programa se deu na tentativa de produzir sentidos mesmo diante daquele contexto.

#### **Curso em tempos de ensino remoto**

Devido ao presente contexto de pandemia de COVID-19, entendemos que encontros com 4 horas-aula de aula expositiva seriam inviáveis. Portanto, pensamos, para esse curso, uma dinâmica que permitisse uma experiência proveitosa, mesmo diante das contingências. Nossas aulas expositivas síncronas terão duração entre 1h30m e 2 horas-aula, via aplicativo de videoconferência. O restante da carga horária será preenchido com atividades complementares à discussão realizada nos encontros síncronos. Essas atividades foram elaboradas com o intuito de: 1) incentivar o debate qualificado de intelectuais na esfera pública; e 2) proporcionar uma experiência de vivência em sala de aula, que dialogue com esse novo tempo em que as mídias digitais ganham centralidade na circulação do conhecimento.<sup>190</sup>

Nesse processo de adaptação, a internet assume um papel de grande destaque. Ela passa a funcionar, agora, não apenas como possibilidade de recurso didático. Ela se torna o próprio mediador das relações. Conforme refletimos um pouco no capítulo dois, as salas de aula foram radicalmente transformadas, elas foram, durante aquele momento em que transcorreu minha experiência com essa disciplina, destituídas de seus territórios físicos e re-territorializadas em espaços online. Essas salas de aula re-territorializadas, avançaram sobre o espaço privado do lar, misturando mundos culturais distintos.

A partir dessa sobreposição de espaços, algumas possibilidades foram criadas. Como essa que a aluna N.E.<sup>191</sup> evidencia ao avaliar o PLE de maneira geral, em seu formulário final:

Foram 23 trabalhos feitos ao total durante o PLE em todas as disciplinas que cursei e, algumas vezes, me senti mais cansada do que eu costumava me sentir durante o ensino presencial. No entanto, acho que ter a oportunidade de assistir as aulas em casa – principalmente considerando que moro muito longe da faculdade – contribuiu para que eu me dedicasse mais às discussões e às leituras dos textos durante esse período.

Esse tempo de deslocamento certamente contribuiu para a possibilidade de maior dedicação da aluna as disciplinas cursadas. No que refere-se à disciplina aqui em questão

---

<sup>190</sup> Trecho do programa da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos.

<sup>191</sup> (N.E.) - Aluna auto identificada enquanto preta, cursando o 10º período de História, no currículo 3+1.

sua própria autoavaliação é bastante justa: “Eu acredito que pude contribuir para a nossa comunidade de aprendizagem fazendo a leitura dos textos e tentando propor discussões para a turma.” (N.E). Ainda fazendo a avaliação acerca do PLE, outra aluna fala sobre sua própria experiência, que apesar de ter sido positiva, ressalta uma dimensão a se considerar:

Tirando problemas externos, que acredito todos e todas passaram, como: ansiedade, angústia etc. creio que o PLE foi cansativo, mas “menos pior” do que imaginava. **Levo em consideração também, conforme já mencionado, meu privilégio de ter recursos tecnológicos.**<sup>192</sup> [grifo meu]

Apesar dessa experiência positiva, como outras que tivemos no formulário, pudemos experienciar também o acirramento de certas desigualdades. Como no caso do aluno C.E. que ao fazer sua autoavaliação indica o seguinte: “Aprendi muito e contribui como pude. Infelizmente estava no trabalho, tentando sempre assistir as aulas.”<sup>193</sup>, ou ainda com situações vividas no cotidiano das interações que sobrepunham a vida familiar e a formação docente, como foi o caso da aluna R.P.<sup>194</sup>, que descrevo adiante.

Para aquela aula estava programada a apresentação de trabalhos em grupo. No transcorrer das apresentações R.P.<sup>195</sup> entrou em contato comigo solicitando o seguinte: “Thay, será que teria como o próximo grupo ser Monteiro Lobato? Meu filho chegou aqui e está com os avós. Eu preciso dar a janta dele.”. Há questões de gênero que gritam aqui. Como R.P. eu também fui uma jovem mãe, no momento de formação docente e posso afirmar que ainda hoje as políticas para tornar possível a nossa presença na universidade, são ínfimas. Inclusive em espaços que se consideram progressistas há pouco ou nenhum esforço para que mães sejam estimuladas a ocupar o espaço público de pesquisa, participação em congressos, entre outros momentos importantes da vida acadêmica. No entanto, com a pandemia, o que se pode perceber é o agravamento, sobretudo para mulheres negras, dessa situação<sup>196</sup> e um, entre os diversos motivos existentes é que não

---

<sup>192</sup> Resposta da aluna (L.F.) ao questionário final da disciplina.

<sup>193</sup> (C.E.) - Aluno auto identificado enquanto preto, cursando o 10º período de História, no currículo 3+1.

<sup>194</sup> (R.P) – Aluna auto identificado enquanto parda, cursando o 11º período de Pedagogia.

<sup>195</sup> Apesar de R.P. ser aluna de Pedagogia, acredito que esse episódio específico afetou toda a dinâmica da sala de aula, por isso, apesar de não envolver produções específicas no campo da História, optei por trazê-lo mesmo assim.

<sup>196</sup> Relatório do movimento Parent in Science sobre “PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DURANTE A PANDEMIA: Efeitos de gênero, raça e parentalidade” Disponível em: [https://www.parentinscience.com/files/ugd/0b341b\\_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true](https://www.parentinscience.com/files/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true), com último acesso em 04/06/2022, às 17:08, horário de Brasília



há mais um espaço separado para as demandas da formação, e as demandas da maternagem.

No espaço-tempo dessa sala de aula sobreposta, o tempo do cuidar, bem como o tempo do trabalhar no caso de C.E., acabam se misturando ao tempo da formação. No decorrer da aula, quando chega o momento de apresentação, a aluna traz a seguinte demanda: “Professor, eu posso apresentar com a câmera desligada? Porque eu estou amamentando o meu filho e não me sinto à vontade de apresentar com a câmera ligada. Pode ser?” ao que o professor responde prontamente: “Com certeza. Inclusive minha filha está mamando agora também. Fica tranquila.”. Diante da demanda, mais uma vez a escolha foi a de oferecer um pouco da própria experiência, de maneira a horizontalizar as relações e tornar aquele espaço da sala de aula re-territorializada em um espaço de produção de sentidos. Manu, a filha de Amilcar, entrou em nossas casas, vivenciou partes das aulas junto com a turma e nos fez morrer de fofura muitas vezes. Isso só nos fez perceber que nesse PLE, o espaço-tempo da produção curricular, que já não se restringe ao espaço físico de uma sala de aula adentrou, no sentido mais literal, as nossas próprias casas.

Diante do terreno insólito em que pisávamos, a perspectiva de bell hooks acerca da construção de uma comunidade de aprendizagem foi um porto seguro. Ao colocar em perspectiva as potencialidades de uma educação transgressora, engajada e para a liberdade frente a um contexto emergencial de PLE, onde palavras como “síncrona” e “assíncrona” invadiram nosso vocabulário, foi possível transitar, ponderar e abrir um caminho, talvez uma brecha para pensar sobre uma educação antirracista, mesmo em um contexto onde o contato humano, tão caro para esse tipo de reflexão, foi limitado. Fazer a travessia em meio a esse contexto não foi tarefa fácil. O professor Amilcar Pereira conta um pouco de suas próprias incertezas:

O que eu sempre tentei fazer foi ouvir muito as pessoas, chamar as pessoas pelo nome, reconhecer as pessoas, suas subjetividades, suas formas como se definem, com muito respeito. E isso no presencial é possível. Eu estou criando uma relação com a turma, muito bacana. A gente se olha, eu olho no olho, chamo pelo nome. A gente troca ideias, as minhas piadas ficam melhores, porque no ao vivo é outra história. Naquela turma eu estava me achando um péssimo professor, essa é a realidade. Inclusive eu fiquei muito feliz, quando eu fui convidado no início desse ano para ser paraninfo da turma da prática de ensino. Eles se formaram em 2020, mas fizeram a cerimônia no início desse ano. Eu fiquei muito feliz, orgulhoso e

surpreso, justamente por isso, porque eu estava me sentindo um péssimo professor por não estar conseguindo fazer o que me parece fundamental como estratégia que é olhar no olho, reconhecer as diferenças...<sup>197</sup>

Assim a 9ª aula do programa foi planejada de maneira a possibilitar uma experiência de reflexão diante das contingências do momento que vivíamos, em face da necessidade de uma educação antirracista:

**9ª aula (22/10): Educação como prática da liberdade**

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (texto 7a)

**Modelo de atividade 1**

**O que é uma educação transgressora, diante dos desafios que enfrentamos?**<sup>198</sup>

No espaço tempo da sala de aula, refletindo sobre a questão colocada, de pensar uma educação transgressora diante dos desafios daquele contexto a aluna N.E. fala um pouco do que pensar sobre bell hooks, naquele contexto, lhe trouxe:

Eu acho que sala de aula não existe sem afeto. Afeto é muito importante. E é o que nos conecta enquanto seres humanos e o que nos aproxima também. Quando ela fala que não pode exigir que o aluno vá se despir e contar suas experiências se ela também não tiver essa proposta de se abrir e fazer daquele espaço um espaço realmente de aprendizagem, de estar todo mundo falando, não vai funcionar. Eu acho que a educação transgressora é a educação onde a gente está realmente aberto a aprender junto e isso dos dois lados. Levar em consideração que o currículo ali não é só aquele currículo prescrito, não é só a matéria que você tem que dar e você vai pensar o seu plano de aula a partir daquele assunto e vai morrer aí. E você vai passar os conhecimentos que você adquiriu na faculdade ou no livro que você leu. O currículo é justamente essa troca, é saber que mesmo que você tenha planejado, foi só a sua parte do trabalho e a outra parte do trabalho está com os alunos e ela é tão importante quanto o seu planejamento e tudo o que você se propôs a discutir ali.

Esse deslocamento, essa travessia, a possibilidade de o professor transformar-se a si mesmo a partir da conversa com o que trouxemos de nós e de nossas experiências, afetadas pela cultura de luta antirracista, para o programa, é o que compreendo como uma marca da produção de um “ensino de história forjado na luta”.

Bell hooks, como educadora, mas também como mulher e intelectual negra, abriu as portas ainda para outros caminhos, dentro daquela experiência que foi a disciplina.

---

<sup>197</sup> Entrevista com Amilcar Pereira, realizada no dia 24 de maio de 2022.

<sup>198</sup> Trecho do programa da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos (PLE – 2020).

Esses caminhos, no entanto, iniciam-se muito antes. Seu texto “intelectuais negras”<sup>199</sup> chegou a mim bastante cedo, ainda na graduação, através do professor Amilcar, mas me afetou de diferentes formas em distintos momentos, como é possível perceber em nossa conversa durante sua entrevista:

A bell hooks eu já usava a bastante tempo. Você leu bell hooks comigo. Intelectuais negras e Ensinando a transgredir, porque eu li muito anos atrás. Eu acho que ainda foi num daqueles cursos da Faculdade de Educação, na época do PET. Mas essa pegada... As mulheres negras estavam ali, eu enxergava, dialogava um pouco, mas esse protagonismo no âmbito da produção de conhecimento, essa ênfase toda é recente, é muito recente também para mim. (...) para mim o protagonismo das mulheres negras ficou evidente em 2018<sup>200</sup>. Ali foi o que isso ficou evidenciado de maneira inquestionável e isso acaba se refletindo também na produção.

**Thay: Eu acho que esse momento foi muito formativo para mim e é curioso, como eu já tinha lido “Intelectuais negras” como você bem falou, mas como ele bate diferente depois que eu passei por esse processo. Porque é muito diferente você se formar a partir das coisas que você lê e você se formar a partir de uma experiência como aquela. Você estar com as pessoas, ouvir as histórias das vidas delas, eu acho que pesa muito para esse lado do afeto, de uma afetação que é diferente. E eu acho que talvez por isso tenha batido para mim, diferente, o próprio texto “Intelectuais negras”, depois de passar por isso e antes de passar por isso.<sup>201</sup>**

A última vez que esse texto me atravessou foi na disciplina “Intelectuais, Ensino de História e Cultura Brasileira”, cursada no segundo semestre de 2019 e oferecida pelas professoras Martha Abreu e Ângela de Castro Gomes, no Programa de Pós Graduação em História da UNIRIO. A essa altura eu já tinha vivido a experiência da pesquisa junto ao movimento negro em 2018 e sido reeducada pela cultura de luta antirracista do século 21. Boa parte das minhas contribuições e reflexões, naquela disciplina, estavam relacionadas a essa experiência que ainda estava muito forte em mim.

Aquela era a sexta aula da disciplina na UNIRIO, já vínhamos debatendo sobre o que é um intelectual, suas funções na sociedade, intelectuais mediadores entre outras discussões. Naquele dia as discussões envolviam intelectualidade e questões de gênero e um dos textos propostos para a aula era justamente “Intelectuais Negras”. Diante da

---

<sup>199</sup> HOOKS, Bell. Intelectuais negras. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

<sup>200</sup> Ele refere-se aqui ao projeto “Movimento Negro na Atualidade”, cujo trabalho de campo foi realizado no ano de 2018.

<sup>201</sup> Entrevista com Amilcar Pereira, realizada no dia 24 de maio de 2022.

proposta das professoras de que alguns alunos se comprometessem a apresentar e debater os textos eu escolhi justamente esse. Uma das críticas direcionadas à bell hooks, nas discussões posteriores à apresentação, foi acerca de sua escrita que segundo um colega da disciplina seria “peculiar e confusa”. Ao ser questionado sobre essa fala, cujo conteúdo é problematizado pela própria autora no referido texto, o colega indica que seu estranhamento se deve ao fato de que provavelmente o público alvo não era ele. Isso nos revela um pouco do que sofre a produção intelectual de mulheres negras, inclusive as já consagradas como bell hooks. Textos produzidos por homens brancos e cujo público alvo idealizado são homens, brancos, independentemente da forma ou grau de dificuldade que oferecem à leitura, dificilmente são considerados peculiares e confusos. Esses textos são o que se considera o “normal” para um texto acadêmico.

Relato esse episódio, em específico, com o texto “intelectuais negras” porque ele foi importante para aguçar minha percepção crítica e mobilizar aquela experiência do protagonismo das mulheres negras que eu vivenciara na produção da luta antirracista, também no campo da produção de conhecimento. Toda essa experiência anterior com o protagonismo das mulheres negras no século 21, essa cultura de luta antirracista que nos afetou, além desse caráter provocativo instado em mim a partir da experiência na disciplina da UNIRIO, atravessaram nossa conversa na própria elaboração do programa, no ano de 2020.

Nesse processo de produção do programa, entre conversas, contingências e trocas de experiência caminhamos por 6 versões diferentes do mesmo documento até que chegássemos ao resultado final - nossa primeira contribuição para o correr do curso. Algo importante a se perceber com o passar dessas versões é o fato de que entre a primeira<sup>202</sup> e a última versão, as produções de intelectuais negras ficaram muito mais presentes dentro do programa, através das diversas mídias que foram apresentadas. Se na primeira versão tínhamos 6 produções intelectuais de mulheres negras como referência, tendo a primeira dessas produções aparecido apenas na 7ª aula, na versão final, tínhamos 11 produções intelectuais de mulheres negras, dentre as diversas mídias, tendo a primeira delas aparecido logo na segunda aula, construindo o tom da disciplina e forjando uma discussão que perpassou todo o curso. A importância dessa segunda aula foi grande. Quando questionados acerca da aula que mais os impactara, a aula mais mencionada no formulário

---

<sup>202</sup> A versão inicial do programa estará em anexo ao final da tese.

final, teve como tema “Modernidade e ‘colonialidade’ nas Américas”. Na primeira versão do programa essa aula tinha como referência apenas o texto “A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial.”<sup>203</sup>, de Walter Dignolo e Júlio Pinto. Já na versão que compartilhamos com a turma, essa aula contou também com a referência do texto “A categoria político-cultural de amefricanidade”<sup>204</sup>, de Lélia Gonzalez.

Um outro ponto a ser considerado é este em que retorno para a disciplina de intelectuais cursada na UNIRIO. As professoras, naquele momento ainda anterior à pandemia, nos estimularam à produção de um podcast como trabalho final. Produzi, em parceria com os colegas de doutorado Fernanda Crespo e Leandro Duarte, o episódio piloto do Podcast Não Serei Interrompida, que surgiu da intersecção entre o projeto Movimento Negro na Atualidade, que desvelou o protagonismo da atuação de mulheres negras na luta antirracista hoje, com as reflexões gestadas durante a disciplina “Intelectuais, Ensino de História e Cultura Brasileira” no PPGH-UNIRIO, onde provocada pelas tensões acerca da legitimidade da intelectualidade feminina negra, produzimos um episódio piloto onde evidenciávamos o protagonismo de intelectuais negras a partir de uma rede de intelectuais que se estende pela militância política, pela arte e cultura e pela produção científica. A ideia é deixar de desperdiçar possibilidades de compreender melhor a realidade, por conta de critérios que promovem visibilidade do pensamento, baseadas em uma escolha de raça e de gênero. Como já foi dito por bell hooks em seu texto “Intelectuais Negras”, o imaginário sobre o que é um intelectual é ligado a um padrão masculino e branco. Assim nasceu o “Não Serei Interrompida!”<sup>205</sup>, da necessidade de criar ferramentas para visibilizar a produção de intelectuais negras. Essa experiência foi tão importante para mim enquanto professora, pesquisadora e mulher negra, que pude compartilhá-la, com a turma na 11ª aula:

### **11ª aula (05/11): Movimento Negro e Educação**

PEREIRA, Amílcar A. *Black Lives Matter* nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.49 n.172 p.122-143 abr./jun. 2019.

---

<sup>203</sup> MIGNOLO, Walter D. e PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, v. 15, nº 3, jul. set. 2015.

<sup>204</sup> GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

<sup>205</sup> <https://nwapodcasts.com.br/nao-serei-interrompida/>

Podcast: “Não serei interrompida”  
Episódio Piloto: mulheres negras reeducando a sociedade –  
Fernanda Crespo, Thayara de Lima e Leandro Duarte.<sup>206</sup>

Da aula mencionada acima, recebemos uma série de retornos para a atividade solicitada<sup>207</sup>. Um desses retornos é o meme produzido pela aluna G.A.:



Figura 4 - Print da atividade desenvolvida pela aluna G.A., referente à aula 11 e publicada em rede social pessoal

O meme produzido pela aluna, depois de quase todo o curso, indica uma postura crítica em relação a ausência da experiência de mulheres negras na academia. O programa produzido, e as conversas que se deram até que pudéssemos chegar até ele, demonstram

<sup>206</sup> Trecho do programa da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos.

<sup>207</sup> Nesse caso refiro-me ao Modelo de atividade 1, uma atividade individual onde a intenção era a elaboração de articulação entre as leituras e as mídias digitais sugeridas, produzindo, como resultado, um texto (meme, palavra-imagem, podcast etc.) que visasse afetar seu público do Instagram e/ou Facebook. Quem preferir, poderá elaborar material, visando afetar alunos do Ensino Fundamental e Médio. A intenção, com esse modelo de atividade era incentivar o debate qualificado de intelectuais na esfera pública e proporcionar uma experiência de vivência em sala de aula, que dialogasse com esse novo tempo em que as mídias digitais ganham centralidade na circulação do conhecimento

a intenção de que esse tipo de reflexão tivesse espaço e pudesse se fortalecer durante a experiência compartilhada. No entanto, para além disso, foi possível perceber também o protagonismo das mulheres negras dentro da própria disciplina e dessa maneira, o quanto suas experiências ocuparam o espaço daquela sala de aula e contribuíram para a construção do currículo e da circulação de cultura de luta antirracista que por ali circulava. No formulário solicitado ao final do curso havia um espaço dedicado a uma auto-avaliação, gostaria de trazer dali três respostas que considero importantes para compreendermos esse protagonismo:

Acredito que fui muito bem nessa disciplina. Fiz questão de participar das aulas, ler todos os textos, fazer fichamentos e me esforçar para entregar atividades bem feitas. (G.A.)

Boa. Conforme falei anteriormente, muitos alunos se calam, frustrando o professor. Aproveitei o privilégio de contar com recursos tecnológicos e a falta de timidez para participar sempre que possível (L.F.)

Eu acredito que pude contribuir para a nossa comunidade de aprendizagem fazendo a leitura dos textos e tentando propor discussões para a turma. (N.E.)

O conteúdo dessas auto-avaliações se reforça quando percebemos que essas três mulheres negras são também as únicas alunas que foram citadas nominalmente quando, no formulário, os estudantes foram questionados acerca dos colegas de disciplina que mais os impactaram. A aluna L.A, quando perguntada se teria sido afetada de alguma maneira pela experiência naquela disciplina, em questionário respondido em 2022, faz questão de demarcar sua posição de mulher negra:

**1 - Você foi, de alguma maneira afetada pela experiência naquela disciplina? Como?**

A disciplina em questão, de certa forma, foi a primeira que me conectou com autores cruciais como Lélia Gonzalez e bell hooks. Digo de certa forma, pois, mesmo conhecendo tais obras, não havia tido a oportunidade, dentro da UFRJ, de discuti-las associando-as à nossa profissão. Sem dúvidas, foi determinante para ingressar nas discussões em torno da educação antirracista. Que, na prática, enquanto mulher preta, já fazia parte do meu horizonte.

O que me parece importante sublinhar aqui é que na luta por romper silenciamentos impostos às produções intelectuais de mulheres negras, pudemos contribuir para a conversa entre as intelectuais negras em nosso programa e as que se formavam na sala de aula. L.A. demonstra como toda essa conversa - que só foi possível enquanto experiência a compor o currículo graças àquele processo imersivo na cultura de

luta antirracista do século 21 - foi importante para sua formação profissional, indicando inclusive sua travessia para a educação antirracista.

Entendo que a disciplina como um todo, apesar das muitas limitações impostas pelo contexto de pandemia e isolamento social, foi bastante rica em conversas que possibilitaram travessias para o ensino de História forjado na luta. Ao responder ao formulário posterior, rememorando sua experiência com a disciplina alguns alunos indicaram alguns sentidos atribuídos àquela experiência e seu impacto em suas trajetórias. F.R.<sup>208</sup> foi um desses alunos:

**1 - Você foi, de alguma maneira afetado pela experiência naquela disciplina? Como?**

Acredito que sim. No próprio PLE me aproximei da temática indígena e nos períodos subsequentes eu me interessei muito por estudos de gênero e raça. Participo até hoje de um grupo de estudo quinzenal sobre intelectuais negras e de um projeto de extensão decorrente do engajamento geral deste mesmo grupo.

**5 - Você acha que a experiência não disciplina contribuiu, de alguma maneira, para isso? Como?**

Creio que a disciplina contribuiu. A resposta pode soar um pouco repetitiva, mas elejo dois fatores fundamentais em minha experiência: a) A questão do primeiro contato com as temáticas oferecidas; b) A disciplina fazer parte do ciclo básico do curso de História, oferecendo uma perspectiva diferente das obrigatórias e em tempo dos alunos se engajarem.

F.R. chama atenção para a importância de ter uma disciplina como essa logo nos momentos iniciais de sua formação. O aluno, que naquele momento estava no segundo período da Licenciatura em História, evidencia seu engajamento na temática indígena e em estudos de gênero e raça, além de evidenciar a importância dessa disciplina estar no começo da graduação “oferecendo uma perspectiva diferente das obrigatórias e em tempo dos alunos se engajarem.”. Esse engajamento inicial dos alunos é bastante importante no sentido de produção de mais desestabilizações na colonialidade presente na Licenciatura em História e na UFRJ, de maneira geral. N.E. nos conta um pouco acerca da forma como essa experiência na disciplina se relacionou, a partir de sua própria atuação, com outras disciplinas na instituição:

**1 - Você foi, de alguma maneira afetado pela experiência naquela disciplina? Como?**

Sim! Essa foi, sem dúvida, uma das únicas vezes que me senti realmente contemplada como estudante dentro da universidade.

---

<sup>208</sup> (F.R.) - Aluno auto identificado enquanto branco, cursando o 2º período da Licenciatura em História, no currículo novo.



Os textos que estudamos e as formas como as discussões foram mobilizadas me tocaram muito.

**3 - Você utilizou algo daquela disciplina para diálogo em outras disciplinas cursadas posteriormente? Em caso positivo, pode me contar ao menos um exemplo?**

Utilizei o texto que lemos do Jerry D'ávila e o de bell hooks para fazer uma crítica ao Bordieu na disciplina de Introdução a Sociologia. Era um trabalho final e eu discurséi, a partir da perspectiva desses autores e também de Nilma Lino Gomes, um texto complementar, sobre como a ideia de capital cultural não abrangia em sua totalidade pessoas negras. Foi uma experiência positiva escrever o texto e apresentá-lo para o professor e os colegas.

N.E., que inicia indicando que, apesar de já estar num período avançado do curso, poucas vezes se sentiu tão contemplada por uma disciplina como nessa experiência, narra a utilização da experiência nessa disciplina para desestabilizar outros espaços dentro da universidade. Esse comprometimento com a desestabilização da cultura racista, leia-se, o comprometimento com a educação antirracista, é a principal característica que evidencia a travessia para um ensino de história forjada na luta. A aluna J.P. demonstra o impacto que sua experiência com a disciplina teve em sua prática docente:

1) A disciplina "Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos" foi minha primeira experiência formal com educação antirracista na Ufrj. Eu não cursei outra disciplina que tivesse relações étnico-raciais como questão central ao longo de toda a graduação. Quando identifiquei a oferta da disciplina na grade do período, me lembro de ter ficado bastante empolgada, inclusive. Ao longo do curso, eu senti a disciplina como um espaço de problematização da minha própria prática como professora da Educação Básica. Cada conversa e cada leitura traziam, para mim, os limites e possibilidades da minha atuação como professora. Foi uma experiência bem importante, porque, além do arcabouço teórico, tive a possibilidade de pensar recursos didáticos para o trabalho em sala de aula e de conhecer pessoas que já trabalham com isso.

3) a minha abordagem, como professora, dos conteúdos de História mudou bastante depois do curso. A História dos povos africanos, por exemplo, deixou de começar na Europa. Assim também, o repertório visual passou a privilegiar a beleza e o sucesso pretos e não marginalização dos seus corpos ao longo da História. A dimensão da violência nunca foi excluída das minhas aulas. Pelo contrário, como professora de área periférica, essa dimensão é incontornável, aliás. Mas o meu investimento passou a ser outro... Passei a trabalhar mais com os registros de resistência, de agência, de criação pretos. Eu percebi uma mudança grande. Percebi, por exemplo, uma identificação maior

de alunos pretos e pretas, que chegaram a expressar orgulho de sua cor e das histórias como povo.

Esse processo de travessia não afeta apenas a vida profissional. Como vimos no início, era demanda dos próprios estudantes que escolheram participar dessa disciplina, passar por um processo de transformação que se refletisse também em sua formação pessoal. A aluna G.A., que já indicara anteriormente que “a experiência da disciplina mudou [sua] vida e a [sua] percepção sobre educação” segue afirmando que “Todos os textos, as discussões e atividades tiveram influência direta em tudo que f[e]z depois: debates, disciplinas e até mesmo reflexões sobre posicionamentos pessoais.

A cultura de luta antirracista, que circula em nossa sociedade produzida a partir da luta do movimento negro do século 21, é, como pudemos perceber através de toda a experiência vivida, narrada e tecida neste texto, um elemento importante para a reeducação dos professores de História que estão em formação neste século. Mas do que a busca por usá-la como um recurso, cabe compreender que sua presença em salas de aula é inevitável e reestrutura a própria produção do conhecimento produzido nos espaços acadêmicos. É na conversa com a cultura de luta antirracista que as universidades podem livrar-se desse ranço colonial e racista que as estrutura e é também nessa conversa que se formam os professores de História do século 21, comprometidos com uma educação antirracista.

## Considerações Finais

Nilma Lino Gomes semeia em seu livro “Movimento Negro Educador”, alguns questionamentos:

O que a Pedagogia e as práticas pedagógicas teriam a aprender com o Movimento Negro entendido com ator político e educador? E o campo das Humanidades e das Ciências Sociais? O que os cursos de formação de professoras e professores sabem e discutem sobre esse movimento social e suas demandas por educação? E os cursos de pós-graduação das Humanidades e Ciências Sociais? O que os currículos tem a aprender com os processos educativos construídos pelo Movimento Negro ao longo da nossa história social, política e educacional? A pós-graduação dialoga com esses aprendizados? E têm integrado em seus corpos docente e discente sujeitos negras e negros que fazem parte ou foram reeducados por esse movimento social? Que sabedorias ancestrais o movimento negro nos ensina? Como ele nos reeduca? (GOMES, 2017, p.13)

Sinto que essa tese é também um esforço de resposta que posso oferecer do lugar que ocupo. Mas do que aquilo que os cursos de formação de professores discutem sobre o movimento negro, tentei trazer o que se discute com o movimento e qual é o fruto dessa conversa. O último questionamento de Nilma é justamente COMO ele nos reeduca. Minha pedra foi lançada nessa direção.

O que busquei com esse trabalho de pesquisa foi, o tempo inteiro, refletir acerca de uma questão que me incomoda desde a graduação: se em uma educação antirracista os professores precisam levar a cabo a (re)educação das relações étnico raciais, numa sociedade estruturalmente racista, quem é que reeduca os professores? Diante desse questionamento, é muito fácil cair num ciclo vicioso de desresponsabilização. O trabalho precisa ser feito, e ele precisa começar de algum lugar.

Até chegar à sala de aula da formação de professores de História percorri um longo caminho. Para o leitor, que tem em mãos um trabalho inteiro, organizado nessa narrativa que busca responder a certos objetivos, é importante lembrar que este trabalho é também fruto de um amadurecimento profundo enquanto pesquisadora. A própria forma da escrita, na tese, é uma evidência de como esse processo foi formativo para mim. À medida que passam os capítulos é possível perceber que meu texto tenta se distanciar mais e mais daqueles quadradinhos herméticos da produção da ciência tradicional. Não iniciei esse trabalho com o propósito de fazer minha experiência parte dele, no entanto, o próprio campo demandou de mim a transformação de algumas percepções. No meio do processo,

fui afetada, me entendi parte e percebi que as experiências vividas podem ser entendidas como critério de credibilidade para a produção do conhecimento.

O que eu já sabia, desde o mestrado, é que o movimento negro é um educador, conforme afirma Nilma Lino Gomes. Tendo esse potencial educador do movimento negro como premissa, me debrucei para compreender o caminho pelo qual desencadeia-se o processo de reeducação. Iniciei esse percurso com aqueles sujeitos que engajados na luta armada de libertação de suas nações, produziam também teoria que subsidiava a luta. Tornou-se evidente que para esses sujeitos, como Amilcar Cabral, Frantz Fanon, entre outros, a cultura era um ponto estratégico para afetar sujeitos para o combate. A partir da ideia de que a luta não é apenas um fato cultural, mas também um fator de cultura, apresentada por Cabral, assumi que a luta empreendida pelo movimento negro brasileiro, a partir dos mais diversos contextos, também produz uma cultura: a cultura de luta antirracista.

Uma vez estabelecida a importância da cultura de luta antirracista para a afetação de sujeitos e produção de novos imaginários me dediquei a compreender - a partir da análise de dados produzidos através do formulário “Movimento negro na atualidade” e das entrevistas de História Oral realizadas nas cinco regiões brasileiras – algumas características específicas da cultura de luta antirracista produzida pelo movimento negro no século 21. Entre essas características, as que mais se destacaram foram as seguintes: a descentralização das organizações de movimento negro, que passam a se articular em uma perspectiva de rede, que conecta agências e grupos, que colaboram entre si, a partir de suas especificidades promovendo “infiltração antirracista” e afetação nas mais diversas frentes que um sujeito possa ocupar; Outra característica importante é a interrelação entre a aceleração das tecnologias de comunicação e as várias novas possibilidades de produção de luta e de circulação de cultura de luta antirracista. Por fim, a última característica sobre a qual me debruço é o flagrante protagonismo das mulheres negras dentro do movimento negro. Esse protagonismo faz com que a cultura de luta antirracista que circula no século 21, seja impregnada pelos códigos produzidos pela luta das mulheres negras. A partir de todas essas características é que a cultura de luta antirracista vai circulando na sociedade e afetando sujeitos em diferentes dimensões.

No terceiro e último capítulo me debruço mais especificamente na Licenciatura em História da UFRJ. Neste capítulo, adotando a perspectiva de Willian Pinar que considera currículo não de maneira prescritiva, como uma lista de conteúdos, mas

enquanto o correr do curso, é possível perceber o emaranhado de conversas complicadas que se entrelaçam na produção do programa da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos e põe em contato a colonialidade existente na estrutura da universidade, a cultura de luta antirracista e os sujeitos que se formaram enquanto professores de História naquela mesma universidade, mas em tempos distintos.

Todo esse esforço de pesquisa dialoga com aquele momento da terceira década do século 21, anunciada pela professora Mônica Lima para as universidades e principalmente, no que tange a questão de pesquisa que me trouxe até aqui. É o momento de enxergar a potência da cultura de luta antirracista na formação dos professores de História já que é apenas um Ensino de História Forjado na Luta é capaz de fazer frente aos ranços coloniais que ainda habitam nossas escolas e universidades.

Aqui encontramos com Amílcar Cabral novamente. O encontramos na inspiração do título dessa tese em um de seus discursos publicados em 1974: “Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta”; e o encontramos também numa dessas cenas históricas que poderiam ser confundidas com uma coincidência já que nos inspiramos na luta que Cabral e o PAIGC empreendiam contra o colonialismo português para empreender nossa própria luta contra a colonialidade ainda presente nos currículos. A luta de Cabral pode ser compreendida no seguinte trecho do autor, nesse mesmo discurso, mencionado acima: “Se a queda do fascismo em Portugal poderia não conduzir ao fim do colonialismo português (...) estamos seguros de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal”. Já a nossa luta pretende arrastar para lama não apenas título de doutor honoris causa de Salazar, mas toda uma forma eurocêntrica de produzir conhecimento e formar para uma educação colonizadora, que ainda mantém esse título de pé.

Entretanto, nosso principal encontro com Cabral, com a cultura de luta antirracista e com o ensino de história está na sua relação com o tempo. Pensamos aqui a partir da convergência entre passado, presente e futuro, onde a relação entre eles deixa de se estabelecer a partir da causalidade necessária, que caminha num sentido de progresso, para considerar a expansão do momento presente a partir de onde as temporalidades e o inventário de experiências que as compõe, podem ser mobilizadas. Essa relação com o tempo, reiterada repetidamente durante esse trabalho, reafirma um compromisso de ação política na formação de professores de História, mas também na própria ação da docência que se propõe a afetar.

Consequentemente, tomamos (SUSSEKIND; LONTRA, 2016) os currículos como conversas complicadas que se desdobram em uma profusão de narrativas que podem ser “interpretadas sob a ideia de travessias curriculares, políticas, epistemológicas e metodológicas de formação e autoformação de professores” (p. 87) sempre como travessias únicas, inéditas e humanas. (SUSSEKIND, 2019, p.105)

É o que transparece quando se busca a produção de um caminho que ao invés de dispor fatos históricos no varal do tempo, intenciona produzir experiências de expandir o presente, instando as agências docentes para produzir um futuro que seja utópico, para a população negra. Essa travessia é o que que enxerguei em Amilcar, formado pela UFRJ nos anos 1990, mas reeducado pelo movimento negro; a encontrei em mim mesma, no contato com a cultura de luta antirracista que me formou, ao adentrar a universidade; e é o que se buscou estabelecer nessa primeira experiência com a disciplina de Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, que a partir de 2020 passou a ser parte obrigatória da formação de todo professor de História que sai da UFRJ. É assim que gostaria também de encerrar esse trabalho, reafirmando que, apesar das duras batalhas da atualidade, a cultura de luta antirracista não retrocede. Ela segue infiltrando-se na sociedade, expandindo o presente e alcançando corações e mentes, também, e cada vez mais, dos professores de História.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. *Ouvir contar. Textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1. 194p.*

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. (Ed.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007

ALMEIDA S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.

BHABHA, Homi K. *“O local da cultura. Belo Horizonte”*: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Processo CNE n. 23001.000215/2002-96 disponível na Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2002.

CABRAL, Amílcar. *Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974a.

CABRAL, Amílcar. PAIGC: Unidade e Luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974b.

CABRAL, Amílcar. a arma da teoria. Coordenação [de] Carlos Comitini. – Rio de Janeiro: Codecri, 1980. (Coleção Terceiro Mundo; v. n.4) – p. 68

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003

CARVALHO, Luiz H. Mudanças no currículo da Licenciatura em História da UFRJ: disputas na formação de Professores de História. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 129. 2021

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcello D’Salette. Cronologia de Rogério de Campos. – São Paulo: Veneta, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

DAVIDSON, Basil. *Prefácio*. in NETO, Agostinho; Sagrada Esperança. São Paulo: Editora Ática S.A. 1985, p.126.

DÁVILLA, Jerry W.. “Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil – 1917-1945”. Tradução Cláudia Sant’Ana Martins. – São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p

DERY, Mark. *Black to the future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose in Flame wars. The discourse of cyberculture*. Durham and London: Duke University Press, 1994.

DU BOIS, W.E.B. *Darkwater: Voices from within the Veil*. New York: Harcourt, Brace and Company: 1920.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Veneta, 2021.

ESHUN, Kodwo. *Mais considerações sobre o afrofuturismo* in FREITAS, Kênia (org.) AFROFUTURISMO. Cinema e música em uma diáspora intergaláctica. Tradução de André Duchiede. São Paulo: Caixa Cultural. 2015, p.97.

EVARISTO, Conceição. *Narrativas de (re)existência*. In PEREIRA, Amilcar (Org.). Narrativas de (re)existência: Antirracismo, História e Educação. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

FANON, F. *Os condenados da terra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 1979.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FERREIRA, Higor. F. “A construção do currículo em uma experiência escolar para meninos pretos e pardos na Corte em meados do século XIX”. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

FREITAS, Kênia; MESSIAS, José. *O futuro será negro ou não será: Afrofuturismo versus Afropessimismo - as distopias do presente*. **Imagofagia**, n. 17, p. 402-424, 2018.

GILROY, Paul. “O Atlântico negro”. Rio de Janeiro, UCAM/Editora 34, 2001.

GOMES, Nilma. L. “Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça.” *Educação e Sociedade*. 120, 727-743. 2012

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Afonso; PEREIRA, Amilcar A.; GONÇALVES, Douglas e PHILOMENA, Odara D. “*Contra o racismo, por uma nova história*”: *Raça e luta política no Brasil*. In PEREIRA, Amilcar A.; CRESPO, Fernanda. N.; SILVA, Jessika. R. S.; LIMA, Thayara C. S.; (Orgs.), *História Oral e Educação Antirracista: Narrativas, Estratégias e Potencialidades*. Rio de Janeiro: Letra e Voz. 2021, p.195.

GONZALEZ, Lélia. *O Movimento Negro Unificado*. In RIOS, Flávia e LIMA, Márcia (Orgs.): *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

HALL, Stuart. “*A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*.” *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós Modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Que “negro” é esse na cultura negra*. Da diáspora, p. 335-349, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HAMPTON, Henry; FAYER, Steve. *Voices of freedom: A Oral History of the Civil Rights Movement from 1950 through the 1980s*. New York: Bantam Books.

HOOKS, Bell. *Ensinando e transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.



- HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.
- IMARISHA, Walidah. Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça. Tradução de Jota Mombaça in *Revista Ponto Virgulina*, Edição Temática #1, p.254-263, 2020.
- IMARISHA, Walidah; BROWN, Adriene M. *Octavia's Brood: Science Fiction Stories from Social Justice Movements*. California: Oakland, AKPress: 2015.
- JÚNIOR, Durval M. A. *Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História*. In GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M.; MARTINS, M. L. B.; (Orgs.), *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda. 2016, p.276.
- KABRAL, Fábio. *AFROFUTURISMO: ensaio sobre narrativas, definições, mitologia e heroísmo* in EF Lima, FF dos Santos, HAY Nakashima, LA Tedeschi (orgs.). *Ensaio sobre racismo, pensamento de fronteira*, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó; 2019.
- LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.
- LEMOS, André. *Cibercultura: Alguns pontos para compreender nossa época*. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). *Olhares sobre a Cibercultura*. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. – São Paulo: n1-edições, 2018.
- MIZRAHI, Mylene. *As políticas dos cabelos negros, entre mulheres: estética, relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro*. *Mana*, v. 25, nº 2, p. 457-488, 2019.
- MONTEIRO, A.M.. *Ensino de História: entre Saberes e Práticas*. 2009. p. 256. Tese de Doutorado – PUC-RIO,2009.
- NELSON, Alondra. *“Introduction”, Future Texts*. Social Text, 2002.
- NETO, Agostinho; *Sagrada Esperança*. São Paulo: Editora Ática S.A. 1985, p.126.
- PEREIRA, A. A; VITTORIA, P. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amilcar Cabral e Paulo Freire. *Estud. hist. (Rio Janeiro)* [online]. 2012a, v. 25, n. 50, p. 291-311.
- PEREIRA, Amilcar Araujo. *Por uma autêntica democracia racial! Os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história*. *Revista História Hoje*, v. 1, p. 111-128, 2012b.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2020.
- PEREIRA, Amilcar Araujo; LIMA, Thayara C. Silva de. *Performance e estética nas lutas do movimento negro brasileiro para reeducar a sociedade*. *Rev. Bras. Estud. Presença*, Porto Alegre, v. 9, n. 4, 2019.

- PINAR, Willian. Currículo: Uma introdução. In LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth.; (Orgs.), Estudos Curriculares: Ensaos selecionados. Rio de Janeiro: Editora Cortez. 2015, p.224.
- PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas, Porto Alegre, RS, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015.
- SAUSSURE. BOUQUET, Simon.; ENGLER, Rudolf (Orgs. e Eds.). Escritos de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SILVA, Adriana Maria Paulo. Aprender com perfeição e sem coação. Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Série Passado/ Presente. Brasília: Editora Plano, 2000.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Flecha no tempo. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- SODRÉ, Muniz. Pensar Nagô. Rio de Janeiro: Vozes, 2017
- SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B. & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.) (2005). Culturas políticas: ensaios de história política e ensino de história. Rio de Janeiro: ed. Mauad.
- SOUZA, Waldson G. Afrofuturismo: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea. Tese (Doutorado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, p. 102. 2019.
- SÜSSEKIND, Maria. Luíza.. Quem Conversa, Conversa com. In: Inês Barbosa de Oliveira; Leonardo Ferreira Peixoto; Maria Luiza Sussekind. (Org.). Estudos do cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas. 01ed.Curitiba: CRV, 2019, v. 01, p. 99-112.
- WATKINS, William H. Blacks and the Curriculum: From Accommodation to Contestation and Beyond. In: Race and education: the roles of history and society in educating African American students. Edited by William H. Watkins, James H. Lewis, Victoria Chou. Massachusets: Allyn e Bacon, 2001.
- WOMACK, Ytasha. "Cadete Espacial" in Freitas, Kênia (org.). Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica. São Paulo: Caixa Cultural, 2015.
- Yaszek, Lisa. "Race in Science Fiction: The Case of Afrofuturism" in A Virtual Introduction to Science Fiction. Ed. Lars Schmeink, 2013.



**Anexo 2 – Programa da Disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos  
(Versão Final)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIREITOS HUMANOS (PLE 2020)**

**PROFESSOR: Dr. AMILCAR ARAUJO PEREIRA**

**ESTÁGIÁRIA DOCENTE: Me. THAYARA CRISTINE SILVA DE LIMA**

## **EMENTA**

História das teorias raciais no "mundo atlântico" a partir do Séc. XVI. Relações étnico-raciais no Brasil. As lutas anticolonialistas e antirracistas na Educação: principais perspectivas teórico-metodológicas. História dos Direitos Humanos. Educação e Direitos Humanos. Estudos sobre diferença e diversidade na área educacional. Perspectivas decoloniais e interculturais no ensino de História. Legislação que trata das relações étnico-raciais e dos direitos humanos na Educação.

### **Curso em tempos de ensino remoto**

Devido ao presente contexto de pandemia de COVID-19, entendemos que encontros com 4 horas-aula de aula expositiva seriam inviáveis. Portanto, pensamos, para esse curso, uma dinâmica que permitisse uma experiência proveitosa, mesmo diante das contingências. Nossas aulas expositivas síncronas terão duração entre 1h30m e 2 horas-aula, via aplicativo de videoconferência. O restante da carga horária será preenchido com atividades complementares à discussão realizada nos encontros síncronos. Essas atividades foram elaboradas com o intuito de: 1) incentivar o debate qualificado de intelectuais na esfera pública; e 2) proporcionar uma experiência de vivência em sala de aula, que dialogue com esse novo tempo em que as mídias digitais ganham centralidade na circulação do conhecimento.

### **Atividades Complementares**

#### **1) Modelo de atividade 1:**

Atividade individual - Elaborar articulação entre as leituras e as mídias digitais sugeridas a cada aula, produzindo, como resultado, um texto (meme, palavra-imagem, podcast etc.) que vise afetar **seu público** do Instagram e\ou Facebook (caso prefira outra mídia, fazer consulta prévia). Os conteúdos, devidamente referenciados em relação a autoria, deverão ser postados a partir das páginas de Instagram e Facebook do GEPEAR/UFRJ – Grupo de

Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista. **Thayara C. Silva de Lima** (mestre e doutoranda em Educação no PPGE-UFRJ, realizando estágio docente na disciplina), ficará responsável por reunir as postagens, referenciar a autoria de cada uma e publicar as mesmas nas páginas do GEPEAR nas redes sociais. Quem preferir, poderá elaborar um material de 1 página, visando afetar alunos do Ensino Fundamental e Médio (favor indicar a faixa etária e o ano escolar do público alvo do material).

**2) Modelo de atividade 2:**

Atividade em grupo - A turma será dividida em 5 grupos de trabalho (que existirão no whatsapp – e funcionarão como uma extensão da nossa sala de aula virtual). O texto indicado deverá ser articulado ao episódio do podcast e ao contexto educacional do século XXI. Nessa aula, cada grupo terá 10 minutos para apresentar suas reflexões na sala virtual durante o encontro síncrono.

**3) Modelo de atividade 3:**

Atividade em grupo - Cada grupo de alunos apresentará uma atividade de ensino de História baseada em uma das biografias indicadas nessa aula. Os grupos terão 20 minutos cada, para apresentar sua atividade na sala virtual durante o encontro síncrono e deverão entregar esse plano de atividade por escrito.

## **PROGRAMA**

*"...a pluralidade de passados torna  
plausível a pluralidade de futuros."*

(Octavio Paz, em *Os filhos de Barro*)

### **1ª. aula (27/08)**

Apresentação do programa da disciplina.

Criação de grupo de e-mail e whatsapp para contato em contexto de aulas remotas.

Apoio para adesão à página de Instagram e Facebook do GEPEAR.

### **2ª aula (03/09): Modernidade e “colonialidade” nas Américas**

MIGNOLO, Walter D. e PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, v. 15, nº 3, jul. set. 2015. (texto 1a)

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82. (Texto 1b)

### **Modelo de atividade 1**

Escolher no mínimo 1 material para articulação com o texto.

## Matérias de Jornal

- 1 - <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/05/mais-uma-estatua-de-cristovao-colombo-e-derrubada-nos-eua.ghtml>
- 2 - <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-12/estatuas-de-colombo-sao-o-novo-alvo-do-movimento-revisionista-nos-eua.html>
- 3 – “Novas vozes e versões: depredação de estátuas acende debate sobre memória histórica” – Essa matéria será encaminhada por e-mail. (texto 1c)

## Documentário da Netflix

### Guerras do Brasil.doc

Episódio 1: As guerras da conquista – Ailton Krenak, Carlos Fausto, Pedro Puntoni, Sônia Guajajara, João Pacheco de Oliveira

## **3ª aula (10/09): A constituição da ideia de raça no “mundo atlântico”, Raça e Educação no Brasil do séc. XX**

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013. (Capítulo 1) (texto 2a)

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Introdução) (texto 2b)

## **Modelo de atividade 2**

Cada grupo deverá escolher 1 Podcast

Infiltrados no Cast

Especial: Os Maiores Racistas Da História Brasileira

1 - João Batista de Lacerda

Spotify: [https://open.spotify.com/episode/6FNGw5KE3WSeDvmPQr3SDF?si=4I-XKMCRe-CKSLhZ\\_PkOA](https://open.spotify.com/episode/6FNGw5KE3WSeDvmPQr3SDF?si=4I-XKMCRe-CKSLhZ_PkOA)

Navegador:

<http://infiltradosnocast.com/2020/05/07/joao-batista-de-lacerda-os-maiores-racistas-da-historia-brasileira/>

2 - Monteiro Lobato:

Spotify:

<https://open.spotify.com/episode/79NIcskeixFgoHurUIhiCO?si=ID210NAAR0CUmeBFHwZfWw>

Navegador:

<http://infiltradosnocast.com/2020/04/28/monteiro-lobato-os-maiores-racistas-da-historia-brasileira/>

3 - Renato Kehl:

Spotify: <https://open.spotify.com/episode/6unAFPQ8RAHo3bcuSydWaB?si=KA-c8mcWRnaLB-XcYYbMaA>

Navegador:

<http://infiltradosnocast.com/2020/04/15/renato-kehl-os-maiores-racistas-da-historia-brasileira/>

4 - Raimundo Nina Rodrigues:

Spotify:

[https://open.spotify.com/episode/6uQpIxpWwAiu4Y0bE3pL1?si=IGF59JdzQyqZxC\\_VLHP1sA](https://open.spotify.com/episode/6uQpIxpWwAiu4Y0bE3pL1?si=IGF59JdzQyqZxC_VLHP1sA)

Navegador:

<http://infiltradosnocast.com/2020/04/07/raimundo-nina-rodrigues-os-maiores-racistas-da-historia-brasileira/>

#### **4ª aula (17/09): Colonialismo e as lutas na Educação I**

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. **Prefácio e “Introdução”, pp. 7-31 e capítulo 5: “A experiência vivida do negro”**. (texto 3a)

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019 (**Introdução e capítulo 1**) (texto 3b)

#### **5ª aula (24/09): Pensar um novo mundo a partir da cultura**

CABRAL, Amílcar. *PAIGC: Unida e Luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974. “Unidade e luta” e “Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas”, pp. 67-132. (texto 4a)

#### **Modelo de atividade 1**

Podcast

Mamilos podcast

Afrofuturismo: Oga Mendonça, Nataly Neri, Ale Santos, Morena Mariá.

Spotify:

<https://open.spotify.com/episode/21XPZ2rz6hRLqb6WbVNeq3?si=xYIMcheDSx-w3ozBTUNxJQ>

Navegador:

<https://www.b9.com.br/shows/mamilos/mamilos-227-afrofuturismo/?highlight=Afrofuturis>

#### **6ª aula (01/10): Colonialismo e as lutas na Educação II**

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. (texto 5a)

LUCIANO, Gersem dos Santos (Baniwa). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Capítulos 1 e 2) (texto 5b)

## **7ª aula (08/10): Diferentes experiências de antirracismo na História: algumas biografias**

### **Modelo de atividade 3**

[CRESPPO, Fernanda](#). Laudelina de Campos Mello: Histórias de Vida e Demandas do Presente no Ensino de História. Cantareira (UFF), v. II, p. 162-177, 2016.

DUARTE, Eduardo de A. "Maria Firmina dos Reis: na contracorrente do escravismo, o negro como referência moral. In CHALHOUB, Sidney & PINTO, Ana Flávia M. (orgs.) *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

AZEVEDO, Elciene. "Se negro sou, ou sou bode, pouco importa, o que isso pode?: inclusão e cidadania na pena de Luiz Gama." In CHALHOUB, Sidney & PINTO, Ana Flávia M. (orgs.) *Pensadores negros - Pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio, "eminência parda" e a "cor não luzidia": negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. In SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

## **8ª aula (15/10): História Educação em Direitos Humanos e legislação no Brasil**

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: diretrizes nacionais*. Brasília: Coordenação Geral em Educação SDH/PR, 2013. (texto 6a)

Debate sobre o vídeo *História dos Direitos Humanos*, acessível no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=uCnIKEOtbfC>

CANDAU, Vera. Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. In PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). *Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012. (texto 6b)

### **Modelo de atividade 1**

Podcast: Professores contra o escola sem partido

Episódio 12 – 70 anos da declaração universal dos direitos humanos. Cínthia Araújo e Diogo Salles.

Spotify: <https://open.spotify.com/episode/1HUq6LSOLqnMQXqU9mSBRy?si=SCWgaLQTRX-XRqVVQqbjLA>

Navegador:

<https://profscontraoesp.org/2018/12/10/pcesp-podcast-12-70-anos-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>

## **9ª aula (22/10): Educação como prática da liberdade**

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (texto 7a)



## **Modelo de atividade 1**

### **O que é uma educação transgressora, diante dos desafios que enfrentamos?**

#### **10ª aula (29/10): Pedagogia decolonial e educação antirracista**

GOMES, Nilma L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (texto 8a)

OLIVEIRA, Luiz Fernandes e CANDAU, Vera M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte. v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010. (texto 8b)

#### **11ª aula (05/11): Movimento Negro e Educação**

PEREIRA, Amilcar A. *Black Lives Matter* nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.49 n.172 p.122-143 abr./jun. 2019. (texto 9a)

## **Modelo de atividade1**

Podcast: “Não serei interrompida

Episódio Piloto: mulheres negras reeducando a sociedade – Fernanda Crespo, Thayara de Lima e Leandro Duarte.

Spotify:

[https://open.spotify.com/episode/20A77LDtYt7LOWq0Q8Q5y5?si=ygs\\_bdA7SbGvzI9cjWXdYA](https://open.spotify.com/episode/20A77LDtYt7LOWq0Q8Q5y5?si=ygs_bdA7SbGvzI9cjWXdYA)

Navegador:

<http://nwapodcasts.com.br/2020/04/25/nao-serei-interrompida/>

#### **12ª aula (12/11): “Cultura de luta antirracista”: estética e música**

PEREIRA, Amilcar A; LIMA, Thayara C. Silva de. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. *Revista Brasileira de Estudos da Presença* [EPERIODICO], v. 9, p. 1-30, 2019. (texto 10a)

#### **Debate sobre as músicas selecionadas abaixo (Assistir aos clipes):**

Carta à mãe África (GOG): <https://www.lettras.mus.br/gog/872766/>

Raça (Fernando Brant - Milton Nascimento): <https://www.lettras.com/milton-nascimento/843341/>

Olhos Coloridos (Macau - Sandra de Sá): <https://www.lettras.com/sandra-de-sa/74666/>

Identidade (Jorge Aragão): <https://www.lettras.com/jorge-aragao/77012/>

Nego do Cabelo Bom (Max Castro) <https://www.lettras.mus.br/max-de-castro/140608/>

**Negro Drama** (Racionais Mcs): <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63398/>

**Mandume** (Emicida, Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Raphao Alaafin, Muzzike):  
<https://www.lettras.mus.br/emicida/mandume/>

**Eminência Parda** (Emicida, Dona Onete, Jé Santiago e Pappilon):  
<https://www.lettras.mus.br/emicida/eminencia-parda-part-dona-onete-je-santiago-e-papillon/>

**Poetisas no topo 2**(Stefanie, Cynthia Luz, Winnit, Ebony, Lourena, Kmila CDD):  
<https://www.lettras.mus.br/pineapple/poetisas-no-topo-2/>

**Ritual** (Souto MC e Pedro Neto)

<https://www.lettras.mus.br/souto-mc/ritual/>

#### **METODOLOGIA:**

Serão utilizadas, ao longo do curso, diferentes estratégias didáticas: aulas expositivas, dinâmica em pequenos grupos, debates e análise de vídeo e de textos de diferentes naturezas.

#### **AVALIAÇÃO:**

A composição da nota final da disciplina será subsidiada pela avaliação dos seguintes aspectos:

- assiduidade e pontualidade
- participação em todas as atividades propostas
- **trabalhos em grupo:** Atividades modelo 2 e 3.
- **trabalho final individual: plano de atividades de Ensino de História articulado às discussões e leituras (das mais diversas mídias), realizadas ao longo do curso**

**Anexo 3** – Programa da disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos (Versão Inicial)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIREITOS HUMANOS (2020/1)**

**PROFESSOR: Dr. AMILCAR ARAUJO PEREIRA**

## **EMENTA**

História das teorias raciais no "mundo atlântico" a partir do Séc. XVI. Relações étnico-raciais no Brasil. As lutas anticolonialistas e antirracistas na Educação: principais perspectivas teórico-metodológicas. História dos Direitos Humanos. Educação e Direitos Humanos. Estudos sobre diferença e diversidade na área educacional. Perspectivas decoloniais e interculturais no ensino de História. Legislação que trata das relações étnico-raciais e dos direitos humanos na Educação.

## **PROGRAMA**

*"...a pluralidade de passados torna  
plausível a pluralidade de futuros."*

(Octavio Paz, em *Os filhos de Barro*)

**1ª aula (11/03):** Apresentação do programa da disciplina

**2ª aula (25/03): Modernidade e "colonialidade" nas Américas**

MIGNOLO, Walter D. e PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, v. 15, nº 3, jul. set. 2015.

**3ª aula (01/04): A constituição da ideia de raça no "mundo atlântico"**

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013. (Capítulo 1)

**4ª aula (08/04): Raça e Educação no Brasil do séc. XX**

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Introdução)

### **5ª aula (15/04): Colonialismo e as lutas na Educação I**

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Prefácio e “Introdução”, pp. 7-31 (texto complementar - Capítulo 5: “A experiência vivida do negro”)

CABRAL, Amílcar. *PAIGC: Unida e Luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974. “Unidade e luta” e “Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas”, pp. 67-132.

Leitura e análise de trechos do **capítulo 1** do livro ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araujo. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

### **6ª aula (29/04): Colonialismo e as lutas na Educação II**

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos (Baniwa). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Capítulos 1 e 2)

### **7ª aula (06/05): Diferentes experiências de antirracismo na História: algumas biografias**

**1º avaliação - Trabalho em grupo**, realizado em sala a partir da leitura prévia: cada grupo de alunos apresentará uma atividade de ensino de História baseada em uma das biografias abaixo:

[CRESPO, Fernanda](#). Laudelina de Campos Mello: Histórias de Vida e Demandas do Presente no Ensino de História. Cantareira (UFF), v. II, p. 162-177, 2016.

DUARTE, Eduardo de A. "Maria Firmina dos Reis: na contracorrente do escravismo, o negro como referência moral. In CHALHOUB, Sidney & PINTO, Ana Flávia M. (orgs.) *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

AZEVEDO, Elciene. "Se negro sou, ou sou bode, pouco importa, o que isso pode?: inclusão e cidadania na pena de Luiz Gama." In CHALHOUB, Sidney & PINTO, Ana Flávia M. (orgs.) *Pensadores negros - Pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio, “eminência parda” e a “cor não luzidia”: negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. In SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

### **8ª aula (13/05): História das desigualdades raciais no Brasil**

Debate sobre o filme “*A última abolição*”.

### **9ª aula (20/05): História dos Direitos Humanos e legislação no Brasil**

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: diretrizes nacionais*. Brasília: Coordenação Geral em Educação SDH/PR, 2013.

Debate sobre o vídeo *História dos Direitos Humanos*, acessível no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=uCnIKEOtbfç>

### **10ª aula (27/05): Educação em Direitos Humanos no Brasil**

CANAU, Vera. Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. In PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). *Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

### **11ª aula (03/06): Educação como prática da liberdade**

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

### **12ª aula (10/06): Pedagogia decolonial e educação antirracista**

GOMES, Nilma L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes e CANAU, Vera M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte. v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

### **13ª aula (17/06): Movimento Negro e Educação**

PEREIRA, Amilcar A. *Black Lives Matter* nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.49 n.172 p.122-143 abr./jun. 2019.

### **14ª aula (24/06): “Cultura de luta antirracista”: estética e música**

PEREIRA, Amilcar A; LIMA, Thayara C. Silva de. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. *Revista Brasileira de Estudos da Presença* [EPERIODICO], v. 9, p. 1-30, 2019.

### **Debate sobre as músicas selecionadas abaixo:**

**Carta à mãe África (GOG):**

<https://www.youtube.com/watch?v=ZofeToDthnQ&feature=youtu.be>

**Raça** (Fernando Brant - Milton Nascimento): <https://www.lettras.com/milton-nascimento/843341/>

**Sub-Raça** (Câmbio Negro): <https://www.lettras.com/cambio-negro/194010/>

**Olhos Coloridos** (Macau - Sandra de Sá): <https://www.lettras.com/sandra-de-sa/74666/>

**Identidade** (Jorge Aragão): <https://www.lettras.com/jorge-aragao/77012/>

**Negro Drama** (Racionais Mcs): <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63398/>

**Ubuntu Fistaili** (Emicida): <https://www.lettras.mus.br/emicida/ubuntu-fristili/>

**Mandume** (Emicida e outros): <https://www.lettras.mus.br/emicida/mandume/>

### **15ª aula (01/07): Apresentação do trabalho final individual**

**Apresentação e entrega do plano de atividades de Ensino de História articulado às discussões e leituras realizadas ao longo do curso**

#### **METODOLOGIA:**

Serão utilizadas, ao longo do curso, diferentes estratégias didáticas: aulas expositivas, dinâmica em pequenos grupos, debates e análise de vídeo e de textos de diferentes naturezas.

#### **AVALIAÇÃO:**

A composição da nota final da disciplina será subsidiada pela avaliação dos seguintes aspectos:

- assiduidade e pontualidade
- participação nas atividades propostas
- **trabalho de grupo:** elaboração em sala de uma atividade de ensino de História baseada em uma biografia
- **trabalho final individual: plano de atividades de Ensino de História articulado às discussões e leituras realizadas ao longo do curso**

#### Anexo 4 – Quadro de entrevistados: Projeto Movimento Negro na Atualidade

Entrevistados	Região	Idade	Data e duração	Local e entrevistadores
<b>Natany Luiz da Silva</b> Formada em Relações Internacionais e integrante do Coletivo Nuvem Negra, da PUC-Rio	Sudeste	Entre 18 e 24 anos <sup>209</sup> .	06/06/2018 2h 19m 39s	Faculdade de Educação da UFRJ – Rio de Janeiro.  Thayara de Lima e Jorge Maia
<b>Jéssyca Silveira Souza</b> Historiadora, professora, mestra em História Social pela UFRJ e articuladora da RAP – Rede de Afro Profissionais.	Sudeste	Entre 25 e 29 anos	08/06/2018 1h 27m 32s	Instituto de História da UFRJ – Rio de Janeiro  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Flávio Carrança</b> Jornalista, antigo militante do MNU e integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA-SP)	Sudeste	Entre 60 e 70 anos	16/07/2018 1h 55m 49s	Sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo – São Paulo  Thayara de Lima, Amauri Pereira e Jorge Maia
<b>Luanna Teofilo</b> Formada em Direito, mestre em Linguística, empresária, criadora do Coletivo Efigêneas, do blog Efigêneas e do Painel BAP, primeiro painel de consumidores afro-brasileiros do Brasil	Sudeste	Entre 30 e 39 anos	17/07/2018 1h 49m	Hotel La Residence Paulista - São Paulo  Thayara de Lima, Amauri Pereira e Jorge Maia
<b>Patrícia Helena Xavier dos Santos</b> Servidora pública federal do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da UFRGS e Integrante	Sul	Entre 40 e 49 anos	21/06/2018 1h 36m 14s	Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia

<sup>209</sup> Essa idade se refere a faixa etária, marcada no formulário Movimento Negro na Atualidade, no ano de 2018, ano em que foram realizadas as entrevistas.

do Coletivo Atinuké – Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras				
<b>Janine Maria Viegas Cunha</b> Cantora, doutoranda em Sociologia na UFRGS e Idealizadora do Coletivo Atinuké – Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras.	Sul	-	21/06/2018 1h 36m 14s	Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Manuel José Ávila da Silva</b> Professor de História, integrante do Grupo de Trabalho Antirracista (GTAR) da prefeitura de Porto Alegre e idealizador do projeto “Territórios Negros”.	Sul	Entre 50 e 59 anos	22/06/2018 1h 41m 58s	Sede do Quilombo do Areal da Baronesa - Porto Alegre  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Joana Carmen do Nascimento Machado</b> Professora de Português da SEEDUC do Pará, doutoranda em Educação na UFPA e militante do CEDEMPA	Norte	Entre 40 e 49 anos	28/06/2018 1h 34m 10s	Campus da Universidade Federal do Pará – Belém do Para  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Flávia Andrea Sepeda Ribeiro</b> Jornalista; mestranda em Comunicação, cultura e Amazônia; integrante do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); da Rede de Mulheres Negras do Pará; da Rede de Ciberativistas Negras e Rede Fulanas	Norte	Entre 30 e 39 anos	28/06/2018 1h 27m	Hotel Princesa Louça – Belém do Pará  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Maíra de Deus Brito</b> Jornalista, Mestre e doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela UNB e integrante do Coletivo Maré – Núcleo de Estudos	Centro-Oeste	Entre 30 e 39 anos	05/07/2018 47m 27s	Hotel Princesa Louça – Belém do Pará  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia



em Cultura Jurídica e Atlântico Negro				
<b>Ana Flávia Magalhães Pinto</b> Professora Adjunta no Departamento de História da UnB, antiga militante do coletivo negro EnegreSer, articuladora da Rede de HistoriadorXs NegrXs e, na época da entrevista, uma das organizadoras do Festival Latinidades	Centro-Oeste	Entre 30 e 39 anos	05/07/2018 2h 20m 52s	Na sala da entrevistada no campus da Universidade Federal de Brasília – Distrito Federal  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Ana Luísa Coelho Moreira</b> Psicóloga e integrante da ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)	Centro-Oeste	Entre 30 e 39 anos	06/07/2018 51m 14s	Hotel Aracoara – Distrito Federal  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Vinícius Dias</b> Psicólogo, integrante da ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)	Centro-Oeste	Entre 30 e 39 anos	06/07/2018 50m 21s	Hotel Aracoara – Distrito Federal  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Tatiana Nascimento dos Santos</b> Doutora em Estudos da Tradução, cantora, compositora, poeta, tradutora, realizadora experimental em audiovisual, organizadora da Palavra Preta - Mostra Nacional de Negras Autoras e Editora-Fundadora da Padê Editorial	Centro-Oeste	Entre 30 e 39 anos	07/07/2018 1h 44m 2s	Na residência da entrevistada – Distrito Federal  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia
<b>Rita de Cássia P. de Vasconcelos</b> Jornalista, integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da RENAFRO – Rede Nacional de Religiões	Nordeste	Entre 40 e 49 anos	10/07/2018 1h 30m 56s	Sede da FIOCRUZ – PE – Recife  Thayara de Lima e Jorge Maia

Afro Brasileiras e Saúde.				
<b>Eva Bahia</b> Atua no Instituto Búzios, entidade comprometida com equidade de gênero, de raça, justiça social e justiça ambiental	Nordeste	Entre 40 e 49	20/07/2018  1h 44m 12s	Hotel Golden Tulip Salvador – Bahia  Thayara de Lima, Amilcar Pereira e Jorge Maia